

Novembro 2023

MESTRADO EM INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

Das Competências Emocionais à Justiça Restaurativa: A influência das competências emocionais na reintegração dos reclusos na comunidade.

TRABALHO DE PROJETO APRESENTADO À
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE PAULA FRASSINETTI
PARA A OBTENÇÃO DE
GRAU DE MESTRE EM INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

DE

Francisca Alexandra Pinto Castro

ORIENTAÇÃO

Doutor Luís Miguel Prata Alves Gomes

Doutora Lisete da Natividade Barrigão Gonçalves



PAULA
FRASSINETTI



PAULA **FRASSINETTI**
Escola Superior de Educação

“Pensar prisões acima de tudo, também para mim é pensar sociedade”

Ricardo Loureiro



Resumo

Esta investigação pretende ser um contributo que impulse mais investigações e intervenções em contexto prisional. Nesse sentido, as competências emocionais e a justiça restaurativa são as áreas principais que este estudo aprofundou. Assim esta investigação apresentou como objetivos gerais conhecermos os pressupostos da reintegração dos reclusos na comunidade e explorar teoricamente a influência das competências emocionais e da justiça restaurativa nos processos de reintegração na e com a comunidade e, como objetivos específicos pretendemos conhecer, de forma teórica e prática, o que é privilegiado na reintegração dos reclusos, compreender o contexto de desenvolvimento dos projetos no processo de reinserção social, promover uma reparação de danos, através do contacto com vítimas de crime, de forma a haver uma restauração de emoções e melhorar o processo de reintegração social do recluso. Deste modo, após traçarmos estes objetivos fomos rumo à investigação teórica de modo a conseguirmos perceber melhor o que esta problemática englobava. Após esta fase concluída passamos para a investigação em terreno, que nos ajudou a detetar possíveis necessidades que deram origem ao nosso projeto. Este projeto apresenta como objetivos gerais promover uma aquisição de competências emocionais, para uma melhor autonomia e integração na comunidade e possibilitar a prática da justiça restaurativa como forma de intervenção nas competências emocionais. Assim, como objetivos específicos delineamos o desenvolvimento de estratégias e mecanismos que melhorem a gestão emocional, conseguindo proporcionar um desenvolvimento e conhecimento sobre as suas próprias emoções, promover encontros com vítimas e familiares indiretos do crime, de forma a potenciar a empatia pelo outro e originar um auto e hétero conhecimento emocional e, por último, conseguir desenvolver condições que fomentem a reintegração social. Assim, este projeto compõe-se de um conjunto de sessões que estão distribuídas por três etapas, a 1ª Etapa é intitulada de “Treino de Competências” a 2ª Etapa de “Um novo olhar sobre o Crime” e por fim a 3ª Etapa que pretende ser uma “Reconstrução de Laços: novos olhares e atitudes”, onde aqui a comunidade tem um papel importante ao participar neste projeto. Por fim, achamos que este trabalho pode ser um incentivo a mais investigações e projetos com este público-alvo, que merece um olhar ainda mais aprofundado sobre a sua realidade.

Palavras-Chave: Competências emocionais, reclusos, prisões, justiça restaurativa



Abstract

This research is intended to be a contribution that encourages further research and interventions in the prison context. In this sense, emotional competencies and restorative justice are the main areas that this study has delved into.

Thus, the general objectives of this research were to learn about the prerequisites for the reintegration of prisoners into the community and to theoretically explore the influence of emotional competences and restorative justice on the processes of reintegration into the community. The specific objectives were to learn, theoretically and practically, what is privileged in the reintegration of prisoners, to understand the context in which projects are developed in the process of social reintegration, to promote the repair of damage through contact with victims of crime in order to restore emotions and improve the process of social integration of prisoners. So, after outlining these objectives, we moved on to theoretical research in order to better understand what this problem encompassed. Once this phase was complete, we moved on to field research, which helped us detect possible needs that gave rise to our project. The general objectives of this project are to promote the acquisition of emotional skills, to improve autonomy and integration into the community, and to enable the practice of restorative justice as a form of intervention in emotional skills.

Thus, the specific objectives are to develop strategies and mechanisms to improve emotional management, to provide development and knowledge about their own emotions, to promote meetings with victims and indirect family members of crime in order to foster empathy for others and create emotional self-knowledge and, finally, to develop conditions that foster social reintegration. Thus, this project is a set of sessions spread over three stages: Stage 1 is entitled "Skills Training", Stage 2 is entitled "A New Look at Crime" and finally Stage 3 is entitled "Rebuilding Ties: New Views and Attitudes", where the community plays an important role here by participating in this project.

Finally, we think that this work can be an incentive for more investigations and projects with this target audience, which deserves an even more in-depth look at their reality.

Keywords: Emotional skills, inmates, prisons, restorative justice



Agradecimentos

Quando, no ano de 2018, me decidi inscrever na licenciatura em Educação Social na Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, estava longe de “sonhar” que iria par além da licenciatura, no entanto, tornou-se uma aventura quando decidi, de um momento para o outro, embarcar numa nova viagem, continuar os meus estudos no segundo ciclo académico. Durante esta caminhada, que está prestes a terminar, foram inúmeras as pessoas que se sentaram ao meu lado para me apoiar e ajudar, mesmo não sabendo como, ajudaram.

Agradeço a todos os docentes da Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti que fizeram parte da minha formação pessoal e profissional. Ao professor doutor Luís Gomes, por aceitar ser o meu orientador e por toda a ajuda, disponibilidade e amizade, não só nesta fase, mas em todo o meu percurso académico. Foi uma grande influência na minha vida académica, pela sua boa disposição e forma de ensinar, que me levou a despertar um interesse diferente pela Justiça Restaurativa. À professora doutora Lisete Gonçalves, minha coorientadora, não só pela ajuda e conhecimento partilhado, mas por me ter apresentado o mundo da educação emocional.

À Presidente da Associação Confiar, por ter sido uma referência pela sua experiência, pelos seus conhecimentos e pela sua disponibilidade e ajuda durante todo este projeto. A todos que participaram neste estudo, sobretudo, aos utentes da casa de transição da Confiar, que dispenderam do seu tempo para partilharem comigo um pouco das suas histórias de vida.

Aos meus grandes apoios e portos de abrigo, o meu pai Luís, a minha mãe Paula e a minha irmã Renata. Aos meus pais por toda a dedicação e amor, não só no meu percurso académico, mas em toda a minha vida, pois é graças a eles que hoje sou uma mulher mais forte, de princípios e pronta para seguir os meus sonhos. À minha irmã Renata por ter partilhado todas as suas experiências e vivências para me ajudarem a fazer um bom trabalho, sem nunca desistir.

À Sofia, por ter sido uma pessoa excepcional neste meu percurso, desde o primeiro ano de mestrado que sempre me incentivou e ajudou a crescer, não só como profissional, mas a nível pessoal, foi um pilar fundamental para ter conseguido concluir este projeto.



À Angélica e à Joaquina, pelo carinho e motivação que partilharam comigo ao longo deste trabalho, tendo sempre uma palavra para me acalmar.

A todos que de alguma forma participaram na minha vida e demonstraram apreço por mim.

A todos, muito obrigada!



Índice

Resumo	2
Abstract.....	3
Agradecimentos	4
Introdução	1
1. Intervenção Comunitária	6
1.1 Interação entre a comunidade e o sistema prisional.....	10
2. Instituições Totais.....	13
2.1 Nascimento da Prisão.....	13
1.1 Arquitetura e Espaço.....	16
2.2 Dados Estatísticas dos Estabelecimentos Prisionais em Portugal.....	18
2.3 Enquadramento legislativo do sistema prisional Português e Europeu	19
2.4 Intervenção dentro dos Estabelecimentos Prisionais	33
3. As Emoções	36
3.1 Significado de Emoções.....	36
3.2 Inteligência emocional	39
3.3 A inteligência Emocional e o Crime.....	43
3.4 Competências Emocionais	45
4. Sistema de Justiça Criminal e Justiça Restaurativa	50
4.1 Valores de aplicação da Justiça Restaurativa.....	54
4.2 Os tipos de práticas utilizadas na Justiça Restaurativa	57
4.2.1 Mediação entre Vítima e Infrator (MVO).....	57
4.2.2 Conferências de Grupos Familiares (CGF).....	59
4.2.3 Círculos Restaurativos	60
4.3 Algumas Práticas Restaurativas em contexto prisional	62
5. Enquadramento Metodológico	66
5.1 Objeto de estudo	66



5.2	Objetivos Gerais e Específicos	67
5.3	Terreno empírico de estudo	68
5.3.1	Projetos de Intervenção da Associação Confiar	71
5.4	Métodos e Instrumentos de Pesquisa e Recolha de Dados	72
5.5	Recolha e Análise de Dados	76
5.5.1	Análise dos dados recolhidos.....	78
5.6	Apresentação e discussão dos Resultados	79
5.7	Levantamento das necessidades	95
6.	Proposta de Intervenção Comunitária.....	99
	Introdução	99
6.1	Projeto de Intervenção: Planificação, Execução e Avaliação.....	99
	Considerações Finais	110
	Referências Bibliográficas	114
	Anexos:	i
	Guião da Entrevista aos Ex-reclusos da casa de transição da Associação Confiar:.....	i
	Guião da Entrevista aos Técnicos da Associação Confiar:	iii
	Transcrição das entrevistas aos técnicos.....	v
	1.Entrevista ao Sociólogo e investigador do observatório europeu das prisões:.....	v
	1.2 Entrevista à Educadora Social da Associação Confiar.....	xxvii
	1.3 Entrevista à Presidente da Associação Confiar	xxxvi
	2. Entrevista aos ex-reclusos da Casa de Transição da Associação Confiar	xlvii
	2.1. Entrevistado A	xlvii
	2.2. Entrevistado B	liv
	2.3 Entrevistado C	lix



2.4. Entrevistado D	lxv
3. Tabela de análise das entrevistas aos ex-reclusos:	lxxii
4. Tabela de análise das entrevistas aos técnicos:	lxxvi
5. Questionário de Avaliação	lxxxii
6. Pedido de autorização da Confiar.....	lxxxiv
7. Pedido de autorização dos Entrevistados	lxxxv



Introdução

O presente trabalho de projeto, foi realizado no âmbito do Mestrado em Intervenção Comunitária da Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti e pretende analisar, de forma teórica, como funcionam os estabelecimentos prisionais, nomeadamente, em relação ao trabalho a nível das competências emocionais com os reclusos e utilizando como base de intervenção o modelo de Justiça Restaurativa, partindo da “escuta” das perceções que os técnicos e ex-reclusos apresentam. É importante mencionar que os participantes e público-alvo deste estudo pertencem à Associação Confiar, nesse sentido, não podemos generalizar os resultados obtidos para com todo o universo da população em estudo.

Relativamente aos Estabelecimentos Prisionais (EP's), o Estado afirma que aquele “é o lugar que usa para punir todos aqueles que não respeitaram a ordem que em nome de toda uma sociedade foi por si estabelecida” e, ainda refere, “que todo o indivíduo tem direito à sua purificação e, por isso, à prisão, estabelece-se, também, a função de reabilitar o indivíduo, preparando-o para uma reinserção social futura” (Sampaio, 2011, p.1).

Assim, pretende-se compreender o que os ex-reclusos percecionam sobre as prisões, se consideram que estas os preparam para a reintegração novamente na comunidade e que competências são ou não adquiridas e exploradas durante a reclusão. Trata-se assim, de uma investigação qualitativa, onde existem dois momentos de investigação que se complementam mutuamente, ou seja, a parte de investigação bibliográfica em articulação com a escuta da voz dos ex-reclusos e técnicos para, em seguida, desenhar a planificação da intervenção com base na análise do problema e dos dados recolhidos durante o trabalho de campo.

Deste modo, apresentamos na primeira parte, a fundamentação teórica. Num primeiro ponto, achamos essencial lançar um olhar sobre as perspetivas de diferentes autores sobre a intervenção comunitária, que é a base essencial para este mestrado, visto que a nossa função enquanto técnicos sociais é conseguir que a pessoa se torne um agente ativo e participativo na comunidade, mas que a própria comunidade também se torne participativa na resolução de problemas. Em seguida, num segundo ponto, achamos essencial apresentar uma perspetiva histórica sobre os pressupostos que se encontram por detrás destas instituições, perceber como surgiram, para que efeito e de que forma foram



aparecendo na nossa sociedade. Para além disso, ainda analisamos alguns dados estatísticos dos estabelecimentos prisionais, de forma a perceber a situação atual em Portugal, nomeadamente sobre os níveis de ocupação dos estabelecimentos, a tipologia de crimes e as suas penas. Assim, também foi essencial fazer um enquadramento legislativo sobre o sistema prisional português, nomeadamente sobre as leis e os objetivos pela qual se regem os estabelecimentos e quais as funções destas, de modo, a conseguirmos perceber de uma forma mais próxima o funcionamento do processo de reintegração, nomeadamente em relação a que competências são elencadas para serem trabalhadas. Neste mesmo ponto, ainda fazemos a comparação entre dois países da Europa que achamos mais pertinente, assim decidiu-se analisar França, devido a ter um modelo semelhante ao de Portugal e Noruega, pelo facto de se tratar de um país onde são registados os índices mais baixos de reincidência prisional. Além disso, apresentamos um subponto onde olhamos para a comunidade como um agente ativo na reintegração dos reclusos, percebendo assim qual o papel que esta pode desempenhar para colaborar neste processo, utilizando a prática restaurativa como forma de participação.

Seguidamente, na segunda parte deste trabalho, que se refere às Emoções, estudamos os aspetos essenciais destas questões e que podem ser relevantes para o tema do nosso estudo. Começamos por analisar o significado das emoções, a inteligência emocional e as competências emocionais. Depois, fomos tentar perceber se estas competências são trabalhadas junto dos reclusos assim como, analisar estudos que demonstrem as contribuições destas competências para a reintegração dos reclusos na comunidade.

Como temos por objetivo utilizar a justiça restaurativa como estratégia de intervenção comunitária, apresentamos na nossa terceira parte, uma análise mais aprofundada ao conceito de Justiça restaurativa. Aqui, analisamos os seus valores de aplicação e os tipos de práticas mais utilizadas, bem como a análise de algumas destas realizadas em contexto prisional.

Após toda esta análise, apresentamos na quarta parte, o estudo empírico utilizado no seguimento deste nosso trabalho. Deste modo, nesta investigação foi utilizada a metodologia qualitativa, onde se utilizaram as entrevistas semiestruturadas, já que nos aproximava mais das narrativas dos participantes e permitia-nos ter um diálogo mais livre, mas respeitando sempre os quadros de referência. Nesse sentido, foram realizados



dois guiões de entrevista, que pretendiam ser o principal agente de recolha de informação. Após esta fase, foi realizado a investigação junto de uma associação que trabalha com este público, a Confiar, onde conseguimos entrevistar dois técnicos e quatro ex-reclusos que se encontram na casa de transição desta associação. Como complemento e no sentido de aprofundar conceitos em relação com as práticas, foi decidido também realizar uma entrevista a um sociólogo que já realizou investigações junto do Observatório Europeu das Prisões.

Em seguida, após a recolha de dados estar concluída, apresentamos a nossa análise dos dados, onde optamos por utilizar como ferramenta de auxílio a análise categorial, pois permitiu-nos ter uma visão mais clara e objetiva dos conteúdos essenciais a serem analisados das entrevistas. Assim fizemos dois quadros de análise, um para os técnicos e outros para os ex-reclusos, onde os organizamos segundo categorias e subcategorias com as respetivas citações. Seguidamente, após a análise realizada, os principais resultados obtidos foram uma lacuna na intervenção das competências emocionais nas prisões e ainda, foi possível detetar outras falhas no sistema prisional, como a falta de condições de saúde, falta de participação da comunidade e uma ausência na preparação para a saída.

Por último, surge a nossa proposta de intervenção comunitária, construída e traçada com base nos resultados obtidos durante toda a investigação. Assim, surgiu um projeto que pretende não só ser centrado no recluso, mas também na vítima e na comunidade, tendo como objetivo conseguir trabalhar em simultâneo com estes agentes da sociedade, proporcionando assim uma reparação de danos e não apenas a punição. Posto isto, foi criado um projeto que tem como base objetivos a serem alcançados, nesse sentido, apresentamos como objetivos gerais a promoção de uma aquisição de competências emocionais, para uma melhor autonomia e reintegração na comunidade e a prática da justiça restaurativa como forma de intervenção nas competências emocionais e na participação da comunidade.

Deste modo, apresentamos como objetivos específicos o desenvolvimento de estratégias e mecanismos que melhorem a gestão emocional; proporcionar o desenvolvimento e o conhecimento das suas próprias emoções, para a possibilidade de encontros com vítimas e familiares indiretos do crime, de forma a potenciar a empatia pelo outro, originar um auto e hétero conhecimento emocional e possibilitar condições que fomentem a reintegração social.



Nesta lógica de objetivos, pretendemos que seja um projeto a ser realizado dentro dos estabelecimentos prisionais, como forma de reforço durante a preparação para a saída, no entanto entendemos que se trata de um projeto bastante versátil e que possa ser adaptado a vários contextos de atuação.

Assim sendo, este projeto apresenta três etapas fundamentais: a primeira refere-se ao *“Treino de Competências”*, onde está dividido em seis sessões, que pretende ser a fase onde vão trabalhar as competências emocionais, tendo várias dinâmicas que não trabalham apenas as emoções, mas outras competências como o trabalho em equipa, o diálogo, a escuta ativa e ferramentas de representação. Na segunda etapa, *“Um olhar sobre o crime”*, começamos a introduzir a justiça restaurativa, onde há um conjunto de três sessões, onde se pretende trabalhar ainda as competências emocionais, mas também trabalhar outras competências que ajudem a lidar e agir perante conflitos, além disso, esta é uma etapa bastante importante, pois existe a preparação para um círculo restaurativo, onde existe um trabalho a longo prazo com todos os intervenientes do conflito. Após esta etapa estar concluída, passamos à etapa de *“Reconstrução de Laços: novos olhares e atitudes”*, que se refere ao círculo restaurativo, onde é o momento de ouvirem as versões de cada um, de colocar as questões que ainda não tiveram oportunidade de colocar e principalmente de reparar o dano causado.

Ao longo da realização desta investigação fomos-nos deparando com uma realidade prisional ainda bastante fechada e pouco aprofundada, limitando assim o acesso a fontes e meios que eram essenciais para resultados ainda mais profundos. No entanto, com a realidade que tínhamos foi possível detetar várias lacunas que existem, que muito pouco são mencionadas para a comunidade, não só na educação emocional, mas também o acesso a condições de saúde, a falta de um acompanhamento próximo com os reclusos, que influencia a sua preparação para a saída e, conseqüentemente, a sua reintegração, bem como outras falhas que vai ser possível ler mais à frente.

Deste modo, queremos ainda salientar que a nosso ver é fundamental e essencial haver uma junção da educação emocional e da justiça restaurativa antes, como forma de prevenção (nas escolas) e durante a reintegração destas pessoas em reclusão, pois permitirá que haja uma reaquisição de novas formas de pensar, de agir, de conviver entre todos os cidadãos, que juntamente com a justiça restaurativa, pode permitir ao indivíduo



ter uma maior consciência dos seus atos e das consequências que eles trazem para o outro, havendo assim uma autorresponsabilização e reparação de danos.

Em suma, este trabalho não pretende ser conclusivo ou uma conclusão em si mesmo, mas sim contribuir e abrir caminhos investigativos daqueles que se sentem interessados sobre o funcionamento interno dos estabelecimentos prisionais e sobre a sua forma de atuar, e como isso pode influenciar as nossas comunidades e o futuro das nossas gerações.



1. Intervenção Comunitária

Tendo em consideração que este trabalho está a ser desenvolvido no âmbito do Mestrado em Intervenção Comunitária, é essencial que sejam entendidos os pressupostos e características da Intervenção Comunitária.

Nesse sentido, a intervenção comunitária, atualmente, é distinguida pela sua técnica ou prática social, que visa a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento humano e comunitário, com o auxílio de recursos humanos e institucionais, potencializando a participação ativa e real da população envolvida, com foco na mudança e transformação social (Marchioni et al., citado por Antunes, & Mendes, 2022, p.59). Nesse sentido, a intervenção comunitária, enquanto uma intervenção socioeducativa, pretende potencializar as capacidades e recursos das comunidades, com o objetivo de tornar o indivíduo o principal agente ativo no seu processo de emancipação.

Desta forma, a intervenção comunitária identifica como sendo o seu pilar básico a participação, apresentando assim uma dinâmica endógena, onde são utilizados os recursos em primeiro lugar e, sempre que possível, da própria comunidade, promovendo e estimulando os agentes sociais e as instituições para uma consciencialização dos seus problemas e a trabalharem para uma participação ativa na procura e resolução dos problemas (Antunes & Mendes, 2022, pp.60-62).

Acompanhando a perspetiva de Paulo Freire (citado Antunes & Mendes, 2022, pp.60-62), o primeiro passo a ser realizado neste processo é referente à capacitação das pessoas no sentido de adquirirem consciência crítica das condições precárias e injustas em que vivem, assim como a responsabilidade de tomarem medidas para que elas próprias resolvam ou contribuam para a resolução dos seus problemas (Antunes & Mendes, 2022, pp.60-62).

Assim sendo, é essencial que seja feita a tomada de consciência como primeiro passo para o início de um processo de desenvolvimento e capacitação, permitindo também a aquisição de conhecimentos, técnicas, estratégias e capacidades, para ajudarem no seu processo de mudança e crescimento, de forma a desencadear no sujeito uma perspetiva de vida mais positiva, com maior esperança de mudança das condições de vida, em que esta competência vai permitir a aquisição de um maior controlo sobre o fazer histórico individual e coletivo (Antunes & Mendes, 2022, pp.60-62).



Deste modo, na perspetiva de Marchioni:

“O desenvolvimento pessoal e individual conduz ao desenvolvimento coletivo e comunitário, dado que a comunidade adquire conhecimentos, capacidades e recursos para uma consciente tomada de decisão e uma participação ativa no processo de mudança para alcançar melhores condições de vida, melhorar os níveis de justiça social e melhorar o bem-estar individual e da comunidade.” (citado por Antunes & Mendes, 2022, pp.60-62).

Portanto, a intervenção comunitária pretende realizar um trabalho conjunto e em parceria com as comunidades, de forma a detetar possíveis problemas locais, bem como as suas soluções. Para tal é essencial a criação dos recursos comunitários com as ações concretizadas pela própria comunidade, partindo-se do princípio que as comunidades possuem os potenciais recursos para gerarem o seu próprio desenvolvimento.

De acordo com Fairweather, Sanders, Cresslar, e Maynard, deveremos considerar um conjunto de etapas essenciais para a descrição do processo de intervenção comunitária:

“(1) caracterizar a comunidade onde se vai intervir, assim como identificar e caracterizar o grupo ou grupo social que possam participar nesta intervenção;

(2) determinar o grau de concordância entre os interesses expressos pelo programa e os interesses da própria comunidade;

(3) identificar as fontes atuais e potenciais de conflito entre grupos com influência, tendo em conta que as mudanças provocadas pelas dinâmicas se alteram;

(4) organizar as estruturas ou espaços de encontro, onde os elementos da comunidade se encontram para debater as atividades propostas pelo programa de intervenção, de modo a que possa produzir efeitos nas decisões a nível local, governamental;

(5) envolver os membros da comunidade na planificação e execução do programa de ação e na clarificação dos limites do programa;



(6) definir os objetivos, estabelecendo as prioridades, e selecionando os métodos e tipos de intervenção.” (citado por Carvalhosa, Domingues & Sequeira, 2010, p.479)

Consoante o que os autores Laverack e Labonte mencionam, para a elaboração de projetos ao nível da intervenção comunitária existem essencialmente duas abordagens, a “top-down” e a “bottom-up”. Estas duas abordagens são distintas, apresentando ambas as suas características específicas: assim, os programas top-down baseiam-se na responsabilidade individual, seguindo uma orientação com perspetiva no deficit e na solução de problemas, enquanto os programas bottom-up, sustentam-se no empowerment, com o objetivo da capacitação e na melhoria de competências (citado por Carvalhosa, Domingues & Sequeira, 2010, p.480).

No projeto de investigação e, posteriormente, de intervenção que se apresenta no nosso trabalho, temos por objetivo realizar uma análise mais aprofundada sobre as prisões e o seu funcionamento na prática. É bastante importante estudar as prisões e a forma como as mesmas funcionam na atualidade, pois estas ainda não são um assunto “ativamente falado” na sociedade, tornando-se uma realidade desconhecida onde prevalecem incertezas sobre a sua atuação.

Em Portugal, a privação da liberdade constitui a única medida punitiva a que estão sujeitos os cidadãos portugueses e estrangeiros que pratiquem atos puníveis com pena de prisão, com a importante componente de reinserção social que a lei exige que seja promovida em contexto prisional:

“A execução das medidas privativas de liberdade deve orientar-se de forma a reintegrar o recluso na sociedade, preparando-o para, no futuro, conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem que pratique crimes. A execução das medidas privativas de liberdade serve também a defesa da sociedade, prevenindo a prática de outros factos criminosos.”
(Art.º 2.º do Decreto-Lei 265/79, de 1 de agosto)

No entanto, começamos a perceber que os números de ocupação dos estabelecimentos prisionais continuam a aumentar, pois em 2022, segundo os dados da Pordata, existiam mais de 12 mil pessoas em situação de reclusão (Pordata, 2023).



Assim, parece-nos que a teoria pode não estar em concordância com a prática, nesse sentido a importância de estudar e intervir nesta realidade é essencial para um bom funcionamento da comunidade, pois, “estudar as prisões é, por isso, questionar a nossa capacidade de nos transformarmos, enquanto pessoas e enquanto povos” (Dores, 2003, p. 5).

Deste modo, é essencial emponderar não só estas pessoas que estão em privação de liberdade ou que já passaram pela reclusão, trabalhando e desenvolvendo com elas as suas melhores capacidades, interesses e aptidões, mas também trabalhar em comunidade, permitindo uma consciencialização sobre o que são as prisões, o impacto que elas têm na vida de um indivíduo, de forma a que haja uma maior abertura por parte da comunidade em receber de novo estes indivíduos e, em conjunto, ajudar a traçar novamente as suas vidas. Assim, a intervenção comunitária é essencial neste âmbito pois permite-nos detetar problemas nas comunidades, ter uma perceção sobre os mesmos, de forma a solucionarmos e até ser possível antever a reclusão.

Ao realizarmos um trabalho com os reclusos de forma a estimular e trabalhar as suas competências emocionais, bem como os dotar de estratégias para lidarem com situações mais desafiantes, estamos a desenvolver aptidões no indivíduo que o vão tornar um agente social muito mais capaz para enfrentar os desafios e obstáculos que possam surgir no seu regresso à sociedade e é nesse sentido que a preparação para a saída é bastante importante dentro dos estabelecimentos prisionais. No entanto, o trabalho não é só dentro dos estabelecimentos, mas também com a comunidade, pois é necessário que a comunidade que vai receber este indivíduo esteja disposta a aceitá-lo novamente, reconhecendo a necessidade da criação de organismos capazes de ajudar a sua reintegração, de forma a que a sua libertação não resulte numa reincidência.

No entanto, as formas de participação comunitária nas práticas tradicionais da justiça criminal são pouco profundas, ou seja, “os membros da comunidade não falam nos processos criminais convencionais (...) ao invés disso, são os procuradores, juízes e advogados que falam em nome de todas as possíveis vítimas, desde a vítima direta, até a sociedade” (Dzur & Olson não citado por Rosenblatt, 2024, p.45), ou seja, não atuam de forma significativa na resolução de conflitos. Neste sentido, as práticas restaurativas são uma forma essencial da comunidade participar na reintegração dos reclusos, visto que estudos (Zehr citado por Rosenblatt, 2024, p.45) apontam para que a Justiça Restaurativa



(JR) tenha a comunidade, como um dos seus principais pilares na sua prática. Deste modo, pretendemos utilizar a justiça restaurativa como forma de envolver a comunidade neste processo de reintegração, uma vez que o crime não afeta só o agressor e a vítima, mas também a comunidade, tornando essencial envolver estes três agentes na análise do dano causado pelo delito e, em conjunto, conseguirem desenvolver um plano de reparação de danos (McCold citado por Rosenblatt, 2024, p.45). Neste sentido, a utilização da justiça restaurativa parece-nos uma das melhores formas de envolver a comunidade neste processo de inclusão e reintegração, pois mais que envolver a comunidade na gestão deste conflito, estamos a capacitá-la para que ela consiga reconhecer e resolver os seus próprios conflitos e, conseqüentemente, ser capaz de monitorizar o crime (Bazemore & Christie, citado por Rosenblatt, 2024, p.47).

Assim, a intervenção comunitária tem uma ligação significativa com esta temática, pois é uma abordagem educacional que promove a livre iniciativa dos indivíduos, a consciencialização dos seus problemas e a capacitação para a gestão diária de todos os recursos disponíveis. Assim, esta abordagem contribui para o processo de encontrar soluções para a resolução dos seus próprios problemas e, portanto, na mudança das condições de reintegração.

1.1 Interação entre a comunidade e o sistema prisional

Como podemos ver anteriormente, para além do trabalho prisional, do contacto com as famílias no processo de reintegração dos reclusos, este também se realiza com a presença da comunidade. Conforme menciona Pedro Dorés, “os sistemas prisionais são uma instituição moderna. Como outras, apareceram abruptamente à nossa consciência coletiva idealizada, mas foi mais paulatina a entrada nas nossas vidas quotidianas” (Dorés, 2003, p.85).

Deste modo, ainda que ao longo dos séculos as sociedades colocaram à sua margem os delinquentes, na atualidade o objetivo pretende ser outro, ou seja, para além de proteger a sociedade de uma pessoa que não cumpriu com as normas, pretende sobretudo, promover a sua reintegração na comunidade, dando-lhe uma nova oportunidade. Sendo assim, se seguirmos esta linha de pensamento deste autor, percebemos que, apesar das prisões terem sido construídas de forma distante do meio urbano e afastadas da comunidade de origem destes reclusos, a tendência da atualidade é



a de aproximar, cada vez mais, os reclusos do seu meio a que pertencem (Dores, 2003, p.85).

Nesse sentido, segundo Santos, a comunidade tem como fundamento o pressuposto de que:

“todos os esforços devem ser feitos no sentido de assegurar que os regimes prisionais sejam concebidos e geridos de forma a (...) minimizar os efeitos negativos da detenção e as diferenças entre a vida na prisão e a vida em liberdade” (Santos, 2003, p.109).

Além deste autor, no Relatório da Comissão para a Reforma do Sistema de Execução de Penas e Medidas (Relatório da Comissão para a Reforma do Sistema de Execução de Penas e Medidas [CRSEPF], 1997, p.24) acredita que “a abertura da prisão à sociedade, para além de permitir ao cidadão livre adquirir um conhecimento próprio da realidade penitenciária (...), desempenha um papel autónomo de não-dissociação do recluso, na medida em que atenua os efeitos negativos da institucionalização” (citado por Santos, 2003, p.109). Se queremos integrar estes indivíduos na sociedade de uma forma positiva, temos que criar condições que os mantenham próximos da sua realidade de origem, ou seja, não é possível colocar as prisões afastadas das comunidades de origem destes indivíduos. Uma comparação bastante pertinente que o investigador Rui Gonçalves faz em relação a este assunto é a que se faz entre os marinheiros, que iam meses para o mar e ficavam isolados de toda a sociedade, o que acontece com os estabelecimentos de alta segurança, onde os detidos são colocados a distâncias enormes da sua comunidade de origem (Gonçalves, 2000, p. 188).

Sendo assim, é necessário juntar esforços para que esta realidade mude e evolua no sentido de existir uma interação e proximidade entre a comunidade e os estabelecimentos prisionais. No relatório de “*Wolf Report*”, já de 1991, propunha-se a existência de medidas essenciais para combater este distanciamento, onde sugeriam a edificação de estabelecimentos prisionais de pequenas dimensões e distribuídos por várias regiões, de modo a que os reclusos pudessem estar mais próximos da comunidade, que permitiria um contacto mais permanente com o meio familiar e amigos e a comunidade poderia olhar para estes reclusos com os princípios de pertença aquele grupo (Santos, 2003, p.110) .



Com isto, e como se vem a comprovar pela Comissão para a Reforma do Sistema de Execução de Penas e Medidas, num dos seus relatórios, a proximidade com a comunidade traz benefícios no processo de reintegração, pois tem “um papel fulcral na não-dissociação dos reclusos e na normalização da sua vida emocional, contribuindo de forma significativa para o alívio das tensões do quotidiano prisional” (citado por Santos, 2003, p.112). Nesse sentido a Comissão defende que é bastante importante haver esforços através do estado nas “campanhas de informação e de sensibilização das populações e incentivos, nomeadamente, na colaboração da comunidade na reinserção social do recluso (CRSEPM, 1997, citado por Santos, 2003, p.13). Para além disso, o modelo restaurativo aconselha a que haja uma mudança nas relações entre as comunidades e os sistemas de justiça criminal (Dzur & Olson, citado por Rosenblatt, 2014, p.47), tornando-se uma forma de alargar o acesso da comunidade à justiça criminal e a justiça restaurativa pressupõe a mudança “do papel do cidadão de mero destinatário de serviços para tomador de decisões, com uma participação efetiva na determinação dos serviços que devem ser ofertados e de como eles devem ser prestados” (Bazemore citado por Rosenblatt, 2014, p.47).

Neste sentido, é importante que exista uma abertura por parte da comunidade em participar nestas práticas restaurativas, mas também das prisões, ou seja, que a comunidade tome consciência dos obstáculos e dificuldades pelos quais os reclusos passam e que as prisões se mostrem disponíveis para a comunidade. Posto isto, esta interação entre comunidade e a justiça criminal pressupõe que haja um envolvimento dos cidadãos e de associações da comunidade com atividades simples, mas complementares para a potencialização da reintegração dos reclusos.



2. Instituições Totais

2.1 Nascimento da Prisão

Vamos abordar agora um aspeto importante neste estudo: a instituição total. Esta é caracterizada pelo seu “fechamento”, segundo barreiras que são utilizadas para separar os internados do contacto social com o exterior. Uma das características principais destas instituições é o facto de concentrarem as várias versões da vida de uma pessoa no mesmo espaço, sob a supervisão de uma equipa (Goffman, 1987, p.7).

Assim, pela perspetiva de Goffman, as instituições totais surgem como sendo caracterizadas por um local de residência e trabalho onde um largo número de indivíduos com situações semelhantes são afastados da sociedade, por um determinado tempo (Goffman, 1987, p.11). Dentro desse conceito é possível agrupar essas instituições de cinco maneiras. As que são desenvolvidas para tratar pessoas com deficiências, idosos e crianças; os espaços que são destinados a pessoas incapazes de se auto-cuidar e, conseqüentemente, são um risco para a comunidade; e existem também as que se formaram para a comunidade contra ameaças e perigos intencionais, onde estão incluídas as prisões; há também as instituições com o intuito de se efetuar de um modo mais adequado alguma tarefa instrumental (quartéis, navios, escolas internas); e por fim, os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, que também podem servir como locais de instrução para religiosos, tais como: abadias, mosteiros, conventos e outros claustros (citado por Benelli, 2014, p.24)

Assim, os estabelecimentos prisionais, também conhecidos como prisões, são considerados instituições totais, por serem constituídos como um sistema híbrido que inclui indivíduos com episódios parecidos, no mesmo espaço, por um certo período de tempo estabelecido, onde estão sobre a orientação e vigilância de superiores.

Para Goffman estas instituições são também definidas como sendo “organizações racionais conscientemente planeadas como máquinas eficientes para atingir determinadas finalidades oficialmente confessadas e aprovadas” (citado por Silva, 2012, p.9) e apresentam como principal objetivo o de garantir a execução das penas e medidas privativas da liberdade, promovendo, assim, a manutenção da ordem e paz social e a criação de condições de reinserção social dos reclusos (DGRSP, 2023). Assim, podemos perceber que a prisão é utilizada como forma de punir o comportamento de alguém, que apresentou um comportamento fora da suposta norma social.



Segundo outra perspetiva, na conceção de Dores, as prisões são o “resultado da falta de educação, da falta de civilização, do fracasso de outras instituições, como a escola ou o estado social (...)” (Dores cit in Rodrigues, 2022, p. 1).

Com as várias leituras efetuadas, torna-se um pouco difícil destacar uma data, um momento ou uma teoria que determinem o momento exato do surgimento das prisões e dos vários tipos de penas e sentenças aplicadas. Um dos grandes autores a estudar este tema foi Foucault, na sua obra *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*, onde nos mostra uma relação entre o poder e a lei, pois como ele diz, a prisão surgiu como resultado “de um processo político de controlo e segurança interna do grupo social, que coloca o condenado como alguém que simultaneamente, é objeto de submissão ao poder punitivo e, sobretudo, é exemplo didático para o povo, tal qual garante da lei e do poder” (Gonçalves, 2002, p.138), ou seja, a prisão está desde cedo ligada à imagem de castigo, mas a ideia de prisão já preexistia à aplicação de leis penais, pois era organizada fora do mecanismo judiciário. Segundo Foucault a prisão teve início com o aparecimento dos processos de “repartição, fixação e distribuição espacial de indivíduos, classificando-os, treinando-os, retirando-lhes o máximo de tempo e de forças, codificando-lhes comportamentos contínuos, sujeitando-os a uma visibilidade desprovida de lacuna” (citado por Santos, 2013, p.9). Deste modo, estes indivíduos foram colocados num sistema de controlo e poder, submetidos a uma privação e observação total.

Com o decorrer dos tempos, houve uma evolução em relação às prisões, ou seja, processos que levaram a que as prisões ficassem mais “sólidas”. Para Foucault foram três momentos que marcaram essa evolução, primeiramente no séc. XVII, onde houve a vigência de sociedades soberanas, onde se atesta a existência de manicómios e asilos. Mais tarde, à queda da soberania, o poder e a lei, com a sua evolução, começaram a ter outra forma, capazes agora de administrar e regular, tornando-se assim uma parte da justiça penal. O autor ainda aponta para as várias formas de punição que foram surgindo, ressaltando que quando a lei pune o indivíduo, ou seja, quando este acaba por perder o processo, sendo considerado culpado, seria condenado a um castigo, que poderia passar pela condenação à morte, ou ser queimado, exilado, marcado ou pagar uma multa à vítima prejudicada. O segundo momento para Foucault que marca a evolução foi entre o séc. XVIII e XIX, onde houve a reforma e estruturação do sistema penal, onde ocorreu a luta dos reformadores contra o superpoder dos soberanos, ou seja, a população começa a



movimentar-se contra os castigos, nomeadamente, da tortura. Neste momento ocorre o reconhecimento do criminoso, ou seja, o reconhecimento da sua “humanidade” (Gonçalves, 2002, p.141). A partir deste momento, da humanização dos condenados, os reformadores começam a avançar com um novo parecer sobre o crime, o direito de punir, existindo aqui uma maior ponderação entre o crime e a punição. Assim, “a punição identifica-se agora com o resultado de um procedimento legal, que por sua vez, é exigido na base de uma lógica que só o direito pode proporcionar” (Gonçalves, 2002, p.142), deste modo, o indivíduo que cometer um crime, passa não só a ser inimigo do Estado, mas de toda a sociedade, transformando assim os condenados num bem social de apropriação coletiva.

Além disto, Foucault refere uma questão importante, a gradação das penas e das punições no séc. XIX, onde os reformadores impulsionam a criação de novas formas de vigilância e de aprisionamento. Assim, vão sendo erguidas prisões partindo da pedagogia universal do trabalho, que tem por base os interesses do Estado, onde os reclusos estão distribuídos por espaços individualizados, classificatórios, segregados, controlados e hierarquizados, capazes de desempenhar diferentes funções, consoante o objetivo específico pretendido (Gonçalves, 2002, p.143). Posto isto, podemos verificar que este tipo de punição não é apenas ausência do direito de liberdade, mas sim a imposição à realização de trabalhos forçados e como diz Michel Foucault:

“procura-se construir não um sujeito de direitos, mas sim um sujeito obediente. O sistema penal é concebido como instrumento de defesa da sociedade burguesa, no qual a disciplina visa moldar os corpos dos indivíduos rumo a um processo de controle e sujeição.” (Foucault, 1975, p.165).

Por fim, como última etapa de consolidação da prisão para Foucault, observa-se uma reforma prisional, onde a prisão voltou novamente a localizar-se em espaço restrito e segregado, onde as técnicas disciplinares foram ministradas pelo modelo técnico de cura e normalização, como maneira de terapia de correção do indivíduo.

Para além disto, também é possível verificar que existe uma ligação entre o aparecimento das prisões e a forma como a sociedade lidou com o aparecimento de uma grande doença, a peste, que foi considerada das maiores pandemias da história da civilização (Lefebvre, citado por Gonçalves, 2002, p. 142). A Peste Negra, uma doença



infeciosa apareceu em 1348, no entanto continuaram-se a verificar surtos pestíferos quase até ao século XX (Universidade Nova, 2023). Se analisarmos bem, podemos perceber que esta doença necessitava de locais de isolamento, assim, segundo Foucault, surge a “sociedade disciplinar”, pois as pessoas estavam sob um controlo social, supostamente necessário para assegurar que a doença fosse controlada e não se propagasse. Esta ideia de “sociedade disciplinar” surge de forma a responder ao fracasso dos ideais iluministas, ou seja, o fracasso aqui frisado é referente às sociedades que estavam a ser supostamente construídas com base na universalidade da razão e no consenso social, mas, no entanto, estão mais impotentes do que modernas (Lauro, 2023). Esta “sociedade disciplinar” apresenta dois modos que se transformam numa estrutura. Assim sendo, primeiramente o homem cria um espaço arquitetónico onde o olho do poder está sempre atento, assim o espaço da disciplina é fechado, onde tudo está sob o controlo de alguém superior, onde existe tempo controlado, cronometrado e fiscalizado (Lauro, 2023). Por outro lado, ainda temos uma sociedade com indivíduos adestrados, ou seja, criação de instituições onde existe a formação de indivíduos obedientes, adestrar aqui, significa fazer os indivíduos responder “à vigilância, à punição e ao exame como Homem, racional, confiável, adulto, sadio, branco, heterossexual, europeu, enfim, normal” (Lauro, 2023).

Nesse sentido, foram criados locais de encerramento, de exclusão, onde as pessoas detetadas com esta doença ficavam isolados da restante sociedade, onde era imposto uma prática disciplinar rígida. Com isto, percebemos que assim nasce também a prisão, onde as pessoas são controladas num espaço de exclusão, criando a dicotomia e a etiquetagem, capaz de ser extensível a outros cenários.

Assim, Foucault encontra uma mecânica de vigilância individual, que classifica e modifica o comportamento, é como se fosse um espaço arquitetonicamente formulado para ser o espaço de uma prisão, de uma escola, de uma fábrica ou manicómio, as instituições totais, como referimos anteriormente (Lauro, 2023). Sendo assim, este mecanismo de vigilância era o Panóptico, que vamos estudar mais à frente e que acaba por ser uma utopia da sociedade e do poder, onde aparece com a função de vigilância, de controle e de correção.

1.1 Arquitetura e Espaço

No seguimento do que foi apresentado anteriormente, podemos perceber que estamos perante uma mudança na sociedade, pois as pessoas começam a perceber o modo



como se produzia e se distribuía a riqueza, deixando assim de se conformar mais com essas ilegalidades da população. Assim, sob esta lógica da sociedade capitalista, a classe trabalhadora é vista como um grupo possível de ser controlado, vigiado, instruído e moralizado. Nascendo assim, uma nova sociedade que não permite comportamentos negativos, como os furtos, negligência, preguiça, tornando-se assim, os inimigos da sociedade os próprios elementos da população (Foucault, 1975, p.166).

Assim, no séc. XIX começam a surgir as novas maneiras de aprisionamento e de vigilância, com a gradação das penas e das punições, foi então nesta altura que a prisão se assumiu como uma instituição, consequência do interesse em construir uma rede de poder para ser a controladora de tudo que foge à margem do normal, ou chamando “do que seja ilegal”. Deste modo, começam a ser construídas prisões que têm como suporte “a conceção da pedagogia universal do trabalho, que atende aos interesses do capital, focando no controle do tempo, na eliminação do ócio, no respeito, nas atividades regulares, nos movimentos obrigatórios” (Foucault, 1975, p.166). Deste modo, as prisões começam a aparecer como grandes edifícios, com muros altos, o que significa para Foucault, o nascimento do panoptismo, onde se pode observar prisões com estrutura de anel, uma torre central, onde em seu redor são feitas celas, em que todos os ângulos são feitos de modo a se poder vigiar de forma constante. Logo, percebemos que a arquitetura destes espaços é planeada de modo a facilitar o controlo, sem pôr em causa a necessidade do homem para a execução desse controlo.

Posto isto, para Foucault, o panoptismo leva a que exista um Estado de consciência e com visibilidade constante, de modo a garantir o funcionamento automático do poder (Foucault, 1978, p.167). Outro autor importante é Lefebvre que também aponta para três características específicas da arquitetura prisional: o ser funcional, ser utilitária e ser disciplinar (citado por Gonçalves, 2000, p.169). Deste modo, segundo este mesmo autor, os edifícios eram construídos de forma retangular ligados entre si, com uma apropriada separação entre os vários tipos de reclusos, segundo a idade e o tipo de crime, proporcionando assim, uma segurança e supervisão mais rigorosa. (Lefebvre, citado por Gonçalves, 2000, p.169).

Com isto, surge um dos dispositivos de vigilância, o Panóptico de Jeremy Bentham (Gonçalves, 2000), ou seja, uma estratégia arquitetural, onde existia um edifício em forma de anel, no meio do qual havia um pátio com uma torre no centro, esse anel dividia-se em



pequenas celas que davam tanto para o interior quanto para o exterior e em cada uma dessas pequenas celas havia um recluso e na torre central um vigilante. Assim, este mecanismo tem como seu principal objetivo que o recluso esteja a ser constantemente observado, sem que o próprio saiba em que momento exato está a ser, de forma a que nem houvesse a oportunidade de cometer algo de errado e fazer-se sentir desprovido de qualquer privacidade, pois está sempre sobre uma observação total (Gonçalves,2000).

2.2 Dados Estatísticas dos Estabelecimentos Prisionais em Portugal

Para além de percebermos como nasceram as prisões e de como foi traçada a sua arquitetura, é importante também analisar as temáticas relativas aos números de reclusos e a taxa ocupação das prisões.

Deste modo, o que resultou com maior relevância para o nosso trabalho foi a questão da elevada ocupação dos estabelecimentos, que estatisticamente, Portugal apresenta uma elevada taxa de ocupação dos estabelecimentos prisionais, assistindo-se a uma situação de sobrelotação. Segundo os dados do Relatório Anual de Segurança Interna (2022), a população reclusa aumentou em 795 reclusos, um aumento bastante acentuado e que se tem vindo a verificar entre 2020 e 2021 (Sistema de Segurança Interna, 2022, p.103). Ou seja, em 2021 apresentava uma taxa de ocupação de 90,3 % e os dados mais recentes, de 2022, apresentam uma taxa de 96,3%, verificando-se assim, um aumento de +6% (Sistema de Segurança Interna, 2022, p.103). No entanto, os especialistas afirmam que se averigua: *“pelo quinto ano consecutivo, a não se verificar sobrelotação no sistema prisional”* (Sistema de Segurança Interna, 2022, p.103) ou seja não consideram existir sobrelotação dos sistemas prisionais.

Além disso, se formos olhar para os dados presentes na base de dados da World Prison Bried (2023), existe neste momento 12 367 pessoas pressas em Portugal e com base na população nacional estimada de 10,50 milhões de pessoas, estamos com uma taxa de ocupação de 96,2% e Portugal apresenta de capacidade oficial 12 663 pessoas. (World Prison Brief [WPB], 2023). Relativamente à Europa, pode-se observar que Portugal encontra-se com uma alta taxa de detidos, pois por cada 100.000 habitantes apresentamos uma taxa de 118% de ocupação prisional (World Prison Brief [WPB], 2023).

Relativamente à tipologia de crimes, pode-se verificar que os crimes contra as pessoas, são os que ocupam maior percentagem, 30,9%, em que predominam os



homicídios, em seguida os crimes contra o património com 24,2%, depois com 18,4 % aparecem os crimes relativos a estupefacientes e, no último, os crimes contra a vida em sociedade com 9,8% (Sistema de Segurança Interna, 2022, p.103).

Por último, referente ao indicador das penas, este relatório aponta para uma estabilização nos valores de prisão por dias livres e um aumento pouco acentuado nos condenados até 6 meses, de 0,3%. Em relação às penas de 3-6 anos e 6-9 anos não foi verificados aumentos e nos escalões de 9-12, 12-15, 15-20 e 20-25, conseguiu-se verificar uma descida leve em todos eles (Sistema de Segurança Interna, 2022, p.103).

2.3 Enquadramento legislativo do sistema prisional Português e Europeu

Após esta análise estatística, achamos pertinente e necessário perceber quais são as leis e os objetivos pelos quais se regem os estabelecimentos e quais as funções destas, de modo a conseguirmos perceber de uma forma mais próxima o funcionamento dos estabelecimentos prisionais e se as estatísticas estão de acordo com o que é teoricamente pretendido. Neste sentido, vamos fazer um pequeno enquadramento legislativo e comparativo do sistema prisional português com dois países da Europa.

Antes de passar para análise da legislação adjacente aos estabelecimentos prisionais, é importante mencionar que existe um organismo regulador e fiscalizador dos Estabelecimentos Prisionais a nível Europeu: o Comité Europeu para a Prevenção da Tortura e dos Tratamentos ou Castigos Desumanos ou Degradantes (CPT). Este foi criado através da “Convenção Europeia para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes” do Conselho da Europa. o CPT foi criado em 1989, tendo a sua inspiração no artigo 3.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, que estabelece que “Ninguém pode ser submetido a torturas, nem a penas ou tratamentos desumanos ou degradantes” (Campos, 2015, p.27).

Neste sentido, este organismo apresenta como principal função a de prevenção e proteção das pessoas em reclusão contra qualquer forma de tortura ou de maus-tratos, nesse sentido este organismo organiza visitas de forma a perceber as condições em que se encontram estes indivíduos, tendo disponibilidade total para circular e comunicar livremente com qualquer indivíduo ou entidade que lhe possa fornecer informações (Campos, 2015, p.27).



Na Constituição da República Portuguesa, todos os direitos, liberdades e garantias fundamentais destinados a todos os cidadãos estão salvaguardados, sendo este um normativo que constitui o “valor nuclear e enformador de qualquer ordenamento jurídico, cujos preceitos de natureza programática e orientadora de todos os domínios jurídicos, incluindo o domínio jurídico que regula a execução das penas e medidas privativas da liberdade” (Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar, [DILP], 2020, p.44). Desta forma, podemos verificar que no presente artigo 1º da Constituição da República Portuguesa, está escrito que “Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária” (Constituição da República Portuguesa [CRP], 2005, art.1) e no artigo 13º afirma também que:

“todos os cidadãos têm a mesma dignidade social, são iguais perante a lei e que ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual” (CRP., 2005, art.13).

Sendo assim, quando um indivíduo entra no sistema prisional, a sua pena tem como um objetivo principal a sua reinserção, onde este vai ser, com ajuda dos técnicos especializados, preparado para exercer uma vida socialmente ativa e responsável, prevenindo, assim, a possibilidade da prática de mais atos criminosos. Deste modo, o recluso, detentor deste nome, porque se encontra num regime de reclusão, continua a possuir todos os direitos humanos, como dissemos anteriormente, apenas fica condicionado ao direito da liberdade, pois é uma condição que provém da sua situação penal.

Além disto, é importante ainda mencionar que os estabelecimentos prisionais estão sobre alçada do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade (CEP), onde são referidos vários direitos e deveres fundamentais para uma boa conduta e funcionamento ([DILP], 2020, p.46). Neste CEP, são mencionados os princípios orientadores que devem estar presentes no decurso da execução das penas e das medidas privativas da liberdade, tais como:



- “Ser assegurado o respeito pela dignidade da pessoa humana e pelos demais princípios fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa, nos instrumentos de direito internacional e nas leis;
- Consideração pela personalidade do recluso e os seus direitos e interesses jurídicos não afetados pela sentença condenatória ou decisão de aplicação de medida privativa da liberdade;
- Ser imparcial e não pode privilegiar, beneficiar, prejudicar, privar de qualquer direito ou isentar de qualquer dever nenhum recluso, nomeadamente em razão do sexo, raça, língua, território de origem, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual;
- Observar os princípios da especialização e da individualização do tratamento prisional do recluso;
- Evitar, tanto quanto possível, as consequências nocivas da privação da liberdade e aproxima-se das condições benéficas da vida em comunidade;
- Promover o sentido de responsabilidade do recluso, estimulando-o a participar no planeamento e na execução do seu tratamento prisional e no seu processo de reinserção social, nomeadamente através de ensino, formação, trabalho e programas;
- A reclusão deve realizar-se, na medida do possível, em cooperação com a comunidade” ([DILP], 2020, p.46).

Para além destes princípios orientadores, existe um procedimento quando o individuo ingressa no EP, este procedimento é organizado nas alíneas a), f), j) e n) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 7.º, artigos 16.º e 19.º do CEP e artigos 3.º a 10.º e n.ºs 1 e 4 do artigo 12.º, artigos 13.º, 18.º, 19.º, 53.º e 54.º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais. Nestes são mencionados e explicados aos reclusos e entregues em documento onde os mesmos são elencados, deste modo, são clarificados todos os direitos e deveres do recluso.



Além disso, no CEP estão expostas as normas e diretrizes que é suposto praticar no tratamento penitenciário dos reclusos, no entanto, uma vez que a reinserção social do recluso é a finalidade principal do cumprimento de uma pena, esta deve ser além de punidora, reeducadora do indivíduo que a cumpre, nesse sentido, achamos pertinente apenas referir o que se relaciona com o processo de reinserção social do recluso ([DILP], 2020, p.47). Deste modo, quando um indivíduo é institucionalizado existe um plano individual de readaptação, que é elaborado com o/a técnico(a) e o recluso, em conjunto e sempre que:

“(...) a pena, soma das penas ou parte da pena não cumprida exceda um ano, o tratamento prisional tem por base um plano individual de readaptação, a sua base é a avaliação inicial do recluso, o qual é periodicamente avaliado e atualizado, na sua elaboração deve procurar-se obter a participação e adesão do recluso, este recebe um exemplar do documento e das suas atualizações (...) ou que concerne aos reclusos até aos 21 anos, independentemente da duração da pena é obrigatória a elaboração do plano individual de readaptação.” ([DILP], 2020, p.48)

Por isso, ele é convidado a participar no seu Plano Individual de Readaptação (PIR) (Artº. 21 do CEP), que pretende ajudar na preparação para a liberdade, onde são determinados, com a participação do recluso, as medidas e atividades mais apropriadas ao tratamento prisional deste, bem como a sua duração e faseamento, nomeadamente nas áreas de ensino, formação, trabalho, saúde, atividades socioculturais e contactos com o exterior.

Assim, o PIR é o principal instrumento que os técnicos de reeducação utilizam como base contratual e entre o sistema prisional e o recluso, de maneira a ocupar o tempo de pena da forma mais ativa possível, permitindo ao recluso a oportunidade de obter novas competências ou desenvolver as que já detém, de modo a uma reintegração o mais ajustado à vida em sociedade. Deve-se considerar o Plano Individual de Readaptação um processo dinâmico que, apesar de elaborado aquando da entrada na prisão, deve ser reajustado constantemente ao longo da pena e do desenvolvimento do recluso, tendo por base uma avaliação inicial de necessidades, os objetivos a cumprir, as ações a desenvolver, a estimativa do tempo para a sua aplicação e os expedientes necessários para a sua aplicação prática ([DILP], 2020, p.48).



Para além deste PIC, os reclusos ainda têm acesso a programas específicos, onde a execução das penas e as medidas privativas da liberdade compreendem a participação em programas específicos que proporcionam a aprendizagem ou o complemento de competências pessoais e sociais, de modo a permitir a convivência ordenada no estabelecimento prisional e a possibilidade da adoção de comportamentos socialmente responsáveis (Artigos 47.º e 48.º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade). Assim, apresenta como objetivo:

“da aquisição, promoção ou reforço de competências pessoais, emocionais e sociais, de mudança de atitudes e de comportamentos, de empatia para com a vítima e a consciencialização do dano provocado, o controlo da agressividade e de comportamentos violentos em grupos diferenciados de reclusos, nomeadamente nos reclusos jovens e a prevenção da reincidência e da recaída, nomeadamente em crimes de natureza sexual, de violência doméstica ou relativos à condução de veículo sem habilitação legal ou em estado de embriaguez ou sob a influência de substâncias estupefacientes.” ([DILP], 2020, p.48)

Para além disto, tem a possibilidade de desenvolver atividades no quotidiano. Neste sentido, os EP devem oferecer a frequência ao recluso de outros níveis de escolaridade, designadamente através do recurso a meios de ensino à distância e oferecer ao recluso com necessidades educativas especiais o apoio que lhe permita aceder ao ensino em condições idênticas às dos restantes reclusos. Ao recluso estrangeiro, de língua materna diferente da portuguesa, é garantido o acesso a programas de ensino da língua portuguesa (pelo menos quando o tempo de pena a cumprir exceda um ano) ([DILP], 2020, p.51). Por conseguinte, deve ser garantido ao recluso, de acordo com as ofertas disponíveis, trabalho em unidades produtivas de natureza empresarial, tendo em conta as suas aptidões, capacidades, preparação e preferências, sem prejuízo do acesso ao ensino e à formação profissional e da participação nos programas culturais.

Nesta linha, também está disponível a participação em atividades socioculturais, recreativas e desportivas (artigo 49.º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade e artigos 93.º a 96.º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais) onde os EP's disponibilizam a cada recluso o acesso a bibliotecas, ao serviço de leitura, a videotecas e a programas diversos de animação cultural disponibilizados pelo



estabelecimento prisional e a atividades desportivas, sob a orientação técnica adequada, cuja intenção é o bem-estar físico e psíquico, o desenvolvimento das aptidões e do espírito de convivência social ordenada dos reclusos, para além disto, também “deve assegurar aos reclusos tempo livre e de descanso, incluindo o direito a permanecer a céu aberto”, em espaços que garantam proteção, “por um período não inferior a 2 horas diárias, essa duração pode ser reduzida, em situações excepcionais, nunca podendo ser inferior a 1 hora diária” ([DILP], 2020, p.52)

Ao longo da análise da legislação, nomeadamente do CEP, chamamos a atenção especificamente para esta alínea, presento artº. 2º do Capítulo I:

“A execução das penas e medidas de segurança privativas da liberdade visa a reinserção do agente na sociedade, preparando-o para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes, a proteção de bens jurídicos e a defesa da sociedade.” (Decreto Lei n.º 115/2009)

Aqui estão explícitos os princípios que teoricamente foram elencados e que correspondem ao que é necessário em qualquer processo de reintegração, no entanto quando observamos a realidade e os dados estatísticos referentes que analisamos no tópico 2.2 *Dados Estatísticas dos Estabelecimentos Prisionais em Portugal* a grande ocupação existente nos sistemas prisionais, faz-nos refletir sobre a intervenção dentro e fora dos estabelecimentos prisionais. Durante as leituras realizadas, podemos entender que os princípios orientadores para um bom funcionamento dos EP's têm por base o respeito pela personalidade do recluso, os seus direitos e interesses, bem como aproximar as condições da vida dentro do estabelecimento prisional às condições de vida no exterior, isto para que, seja possível realizar uma intervenção mais próxima à realidade para diminuir o impacto no momento da libertação.

No entanto, segundo as normas estabelecidas, entre outras, os reclusos são autorizados pelo diretor do estabelecimento prisional a efetuar dois telefonemas por semana em telefone da rede fixa, com duração não superior a dez minutos cada (Artigo 209º do DL n.º 51/2011, de 11 de abril): isto mesmo pode conduzir-nos a uma reflexão sobre as condições da reclusão, pois essa realidade aparenta estar afastada daquilo que para nós é o “normal” da vida diária, onde podemos contactar os nossos amigos e



familiares quando necessitamos, sem hora estabelecida. Neste sentido, poderá estar a levar a um distanciamento com a família e posteriormente, pode levar, também, à quebra de laços sociais, que é essencial no processo de reclusão e reintegração.

Outro grande fator que parece não corresponder aos princípios teóricos é o trabalho em meio prisional pois o documento da “Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar”, menciona que:

“a atividade de promoção de formação tem em vista a integração na sociedade e no mundo laboral da população jovem e adulta abrangida pelos organismos e serviços do Ministério da Justiça, designadamente a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), tendo em conta as suas carências, motivações e aptidões, bem como as necessidades do mercado de trabalho” (p.37).

Ou seja, tem que se enquadrar o mais possível com a realidade exterior, mas também com os interesses e aptidões dos reclusos, de forma a também sentirem-se motivados e preparados para a realidade do exterior. No entanto, a população reclusa não é toda homogênea, apresentando assim a sua heterogeneidade, vários níveis de escolaridade e é difícil que o sistema penal seja capaz de se moldar a todos os indivíduos e a dar as respostas mais adequadas aos diferentes indivíduos.

Assim, existe uma falta de trabalhos com valor educativo revelante para a população reclusa, pois, segundo o Artº 42º, alínea b) do CEP, “O trabalho é organizado pelos estabelecimentos prisionais nas suas próprias instalações, (...) e os serviços auxiliares e de manutenção das instalações e equipamentos.”, ou seja, muitos desses trabalhos existentes são de jardinagem ou os chamados “faxinas” que são responsáveis pela limpeza e manutenção dos espaços. No entanto, temos de ter em consideração que muitos desses trabalhos não correspondem à atualidade do mundo do trabalho no exterior, bem como se pensarmos num recluso que tenha o 12º ano ou curso superior, ao colocá-lo num destes trabalhos, podemos estar a comprometer todo o processo de reintegração do indivíduo, pois pode sentir-se desvalorizado e humilhado, visto que estamos a colocá-lo num trabalho que nada tem haver com as suas aptidões e interesses.

Com isto, também surge a questão da remuneração que não é comparada à realidade social exterior à prisão. Podemos observar isto mesmo no relatório de 2002



intitulado *Reducing re-offending by ex-prisoners*, da Social Exclusion Unit (SEU), onde nos é mostrado que noutros países, como Inglaterra, os reclusos não têm direito a salários equivalentes ao salário mínimo e trabalho prisional ainda se mantêm nas pequenas oficinas das instituições, como em Portugal. No entanto, existe uma formação na parte das competências procuradas no mundo do trabalho, como o trabalho em equipa, a responsabilidade, a comunicação, no entanto as condições financeiras são muito diferentes da realidade do exterior (Social Exclusion Unit [SEU], 2002, p.54).

Em Portugal, não existe de facto um valor fixo que os reclusos auferam, apenas é referido pela DL n.º 49780, de 22 de março, no artigo 71.º que:

“Compete ao Ministro da Justiça, ouvida a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, fixar as remunerações dos reclusos, que serão calculadas com base nos salários dos trabalhadores livres, na natureza do trabalho e na qualificação profissional, tendo em conta os custos de internamento.

3 - Consideram-se custos de internamento as despesas respeitantes a instalações, alimentos, roupas e serviços.

4 - A remuneração fixada pode reduzir-se até 75% quando o rendimento do recluso for abaixo do normal.

5 - Compete ao Ministro da Justiça, ouvida a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, fixar a remuneração por exercício de atividade ergoterápica, que será calculada tendo em atenção a natureza dessa mesma atividade.

6 - O recluso deve tomar conhecimento, por escrito, da remuneração que lhe for atribuída, devendo ser-lhe lida a comunicação, quando não saiba ou não possa fazê-lo.” (Decreto-Lei n.º 265/79)

Deste modo, podemos observar que existe uma lacuna nas questões do trabalho em contexto prisional, pois apesar deste desempenhar um papel socialmente relevante no quotidiano dos reclusos, em termos de gratificação profissional, o mesmo apresenta limitações uma vez que, no geral, se trata de uma atividade mal remunerada, desqualificada, repetitiva e que poderá ser utilizada como forma de manter o recluso



ocupado e para a manutenção da ordem mais do que para as aspirações próprias de cada indivíduo.

Por último, achamos importante mencionar que a “prestação de cuidados de saúde é outro dos aspetos com relevo no processo da reinserção social dos reclusos, uma vez que cada estabelecimento prisional” ([DILP], 2020, p.40) como explica o artigo 33.º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade e o artigo 55.º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais, onde o Diretor do estabelecimento prisional deve “criar um plano de promoção e defesa da saúde e prevenção da doença, com especial incidência na vertente da redução de comportamentos aditivos, de dependência e de risco ” ([DILP], 2020, p.40) .

Seguidamente, a título exemplificativo e no âmbito do nosso trabalho de investigação, achamos pertinente analisar o sistema prisional de dois países europeus, de forma a ter um meio de diálogo e comparação com Portugal. Nesse sentido, decidiu-se analisar a França, devido a ter um modelo semelhante ao de Portugal e a Noruega, pelo facto de se tratar de um país onde são registados os índices mais baixos de reincidência prisional.

O sistema Prisional Francês está sobre a alçada do Ministério da Justiça, onde existem 190 estabelecimentos prisionais e 103 serviços de liberdade condicional e reintegração (Campos, 2015, p.44). Neste sentido, apresentam um regime idêntico ao de Portugal, pois tem como objetivos a proteção da comunidade, o castigo do agressor e os interesses da vítima, com a finalidade de preparar o condenado à sua reintegração novamente na sociedade. Estes EPs estão divididos em duas grandes categorias, primeiramente as *maisons d'arrêt* (casa de detenção), onde são destinados a indivíduos com prisão preventiva ou que a pena não exceda os dois anos, sendo que estas casas de detenção se dividem em 2 categorias distintas: para pessoas com penas curtas e para pessoas que vão apenas pernoitar nos fins de semana (Campos, 2015, p.45).

Há a considerar pois, os estabelecimentos para a pena, que se dividem em três tipos: primeiramente, temos a *maison centrale* (casa central), que alberga os condenados a penas longas e considerados indivíduos perigosos (Campos, 2015, p.45); há também os *Centre de détention* (centro de detenção) onde são colocados os indivíduos que apresentam maior probabilidade de reintegração social já que os seus crimes não são de



natureza perigosa; por fim, temos os centre de *semi-liberté* (centro de semi-liberdade) e os *centre pour peines aménagées* (centros de prisão temporária), onde os detidos participam em programas de ensino ou terapêutico na comunidade, ou, ainda mantêm um emprego no exterior, comparecendo nas instalações ao fim do dia e nos fins-de-semana (Campos, 2015, p.47).

Em relação à forma como são administrados os serviços prisionais em França, podemos dizer que são bastante parecidos com os de Portugal, pois ambos reconhecem a importância de manter os laços familiares dos reclusos durante o período de reclusão de modo, a proporcionar um retorno positivo à comunidade após a libertação. Nesse sentido, França apresenta a possibilidade de as crianças com menos de 18 meses poderem ficar com as suas mães nas instalações prisionais e proporciona espaços destinados a reuniões familiares e áreas de diversão para as crianças, além disso, ainda conta com três visitas semanais para os indivíduos em prisão preventiva e uma visita semanal, no mínimo, para os detidos condenados (Campos, 2015, p.47).

Uma das práticas mais evolutivas para a reintegração dos reclusos e que se tem tornado frequente nas prisões francesas, é a utilização de unidades familiares, os pseudo-apartamentos dentro dos estabelecimentos prisionais onde os/as reclusos(as) podem passar até 72 horas com as companheiras(os) e filhos. Estes “apartamentos” são normalmente utilizados para os indivíduos com penas mais longas, de modo a que exista um contacto próximo com as famílias, para manter a conservação dos laços e vínculos familiares (Campos, 2015, pp.47-48). Nesse sentido, existe a preocupação dos guardas prisionais apenas circundarem à área envolvente e não entrarem do espaço “privado” das famílias.

Normalmente estas visitas começam por ter primeiramente a duração de 6 horas, as visitas seguintes podem durar 24h, 48h e finalmente 72 horas se não houver incidentes. É importante ainda mencionar que os reclusos podem-se candidatar a estes apartamentos assim que entram para as instalações e podem solicitar a utilização destas unidades de dois em dois meses, (Campos, 2015, pp.47-48). Alguns destes apartamentos até incluem um pequeno quintal e área para crianças de modo a tornar o espaço muito mais acolhedor e familiar.



Em relação ao trabalho em meio prisional, podemos dizer que França valoriza muito o acesso a oportunidades de emprego, pois é considerado pelos franceses um direito básico dos reclusos e não apenas um privilégio em consequência de um bom comportamento (Campos, 2015, pp.48-49). Deste modo, França criou um estabelecimento prisional focado nas oportunidades de emprego que se destina a abrigar indivíduos com penas longas que não são considerados perigosos e que têm um grande potencial de reintegração. Assim, existem oficinas que incluem equipamento e maquinaria moderna onde são produzidos artigos de carpintaria, mobiliário, caixotes de lixo para parques públicos e até equipamento aeronáutico (Campos, 2015, pp.48-49).

Os reclusos neste EP conseguem ter uma sensação de liberdade, aparentemente, mais notória. Os reclusos não têm de usar uniforme e existem cabines telefónicas que estão disponíveis em várias áreas públicas e os reclusos podem utiliza-las em qualquer altura (Campos, 2015, pp.48-49). Nesta prisão em particular, os reclusos podem receber até 1000 euros por mês. Este dinheiro é utilizado como compensação às vítimas e o resto colocado numa poupança para quando saírem em liberdade. As oportunidades de emprego oferecidas nestes estabelecimentos são únicas e a disponibilidade de trabalho varia muito de uma prisão para outra (Campos, 2015, pp.48-49).

Na França é adotado o princípio de redução de danos, onde a privação de liberdade é um meio para um fim, ou seja, como tem o objetivo de minimizar os danos, ao oferecer esta possibilidade de trabalhos, com remunerações mais agradáveis, possibilita a oportunidades de pagar uma indemnização às vítimas (Campos, 2015, pp.48-49).

Tal como em Portugal, os reclusos no sistema prisional francês têm direito ao documento de identidade, a votar, a casar ou registar uniões civis, e obter rendimentos mínimos enquanto estão presos. Estas medidas existem para dar ao recluso condições de vida similares às do cidadão comum e para facilitar a sua reintegração na comunidade e os estabelecimentos prisionais franceses funcionam de acordo com as diretivas do Conselho da Europa, onde é certificado se as prisões cumprem as regras penitenciárias europeias (Campos, 2015, p.50).

Algo bastante parecido com Portugal são os visitantes, ou seja, cidadãos, representantes da comunidade, que visitam as instalações prisionais e dão uma ideia da vida nas prisões. Esta prática foi implementada em junho de 2011 e ocorre como uma



tentativa do governo francês de criar maior transparência nas práticas prisionais. Em relação à sobrelotação não é um problema significativo nas instalações francesas, pois na maioria das prisões que estão localizadas em áreas provinciais, raramente atingem a sua capacidade máxima (Campos, 2015, p.50).

Por último, algo bastante interessante é o facto de algumas prisões, haver a possibilidade de celas individuais terem a sua pequena cozinha em cada andar, dando aos reclusos a oportunidade de cozinhar as suas refeições, criando a sensação de maior liberdade e independência. (Campos, 2015, p.51)

Em seguida, vamos falar do sistema prisional norueguês, onde o Ministério da Justiça norueguês e a polícia são os órgãos governamentais responsáveis pela manutenção e desenvolvimento das garantias básicas do Estado de Direito, com o objetivo de garantir a segurança da sociedade e de cada cidadão. Neste país a Direção dos Serviços Prisionais Noruegueses é a responsável pela execução da prisão preventiva e pelas sanções penais para que se leve em consideração a segurança de todos os cidadãos e a tentativa de prevenir a reincidência, permitindo que os criminosos, por sua própria iniciativa, alterem o seu comportamento criminoso (Campos, 2015 p.54).

Assim, existem seis ramos de nível regional, onde cada região é responsável pelo cumprimento de sentenças dentro de seus limites e são responsáveis por garantir o uso coerente de recursos e de uma cooperação eficiente com outras regiões. Deste modo, os ramos regionais a seu cargo controlam e alocam recursos para as unidades locais dentro das suas fronteiras. É importante referir que devido ao facto geopopulacional do país se caracterizar por uma baixa densidade populacional, a Noruega privilegia a proximidade familiar. Nesse sentido possibilita ao infrator que a sua pena seja cumprida o mais próximo do seu local de residência, existindo assim, a necessidade de haver um número relativamente grande de pequenas prisões, deste modo, a Noruega apresenta cerca de 3900 celas em 43 prisões espalhadas por 61 locais (Campos, 2015, pp. 54- 55).

Na Noruega eles criaram uma política onde consta um recluso por cela, esta política é baseada no princípio da detenção humana, no entanto têm surgido alguns problemas pelo facto de não haver capacidade suficiente para o número de reclusos. Outro problema detetado por este país são os baixos índices de saúde mental nesta população, ou seja, o facto de existir um grande número de reclusos que tem de lidar com problemas



psiquiátricos ou outros problemas de saúde mental, muitas vezes associados a problema de dependência, sendo que os serviços prisionais nem sempre têm os recursos e a competência para lidar com estes problemas. Um aspeto bastante importante é o facto de ser dos países com a taxa de reincidência mais baixa, pois apresenta uma forma de reintegração bastante diferente de outros países. Ou seja, na Noruega a privação de liberdade já é castigo suficiente para estes indivíduos; neste sentido surgem muitas críticas à forma como este sistema prisional funciona, pois, os reclusos têm acesso à educação de alta qualidade, assim como a oportunidades para trabalhar, receber apoio de saúde mental e permanecer autossuficientes ao cozinhar suas próprias refeições (Campos, 2015, pp. 54- 55).

Assim, há dois tipos de estabelecimentos prisionais que achamos relevante mencionarmos. Primeiramente temos o exemplo do EP Halden Fengsel, onde é caracterizado pela sua decoração de arte moderna, pois as paredes dos corredores do prédio são cobertas por quadros enormes, flores, pinturas de ruas de Paris e azulejos de Marrocos (Campos, 2015, pp. 55- 58). A prisão foi construída numa área de floresta e já ganhou prémios de "melhor design interior", com uma decoração que tem mesas de laminado branco, sofás de couro e cadeiras elegantes espalhadas pelo prédio. A prisão apresenta ainda um estúdio de gravação de músicas, ampla biblioteca, chalés para os detidos receberem visitas da família, ginásio com parede de escalada, campo de futebol e oficinas de trabalho para os presos (Campos, 2015, pp. 55- 58). Tem trabalho (com uma pequena remuneração), cursos de formação profissional, cursos educacionais (como aulas de inglês para presos estrangeiros). No entanto, a musculação não é um exercício permitido porque, segundo os noruegueses, desperta a agressividade nas pessoas. Mas existem outras atividades desportivas, educacionais e de trabalho (Campos, 2015, pp. 55- 58).

Algo bastante diferente das outras prisões são as celas, pois estas são quartos, ou seja, não têm grades, têm amplas janelas, com vistas para a floresta, e bastante luminosidade. As celas individuais são equipadas com cama, casa de banho, televisão, mesa, cadeira e armário, quadro para afixar papéis e fotos, além de frigoríficos. As celas são separadas em blocos: oito celas em cada bloco (os blocos mantêm separados, por exemplo, os violadores e pedófilos que, também na Noruega, não são perdoados pelos



demais detidos). Cada bloco tem sua cozinha e a comida é fornecida pela prisão, mas é preparada pelos próprios detidos.

Uma das obrigações fundamentais de todos funcionários, a começar pelo diretor, é mostrar respeito às pessoas que estão ali, em todas as situações. A equipa entende que ao mostrar muito respeito ao detido, ele vai aprender a respeitar-se. Quando isso acontecer, ele vai estar preparado para respeitar os outros. A prisão de Halden foi projetada para incorporar a ideia que os noruegueses têm de execução penal e a pena é a privação da liberdade Campos, 2015, pp. 54- 55). Nesse sentido, apresenta como objetivo a reabilitação, não o castigo, este tipo de prisões apresenta condições para se ter acesso, pois se os detidos não mostrarem progressos nos cursos de qualificação profissional e de reabilitação, param de ter direito a desfrutar das "prisões mais humanas do mundo" e se quebrarem as regras ou se recusarem a fazer a sua parte nos esforços de reabilitação, podem regredir para prisões tradicionais (Campos, 2015, pp. 54- 55).

Em seguida, temos o exemplo da Prisão de Bastoy, que fica localizada na ilha de Bastoy, aqui os detidos que se encontram neste estabelecimento já se encontram na fase de preparação de saída. Assim, estes indivíduos vivem em pequenos grupos, em casas espalhados pela ilha, com quartos individuais, cozinha completa, televisão e todos os confortos de uma casa pequena (Campos, 2015, pp. 54- 55). Este lugar é equipado com uma biblioteca, escola, sala de música, sala de cinema, sala de ginástica, capela, loja, enfermaria, dentista, oficinas para consertar bicicletas (o meio de transporte dos presos pela ilha) e de outros equipamentos, carpintaria, serviços hidráulicos, estábulo, campo de futebol, court de ténis e sauna. Com isto, os reclusos podem trabalhar no estábulo, na oficina, na floresta e nas instalações do prédio principal, podem ainda praticar desporto, fazer cursos, pescar, nada na praia exclusiva da "prisão". A comida é preparada e servida pelos detidos e todos se sentam às mesas na companhia dos guardas prisionais, funcionários administrativos e do governador da prisão (Campos, 2015, pp. 54- 55). Em relação às visitas estas são feitas um dia por semana, com três horas para presos sem filhos e todo o dia para os que têm filhos. Na prisão, existem duas pequenas celas com grades, bem escondidas. Elas são destinadas a presos que quebram a regra cardinal: são proibidas a violência, bebidas alcoólicas e drogas (Campos, 2015, pp. 54- 55).

A Noruega considera que existe apenas um castigo para estes indivíduos, a restrição de liberdade, pois o recluso detém os mesmos direitos que qualquer outro



indivíduo que viva na Noruega. Assim, os infratores são colocados no regime de segurança o mais baixo possível e durante o cumprimento da pena, a vida deverá ser a mais parecida possível com a vida no exterior (Campos, 2015, pp. 59- 61)

O principal motivo da escolha deste país, foi o facto de ser um dos que apresenta a taxa mais baixa de reincidência prisional, pois ronda os 20%, visto que dá bastante importância à reabilitação e reintegração, com objetivo que os indivíduos regressem à sociedade como um membro produtivo (Campos, 2015, pp. 59- 61). Isto é, a reabilitação é obrigatória, não uma opção e o sistema de execução penal da Noruega exclui a ideia de vingança, que não funciona, e foca-se na reabilitação do criminoso, que é estimulado a fazer sua parte através de um sistema progressivo de benefícios, dentro dos estabelecimentos prisionais (Campos, 2015, pp. 59- 61).

2.4 Intervenção dentro dos Estabelecimentos Prisionais

No desenrolar desta investigação, deparamo-nos com algumas dificuldades, sobretudo no acesso aos programas e projetos que eram realizados no interior das instituições prisionais portuguesas, no sentido de promover uma melhor e mais positiva reintegração na vida em sociedade.

Nesse sentido, se nos formos guiar pelo site oficial da Direção Geral dos Serviços Prisionais, esta dispõe de um conjunto de programas e projetos, cuja finalidade é a ocupação dos reclusos, contribuindo para a reintegração social, onde são desenvolvidas e estimuladas as competências individuais, sociais e artísticas (Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais [DGRSP, 2023]). No entanto, com as idas ao terreno, ou seja, com as entrevistas e conversas informais que foram sendo realizadas fomos percebendo que muitos desses programas não chegavam a todos os reclusos quando eram implementados, sobretudo detetamos que existia uma ausência de projetos e programas que trabalhassem as questões emocionais.

Pelas informações disponibilizadas na DGRSP, existiu apenas um Programa de Treino de Competências Pessoais e Emocionais (GPS) que foi avaliado pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra, onde demonstrou que as competências emocionais acarretam mudanças significativamente positivas nos comportamentos relacionados com o cometimento de crimes dos adultos e jovens que o frequentaram. Entre elas, destacam-se alterações clinicamente significativas em domínios importantes



do comportamento dos utentes do Programa, avaliados antes, durante e após a frequência do mesmo, designadamente no autocontrolo emocional, controlo dos impulsos, ajustamento comportamental e ainda uma diminuição dos sentimentos de desconfiança, entre outros (DGRSP, 2023). Os participantes registaram uma melhoria significativa no controle da raiva e no final da intervenção mostraram um estilo de pensamento pró-social (leitura mais realista das situações interpessoais), destacando-se uma descida muito acentuada nos níveis de ansiedade e depressão e uma redução dos sentimentos de paranoia, promovendo desta forma um processo de reinserção social mais competente e prevenindo igualmente o cometimento de novos crimes (DGRSP, 2023).

Como já foi mencionado ao longo deste trabalho, o sistema penal foi sofrendo uma reformulação ao longo dos tempos onde, em vez de ser um sistema direcionado para a punição do delincente, foi direcionado para a reabilitação dos mesmos. Nesse sentido, de acordo com Shepherd, Green e Omobien (citado por Teixeira, 2015, p. 46) “uma boa intervenção é aquele cujo objetivo se centra na modificação do comportamento e na reabilitação dos indivíduos delinquentes”. Assim, segundo Redondo e Andrés-Pueyo defendem que:

“o tratamento psicológico com delinquentes se baseia na reformulação dos fatores de risco, destinando-se a beneficiar os indivíduos com novos reportórios de comportamentos ou competências pro-sociais, assim como permitir ao indivíduo controlar as suas emoções e prevenir as reincidências nos comportamentos delinquentes.” (citado por Teixeira, 2016, p.46).

Desta forma, autores como Redondo e Andrés-Puevo (2007), afirmam que a delinquência é uma consequência do défice das habilidades, tanto cognitivas como emocionais e, nesse sentido, são essenciais a existência de programas de intervenção que permitem treinar o indivíduo de modo a dotá-lo de competências indispensáveis para a sua vida, social, emocional e relacional (citado por Teixeira, 2016, p.46).

Assim, fomos procurar sobre possíveis programas que tivessem sido desenvolvidos que trabalhassem estas questões emocionais e relacionais fora dos estabelecimentos prisionais, de modo a perceber melhor que resultados foram alcançados. Dessa forma, conseguimos salientar o programa “*Pensamento e Reabilitação*” de Ross e



Fabiano, que apresentava como público-alvo jovens com delinquência, que é um dos programas mais mencionados por vários autores, visto que a sua intervenção promove a prevenção da violência, a inclusão comunitária, a gestão das emoções e o domínio dos seus impulsos (Brown, citado por Teixeira, 2016, p.47). É um programa que parte do princípio que são sujeitos que apresentam alguns problemas em solucionar problemas interpessoais e, nesse sentido, este projeto atua nos aspetos cognitivos do indivíduo atuando, assim, em várias etapas, como a “prática de raciocínio, do reconhecimento do problema, identificação das emoções associadas ao problema, discussão de pensamentos, colheita de informação sobre o problema, avaliação das prováveis soluções ao problema e por fim, a avaliação das competências adquiridas” (McGuire, citado por Teixeira, 2006, p.47).

Podemos destacar os programas PPS (Pensamento Pró-Social), a Aventura Social – Programas de Competências de Relacionamento Interpessoal e o GPS (Gerar Percursos Sociais, sendo os mais divulgados em Portugal. Desta maneira, apresentam como objetivo melhorar as competências pessoais e sociais, através do reconhecimento dos comportamentos antissociais e a alteração de comportamentos antissociais pelo incentivo de comportamentos pró-sociais, dos quais se destaca o GPS, aplicado em diferentes centros educativos e prisões (Teixeira, 2006, p.49). Assim, foi possível destacar nestes programas resultados significativos no funcionamento psicológico e social do indivíduo, visto que a intervenção tinha como finalidade trabalhar a componente social, emocional, moral, cognitiva e física (Teixeira, 2006, p.49).

De um modo geral e segundo Greenberg (citado por Teixeira, 2006, p.51), os grandes objetivos destes programas de promoção de competências pessoais, sociais e emocionais ocorrem em função de treinar e dotar os comportamentos do indivíduo, desenvolvendo assim o autoconceito positivo, de forma a conseguir prevenir comportamentos delinquentes através da estimulação dos sujeitos para que sejam capazes de ajustarem as suas atitudes, com capacidades de identificar sentimentos, reconhecer problemas e construir soluções alternativas, de maneira a antecipar as consequências prováveis dos comportamentos.



3. As Emoções

Assim sendo, optamos neste trabalho por estudar de que forma estas competências emocionais podem ajudar na vida e na reintegração destes indivíduos. Pois, segundo a nossa visão seria essencial introduzir no processo de preparação para a saída, um campo dedicado à inteligência emocional, visto que a educação emocional se fundamenta num autoconhecimento de si mesmo que proporciona ao indivíduo uma aptidão de gerir as suas emoções, desenvolvendo-se a nível pessoal e, em consequência, criar uma melhor qualidade de vida para si e para os outros (Santos, citado por Manso & Sousa, 2022, p.11). Assim, trabalhar a gestão emocional dentro dos estabelecimentos prisionais, como complemento à reabilitação e, futuramente, reintegração seria uma mais valia, visto que segundo Goleman, os indivíduos que possuem a educação emocional desenvolvida tornam-se pessoas capazes de liderar e gerir grupos, de forma a evitar conflitos com outros e têm mais capacidade para entender o comportamento do outro (citado por Manso & Sousa, 2022, p.11).

Deste modo, decidimos começar com uma investigação mais aprofundada sobre os pressupostos das emoções e as suas implicações e benefícios.

3.1 Significado de Emoções

O nosso suporte cognitivo, os nossos conhecimentos e experiências têm um papel bastante importante na nossa vida, mas a forma como lidamos com as emoções também é um aspeto fundamental na vida humana. Assim, achamos necessário começar por fazer uma análise das diferentes definições que existem sobre as emoções.

Conseguimos perceber que não existe uma só definição e, como diz Goleman, “há muito mais subtilezas de emoção do que nós temos palavras para as descrevê-las” (Goleman, 1995, p.310) pois esta varia de autor para autor, dependendo da importância que este lhe atribui. Assim, segundo este mesmo autor, as emoções referem-se a “um sentimento e aos raciocínios daí derivados, estados psicológicos e biológicos, e o leque de propensões para a acção” (Goleman, 1995, p.310). Se formos analisar esta palavra no Oxford English Dictionary já aparece definida como “uma agitação ou perturbação do espírito, sentimento, paixão, qualquer estado mental excitado ou veemente” (citado por Goleman, 1995, p.310). No entanto, também podemos observar que para outros autores as emoções são correspondentes “às alterações corporais que ocorrem face a alterações



internas e ambientais” (Céspedes, 2014, p.18), que se iniciam no terceiro trimestre da vida intrauterina.

Para além destas, temos um autor bastante importante nesta temática, António Damásio, que explica que a “emoção é espoletada automaticamente pela interação do corpo com o estímulo e manifesta-se através de modificações viscerais, sendo a perceção mental dessas alterações orgánicas o sentimento de emoção” (citado por Serrado, 2020, p.203).

Embora não haja um consenso sobre esta definição das emoções, conseguimos perceber que esta deriva de um processo cognitivo e automático, ou seja, segundo Moreira, pode derivar de um processo cognitivo, porque esta emoção pode estar ligada ao pensamento que temos de uma situação ou de alguém, isto é, a emoção não é algo único, mas uma ligação a um pensamento sobre algo ou alguém, o que significa que se tivermos a capacidade de mudar o pensamento que temos sobre esta situação, conseguimos mudar também a emoção que estamos a sentir (Moreira, 2019, p.59). Em relação ao facto de derivar também de um processo automático, este mesmo autor aponta para o facto de algumas emoções já nascerem connosco, como o medo perante um animal selvagem, quando não temos tempo de pensar, mas sentimos logo a emoção de medo (Moreira, 2019, p.59). Outro autor importante nesta área é Magalhães, que descreve as emoções como “sendo uma das experiências mais marcantes do ser humano e uma construção psicológica na qual interagem diversos e complexos componentes cognitivos, fisiológicos e subjetivos.” (citado por Arruda, 2014, p.25).

Deste modo, se olharmos para a origem desta palavra, conseguimos perceber que surge do latim *movere*, movimento/mover (Goleman, 1995, p. 28), que nos leva a interpretar as emoções como sendo um processo que ocorre em vários domínios, que nos faz tomar decisões ao longo da vida e que nos informam, em vários momentos, daquilo que estamos a viver. Assim, as emoções não são apenas algo que se reflete em nós de forma somática, mas sim, têm um papel fundamental no bem-estar do indivíduo e provoca reações comportamentais face à nossa perceção e significado atribuído aquela emoção.

Para além disto, considera-se que há muita diversidade no tipo de emoções, segundo nos explicam os vários autores. Se olharmos para António Damásio, este defende que existem três tipos de categorias para as classificar, temos as emoções de fundo, que



segundo o mesmo são emoções confundidas com humor, as emoções primárias que são comuns a vários autores, onde estão incluídas as emoções: medo, zanga, nojo, surpresa, tristeza e felicidade, e são intituladas de primárias pela sua facilidade de identificação. Por fim, temos as emoções sociais, que nesta categoria estão incluídas a simpatia, a compaixão, a vergonha, a culpa, o orgulho, o ciúme, a inveja e a gratidão, nesta categoria podemos incluir também as emoções primárias, uma vez que se podem manifestar como sociais (citado por Pereira, 2017, p.23).

Todavia, para outros autores há apenas dois tipos de emoções: as primárias e as secundárias. As primárias são classificadas como sendo inatas, já nascem connosco, e desempenham um papel fundamental na nossa sobrevivência (como o medo que surge instantaneamente ao ver um animal selvagem). Em relação, às emoções secundárias, estas resultam de um processo de aprendizagem que está dependente dos vários contextos e experiências vividas (Chabot, citado por Lamas, 2021, p.17)

Assim, podemos perceber que as emoções têm um papel fundamental na nossa vida, pois são estas que vão determinar a qualidade de vida e os relacionamentos do ser humano. Pois, segundo Ekman (2011, p.13) as emoções tanto podem fazer com que o indivíduo se sinta bem, como podem causar estragos neste, uma vez que a emoção leva a que o indivíduo age de uma determinada forma, que para ele é a mais apropriada no momento, mas também pode fazer com que mais tarde se arrependa da sua ação.

Neste sentido, as emoções podem desencadear diversas respostas, ou seja, podem refletir-se em comportamentos agressivos ou não, como as expressões faciais, vocalizações e a linguagem corporal, e a sua avaliação pode ter por base vários indicadores, como os indicadores fisiológicos, que está relacionado com a respiração, a pressão muscular e sanguínea e, por último, os indicadores neurológicos (Arriaga & Almeida, 2010, p.64). Ao realizar esta análise ao mundo das emoções podemos compreender a importância que as emoções têm em relação a adaptação e integração ou reintegração da pessoa às vivências e situações do quotidiano. Deste modo, a importância é atribuída à parte cognitiva que pode provocar no indivíduo uma perceção positiva ou negativa do que está a sentir e, determinar assim, o comportamento face à perceção da emoção.



Com isto, e tendo em conta o estado de arte acerca da definição de emoção, nota-se que todas “as emoções são, essencialmente, impulsos para o agir, planos de instância para enfrentar a vida que a evolução instilou em nós” (Goleman, 1995, pp. 28).

Por fim, e como fomos mencionando ao longo do decorrer do trabalho, as emoções acarretam um papel fundamental nas nossas vidas, e que se não compreendermos o que estamos a sentir, dificilmente iremos conseguir lidar com elas e, conseqüentemente, não vamos conseguir obter bons resultados para o nosso dia-a-dia. Aprendermos a lidar com as nossas emoções, é um caminho que devemos trabalhar todos os dias, para que consigamos relacionar-nos com o outro e com as diversas situações boas ou más que nos vão surgindo na vida.

3.2 Inteligência emocional

Em seguida vamos abordar a inteligência emocional (IE), que segundo um dos primeiros autores a estudar sobre este assunto, Salovey e Sluyter, mencionam que existe uma ligação entre a razão (inteligência) e a emoção. Isto é, a capacidade de o indivíduo raciocinar acerca das emoções, ter a perceção das suas próprias emoções e a dos outros e usar essa capacidade para orientar o seu pensamento e ação (cit in Lamas, 2021, p.11). Estes autores, ainda afirmam que se utilizarmos a emoção de modo inteligente, estamos a tornar o processo de decisão melhor, uma vez que torna o nosso pensamento mais flexível, a perseverança em relação a tarefas desafiantes aumenta, proporciona uma evolução emocional e intelectual e auxilia na avaliação e expressão emocional (cit in Lamas, 2021, p.11).

Assim, a inteligência emocional é definida por Salovey & Sluyter, como sendo a aptidão de gerar motivações a si próprio e de prosseguir com um objetivo, apesar das dificuldades de controlar impulsos e de saber aguardar os seus desejos, mantendo-se num bom estado de espírito que o impede que a ansiedade interfira na capacidade de raciocinar, de ser empático e autoconfiante (cit in Lamas, 2021, p.11). Um fator importante que estes autores mencionam é a impossibilidade de separação entre a racionalidade e as emoções, uma vez que ambas promovem uma maior eficácia na tomada de decisões, porque ao controlar as emoções conseguimos mais conscientemente realizar as nossas escolhas (Lamas, 2021, p.11).



Wong e Law (citado por Santos, 2014, p.148), explicam a inteligência emocional como sendo a capacidade de racionalizar as emoções através de processos cognitivos, incluindo assim o entendimento das suas próprias emoções e as dos outros e a capacidade de regular e usar as emoções, como tomada de decisão. No entanto, Bar-On e Parker, (citado por Santos, 2014, p.59), mencionam que a inteligência emocional é um tipo de inteligência não cognitiva definida por um conjunto de habilidades emocionais, de personalidade, de competências pessoais e sociais inter-relacionadas que afetam a capacidade do indivíduo de lidar com suas necessidades e com o stresse do momento.

Esses autores mencionam ainda, cinco dimensões da inteligência emocional: a dimensão intrapessoal, que envolve o autocontrole e as habilidades pessoais de autodomínio, levando em consideração as emoções provocadas pelas interações pessoais, a interpessoal, a adaptabilidade e a gestão do stresse e do humor (citado por Santos, 2014, p.59), isto, porque esta inteligência emocional é definida por “um conjunto interligado de emoções, personalidade, competências individuais e sociais, que influenciam a capacidade dos indivíduos lidarem com as exigências e pressões do contexto” (Bar-On e Parker, citado por Santos, 2014, p.59).

Segundo a visão de Mohapel (citado por Lamas, 2021, p.12), podemos perceber que as emoções estão também no centro de todas as interações e que, se alguém puder sentir, reconhecer e gerenciar suas emoções coletivas, será mais eficaz no seu trabalho. Deste modo, uma conversa, que depende da inteligência emocional, é um processo de mudança na maneira como pensamos e criamos um significado juntos, assim, Mohapel também menciona quatro níveis de inteligência essenciais fundamentais na vida de um indivíduo, sendo estas a consciência emocional, a gestão emocional, a gestão de relacionamento e a consciência emocional social (cit Lamas, 2021, p. 30).

Ao longo da análise referente às várias perspectivas sobre a Inteligência Emocional também fomos percebendo que esta engloba diversas dimensões e que não são uniformes para todos os autores. Assim, se olharmos para Law e Wong, dizem que a Inteligência Emocional engloba três dimensões: a avaliação das emoções deles e dos outros; a regulação das emoções; e o uso destas mesmas emoções (citado por Lamas, 2021, p.13). Para Salovey e Mayer, explicam estas três dimensões como sendo a avaliação das próprias emoções a capacidade que as pessoas têm de expressar e entender as suas emoções. A avaliação sobre os outros é a capacidade de estes perceberem as emoções dos outros e



a regulação das emoções é a capacidade de regular as suas próprias emoções provocando assim afetos positivos nas outras pessoas. Já o uso das emoções é a capacidade que os indivíduos têm de por em prática as suas emoções construtivas tendo um desempenho individual (citado por Lamas, 2021, pp.13-14).

Para além destas, estes autores ainda apresentam cinco domínios da inteligência emocional. Destacando assim, a capacidade de conhecer as próprias emoções, ou seja, a autoconsciência; lidar com emoções, ter a capacidade de lidar com os sentimentos; motivação dele mesmo ou automotivação; ter empatia, conseguir reconhecer emoções nos outros e, por último, saber lidar com os relacionamentos, ou seja, ter a habilidade de relacionar-se com as emoções do outro (Salovey e Mayer, citado por Lamas, 2021, p.14).

Posto isto, segundo Goleman, a inteligência emocional é:

“a capacidade de a pessoa se motivar a si mesma e persistir a despeito das frustrações; de controlar impulsos e adiar a recompensa, de regular o seu próprio estado de espírito e impedir que o desânimo subjuga a faculdade de pensar; de sentir empatia e de ter esperança” (Goleman, 1996, p.54).

De outra forma, podemos dizer que é a capacidade de reconhecer os nossos sentimentos e os dos outros, de nos motivarmos e de gerirmos bem as emoções, quer internamente, quer nas relações sociais.

Este autor também faz referências a dimensões da Inteligência emocional, onde as distribui por cinco níveis que se interligam a nível pessoal e social. A nível pessoal, integra-se a autoconsciência, autorregulação e automotivação e a nível social, a empatia e a gestão dos relacionamentos. No primeiro nível, a autoconsciência, o autor menciona que é a “pedra base da IE”, uma vez que é a capacidade de conhecermos as nossas próprias emoções, enquanto estamos a sentir. Assim, as pessoas que apresentam ter uma certeza maior a respeito das suas emoções conseguem ter uma melhor segurança sobre as suas escolhas (Goleman, 1996, p.56).

O segundo nível refere-se à gestão das emoções, a forma como lidamos adequadamente com as sensações, que nasce do autoconhecimento, ou seja, a capacidade de nos tranquilizarmos e afastarmos a ansiedade, irritabilidade ou a tristeza. Em seguida, aparece a motivação, que se refere à forma como podemos mobilizar as emoções ao



serviço de um objetivo. Em quarto nível temos a empatia, o reconhecimento pelas emoções dos outros, esta também é uma capacidade que nasce da autoconsciência, e esta normalmente está associada a pessoas mais sensíveis aos simples sinais sociais. Por último, temos o quinto nível, a gestão de relacionamentos que é a grande aptidão para gerir as emoções dos outros, isto é, a arte de nos relacionarmos (Goleman, 1996, pp.63-64).

Após o estudo sobre a perspectiva dos vários autores conseguimos compreender que a Inteligência Emocional é como um conjunto de várias competências que nos ajudam durante o nosso quotidiano, ou seja, auxiliam-nos de forma positiva nas nossas ações tanto a nível profissional como pessoal. Assim, a Inteligência Emocional é uma habilidade que nos permite agir de forma mais adequada face às circunstâncias da vida, sendo fundamental que o ser humano desenvolva a capacidade de, autonomamente, consiga perceber o que está a sentir, avaliando e gerindo as emoções, de forma a que a resposta desencadeada perante essas emoções não seja problemática.

Uma vez que a Inteligência emocional nos ajuda a controlar as emoções, direcioná-las para determinadas ações e comportamentos, motivar os outros e ter empatia, pode ser considerado atualmente um dos principais benefícios para o sucesso profissional e pessoal, pois para conseguirmos autorregularmo-nos emocionalmente temos de definir bem como vamos lidar com elevados níveis de emoções, tanto elas positivas como negativas, pois como afirma Goleman , “apenas as pessoas que compreendem os seus sentimentos é que sabem o que realmente devem fazer e como fazer”. Neste sentido, “as pessoas que têm uma certeza maior a respeito dos seus sentimentos governam melhor as suas vidas, tendo uma noção mais segura daquilo que realmente sentem (...)” (Goleman, 2012, p.63)

Desta forma, conseguimos perceber que a Inteligência Emocional é um processo contínuo de aprendizagem ao longo da vida, que não é um processo rápido, mas sim demorado e com várias aprendizagens. Proporciona assim, ao indivíduo, uma preparação para que consiga lidar com a vulnerabilidade face a contextos adversos que cada pessoa tem durante a sua rotina. De uma forma mais sucinta, podemos dizer que a inteligência emocional promove ao individuo um desenvolvimento completo, enquanto ser individual e social, que promove a aquisição e manutenção de competências sociais, tendo estas que



ser assimiladas e utilizadas diariamente pelo indivíduo para que este tenha uma vida mais sociável e estável, tanto a nível familiar, social e no seu meio profissional.

3.3 A inteligência Emocional e o Crime

Autores, como Waleed, mostram uma relação entre os comportamentos criminosos e os baixos níveis de inteligência emocional, existindo uma lacuna nas componentes da inteligência emocional, como é o caso da autoconsciência e autoestima, a gestão das emoções, a motivação e a empatia (citado por Lamas, 2021, p.29). Para além disso, Lamas afirma que estudos apontam para a relação existente entre os baixos níveis de inteligência emocional e a agressão e ofensa, enquanto quem apresenta níveis mais elevados consegue controlar melhor as emoções, e assim consegue controlar os impulsos. Para além deste problema, ainda existe a grande reincidência do indivíduo à atividade criminosa e, dessa forma, o regresso ao estabelecimento prisional por um novo delito. Segundo Gonçalves, este menciona que alguns dos fatores potenciadores para a reincidência à vida criminosa possa estar ligada com o reduzido autocontrolo, a agressividade e insensibilidade, para além disso, também o estigma social ainda existente (Gonçalves, 2014, p.25).

Nesse sentido, existem estudos que demonstram que os indivíduos que apresentam tipos de comportamentos desviantes têm mais dificuldade na regulação das suas emoções, o que pode perturbar o seu processamento emocional, tendo como consequência um tipo de comportamento prejudicial (Blaske, Borduin, Mann & Henggeler, citado por Lopes, 2014, p.24). Deste modo, alguns autores constataam que existem algumas problemáticas e que uma das causas são lacunas na inteligência emocional. Consoante Winters, Clift e Dutton, no caso da violência doméstica há a possibilidade de esta estar relacionada com a grave disfunção de relacionamento e, conseqüentemente, os baixos níveis de inteligência emocional, pois autores afirmam que as pessoas que agredem o companheiro, apresentam uma baixa capacidade de verbalizarem as suas emoções, pensamentos, necessidades e uma forma positiva, ou seja, não destrutiva (Winters, Clift e Dutton, citado por Lopes, 2014, p.25).

Outros autores, em relação ao abuso sexual, também demonstram uma relação entre a inteligência emocional e este comportamento, ou seja, estudos encontrados na literatura mostram que os agressores sexuais possuem um défice em algumas funções



emocionais, no entanto os estudos existentes ainda não conseguem fornecer informação profunda e concreta sobre o funcionamento emocional destes sujeitos. No entanto, segundo Savitsky e Czyzewsky, (citado por Lopes, 2014, p.24) concluíram que estes indivíduos não conseguem identificar, nem determinar as emoções deles mesmo, nem a dos outros. Assim, os autores como Puglia, Stough, Carter & Joseph indicam que estes indivíduos apresentam no seu comportamento várias incompetências a nível emocional, ou seja, na empatia, perceção emocional, gestão emocional e funcionamento interpessoal (citado por Lopes, 2014, p.25). No entanto, por outro lado, Puglia, afirma que a capacidade emocional dos agressores sexuais é normal, bem como a capacidade de empatia, ou seja, estes indivíduos em situações de conflito conseguem direcionar a sua atenção para as consequências emocionais que se sucedem, em vez de tentarem resolver o problema no imediato (citado por Lopes, 2014, p.25).

Para tal, é importante que exista um apoio prévio e contínuo, para que o recluso quando seja reintegrado na sociedade seja detentor de competências e estratégias que lhe permitam uma melhor adaptação social. Nesse sentido, alguns autores mencionam que quem apresenta baixos níveis nas competências emocionais, possivelmente vai apresentar dificuldades no reconhecimento dos seus estados emocionais, mas também, na identificação dos estados emocionais dos outros e, conseqüentemente, ter comportamentos agressivos (Lopes, 2014, p.25). Com isto, conseguimos entender que estas pessoas correm um maior risco de se colocarem em situações perigosas, pois apresentam dificuldade em perceber a visão do outro, tendo assim um baixo nível de empatia.

Para além disso, também é importante referir que o crime é visto como sendo uma realidade humana e social, que ao mesmo tempo que influencia o meio onde nos inseríamos, também somos influenciados por ele. Um autor que já analisamos anteriormente, Rui Gonçalves, considera que a criminalidade tem na sua causalidade fatores endógenos internos e exógenos externos, que conseqüentemente vão influenciar o seu processo de socialização, no entanto, os fatores sociais exógenos, são considerados por este autor como sendo os de maior importância, visto que, estes caracterizam a vida social do homem com a prática do crime, portanto, os fatores sociofamiliares que dizem respeito à desestruturação familiar, à criminalidade na família, a uma baixa supervisão familiar ou a existência de maus tratos (Gonçalves, 2014, p.54). Os fatores sócio-



educacionais, que estão relacionados com as fracas práticas educativas familiares, a ausência de referências e valores ético-morais, o fraco funcionamento intelectual e cognitivo, conduz o indivíduo para a conceção de uma falsa realidade, em seguida, temos o fator socioeconómico onde engloba a exclusão social, as poucas conquistas sociais, a desigualdade social, a pobreza, o desemprego, que pode, em alguns casos, levar a uma riqueza ou ganância descontrolada, a procura do ganho fácil, que leva possivelmente ao crime, por último, temos os fatores socioambientais que se representam as “más companhias” e o uso de substâncias ilícitas (Gonçalves, 2014, p.55).

Assim, podemos perceber que a dinâmica familiar e o meio onde os indivíduos crescem tem um papel fundamental para o próprio desenvolvimento e socialização do indivíduo, ou seja, ocupa um papel importante na vida de um indivíduo com comportamentos delinquentes e desviantes. Podemos também relacionar isto com a inteligência e competências emocionais, pois se desde criança a dotarmos de estratégias e competências emocionais, futuramente, poderem tornar-se um adulto mais capaz de lidar com as adversidades da vida e como diz Goleman: “as competências emocionais cruciais podem, sem a mínima dúvida, ser aprendidas e aperfeiçoadas pelas crianças, se nos dermos ao trabalho de lhas ensinar.” (Goleman, 1996, p.54)

Deste modo, autores afirmam que os níveis de inteligência emocional têm se mostrado baixos entre a população criminosa, apontando para altos níveis de comportamentos psicopáticos e deficiências emocionais na população que se encontra em reclusão. Estes dizem ainda que a inteligência emocional é importante para prever transtornos mentais, que são uma antecipação das categorias de comportamentos ilícitos (Lamas, 2021, p.33-32).

3.4 Competências Emocionais

As competências emocionais são fundamentais para que o indivíduo consiga enfrentar de uma forma útil e funcional as várias situações que o possam colocar numa situação menos confortável. Deste modo, as competências emocionais são uma “demonstração de autoeficácia nas transações sociais que produzem emoções” e que “o indivíduo acredita ter a capacidade e as habilidades necessárias para alcançar um determinado resultado” (Sousa, 2013, p.22).



Para além disso, ainda há três competências emocionais fundamentais a ter em consideração quando falamos na inteligência emocional. Segundo Alves, designam-se por expressão emocional, a competência central nas emoções, que se refere à partilha de emoções e afetos positivos entre pessoas; a regulação emocional e esta “identifica-se como um conjunto de processos intrínsecos e extrínsecos que são responsáveis pela monitorização, avaliação e modificação das reações emocionais que os indivíduos criam para que estes consigam adequar-se aos objetivos estipulados” (Thompson, citado por Alves, 2006, pp.51-52). Por último, o conhecimento emocional, ou seja, quando o indivíduo é capaz de “reconhecer e nomear as suas emoções”, que pressupõe um conjunto de processos, como a ativação, a modelação e o uso das emoções, de forma a que este consiga diferenciar os seus comportamentos nas situações estimuladoras de emoções (Alves, 2006, p.52-53).

A inteligência emocional é um dos aspetos fundamentais a serem trabalhados nos contextos prisionais, pois é segundo Salovey & Sluyter , é esta inteligência que permite ao indivíduo ter a habilidade e a capacidade de construir motivações em si próprio, persistindo assim no objetivo, mesmo consoante os obstáculos é capaz de os enfrentar e controlar os impulsos, permitindo assim, que consiga impedir que a ansiedade interfira na capacidade de raciocínio, mesmo que seja difícil separar a racionalidade das emoções (citado por Lamas, 2021, p.11).

Para conseguir alcançar esta inteligência emocional os autores, como Goleman e Teixeira, apontam para cinco competências que devem ser trabalhadas, como a autoconsciência, ou seja, o indivíduo ter consciência das suas próprias emoções, para conseguir controlá-las e geri-las da melhor forma, a gestão das emoções é muito importante para manter o seu bem-estar emocional e conseqüentemente, conseguir gerir um relacionamento quer inter ou intrapessoal. A motivação é outra competência importante, pois esta espelha-se na capacidade do indivíduo de controlar as emoções, sendo estas perturbadoras e poder “cultivar” as emoções positivas numa determinada situação. Por fim, os autores ainda apontam para a competência de empatia, pois faz com que o indivíduo consiga entender também as emoções dos outros, permitindo assim uma melhoria nas relações sociais do mesmo (Goleman, 1996, p.62).

Deste modo, é importante salientar que durante o cumprimento da sua pena o recluso deve ser capacitado para a sua liberdade, de modo a não ser nem uma ameaça



para ele mesmo nem para a sociedade, sendo assim, para minimizar o risco de incidência o sistema prisional deve criar as condições para que o recluso seja dotado das habilidades necessárias, sendo as habilidades emocionais importantes para a não reincidência do indivíduo.

O trabalho em meio prisional, como vimos anteriormente, é também uma mais-valia para o sucesso da reintegração, pois é dessa forma que o recluso se consegue inserir de uma melhor forma no mercado de trabalho e, assim, ter uma melhor qualidade de vida, pois vai permitir criar perspectivas de futuro, ter a sua autonomia financeira e, também, começar a desenvolver novas capacidades, como a responsabilidade. No entanto, em simultâneo, também devem ser trabalhadas as competências referentes à inteligência emocional, visto que, o controle das emoções é considerado, atualmente, um dos principais fatores para o sucesso pessoal e profissional, visto que no *livro Inteligência Emocional*, o autor defende que o sucesso de uma pessoa depende em 20% de seu Quociente de Inteligência e em 80% de seu QE Quociente Emocional (Goleman, 1995, p. 425). Deste modo, é necessário ter uma boa autorregulação das emoções, ou seja, conseguirmos arranjar estratégias que nos ajudem a lidar com as emoções negativas, mas também positivas. Nesse sentido, a inteligência emocional permite-nos uma melhor integração enquanto ser individual e social, pois possibilita ao indivíduo ter uma vida mais estável, tanto a nível familiar, social como profissional.

No seguimento disto, conseguimos perceber que quando o recluso é institucionalizado, de uma forma forçada, onde irá ter que conviver num meio prisional, com normas rígidas e com relações de poder e hierárquicas, coloca em questão os direitos humanos, no entanto, quando a pessoa é punida a uma pena de prisão, isso não pode interferir com a perda dos direitos humanos, pois a pena tem que salvaguardar e garantir o respeito por todos os direitos. Assim sendo, quando o recluso está a cumprir a pena de prisão o esperado é que o recluso seja dotado de competências de socialização, de forma a que este consiga superar as suas necessidades individuais de reintegração, ou seja, que consiga ingressar em sociedade e não volte a reincidir no mundo do crime.

Os reclusos dispõem de todos os direitos, pois estes são universais, indivisíveis e inter-relacionados e, apesar da privação da liberdade, todos os seres humanos são merecedores de respeito e proteção (Quaresma,2014, p.59). Nesse sentido, os estabelecimentos prisionais, fazem uma reinterpretação geral da vida do recluso, onde



estes se encontram não só privados da vida, mas também privados de bens e serviços, e como uma instituição total, o recluso é submetido a uma subcultura de valores, exposto à intimidação e ao domínio dos mais fortes, onde fica limitado na sua intimidade, sendo assim considerado um:

“objeto da necessidade de interiorização de normas rígidas que condicionam o quotidiano prisional, mutilações a uma identidade previamente definida que o conduzem a um sistema de ajustes que podem desaguar na conversão absoluta do sujeito, à revolta ou à alienação, sendo no limite o primeiro desafio da execução da pena de prisão e da instituição penitenciária o de evitar a dessocialização.” (Quaresma, 2014, p.63).

Para além disso, existe também um problema, referido anteriormente nos estabelecimentos prisionais, referente a uma aproximação da sobrelotação das celas que apontam para um aspeto potenciador da violação dos direitos fundamentais. Dado que, se encontram na partilha do mesmo espaço indivíduos, onde existe pouca relação entre os indivíduos, onde são mais propensos a comportamentos violentos e que estão expostos a jogos de poder, intimidação e a influências, que pode colocar em causa o direito à integridade física e à segurança individual, que ainda pode piorar pela pressão gerada sobre os elementos da vigilância, também eles afetados por controlos de custos e afetação de pessoal, que dificulta tarefa de controlo e prevenção de violência entre a população reclusa.

Em seguida, apresentamos um capítulo dedicado à Justiça Restaurativa, pois ao longo deste estudo, deparamo-nos com várias críticas ao sistema punitivo, como é o caso de Hulsman (citado por Pontes, 2017, p.23), um abolicionista penal que menciona “que as desvantagens do modelo punitivo têm a ver com o não retirar resultados positivos do mesmo, visto não responderem às necessidades requeridas por parte das vítimas, nem facilitar a ressocialização do agressor”. Nesse sentido, achamos pertinente criar uma junção entre a capacitação emocional e a justiça restaurativa, utilizando assim como forma de potencializar e restaurar o indivíduo, levando à sua reintegração plena, visto como iremos ver mais à frente, a JR também atua nas competências emocionais dos envolvidos de forma indireta, pois estes têm que adquirir algumas competências para conseguir alcançar o objetivo da JR.



Deste modo, fazer a junção do desenvolvimento emocional, mais a utilização da justiça restaurativa para realizar esse mesmo desenvolvimento, pode otimizar ainda mais a capacitação do indivíduo, pois vai conseguir-se atingir outro tipo de resultados durante a reintegração, que apenas com o empoderamento emocional seria mais difícil.



4. Sistema de Justiça Criminal e Justiça Restaurativa

Como alternativa aos castigos e penas de morte, surgiu a privação da liberdade, que apresenta como sua finalidade, nomeadamente do CEP (artº. 2º do Capítulo I):

“A execução das penas e medidas de segurança privativas da liberdade visa a reinserção do agente na sociedade, preparando-o para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes, a proteção de bens jurídicos e a defesa da sociedade.” (Decreto Lei n.º 115/2009)

No entanto, também podemos verificar que a complexidade do sistema criminal demonstra uma necessidade de respostas mais diferenciadas para a resolução dos conflitos, de forma a ser possível perceber as particularidades de cada divergência (Achutti e Leal, 2017, p.84).

Assim, as respostas existentes nos estabelecimentos prisionais, da forma como são apresentadas, podem não assegurar, de forma completa, a restauração do agressor nem a segurança da vítima, ou seja, não colaboram para a construção de soluções que combatem as necessidades de ambas as partes (Achutti e Leal, 2017, p.86). Percebemos isto ao longo das pesquisas realizadas, onde apenas se remete a reintegração e restauração do indivíduo causador do dano, não se questiona o impacto causado à vítima. Ou seja, existe uma punição devido a um ato criminoso, mas não uma autoconsciencialização e autorresponsabilização, nem a reparação de danos de ambas as partes envolvidas.

Segundo Christie, deveria haver outra forma de punição dos agentes do crime, ou seja, o Estado deveria criar um modelo que fosse direcionado para apoiar as vítimas numa tomada consciente de sentença mais adequada (Pontes, 2017, p.22). Desta forma, após conhecer-se o crime cometido era fundamental perceber a situação em que a vítima ficou de uma forma detalhada e, se possível, realizar uma reparação e reintegração com a participação da vítima, do recluso e da comunidade, ao que intitulamos de Justiça Restaurativa (Pontes, 2017, p.22). Assim, o facto de focarem a intervenção nos atos e não nas relações faz com que se crie uma imagem que não é a da realidade, pois as relações são dinâmicas e não apenas o crime, o criminoso e a vítima. Nesse sentido, o Estado deixa ambas as partes desprovidas de realizarem uma aprendizagem pessoal, pois como não há



um encontro entre eles, não se consegue fazer a resolução do conflito, de atender às suas necessidades e assim, não existe um restauro dos prejuízos causados.

Sendo assim, devido há presença destas falhas por parte do sistema criminal, surgiu o uso da Justiça Restaurativa (JR), aproximadamente há 40 anos, que consiste:

“na união entre os conceitos propostos por Marshall e Jaccoud, na aproximação dos indivíduos ligados a um conflito, seja ele proveniente de ação coletiva ou individual, unidos com o objetivo de minimizar as consequências negativas decorrentes de determinada infração, resolver o próprio litígio ou reconciliar as partes.” (citado por Pinheiro & Chaves, 2013, p.123).

De outra forma, podemos dizer que a justiça restaurativa pretende ser uma maneira de tornar o sistema punitivo mais humanizado, de forma a que exista harmonia com ambas as partes envolvidas. Assim, é essencial haver a compreensão das motivações para o ato e a história de vida dos envolvidos, de forma a que seja possível perceber as motivações para o delito, as consequências desse ato e, em conjunto, encontrar possíveis soluções. Pois olhando para o sistema tradicional, observamos apenas o foco principal na punição do criminoso (Pinheiro & Chaves, 2013, p.123).

Segundo Marques, a justiça restaurativa é uma abordagem que prioriza entender a natureza dos estragos causados, de forma a perceber o fundamental para a resolução do conflito, no entanto na justiça criminal verificamos uma abordagem oposta, onde se dá prioridade à condenação do réu, da norma infringida e da pena a ser aplicada (citado por Pereira, 2016, p.4). Além disso, Marques e Cruz salientam que esta justiça tem a comunicação, como elemento essencial, visto que de forma direta ou indireta deve existir um diálogo entre ambas as partes, onde a vítima comunica ao infrator o sofrimento que o ato lhe causou e, há uma possível autorresponsabilização pelo dano e uma solução para o acontecimento. É primordial que este processo seja desenvolvido através de um discurso equilibrado onde as partes se possam ouvir mutuamente, existindo um entendimento da componente emocional do conflito, promovendo assim uma restauração e transformação (citado por Pereira, 2016, p.5).

Outros autores, como Konzen e Garapon, mencionam que “as violações necessitam ser sanadas por meio de soluções que promovam reparação, reconciliação e



segurança e devem envolver todos os que sofreram o impacto ou têm algum interesse na situação” (citado por Achutti & Leal, 2017, p.87), nesse sentido, nesta abordagem restaurativa o encontro entre as partes pode ser considerado o verdadeiro “facto gerador de justiça” e a “ participação ativa dos afetados, empodera os participantes, pois eles são os protagonistas na resolução do conflito” (citado Achutti e Leal, 2017, p.87).

Neste momento, o conceito de Justiça Restaurativa é um novo paradigma, pois a mesma ainda não possui apenas uma única definição, permitindo assim que os vários autores criem conceitos diferentes entre eles.

Um das características principais deste processo é o diálogo, respeito, responsabilidade e orientação para as futuras ações e reconciliações (Melo, 2005, citado por Achutti e Leal, 2017, p.87). Desta forma, é possível, segundo Pallamolla:

“construir uma solução efetiva para o conflito ocorrido, e a pluralidade de concepções conceituais pode ser compreendida como condição favorável para o desenvolvimento da justiça restaurativa, pois é a sua abertura e capacidade de modificação que permite a sua renovação por meio das experiências.” (citado por Achutti e Leal, 2017, p.88).

Existem alguns modelos utilizados frequentemente na JR, nomeadamente por Shearing e Froestad (citado por Morris, 2005, p.441), como o da mediação vítima-ofensor (*victim offender mediation*), a conferência de grupos familiares (*conferencing*) e círculos decisórios (*sentencing circles*). Segundo Morris (2005) não existe algo em concreto que afirme que um destes modelos é mais restaurativo que outro, assim sendo:

“a essência da justiça restaurativa não é a escolha de uma determinada forma sobre outra é, antes disso, a adoção de qualquer forma que reflita seus valores restaurativos e que almeje atingir os processos, os resultados e os objetivos restaurativos” (p. 443)

Posto isto, estes processos restaurativos pretendem empoderar tanto os culpados como as vítimas, podendo assim transferir um sentimento de inclusão e bem-estar, permitindo que as vítimas se sintam bem e melhores como resposta à sua participação.



Assim sendo, seguindo as perspetivas destes autores, podemos compreender que para além de ser uma forma mais humanizada e não conflituosa do que o sistema punitivo, a sua intervenção requer competências fundamentais a nível emocional, pois esta forma de intervenção estimula na vítima e no agressor o exercício da fala, da escuta, da perceção deles próprios, de perceber o que estão a sentir, a empatia, a verbalização das suas emoções, que acarreta que exista também um trabalho a nível das competências emocionais.

Nesse sentido, fomos analisar alguns projetos realizados, para perceber que efeitos eram desencadeados dessas sessões. Um projeto realizado em 2004 pela Fundação CASA, que tinha como base os fundamentos da Justiça Restaurativa e do Psicodrama, conseguiram verificar que dos 46 participantes que compareceram em pelo menos dez sessões, 33 não apresentaram reincidência (Magalhães e Malta, 2015, p. 83). Para além disso, afirmam que conseguiram obter mudanças bastante significativas na vida destes, pois os participantes conseguiram-se colocar no lugar do outro, trabalharam assim a questão da empatia e dos relacionamentos, a questão do controlo e da raiva, ou seja, o autocontrolo, mudança de pensamentos e, conseqüentemente, a mudança do comportamento/atitude (Magalhães e Malta, 2015, pp. 83-86).

Desta forma, reconhecemos que as emoções representaram um aspeto destacável ao longo das sessões, uma vez que os participantes se mostraram capazes de perceber como as suas vítimas se sentem. Assim a abordagem à gestão de conflitos proporcionou uma boa forma dos reclusos serem capazes de pensar na reparação de danos.

Deste modo, Paul Mccold e Ted Wachtel, mencionam que a justiça restaurativa constitui “uma nova maneira de abordar a justiça penal, que enfoca a reparação dos danos causados às pessoas e relacionamentos, ao invés de punir os transgressores” (citado por Paulo & Silva, 2021, p. 13). Assim sendo, a justiça restaurativa pretende explicar e comprovar que a forma de punição não tem em consideração os fatores emocionais e sociais, que é essencial, para as pessoas vítimas do crime, restaurarem o trauma emocional, logo a JR é capaz de “preencher essas necessidades emocionais e de relacionamento e é o ponto chave para a obtenção e manutenção de uma sociedade civil saudável” (citado por Prudente e Sabadell, 2008, p. 52).



Por isso, Adriana Sócrates, menciona que a “justiça restaurativa, possibilita, exatamente, este espaço para falar, para a expressão de sentimentos e emoções vivenciadas, que serão utilizadas na construção de um acordo restaurativo, que contemple a restauração das relações sociais e dos danos causados” (citado por Prudente e Sabadell, 2008, p.52).

Portanto, é da responsabilidade do Estado impulsionar os indivíduos envolvidos num diálogo, de forma a que cheguem a um acordo, que seja capaz de responsabilizar o criminoso, de assegurar as necessidades da vítima e que haja a compreensão por todos, de forma haver um restabelecimento da harmonia (Prudente e Sabadell, 2008, p.53). Desta forma, Isoldi e Penido indicam que:

“A justiça restaurativa fomenta o potencial de transformação positiva do agressor e a responsabilização por meio da compreensão das razões, seus atos e as consequências. Assim, a imposição da pena deixa de ser vista como compensação do dano [...] dessa forma a justiça restaurativa passa pela capacidade de o agressor entender o ocorrido, de se conscientizar dos danos e assumir a responsabilidade pela sua conduta. Nesses termos, não é só garantido a reparação do dano sofrido pela vítima, mas também a recomposição da comunidade em que ambos estão inseridos.” (citado por Prudente e Sabadell, 2008, p.53)

4.1 Valores de aplicação da Justiça Restaurativa

O processo da justiça restaurativa tem que partir da vontade das pessoas, ou seja, tem que ser um processo voluntário, sendo necessário que haja interesse de ambas as partes para dialogar sobre o conflito e tudo o que ele engloba. Nesse sentido, é fundamental que este processo ocorra perante a presença de uma pessoa especializada, que promove e guie o diálogo entres os envolvidos, de forma a garantir o equilíbrio da conversa e evitar possíveis alterações prejudiciais para ambos (Pinheiro & Chaves, 2013, p.125).

Para Albrecht, “o objetivo da JR nas prisões é ajudar na reabilitação do recluso e na reintegração na sociedade” (citado por Pereira, 2016, p.8), procurando compreender as circunstâncias que causaram o crime, a fim de prevenir a reincidência quando o agressor for libertado, sendo este um dos argumentos mais fortes para a aplicação desta



prática que também procura reparar os danos causados pelo crime nas relações entre agressor-vítima e agressor-comunidade (Pereira, 2016, p.8).

Mais especificamente, a JR ajuda os reclusos a reconhecer a responsabilidade pela sua conduta de uma maneira significativa, refletir sobre as causas do seu comportamento e o modo como afetou todos os envolvidos, corrigindo o seu comportamento, levando à desistência da prática dos crimes, de forma a potencializar a sua aceitação novamente na comunidade, havendo uma redução da probabilidade de ocorrer novamente comportamentos criminosos. Deste modo, o pleno reconhecimento dos danos causados à comunidade e às vítimas afigura-se muito importantes para a reintegração com êxito do recluso (UNODC, citado por Pereira, 2016, p.8).

A Justiça Restaurativa pode-se manifestar de várias formas, sendo necessário o estudo sobre algumas práticas. Segundo Pallamolla (citado por Achutti e Leal, 2017, p.89) os processos restaurativos podem seguir diferentes linhas, de acordo com as necessidades sentidas do caso em específico, não nos podemos restringir apenas às práticas principais (mediação entre vítima e ofensor, conferências de família e círculos restaurativos). Deste modo, independente da prática escolhida, temos de seguir o caminho dos princípios e valores restaurativos (Iribarrem, 2019, p.105).

Neste seguimento, podemos verificar, segundo Marshall, Boyack e Bowen, que existem uma variedade de valores que é necessário ter em consideração para a execução da justiça restaurativa (citado por Iribarrem, 2019, pp.99-100):

1. Participação: os participantes devem ser os principais agentes afetados pelo crime, estando assim englobados, as vítimas, os infratores e a comunidade no diálogo pela procura da resolução do conflito.
2. Respeito: a todos os participantes é concedido o mesmo valor.
3. Honestidade: é necessário promover um diálogo aberto e honesto, respeitando os sentimentos de cada agente envolvido.
4. Humildade: a capacidade de reconhecer que todos são frágeis e vulneráveis, possibilitando que todos são pessoas passíveis de cometer falhas. Esse reconhecimento possibilita o perdão e gere empatia e cuidado mútuo.
5. Interconexão: possibilidade da criação de laços entre a vítima e o agressor.



6. Responsabilidade: A forma como ocorre a reparação dos prejuízos causados e a busca pelo perdão, são formas pelas quais os infratores manifestam a aceitação dessa obrigação moral.
7. Empoderamento: o facto da vítima, na ocorrência do crime, ter sido inibida do seu poder de autodeterminação e autonomia, a JR possibilita essa recuperação pois é-lhe atribuído o poder de decidir a respeito da satisfação das suas necessidades.
8. Esperança: A JR proporciona uma esperança de recuperação para as vítimas e de mudança para os agressores.

Sendo assim, para Marshall, Boyack e Bowen existem também os valores para que seja um processo autenticamente restaurativo (citado por Iribarrem, 2019, pp.100-101), ou seja, deve orientar-se pelos seguintes pressupostos:

1. Um processo sob a orientação de mediadores ou facilitadores capacitados, de forma a agirem de forma apropriada em relação aos desequilíbrios existentes entre ambas as partes.
2. Não será restaurativo se houver uma pressão para com os participantes de se manterem em silêncio ou passivos, nesse sentido o processo deve ser inclusivo e cooperativo, de modo a sentirem-se livres de expressarem os seus sentimentos e opiniões.
3. Deve ser um processo voluntário de ambas as partes.
4. Necessita de ser um processo confidencial, chamando a atenção aos participantes para a não partilha de informações com outros que não estejam envolvidos no processo.
5. Devemos ter em atenção as convecções culturais dos participantes, de modo a não perturbar as suas convicções tanto culturais como espirituais.
6. Deve ser um processo onde se trabalha a consciencialização dos danos emocionais e materiais através do diálogo.
7. Ambas as partes devem ser tratadas de forma igual, não podendo existir qualquer tipo de abuso pessoal ou desacato à identidade dos participantes.
8. Acolher a dor da vítima, sem qualquer juízo de valor em relação ao que sente, não causando uma pressão para a existência do perdão. Consequentemente, o



ofensor não deve ser obrigado a assumir a responsabilidade sobre os seus atos, ou seja, devem ser identificadas, mas de forma cuidadosa e autónoma.

9. Pretender atingir resultados transformativos com ambas as partes, de modo a preparar ambos para o futuro.

Este processo restaurativo apresenta limitações, nesse sentido deve haver uma complementarização com a justiça criminal. Por outro lado, segundo na classificação feita por Van Ness, existem dois grupos referentes aos valores restaurativos: os valores normativos e os operacionais. Os valores normativos referem-se à forma como o mundo deve ser, ou seja, relativamente à responsabilidade ativa, vida social, respeito e solidariedade, já os valores operacionais são referentes à sua forma de aplicação, ou seja, têm enfoque na parte da reparação, assistência, colaboração, empoderamento, inclusão, educação, proteção e resolução (citado por Iribarrem, 2019, p.101).

Sendo assim, após a análise dos valores que estão subjacentes a esta prática e perceber que a justiça restaurativa se pode apresentar de diferentes maneiras, vamos analisar algumas práticas.

4.2 Os tipos de práticas utilizadas na Justiça Restaurativa

Como já fomos mencionando ao longo do trabalho, os processos restaurativos podem ter variações de acordo com as necessidades do caso, ou seja, apesar de existirem certas práticas comuns, os autores mencionam que não deve haver a desconsideração sobre outras práticas, mantendo sempre a principal característica: o diálogo.

Independentemente da prática a ser escolhida, deve sempre ter como foco os princípios e valores restaurativos (Iribarrem, 2019, p.106). Nesse sentido, passamos à análise dos três modelos mais praticados:

4.2.1 Mediação entre Vítima e Infrator (MVO)

Segundo Zehr (2008, p. 162), esta prática tem sido utilizada em vários países e adotado em escolas e outros contextos que não sejam a nível da justiça criminal. Esta prática intitulada de *Mediação vítima-Infrator* resulta de um encontro entre a vítima e o agressor, num espaço seguro e organizado, composto por um mediador, que promove o diálogo sobre o conflito, onde ocorre a partilha do impacto a nível emocional, físico e financeiro, de modo a conseguirem resolvê-lo e encontrarem uma solução (Iribarrem,



2019, p.107). Alguns programas têm intervindo também com pessoas próximas da vítima e do agressor, como amigos e familiares, de forma a criar melhorias na partilha e no diálogo. A justiça restaurativa, utiliza a mediação, como uma ferramenta de diálogo, sendo aplicada por muitos países, como os Estados Unidos da América (EUA), Canadá e na Europa há mais 20 anos (Pallamolla, 2009, p.107).

Quando falamos neste tipo de práticas é essencial termos em consideração que neste procedimento deve haver reuniões com o mediador e a vítima e entre o mediador e o agressor, ou seja, haver um trabalho prévio, de modo a que estes conseguiram trabalhar com os envolvidos, de forma a capacitá-los para o passo seguinte e, conseqüentemente, realizar uma avaliação para perceber se as partes se encontram preparadas para o encontro (Wilson e Pallamolla, citado por Iribarrem, 2019, pp.107-108).

Após essa preparação, existe o encontro em simultâneo, onde o mediador informa ao agressor dos danos causados à vítima e este tem a possibilidade de falar sobre os motivos potencializadores da sua ação, bem como a possibilidade de haver uma autorresponsabilização pelo crime (Pallamolla, 2009, p.109). Deste modo, esta prática potencia aos agentes envolvidos a identificação e o reconhecimento dos interesses do outro, como as condicionantes dos seus próprios atos, fomenta a reflexão sobre os seus comportamentos, de modo a que o acordo reparador entre as partes, possa possibilitar a redefinição e restauração dos seus comportamentos sociais, potencializando e conduzindo a uma reintegração plena do indivíduo na sociedade.

Estes programas tiveram início nos EUA e no Canadá, onde começaram por ser encontros para resolver conflitos patrimoniais. No entanto, atualmente, também são utilizados para a resolução de outros tipos de conflitos e delitos e já existem protocolos, nos EUA que a pessoa vítima do crime, pode solicitar o encontro com o agressor, mesmo que esteja preso (Zehr, citado por Iribarrem, 2019, p.108).

Por fim, as pessoas envolvidas nestas práticas afirmam que existe um consenso positivo e satisfatório na participação nos programas, de ambas as partes envolvidas e existe ainda, a redução dos dados estatísticos sobre a reincidências dos agressores (Iribarrem, 2019, p.108).



4.2.2 Conferências de Grupos Familiares (CGF)

Conforme Zehr afirma, estas conferências surgem na Nova Zelândia, no final da década de 80 do séc. XX, sendo também aplicadas em estados americanos e na Austrália, que surge face aos conflitos das comunidades indígenas Maori, para combater os delitos leves e a Nova Zelândia utilizou para fazer face a problemas mais graves (Zehr, 2008, p.174).

É uma prática que se aproxima com a prática vista anteriormente, a mediação vítima-agressor, pois apresenta como objetivos o encontro com ambas as partes envolvidas, levando a que ocorra uma consciencialização das suas ações, bem como a reparação dos danos causados e a possível hipótese de vinculação entre o criminoso a vítima e a comunidade. No entanto, como Zehr explica, a única diferença é que nesta prática existe a possibilidade os familiares dos intervenientes poderem participar (Zehr, 2008, p. 175).

De acordo com Pallamolla, há dois modelos básicos de CGF que se podem utilizar. Primeiramente, temos o *court-referred*, que sendo possível, estes são afastados do sistema de justiça, depois, temos o segundo que se apresenta como *police-based*, que proporcionam, através da escola ou da polícia, um encontro entre as partes envolvidas e familiares. Esta autora ainda menciona, que este tipo de práticas são mais utilizadas em situações com jovens, no entanto, na Austrália já é possível incluir casos que envolvam adultos (Pallamolla, 2009, p.117).

Segundo Zehr, no caso Austrália que adotou o *police-based* em 1989, pode-se verificar uma diminuição de mais de 80% em processos que envolviam crianças e adolescentes. Assim, este autor menciona que esta foi a primeira abordagem restaurativa a ser escolhida para ser utilizada numa estrutura jurídica ocidental (Zehr, 2008, p. 174). Ainda, em relação a estas praticas, é importante salientar que os processos restaurativos podem ser encaminhados pelos advogados, juízes, policia e, também pelas partes envolvidas, antes da ação penas, do processo, depois da instrução e antes da sentença ou após a sentença (Pallamolla, 2009, p.117).

Já podemos verificar que esta prática privilegia a participação da família do jovem agressor, no entanto, podemos nos questionar se são todos os tipos de famílias que podem participar. No entanto, segundo Van, qualquer família, sendo estruturada, fragmentada ou



disfuncional, “é capaz de ajudar o jovem a lidar com as consequências do seu comportamento, através do reforço dos laços familiares” (citado por Gomes, 2021, p.23). Poderíamos, numa primeira reflexão, pensar nesta participação sendo negativa, no entanto, como é uma prática que é centrada na família, é potencializadora para a resolução de falhas e danos existentes no meio familiar e, por consequência, leva à reparação do jovem. Deste modo, as famílias mais disfuncionais são as que mais resultados positivos apresentam (Gomes, 2021, p. 24).

Esta prática, pelo facto de ser um modelo que atua na resolução da criminalidade juvenil, faz com que o plano de reparação tenha para além dos comportamentos reparadores, as causas implícitas ao ato do crime, de modo a prevenir a reincidência, e até mesmo a diminuição das penas (Zerh, & Johnstone, citado por Gomes, 2021, p.24).

4.2.3 Círculos Restaurativos

De acordo com Pallamolla (2009, p. 119), os círculos restaurativos começaram a ser aplicados em 1991 no Canadá e, mais tarde, surgiram nos Estados Unidos, onde inicialmente eram aplicados por Juízes e podem apresentar várias denominações e propósitos.

Como é uma prática com vários propósitos, acaba por ser uma prática restaurativa muito flexível, pois Wachel explica que este modelo pode ser aplicado tanto em ambientes institucionais, como comunitários e organizacionais, com a finalidade de resolver conflitos, potenciar o suporte, a tomada de decisões e o amadurecimento das relações (citado por Iribarrem, 2019, p.110).

Assim, segundo Zehr:

“Hoje os processos circulares estão usados em muitas situações fora do sistema de justiça penal. Por exemplo, são muito utilizados em escolas e para resolver conflitos comunitários. Pelo fato de estarem em sintonia com muitas abordagens à resolução de problemas, eles oferecem um modelo com aplicações muito amplas” (Zehr, 2008, p.179)

Para além desta prática ter uma multiplicidade de finalidades, é um modelo que é aplicado e dividido em quatro fases. Assim, começando pela primeira fase, esta é



referente ao “Círculo de Entrevista ou Candidatura”, onde o ofensor concorre, para mais tarde, poder realizar o “Círculo de Sentença” (Braithwaite, citado por Gomes, 2021, p. 27). Na segunda fase, ocorre a preparação para o “Círculo da Sentença”, onde se reconhece as pessoas envolvidas na participação deste e existe o desenvolvimento de uma rede de suporte à vítima e ao ofensor, através da realização de um “Círculo de Reparação” e de um “Círculo de Entendimento”.

Estes círculos têm como objetivos, primeiramente, a partilha de dor de uma pessoa que sofreu algum tipo de perda ou trauma, o que ajuda a vítima a fazer uma preparação antes de estar em contacto com o agressor, depois, em seguida, apresenta como objetivo o agressor conseguir interpretar e compreender os conflitos, de forma a prepará-lo também, para o encontro com a vítima e prepará-lo para o “Círculo da Sentença” (Van Ness e Strong, citado por Gomes, 2021, p. 28).

Em seguida, temos a terceira fase, que é referente ao “Círculo da Sentença”, onde ocorre uma parceria com a comunidade e o sistema jurídico e penal. Neste círculo existe o encontro com todos os envolvidos, ou seja, a vítima, o ofensor, as suas famílias, os seus amigos e outros membros da comunidade e, também, aquele que pode contribuir de algum modo, para a resolução do conflito. Assim, este círculo tem como primeira finalidade, conseguirem identificar os valores que os unem, compartilharem as suas histórias, para criar uma relação entre eles e assim, desenvolverem os passos que vão orientar o processo. Após esta primeira etapa concluída, podem partilhar e debater sobre o crime ocorrido, as causas, a repercussão e consequências e que alternativas existem para os danos ser resolvidos (Gomes, 2021, p. 28).

É necessário ter em atenção que nada é deixado ao acaso e o processo deve sempre respeitar os participantes e os seus momentos. Nesse sentido é importante ter a presença de um mediador que guia o diálogo, concedendo a quem o detém a possibilidade de se poder expressar (Van citado por Gomes, 2021, p. 29). Outros autores, como Wachtel (2013, p.8) menciona que os círculos devem ser feitos de forma a cada pessoa ter o seu momento para se expressar, neste caso, usam um objeto na pessoa que fala, ou seja, era utilizado como objeto de palavra, de forma a facilitar o processo de escuta e organização.



Esta forma circular do processo, tem um simbolismo carregado por representar a liderança partilhada, a igualdade, a conexão e a inclusão que promovem a responsabilidade e a participação de todos (Gomes, 2021, p. 29).

Por último, ocorre a quarta fase deste processo, que diz respeito aos Círculos de Monitorização, onde se realiza o supervisionamento do cumprimento do acordo de sentença. Salienta-se ainda, que estes círculos restaurativos, têm a possibilidade de serem realizados em diversas situações e contextos, pela característica de oferecerem uma abordagem mais pacífica de diálogo (Zehr, citado por Gomes, 2021, p. 29).

4.3 Algumas Práticas Restaurativas em contexto prisional

Após a compreensão sobre a justiça restaurativa, é necessário analisar como isto se aplica na ação. A justiça restaurativa aparente ser um bom complemento para a justiça tradicional, sendo até uma ponte para a mudança da intervenção, tornando-a mais humanizada e com reintegração não só focada no agressor, mas também nas outras partes envolvidas.

Segundo Alexander, Fazel, Ramesh e Hawton (citado por Rolim, 2022, p.3) nos países desenvolvidos tem vindo-se a observar que as penas privativas de liberdade têm gerado mais violência, aumentos nas taxas de suicídios entre reclusos e a criação de mais tipos de exclusão. Para Barabás, Fellegi & Windt, (citado por Rolim, 2022, p.3) um dos grandes problemas é a sobrelotação prisional, pois esta potência comportamentos criminais e reincidentes.

Assim, Cid e Klein, apontam para estudos que demonstram possibilidades de reincidência para as pessoas condenadas a penas de privação de liberdade, quando olhadas para as que praticaram os mesmos crimes, mas que receberam penas alternativas à prisão (Cid & Klein, citado por Rolim, 2022, p.3). A respeito disto, um estudo realizado por Mears e Cochran demonstrou que as penas menos rigorosas estão ligadas a menores probabilidades de reincidência, inclusive para pessoas já reincidentes, pois as penas de prisão enfraquecem os vínculos sociais, ampliando a probabilidade de elevar hipóteses de associação criminal e criação de estigma social (citado por Rolim, 2022, p.3).

Assim, surgiu a questão que tem sido polêmica no movimento da justiça restaurativa, porque o paradigma restaurativo surgiu como uma alternativa às penas



privativas de liberdade e nesse sentido, desenvolver projetos restaurativos dentro de prisões parece contraditório. No entanto, segundo Johnstone (2014):

“Embora a justiça restaurativa e as prisões continuem a ser vistas como pontos opostos em um espectro, o potencial da justiça restaurativa para lidar com crimes graves será severamente restringido. As vítimas de crimes graves são abandonadas quando as prisões não são utilizadas como locais de restauração para os criminosos, vítimas e suas comunidades. As prisões estão cheias de pessoas que precisam desesperadamente de restauração – as mais danificadas e prejudiciais em nossa sociedade.”
(Johnstone, 2014, p. 24)

Com essas e outras ressalvas, projetos de justiça restaurativa em prisões têm se realizado em muitos países, com diferentes objetivos. O que fez com que Van Ness apresentasse uma tipologia formada por:

1. programas voltados à promoção da empatia dos presos em benefício das vítimas;
2. programas dirigidos à reparação das vítimas;
3. programas que facilitam a mediação entre prisioneiros e suas vítimas, suas famílias e suas comunidades;
4. programas de fortalecimento dos laços entre as prisões e as comunidades onde elas se situam;
5. programas que para a criação de uma cultura de resolução pacífica de conflitos na prisão;
6. programas que pretendem transformar a personalidade dos presos, seu “eu por inteiro” (*entire self*).

(citado por Rolim, 2022, p.5)

Assim, podemos perceber que esta alternativa à Justiça Tradicional permite a que o recluso tenha outra forma de olhar o crime, pois ao invés de isolar o indivíduo da sua comunidade e consentir com uma relação de passividade com o seu crime, na justiça restaurativa, o recluso tem a oportunidade de confrontar as suas ações e procura assim uma reintegração na comunidade que prejudicou.



Um exemplo bastante positivo desta metodologia é um caso explicado por Shannon Dilva, numa palestra realizada pela *TEDxMileHigh*, onde ela compartilha com o público a sua experiência de trabalho, como mediadora, num caso de um homicídio durante um assalto, neste encontro estão presentes o agressor, a esposa e a filha da vítima. Shannon Silva, explica que durante seis horas de diálogo, ela permaneceu em silêncio, enquanto elas falavam com a pessoa que tinha sido o homicida do familiar delas, guiadas por um livro que tinham onde colocaram todas as questões para a qual não tinham respostas, coisas que elas queriam que ele soubesse sobre o ato acontecido (TEDxMileHigh, 2023).

Com isto, podemos perceber que a justiça restaurativa faz um trabalho bastante profundo com o criminoso e com a vítima, trabalhando muito as competências emocionais, pois isto requer um trabalho contínuo e profundo sobre tudo o que ambos sentem, mesmo antes do encontro presencial. Assim a JR não olha para o crime como um ato cometido contra o Estado, mas sim um ato que afetou e prejudicou pessoas, comunidades e relacionamentos. Assim, é necessário para se alcançar a verdadeira justiça, que exista uma reparação de danos.

No entanto, também é importante trazer a comunidade para este tipo de intervenções, visto que também houve um dano gerado à comunidade, nesse sentido é essencial que elementos da comunidade possam participar no processo da resolução de conflitos, para que as lesões causadas possam ser demonstradas ao agressor (Dzur e Olson, citado por Rosenblatt, 2014, p.53). Visto que, Shapland e Bauman, mencionam que elementos da comunidade poderiam estar mais aptos, em relação a elementos da justiça, a impedir crimes na vizinhança e seriam os mais pertinentes para a tarefa de reintegração do ex-recluso de volta à comunidade, ou seja, os elementos da comunidade podem apresentar um maior conhecimento local e pessoal do que os outros profissionais (citado por Rosenblatt, 2014, p.53).

Assim, deve haver um trabalho de empoderamento da comunidade, através do crescimento das práticas restaurativas, que dependem do envolvimento de mais pessoas afetadas pelo conflito, que pode levar a potenciar e estimular a consciência da comunidade, bem como:



“pode fortalecer e induzir a participação em movimentos sociais; introduzir a ferramenta do diálogo e da escuta respeitosa mais profundamente na vida dos(as) envolvidos(as); criar empatia e alteridade e, assim, incrementar a possibilidade de que eles(as) usem também o diálogo e a escuta respeitosa para resolver outros problemas de suas vidas, diversos do conflito criminal que lhes apresentou à Justiça Restaurativa.” (Jaqueline & Santana, 2019, p.202)

Assim, o empoderamento da comunidade é uma necessidade para a Justiça Restaurativa, como principal objetivo para indivíduos com um papel ativo, que proporciona uma redefinição dos seus problemas e validação das suas esferas de autonomia e poder, em termos culturais, políticos e psicológicos (Jaqueline & Santana, 2019, p.202). Visto que, o sistema tradicional não apresenta essa possibilidade, pois está “sufocado nas abstrações e esquematizações com suas estruturas burocráticas, cuja transformação também se insere nos objetivos da Justiça Restaurativa” (SICA, citado por Jaqueline & Santana, 2019, p.202).

Deste modo, a Justiça Restaurativa potencializar o desenvolvimento de sociedades mais emponderadas, aumentando as suas habilidades e interesses dos cidadãos em participar nas organizações sociais e, simultaneamente, auxiliar na gestão dos conflitos, para impedir que se tornem maiores, fortalecendo as instituições totais por meio da cooperação ativa dos cidadãos com elas (Jaqueline & Santana, 2019, p.202).

Por fim, algo que poderia ser pensado em se explorar sobre a JR era sobretudo nas escolas, como um meio de prevenção de comportamentos, visto ser bastante importante que crianças, desde cedo, aprenderem a administrar os conflitos usando princípios restaurativos, como forma de prevenção de atos delinquentes e consequências mais graves, como a reclusão.



5. Enquadramento Metodológico

Este capítulo destina-se à explicitação das questões metodológicas que servem de base a esta investigação, delimitando de forma mais específica a problemática a estudar, questões e respetivos objetivos de investigação, tendo em conta o quadro teórico e conceptual anteriormente apresentado.

Deste modo, neste trabalho fomos tentar perceber, junto de ex-reclusos como funcionava as práticas de reintegração dentro dos estabelecimentos prisionais. Ou seja, durante o cumprimento de pena que tipo de apoios, atividades e formações os reclusos participam, visto que se trata de um período de reeducação e preparação para a saída em liberdade. Neste sentido, tencionamos entender se a dimensão da inteligência emocional estaria ou não presente nas prisões, se existiu acesso a projetos e programas que atuassem não só a nível social, mas também a nível emocional e que aspetos foram que tidos em consideração durante processo de transformação do indivíduo e no restabelecimento do vínculo com a comunidade. Posto isto, também quisemos verificar se tinham conhecimento ou experienciado algum programa que lhes remetesse para a justiça restaurativa, com a intenção de perceber se as prisões estariam a potenciar essa prática.

Estes elementos, ao longo da investigação, foram progressivamente sendo ajustados, reformulados e sofrendo algumas alterações.

5.1 Objeto de estudo

Inicialmente, é importante mencionar que o objetivo de estudo deste trabalho de projeto é referente ao entendimento sobre as práticas de reeducação dos reclusos. Nesse sentido, temos como objeto de estudo compreender de que forma as competências emocionais são trabalhadas durante o processo de reclusão, de modo a perceber o que é realizado dentro dos estabelecimentos prisionais para ajudar no processo de reintegração de um indivíduo novamente na sociedade.

A escolha do objeto em estudo surgiu durante a pesquisa sobre a forma como os estabelecimentos funcionavam relativamente à reintegração dos reclusos. Para além disso a carência de informação e disponibilidade por partes das entidades públicas em deixar-nos conhecer melhor os procedimentos e as atuações que eram realizadas dentro dos estabelecimentos prisionais, dificultou o entendimento concreto do funcionamento do mesmo. No entanto, durante as pesquisas realizadas fomos percebendo que existia uma



intervenção mais vinculada a nível da escolaridade e da empregabilidade, no entanto questionamo-nos sobre a reabilitação pessoal do indivíduo, ou seja, que tipo de intervenção pessoal era realizada com o indivíduo, de forma a não só capacitá-lo de competências sociais, laborais, mas também as capacidades emocionais. Assim sendo, de forma a melhorar o seguimento e a estrutura deste trabalho de projeto, foi formulada com questão de partida: *“Qual influência das competências emocionais na reintegração dos reclusos na comunidade?”*.

Assim, temos como principais hipóteses e resposta provisória para esta pergunta de partida, as seguintes:

1. A gestão emocional proporciona ao indivíduo um maior autocontrolo e conhecimento sobre si mesmo, o que diminui a reincidência ao mundo criminal;
2. Se apostarmos em trabalhar a gestão e inteligência emocional desde o início da entrada nos estabelecimentos prisionais, o processo de reintegração na comunidade poderá ser positivo para o ex-recluso.

Em seguida, concluída a primeira etapa, foi possível planear os objetivos gerais e específicos deste estudo, que foram também sujeitos a alterações consoante o decorrer da análise da literatura.

5.2 Objetivos Gerais e Específicos

Desta forma, delimitamos como objetivo geral da investigação:

- Conhecer os pressupostos da reintegração dos reclusos na comunidade e explorar teoricamente a influência das competências emocionais e da justiça restaurativa nos processos de reintegração na comunidade.

Nos primeiros contactos documentais disponíveis online sobre esta instituição total e também de livros disponibilizados em bibliotecas e online sobre a educação emocional, permitiu uma definição prévia dos objetivos específicos, que sofreram reformulação ao longo das várias análises feitas, desse modo, surgiram os três objetivos específicos:

- conhecer, de forma teórica e prática, o que é privilegiado na reintegração dos reclusos;



- compreender o contexto de desenvolvimento dos projetos no processo de reinserção social;
- Entender como ocorre a restauração das emoções, através do contacto entre agressor e vítimas de crime.

5.3 Terreno empírico de estudo

Depois de estabelecido o objeto de estudo, passou-se à seleção do terreno empírico, que inicialmente era pretendido realizar este estudo num estabelecimento prisional do Porto, pois seria a forma mais direta de trabalhar com os reclusos e os técnicos de reintegração e ter acesso a um maior número de informações. No entanto, quando passamos à fase de contacto com as instituições deparamo-nos com uma realidade bastante fechada, onde as datas impostas para a entrega dos documentos, bem como a sua análise para a aceitação da nossa investigação ficariam muito dispares com o plano de estudos deste mestrado. Nesse sentido, como alternativa, optamos por realizar a nossa investigação junto de uma associação que atuasse nesta área de estudo. Assim, escolhemos como instituição a Confiar, Associação de Reinserção Social - Portugal, que trabalha há mais de 20 anos com pessoas que apresentaram um trajeto de privação da liberdade e/ou condenados pela prática de um crime, bem como atua com as famílias, fazendo o acompanhamento dos seus percursos e dando todo o apoio necessário e possível (Associação de Reinserção Social [Confiar], 2023).

Deste modo, os participantes do nosso estudo foram os ex-recluso, os quatro residentes (homens), que pertenciam à casa de transição da associação Confiar, bem como técnicos sociais que atuassem nesta área específica, de forma a colaborarem com os seus conhecimentos do local e da prática. Assim surgiu a oportunidade de entrevistar um técnico de investigação das prisões e duas técnicas que trabalham diretamente com o nosso grupo de ex-reclusos e que pertencem à associação Confiar.

Esta associação apresenta-se como uma Instituição Particular de Solidariedade Social de utilidade pública, sem fins lucrativos, cristã de inspiração católica, ecuménica, aberta ao diálogo inter-religioso com sede no Bairro do Estabelecimento Prisional do Linhó, freguesia de Alcabideche Conselho de Cascais em Lisboa, Portugal e apresenta um âmbito de ação geográfica o território nacional ((Cfr. Confiar, 2023).



Além disso, a associação Confiar apresenta três pilares essenciais na sua intervenção:

Prevenção: centra-se na prevenção dos comportamentos de risco junto da comunidade, dando especial atenção aos jovens que apresentem uma maior vulnerabilidade psicossocial (Cfr. Confiar, 2023). Para além disso, proporciona ações de sensibilização com foco na diminuição dos ciclos do crime e na prevenção da reincidência, através de um acompanhamento próximo dos utentes com histórico de reclusão ((Cfr. Confiar, 2023).

Inclusão: a intervenção da Confiar tem como base os princípios restaurativos, nomeadamente de admissão da responsabilidade e de reparação das relações interpessoais dos utentes com a sua família, filhos e também com as vítimas e a comunidade (Confiar, 2023). Um aspeto bastante importante desta associação é que promove o envolvimento da comunidade neste trabalho de reinserção, o que proporciona a diminuição do estigma associado ao ex-recluso ((Cfr. Confiar, 2023).

Reinserção: este pilar atua com base nas necessidades de cada um, que vai desde as necessidades básicas, como habitação, alimentação e saúde, ao apoio psicossocial, psicológico, jurídico e formação profissional, com o objetivo de promover a capacitação, autonomia e independência dos utentes ((Cfr. Confiar, 2023).

A Confiar tem assim como missão proporcionar a “prevenção de comportamentos de risco e de criminalidade” ((Cfr. Confiar, 2023), de forma a fomentar a inclusão e reinserção social das pessoas que passaram por trajetos de privação da liberdade e das suas famílias. Além disso, atua na “identificação dos fatores de risco, da determinação dos fatores de proteção correspondentes e da fixação de medidas de intervenção concretas” ((Cfr. Confiar, 2023) e na implementação das medidas adequadas com o reforço da aplicação de práticas restaurativas, que a nosso ver é bastante essencial, pois promove uma cultura de aceitação de responsabilidade e de reparação de danos, a partir do diálogo entre todos (vítima, infrator e sociedade) e promove ainda, a reconstrução das relações interpessoais ((Cfr. Confiar, 2023). Assim, a Confiar apresenta como valores para a sua orientação dos seus colaboradores os seguintes ((Cfr. Confiar, 2023):

- “- Compromisso com os utentes;
- Confiança nas relações interpessoais que se estabelecem;



- Inovação no apoio à reinserção;
- Resistências à adversidade.”

Esta associação faz parte da *Children of Prisoners Europe [COPE]*, visto que as crianças e jovens com elementos familiares em reclusão demonstram uma maior vulnerabilidade no seu bem-estar e na sua inclusão social, ficando mais propensos a comportamentos de risco. Nesse sentido, a Confiar ao tornar-se membro da *COPE* assume um e:

“preósito de atuar positivamente na realidade portuguesa no que respeita às crianças e jovens filhos de pessoas com passados de privação de liberdade (...) numa perspetiva de proteção, de combate à exclusão e vulnerabilidade (...) centrado na defesa dos direitos destas crianças” (Confiar, 2023).

A Confiar apresenta três respostas sociais:

- O *Centro de Apoio Familiar (CAF)* que é formado por uma equipa multidisciplinar de técnicos que proporcionam a intervenção holística com os utentes. Esta intervenção pode ser realizada durante a reclusão ou em cumprimento de pena em liberdade que compreende depois para o momento de transição para a liberdade. Assim, como já referimos anteriormente a Confiar tem consciência que as relações familiares são essenciais para garantir a reinserção, nesse sentido o CAF está focalizado não só no apoio aos destinatários diretos, mas também as suas famílias, crianças e jovens e pessoas próximas aos destinatários diretos ((Cfr. Confiar, 2023).

Nesse sentido, é realizado um diagnóstico que procede ao levantamento dos fatores de risco e de proteção e, em seguida, elaborado um Plano de Apoio à Reinserção Social (PARS), que atua primordialmente nas necessidades primárias, o apoio psicológico e a formação profissional. Assim, o CAF atua na promoção da integração da pessoa na sua comunidade, os respetivos filhos e familiares, proporcionado um rompimento com os estigmas sociais ((Cfr. Confiar, 2023).

- A *Casa de Saída da Confiar*, que fica localizada no Bairro de Alcoitão, tem como função acolher os destinatários diretos da Confiar, em cumprimento de pena em liberdade ou em processo de transição para a liberdade, que estejam numa situação de vulnerabilidade e em risco de exclusão social ((Cfr. Confiar, 2023).



- Por último, o *Gabinete de Apoio à Liberdade* (GAL), esta resposta social pertence ao CAF e apresenta como seu principal objetivo também o acompanhamento dos destinatários diretos no seu processo de transição para a liberdade, de forma a ser possível o restauro das pessoas, a sua inclusão social, profissional e a sua autonomia, bem como a dos seus familiares. Esta resposta social, tem uma particularidade bastante importante, no que se refere ao seu modo de implementação, podendo ser iniciada ainda no estabelecimento prisional, durante o cumprimento da pena, de modo a colaborar com a preparação para a saída (Confiar, 2023).

5.3.1 Projetos de Intervenção da Associação Confiar

A Confiar apresenta um conjunto de projetos que atuam em vários âmbitos bastante importantes para a comunidade e para os ex-reclusos, que potenciam de forma positiva a reintegração na sociedade. Desta forma, vamos apresentar alguns dos projetos que achamos mais pertinentes para este trabalho, visto que foram projetos que atuam na reintegração de ex-reclusos na comunidade, que acaba por ter o mesmo objetivo do nosso trabalho de projeto, ajudando assim a perceber como essas intervenções são realizadas. Para além disso, ajudou na inspiração do trabalho, bem como a alargar a visão sobre outras áreas que também são essenciais e fundamentais para serem exploradas com esta população, visto que são áreas que se complementam entre si.

- Bairro Restaurativo de Alcoitão:

Este projeto surge da necessidade de agir positivamente no Bairro de Alcoitão, no qual está localizada, desde o ano de 2018, a Casa de Saída do Centro de Apoio Familiar de Cascais da Confiar. Foi um projeto piloto promovido pela Confiar, que apresenta como ponto de partida o levantamento das necessidades do Bairro de Alcoitão e respetivo diagnóstico, com os seguintes objetivos de atuação:

- “Prevenção de comportamentos desviantes dos jovens através da promoção do apoio ao estudo e atividades inclusivas na área do desporto;
- Incluir as diferentes comunidades nas decisões sobre a vida do bairro, promovendo, através de Círculos Restaurativos, o diálogo como forma de prevenção e superação de conflitos;



- Trabalhar os espaços comuns, fomentando o espírito de equipa e o sentimento de pertença;
- Reintegrar os utentes da Confiar que habitam no bairro, gerando interação com os moradores.” (Confiar, 2023).

- **PRO-Mudança:**

Este projeto apresenta como objetivo principal a empregabilidade e a total reinserção social das pessoas que foram privadas de liberdade. Assim, este projeto tem como base os princípios da justiça restaurativa, com vista a “fazer com” o outro, de modo a ajudar no seu processo de reinserção social e profissional, potenciando assim, também com o fim do estigma de ser um “ex-recluso”.

Assim, este projeto apresenta como principais atividades as seguintes:

- “Realização e execução de um Plano de Apoio à reinserção Social;
- Criação de um plano de ação para a educação escolar e profissional;
- Programas de reinserção social que orientem e acompanhem em todos os aspetos fundamentais, como gestão financeira e do lar, formação em culinária, inclusão digital, e justiça restaurativa. “(Confiar, 2023).

Deste modo, podemos perceber que estes projetos trabalham competências emocionais e restaurativas através da resolução de conflitos existentes no bairro, onde são estimuladas competências essenciais para a vida em comunidade, como o diálogo, escuta ativa, trabalho em equipa e a participação, bem a construção do seu plano de reinserção, que é fundamental para indivíduos e o facto de este construírem o seu próprio plano, as suas metas e objetivos potencia uma sensação de autonomia e pertença.

5.4 Métodos e Instrumentos de Pesquisa e Recolha de Dados

Para facilitar a busca de conhecimento, é importante explicar os métodos de pesquisa utilizados, pois este é um instrumento que nos permite, enquanto investigadores, alcançar o objetivo estipulado. O plano de estudo define, assim, as etapas de pesquisa do problema de pesquisa e a fundamentação teórica nele envolvida. Para tal, são descritos e



estruturados métodos e técnicas de investigação, bem como os procedimentos de análise dos dados, as suas implicações e a justificação da respetiva utilização (Kothari, 2004, p. 9).

Para além disso, a nossa escolha vai influenciar os resultados do trabalho, por isso devem ser escolhidos consoante os objetivos da nossa investigação. Assim, nesta investigação e tendo em conta os nossos objetivos, foi optado pela utilização da metodologia qualitativa, através da utilização, como instrumento de recolha de dados, as entrevistas semiestruturadas, de modo a podermos ouvir as narrativas de cada participante. A escolha deste tipo de metodologia foi feita, pois segundo Lessard-Hébert (1994), “permitem uma maior aproximação e colaboração entre o investigador e os indivíduos que desenvolvem o trabalho no terrenos” (citado por Tomás, 2007, p.57), ou seja permite-nos ter um maior contacto com os intervenientes, permitindo-nos analisar e refletir sobre outros assuntos, que de forma quantitativa não era possível, como, por exemplo, a forma de discurso, as motivações e as suas interpretações sobre a problemática estudada.

Deste modo, conforme Strauss e Corbin afirmam:

“os métodos qualitativos devem ser utilizados para descobrir e compreender o que está por trás de cada fenómeno sobre o qual pouco ou nada se sabe (...) e permite conhecer os pormenores complexos do fenómeno, difíceis de descobrir com os métodos quantitativos” (citado por Ramos, 2005, p.112).

Assim, para estes autores a investigação qualitativa tem três ingredientes essenciais: os dados, que podem advir de várias fontes, sendo a entrevista e a observação as mais comuns; os processos de análise ou interpretação, chamados codificação, que incluem técnicas para conceptualizar os dados e conduzem a comentários interpretativos que podem ser ou não de natureza teórica; e os relatórios, escritos e orais, da investigação (Strauss e Corbin, citado por Ramos, 2005, p.112)

Posto isto, achamos que seria o melhor método a ser utilizado, pois enquanto investigadores, somos um próprio instrumento de investigação e é essencial estar presente e interagir com a realidade que estamos a estudar e observar os comportamentos das pessoas que estamos a entrevistar e analisar.



Nas entrevistas semiestruturadas, existe um conjunto de questões que formam um guião, onde o investigador se guia e regista, numa ordem lógica, o fundamental do que pretende obter, no entanto, na interação entre investigador-entrevistado existe total liberdade de resposta ao entrevistado (Amado citado por Santos, 2022, p,42). Segundo os autores, a entrevista semiestruturada é um dos principais instrumentos da pesquisa de natureza qualitativa, sobretudo por não apresentar uma imposição vigorosa de questões, o que permite ao entrevistado “discorrer sobre o tema proposto respeitando os seus quadros de referência, salientando o que para ele for mais relevante, com as palavras e a ordem que mais lhe convier, e possibilitando a captação imediata e corrente das informações desejadas” (Amado citado por Santos, 2022, pp.42-43).

Para a realização do estudo empírico, e uma vez que tínhamos inicialmente já definido os objetivos específicos, foram então, desenvolvidos dois guiões de entrevista semiestruturada¹, pois tínhamos como alvo neste estudo, ex-reclusos e os técnicos que trabalham com este público. Neste sentido, nos guiões constam os objetivos que pretendemos alcançar, as questões orientadoras, bem como recursos a utilizar apenas quando o entrevistado não avançar no desenvolvimento do tema proposto. Estas questões foram desenvolvidas com o objetivo de recolher o máximo de informação que permita avançar de uma forma sistemática.

Assim, o primeiro guião destinado aos ex-reclusos foi composto por 27 questões distribuídas em seis blocos temáticos: A) Legitimação e motivação para a entrevista; B) A caracterização do participante; C) Perceção da Reclusão; D) O processo de reintegração e a comunidade; E) Perceção sobre a justiça restaurativa e F) Mudanças e perspetivas de futuro.

No primeiro bloco, tivemos como objetivo comunicar ao entrevistado sobre as linhas gerais da investigação, solicitando a sua colaboração evidenciando a importância da participação para o êxito do trabalho, assegurado assim, o carácter confidencial das informações prestadas, explicitando que a entrevista tem apenas a função de recolher as informações necessárias ao desenvolvimento de um trabalho académico e, nesse sentido, foi pedida a autorização para a gravação da entrevista. No segundo bloco, são colocadas questões mais simples de forma a cativar para a participação do entrevistado e poder-se

¹ Ver em anexo



fazer a caracterização do mesmo. No terceiro bloco, depois de uma breve caracterização do entrevistado, procurou-se compreender a perceção que o individuo tem sobre a reclusão e o processo que levou para o mesmo, explorando algumas vivencias da infância e adolescência entrando, depois, no processo de reclusão e das vivências associadas ao mesmo.

No quarto bloco, pretendeu-se conhecer a perspectiva dos ex-reclusos sobre o processo de preparação para a saída, onde colocamos perguntas referentes à educação emocional de forma a conseguirmos perceber se existe intervenção nessas competências e perceber que papel para eles a comunidade desempenhou durante estas fases de reclusão e integração. No quinto bloco tentou-se compreender que experiências e contactos tinham tido com programas que tivessem por base a justiça restaurativa, se fazia sentido e quais eram as perceções deles sobre contacto com a vítima. Por último, no sexto bloco, abordamos quais eram as mudanças que eles fariam nos EP's e quais eram as perspectivas de futuro agora, de volta à comunidade.

Em seguida, no segundo guião destinados aos técnicos da Confiar e ao investigador das prisões, foi composto por 13 perguntas, distribuídas também por blocos temáticos: A) Legitimação e motivação para a entrevista; B) Compreensão da intervenção; C) Perceções sobre o papel da Comunidade; D) Relação entre justiça restaurativa e reintegração e E) Visão sobre as Competências Emocionais.

No primeiro bloco, tivemos também como objetivo comunicar ao entrevistado acerca das linhas gerais da investigação, solicitando a sua colaboração evidenciando a importância da sua contribuição para o êxito do nosso trabalho, assegurado assim, o carácter confidencial das informações prestadas, explicitando que a entrevista tem apenas o propósito de recolher as informações necessárias ao desenvolvimento de um trabalho académico e, nesse sentido, foi pedida a autorização para a gravação das entrevistas. No segundo bloco, são colocadas questões mais simples de forma a conseguirmos fazer uma pequena caracterização do entrevistado, captar a sua atenção e quebrar o gelo inicial.

No terceiro bloco, depois de uma breve caracterização do entrevistado, procurou-se compreender quais as etapas realizadas quando um recluso chega à casa de transição, é importante mencionar, que estas questões são diferentes consoante o cargo do entrevistado. Em seguida, no terceiro bloco, pretendeu-se perceber qual era o papel da



comunidade na reintegração do recluso e também qual o impacto das prisões na comunidade. No quarto bloco pretendemos perceber se existia uma relação entre a justiça restaurativa e o processo de reintegração e, em último, no quinto bloco, perceber a importância ou não das competências emocionais consoante as experiências e vivências do técnico.

Para além disto, referente às técnicas utilizadas para a recolha de informação, recorreremos à análise documental como uma das ferramentas para sustentar o trabalho de projeto, uma vez que, é benéfico para a análise qualitativa e ao tratamento de informação contida em documentos, o que facilita “o acesso do investigador ao máximo de conteúdo para consulta, interpretação e armazenamento” (Bardin, citado por Mendes & Miskulin, 2017, p. 1051).

Minayo (citado por Junior, Oliveira, Santos & Lschnekenberg, 2021, p.37) “afirma que a diferença entre os métodos quantitativos e qualitativos é quanto à natureza e não quanto à hierarquia, mencionando as Ciências Sociais têm como objetivo a pesquisa qualitativa, visto que esta proporciona trabalhar e investigar fenômenos humanos, que com pesquisas quantitativas, não era possível, pois não podemos traduzir pessoas em números.

5.5 Recolha e Análise de Dados

Num primeiro momento reunimos com a Confiar de modo a podermos fazer uma breve explicação sobre este trabalho de investigação, de modo a percebermos se a associação estaria disponível para participar. Partindo desse primeiro momento, a Confiar também contactou com os residentes da Casa de Saída, de forma a aperceberem se os mesmos estariam interessados ou disponíveis para participar neste estudo, pois é um público que se encontra com alguma vulnerabilidade e é uma fase da vida deles que podem não estar disponíveis para relatar com um desconhecido.

Tanto os técnicos da Confiar, como os residentes da Casa de Saída se disponibilizaram a participar, sendo calendarizados os dias das entrevistas, de acordo com a disponibilidades de cada um. As entrevistas aos três técnicos foram efetuadas pela plataforma Teams, visto que esta instituição fica localizada em Lisboa e a realização das entrevistas não ocorreu nos mesmos momentos, optando assim por realizar desta forma e tendo tido cada uma a duração média de 30 minutos. A quatro entrevistas aos ex-reclusos



da casa de saída foram realizadas no mesmo dia, de forma a perturbar o mínimo tempo possível e também das suas rotinas. Estas entrevistas foram realizadas de forma presencial, junto com dois elementos da associação, a técnica de administração e o responsável pelo Gabinete de Apoio à liberdade e pela Casa de Transição.

Foi apresentado a cada um dos participantes um Consentimento Informado², onde se encontravam expostos os objetivos e o método do estudo, e que foi devidamente assinado por eles. Para além disso, os participantes foram informados sobre o caráter anónimo e confidencial dos dados bem como sobre a possibilidade de desistência a qualquer momento. Assim, foi obtida uma autorização junto dos participantes para a gravação das entrevistas, este é um procedimento normal e fundamental nesta tipo de investigação pois permite que os participantes coloquem questões.

As entrevistas decorreram sem interrupções e no tempo médio estipulado, tanto as entrevistas dos técnicos como dos ex-reclusos demonstram receptividade e cooperação durante toda a entrevista. O guião da entrevista revelou-se muito útil, no entanto, com as primeiras entrevistas aos ex-reclusos conseguimos perceber que algumas perguntas não estavam a resultar da forma como gostaríamos, dando a possibilidade de realizar algumas alterações, de modo a resultar melhor nas próximas.

Durante a entrevista buscamos enviar sinais de entendimento e de estímulo, com gestos, acenos de cabeça, olhares e também sinais verbais de agradecimento e de incentivo, pois isto facilitou muito a troca de informação, visto que os entrevistados foram percebendo que estávamos atentos à sua narrativa, principalmente com os residentes da casa, pois durante a entrevistas eram tocados aspetos bastante pessoais, não os querendo deixar desconfortáveis.

O objetivo foi que a entrevista fluísse naturalmente, sem estarmos sempre a olhar para o guião e ir acompanhando o diálogo dos entrevistados, interagindo positivamente e pegando na informação fornecida para colocar novas questões, se achássemos pertinente fazê-lo. Podemos fazer uma avaliação positiva das entrevistas, pois foi bastante fácil estabelecer diálogo com os técnicos, que se revelaram interessados e participativos. Com os ex-reclusos não foi tão fácil manter o dialogo de forma contínua, pois para além de ser um público mais vulnerável, não tinham a confiança necessária para falarem sobre alguns

² Ver em anexo



aspectos da vida deles, cisto que estavam a expor ali um lado deles, que de certa forma é algo que os incomoda e que têm mais dificuldade em partilhar, no entanto mantiveram-se sempre recetivos e participativos ao longo de toda a entrevista.

5.5.1 Análise dos dados recolhidos

Após a realização de todas as entrevistas e a sua transcrição integral³ foi possível efetuar-se a análise dos dados, começando por uma organização sistemática dos mesmos. Assim, durante a análise das entrevistas optamos por utilizar a técnica de análise categorial de conteúdo, por se tratar de uma técnica flexível e adaptável às estratégias e técnicas de recolha de dados utilizadas e por ser uma técnica cujo:

o aspeto mais importante (...) é o facto de ela permitir, além de uma rigorosa e objetiva representação dos conteúdos ou elementos das mensagens (discurso, entrevista, texto, artigo, etc.) através da sua codificação e classificação por categorias e subcategorias, o avanço (fecundo, sistemático, verificável e até certo ponto replicável) no sentido da captação do seu sentido pleno (à custa de inferências interpretativas derivadas ou inspiradas nos quadros de referência teóricos do investigador), por zonas menos evidentes constituídas pelo referido ‘contexto’ ou ‘condições’ de produção (Amado, 2014, p.304).

Sendo assim, a análise categorial apresenta como seu objetivo principal dar a possibilidade de organizar os conteúdos de um conjunto de mensagens num sistema de categorias que traduzam as ideias-chave da informação em análise. Assim, com base nesta técnica elaboramos uma grelha de análise, que possibilitou distribuir os textos/excertos de texto nas unidades de sentido que se consideraram importantes em função do nosso material de estudo e dos objetivos subjacentes ao mesmo. Deste modo, foi possível conferir um nome a cada uma dessas categorias e as subcategorias. Só a partir desta codificação foi possível avançar para o segundo ponto, ou seja, a elaboração de um texto que traduzisse os traços comuns e os traços distintos das diversas entrevistas e, a partir daí, avançar para a sua análise (Amado, 2014, p.304).

³ Em Anexo

5.6 Apresentação e discussão dos Resultados

Neste capítulo apresentamos de forma transversal os resultados emergentes da análise das entrevistas, tendo sempre em consideração os objetivos de investigação que delinearão este estudo, discutindo esses mesmos resultados à luz do quadro teórico que o sustentou. Primeiramente realizamos uma análise às entrevistas dos ex-reclusos, seguida depois, da análise das entrevistas aos técnicos. Antes de passar à discussão dos resultados, é importante referir que não foram mencionados os nomes dos entrevistados para assim ficar salvaguardada a confidencialidade e o anonimato; optamos assim por atribuir letras a cada entrevistado, ficando estas intituladas de “Entrevistado A, B, C e D” consoante a ordem de transcrição das entrevistas dos ex-reclusos e “Técnico(T) 1, 2 e 3” consoante a ordem de transcrição das entrevistas dos técnicos.

Da análise do categorial das entrevistas ⁴ aos reclusos foi possível retirar várias informações essenciais para o nosso trabalho de projeto. Relativamente à Reclusão encontramos três grandes subcategorias, a ocupação de tempo, o sentimento após a reclusão e a integração na prisão. Nesse sentido, na subcategoria da **ocupação de tempo**, dois dos entrevistados mencionaram que não participam em nada, ou sejam não tem nenhuma atividade ou forma de ocupar o seu tempo, os outros três entrevistados mencionam que ocupam o tempo ou a estudar ou a trabalhar na cozinha e no pátio. Um dos entrevistados que estuda e trabalha mencionou algo bastante interessante sobre a ocupação de tempo, que foi a motivação que os leva a ir para a escola ou para o trabalho, que foi o seguinte:

“Aquilo é assim, quem não está ocupado fica 20 horas fechado. Quem está ocupado fica aberto, fica lá dentro, mas ainda está na escola, também está na escola, está a trabalhar, de resto, se não estava também fechado”. (Entrevistado B)

Isto demonstra-nos um oposto à realidade teórica analisada, pois segundo a Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar deve haver uma promoção “no sentido de responsabilidade do recluso, estimulando-o a participar no planeamento e na execução do seu tratamento prisional e no seu processo de reinserção social, nomeadamente através de ensino, formação, trabalho e programas” ([DILP], 2020, p.46), para além disso, ainda o CEP ([DILP], 2020, p.46) menciona que a finalidade da pena deve ser além de punidora,

⁴ Ver em anexo



reeducadora do indivíduo, uma vez que a reinserção social do recluso é a finalidade principal do cumprimento de uma pena, esta deve ser além de punidora, reeducadora do indivíduo que a cumpre, nesse sentido, ao olhar para estes testemunhos não havendo nenhum tipo de ocupação dos tempos livres, a reintegração e capacitação do indivíduo não está a ser realizada.

Na subcategoria referente ao **sentimento após a reclusão** dois dos entrevistados mencionam que não sentiram qualquer tipo de sensação ou emoção, apenas que era algo consequente às atitudes deles, como diz o entrevistado D “Já que fiz porcaria, agora tenho que pagar, já que fiz já cometi os meus, tenho que pagar por eles. Foi isso que eu pensei”. Dois outros entrevistados mencionam que foi um grande choque e um sentimento negativo quando foram presos.

Por último, na subcategoria de integração, os entrevistados referem que não tiveram qualquer tipo de apoio por parte das educadoras ou psicólogas dos estabelecimentos inseridos.

A: “Se falei com a psicóloga? Falei nada, a psicóloga tem 30 ou 40 para atender, fico 15 minutos e vou embora. Nem tinha muita vontade de falar com ela.”

B: “Apoio? você é mandado para dentro, então chega dentro, mando-lhe escolher uma cela. Não há mais nada. Passado um mês é que a educadora vai falar contigo, vão fazer a tua ficha, passado um mês. Ou não te chama, se não for preciso, não te chama. Só se quiseres pedir para te chamar e demora 2 a 3 meses para te chamar.”

C: “Não tive, aquilo foi tipo do género. “Olha, agora estás preso, desenrasca-te” foi mais ou menos isso que me disseram. Olha em Sintra vi, em 3 anos, que estive lá, vi minha educadora umas 2 vezes.”

D: “Falei com a educadora no início e depois nunca mais. Nunca mais! Enquanto tive no IPL falei uma vez com a educadora, não me deixaram telefonar.”

Perante estas afirmações, conseguimos verificar que o plano individual de readaptação, que deveria ser realizado juntamente com o técnico e o recluso não está a ser cumprido, levando assim a um questionamento sobre a concretização da preparação para a saída, visto que este PIR (Plano Individual de Readaptação) a ferramenta principal deste processo, não é perceptível com este grupo de ter sido realizada. Pois como está



previsto nos artigos 47.º e 48.º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade é suposto ocorrer uma:

“aquisição, promoção ou reforço de competências pessoais, emocionais e sociais, de mudança de atitudes e de comportamentos, de empatia para com a vítima e a consciencialização do dano provocado, o controlo da agressividade e de comportamentos violentos em grupos diferenciados de reclusos, nomeadamente nos reclusos jovens e a prevenção da reincidência e da recaída, nomeadamente em crimes de natureza sexual, de violência doméstica ou relativos à condução de veículo sem habilitação legal ou em estado de embriaguez ou sob a influência de substâncias estupefacientes.” ([DILP], 2020, p.48)

Com este grupo de entrevistados podemos perceber que aqui os apoios foram praticamente nulos, porque ao analisar a legislação pelos quais os estabelecimentos prisionais são regidos e obrigados a cumprir, deparamo-nos com o oposto. Ou seja, não havendo um apoio contínuo desde a entrada do recluso até à sua saída, vai fazer com que a sua reintegração depois na sociedade possa não acontecer como o esperado e isto tornar-se uma bola de neve.

Relativamente às perceções que os ex-reclusos têm sobre a **Reintegração**, conseguimos retirar três grades subcategorias. A primeira refere-se à **saída**, onde conseguimos perceber pelas vozes dos entrevistados que não houve qualquer tipo de acompanhamento com estas pessoas, ou seja, não foi criado um plano individual de readaptação, onde “supostamente” as educadoras em conjunto com o recluso determinam as medidas e atividades mais apropriadas ao tratamento prisional deste, bem como a sua duração e faseamento. Desse modo, as respostas foram bastante parecidas entre elas, das quais destacamos as seguintes:

B:

“nunca me chamaram perguntar nada. Só me chamaram para perguntar se aceitava a liberdade condicional, aceito, pode ir embora.”

“(…) Sai da cadeia, não tem passe, não tem BI. Não tem documento nenhum. Como é que vai para fazer para tratar de algum documento? Como é? Como é que faz? Não consegue se não tem BI”



“Depois é a questão da morada, a gente nem devia de sair do lá sem uma morada. Depois, os documentos não têm para onde enviar. “

C: “Não ajudaram na preparação da saída, nem a mim nem a ninguém”

D: “E eu o quê? Não me acredito. Como assim? Assim? Abrem-me a porta e eu vou embora?!?”

Perante estas afirmações, conseguimos perceber que a preparação para a saída não foi realizada, pois uns foram avisados no próprio dia que iam sair em liberdade, acabando assim sem ter um mínimo espaço de tempo ou uma conversa com a psicóloga para se prepararem para o que vão encontrar lá fora, para onde vão, se têm casa ou não, familiares ou não. Outros saem com documentos desatualizados, ou seja, chegam cá foram já em incumprimento com a lei, pois apresentam os seus documentos caducados, não conseguem nem se candidatar a um trabalho, porque os documentos estão desatualizados, acabando por não conseguirem progredir pois o básico não foi feito enquanto estavam em reclusão.

Uma subcategoria que detetamos foi os **Programas**, ou seja, atividades em que os reclusos participem que os possa ajudar neste processo diário de reintegração. Porém, as respostas foram praticamente negativas, isto é, apenas participaram na Escola, tirando o curso de jardinagem, culinária, de resto, pelas vozes deste grupo não havia mais nada para além disto. No entanto, segundo o artigo 49.º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade e artigos 93.º a 96.º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais onde estabelecimentos prisionais devem disponibilizar a cada recluso o acesso a bibliotecas, ao serviço de leitura, a videotecas e a programas diversos de animação cultural, a atividades desportivas e o desenvolvimento das aptidões e do espírito de convivência social.

No entanto, temos que mencionar que os estabelecimentos prisionais apresentam um número de ocupação bastante elevado, sendo muitas vezes difíceis que os programas cheguem a todos os indivíduos, que pode ter sido o caso. Em seguida, ainda dentro desta categoria surgiu a **Reincidência** como uma subcategoria, onde, pelas óticas dos participantes, a reincidência têm como causa a falta de apoios existentes tanto dentro das prisões, como na comunidade e as lacunas na gestão emocional neles próprios, ou seja, como estão cheios de emoções negativas durante a reclusão que não são faladas e



exprimidas, quando chegam cá fora acabam por não se conseguirem controlar e acabar por cometer uma atitude negativa, que os possa mandar novamente para a prisão, tonando-se uma bola de neve, onde a frustração e o não autocontrolo leva à prisão.

Assim, é possível verificar que a falta de desenvolvimento das competências emocionais pode ser um fator potenciador da reincidência, pois já tínhamos visto anteriormente, segundo Gonçalves, alguns dos fatores potenciadores para a reincidência à vida criminosa possa estar ligada com o reduzido autocontrolo, a agressividade e insensibilidade, para além disso, também o estigma social ainda existente (Gonçalves, 2014, p.25).

Em seguida, surge uma grande categoria, a **Mudança**, onde surgiu como subcategorias, a **prisão**. Assim, relativamente às suas perceções de mudança sobre as prisões, nomeadamente no seu interior, os entrevistados partilharam algumas experiências e vivências onde foi possível identificar nos seus discursos vários aspetos importantes que permitem perceber algumas áreas que falham no interior das prisões.

Assim, com a análise aos seus discursos, podemos perceber que algo comum a todos os entrevistados, são os cuidados de saúde (B: “ Questão de saúde, vou já adiantar também, não valem nada (...) Não há enfermeiros à noite, se acontecer alguma coisa, morre ali dentro, que é mesmo assim mesmo”), afirmando que são muitos poucos, pois como podemos ver na análise feita anteriormente, pelas vozes destas pessoas, apenas consultam o psiquiatra que receita medicação, de forma a acalmar, não indo assim trabalhar o fundo da questão e o problema que existe. No entanto, segundo o artigo 33.º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade e o artigo 55.º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais, o Diretor do estabelecimento prisional deve criar um plano de promoção e defesa da saúde e prevenção da doença, com especial incidência na vertente da redução de comportamentos aditivos, de dependência e de risco.” ([DILP], 2020, p.40)

Para além disso, mencionaram ainda a falta de sensibilização e formação humanitária dos guardas prisionais, que demonstram insensibilidade perante eles que se encontram em reclusão, não sabendo escutar, nem agir de forma civilizada (C: “Pá se calhar meterem guardas, se calhar com um bocadinho de humanidade. Nem digo Coração que saibam distinguir o que é. Que está mal, e o que é que está bem?” (...) “Porque os



guardas tipo fecham, “Agora mata-te para aí, amanhã às 7 da manhã, se tiveres morto, é só mais um que morreu”).

Outros aspetos fundamentais que os entrevistados mencionaram foi a falta de recursos humanos, sobretudo as técnicas de reeducação, (A: “As educadoras, não ser uma educadora para 100 reclusos”), pois ao longo dos seus discursos, eles passaram o testemunho que tinha tido muito pouco ou quase nulo contacto com as técnicas e educadoras, um entrevistado, até disse uma frase que nos alertou bastante:

B: “Eu tive 9 anos e todos os anos ir ao juiz, 9 anos. Só me chamava uma vez por ano para fazer um relatório para uma pena para o juiz e o relatório, tenho ali as cópias, são 9 relatórios iguais, só muda a data”

Ou seja, isto faz-nos questionar sobre que tipo de o trabalho de reintegração dentro dos estabelecimentos prisionais, se é a falta de recursos humanos, falta de motivações salariais, ou a indiferença ou insensibilização para com estas pessoas.

Em consequência deste discurso, também surge as **Competências Emocionais**, onde a maioria dos entrevistados fala sobre a inexistência de apoios nesse sentido, pois fomos questionando se teriam conhecimento ou participado em algum programa, ou mesmo com os técnicos e psicólogas se trabalhavam as questões emocionais e as respostas foram negativas.

A: “Não fazem nada disso.”

B: “Não há nada, não há psicólogos, não há psiquiatras. Eu só ia à psicóloga quando eu fazia pedido” (...) “Mais de 80% da população tomou medicação.”

C: “eu também desisti de ir à psicóloga, porque eu em 2 anos que estive lá, apanhei umas 6 psicóloga, gente, eu vou estar a partilhar a minha vida com 6 pessoas diferentes. Não, obrigado” (...) “Na semana a seguir, ela já não já nem sequer se lembra qual é o seu nome.”

Assim, perguntamos se participariam ou o que achavam de haver um apoio mais próximo nesse sentido, que os ajudassem a gerir melhor as suas emoções, onde conseguimos obter respostas bastantes positivas, como as seguintes:



D: “Às vezes esse pessoal está só frustrado, precisa de alguém para desabafar, percebe”
(..) “Que se calhar havia muita gente entrar nesses programas, porque lá a falta de autocontrolo gera muitos problemas”

C: “Quando você chegar cá fora, vai querer descarregar na primeira pessoa que aparecer é a Raiva”

Neste sentido, foi possível perceber isto ao longo da nossa pesquisa, eram muito poucas as informações e projetos que tivessem a intenção de trabalhar a componente emocional, visto que dentro dos estabelecimentos prisionais só conseguimos detetar um disponibilizado na DGRSP, um Programa de Treino de Competências Pessoais e Emocionais (GPS) que foi avaliado pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra, onde demonstrou que as competências emocionais tinham mudanças significativamente positivas nos comportamentos relacionados com envolvimento em crimes dos adultos e jovens que o frequentaram ((DGRSP, 2023).

Em seguida, surgiu o tema da **Justiça Restaurativa**, onde questionamos se conheciam ou se já tinham participado em algum projeto dentro desta área, no entanto as respostas aqui não foram muito desenvolvidas pois os entrevistados não tinham conhecimento do que era este mecanismo alternativo, e mesmo após a nossa explicação foi notória o desconforto e reticência em participarem em algo assim, obtemos respostas como a do entrevistado B: *“eu neste momento, não estou preparado para isso ainda, no momento não estou, não faço”*... *“Eu participar não participo”*, o facto de se imaginarem a enfrentar a vítima do crime leva a um desconforto e a um conjunto de emoções que ainda não foram trabalhadas para isso poder acontecer.

Por fim, no último bloco temático, abordamos a questões sobre o **Futuro**, onde emergiram neste ponto três subcategorias: a Normalidade e a Não liberdade.

Assim, todos os entrevistados esperam conseguir voltar a ter uma vida normal, sem exigir demasiado, mas uma vida igual a outra pessoa qualquer, onde possam conseguir um trabalho e constituir uma família. Um entrevistado falou sobre um aspeto que está a vivenciar que nos chamou bastante a atenção, intitulando isso como uma subcategoria, “Não liberdade”, ou seja, este ex-recluso esteve a cumprir a sua pena num estabelecimento prisional e quando foi libertado depara-se com uma dívida de custas de

tribunal que não tinham nem conhecimento dela enquanto estive preso, nem tem forma de a pagar e surge aqui uma angústia de ver a sua vida novamente presa.

A: “O que é que eu vou fazer a minha vida agora que eu trabalhar começa a tirar então aí vou estar a trabalhar para pagar uma coisa e vou ficar sem dinheiro. Essas coisas dão para resolver e é assim eu não estar a trabalhar”

“Vou ficar aqui 20 anos a pagar aquilo? E uma coisa que estive preso, estive preso ainda, paguei lá dentro e vou ter que estar a trabalhar a minha vida inteira para pagar aquilo? “

Ou seja, esta pessoa mesmo que queira andar com a sua vida para a frente está impedido pela dívida que foi criada enquanto esteve preso, e mesmo que consiga um trabalho a maior parte desse dinheiro vai ser retirado em prol do pagamento, estando aqui também sem apoios por parte de nenhuma entidade, outro fator que agrava a sua situação de reintegração. Para além que está a habitar a casa de saída da Confiar, visto que não tem nenhuma estrutura familiar que o possa ajudar nesse sentido. Isto leva a que nos questionamos: “O que faz uma pessoa que se encontra nesta situação”, “pode se meter pelo caminho mais fácil para conseguir pagar a dívida ou trabalha de forma legal, mas a maior parte do salario é o retirado”. Isto, é apenas um testemunho de uma pessoa, mas pode ser a realidade de muitos, que as vezes acabam por reincidir novamente.

Em seguida, após a análise detalhada da entrevista aos ex-reclusos, passaremos à realização da análise das entrevistas aos técnicos da Confiar e ao Técnico de investigação sobre as Prisões.

Sendo assim, inicialmente verificamos como pontos comuns entre todas as entrevistas a crítica à prática dentro das prisões, nesse sentido surgiu a categoria **Realidade**, onde foi dividida em três subcategorias. Primeiramente, um ponto comum era a Prática, (T3: “A nossa legislação e está ótima, ótima, está tudo, está tudo lá, está tudo perfeito. Quem for ler os nossos códigos, está tudo, está tudo absolutamente e está tudo previsto, mas depois na prática não acontece.”), onde os entrevistados foram elencando ao longo dos seus discursos várias questões problemáticas sobre a execução da teoria dentro dos estabelecimentos (T1: “o problema que se coloca é quando nós vamos aferir a prática ela é um bocadinho dispare, não é um bocadinho, em algumas circunstâncias é muito díspares do que está previsto e isso, evidentemente, é problemático para qualquer Estado que esteja nessas circunstâncias”). Tal como já tínhamos visto anteriormente na



análise às entrevistas dos ex-reclusos, aqui também percebemos que segundo estes entrevistados não existe um trabalho a montante de preparação para a saída, continuam a sair sem qualquer apoio financeiro, com os documentos em incumprimento, ou seja, caducados e desprovidos de qualquer tipo de suporte (T2: :*“Olha a preparação para a saída não existe, o que existe é a procura de um sítio para ficar se a pessoa for sem abrigo, se tiver família, então é um problema resolvido” (...)* *“tem um cartão de cidadão caducado, sai já em incumprimento, porque nós podemos pagar uma multa por termos um cartão de cidadão que tocar, não é? É uma coisa básica, por exemplo.”*). A legislação analisada anteriormente mostra todos os procedimentos e intervenções que devem ser implementadas nas prisões, e apresenta no artº 2 do capítulo I do Decreto Lei nº 115/2009 o objetivo principal das penas, ou seja, *“a reinserção do agente na sociedade, preparando-o para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes, a proteção de bens jurídicos e a defesa da sociedade.”* (Decreto Lei n.º 115/2009)

Nesse sentido, os entrevistados apontam para alguns fatores bastante reflexivos sobre a forma como Portugal trata as prisões, surgido assim a segunda subcategoria, a Reforma do Sistema. Nesta subcategoria os entrevistados falam que as prisões ao longo destes anos de funcionamento não aparentam ter qualquer tipo de melhoras, pois existem pessoas a continuar a ser presas, pessoas a reincidir novamente no mundo do crime, uma taxa bastante elevada na população prisional envelhecida, ou seja, o que nos remete para penas longas.

T1: *“continuamos a não querer lidar com este problema de forma séria e lidar com este problema de forma séria, é perceber que a dimensão penal tem levado à prisão ao longo destes 200 anos de prisão efetiva da criação da prisão e, portanto, conseguimos resultar em falência desse do papel da prisão na resolução dos problemas que ali levaram as pessoas.”*

“Temos uma situação muito crítica que se mantém há algum tempo, que tem a ver com as pessoas mais idosas nas prisões.”

“Há diversas situações críticas, as questões da sobrelotação, falta de condições, enfim, a proteção dos direitos das pessoas.”

Segundo os dados analisados, podemos ver que neste momento são 12 367 pessoas presas em Portugal e entre 2020 e 2021 a população reclusa aumentou em 795 reclusos, um aumento bastante acentuado (World Prison Brief [WPB], 2023). Se refletirmos sobre estas convicções e posições conseguimos perceber que sistema está a



chegar ao limite da sua ocupação como dizem os técnicos que entrevistamos, o que faz levantar dúvidas sobre as duas formas de atuação e intervenção das prisões. Visto que a legislação apresenta todos os parâmetros assegurados para uma boa reintegração do indivíduo, leva-nos a questionar sobre o que estará a falhar?

Por último, surge como subcategoria “O Mundo Real”, onde surge quase como uma consequência da primeira subcategoria, a “Prática”, onde os entrevistando demonstram consoante as suas experiências e vivências as dificuldades que vão sentido com esta população. Nesse sentido, surgem aqui pontos comuns com as entrevistas aos ex-reclusos, como podemos ver nas citações do quadro mais abaixo, onde mencionam a falta de condições financeiras à saída das prisões, a inserção no mercado de trabalho torna-se bastante difícil, pela existência de um espaço de tempo onde a vida deles estagnou, as questões de saúde também são muito precárias, onde os técnicos tem muitas dificuldades de ter acesso aos relatórios médicos desta população, dificultando e atrasando qualquer tipo de tratamento, as dívidas financeiras que muitos deles trazem devidos às custas de tribunal e à falta de hábitos de trabalho.

Um conjunto de questões que nos parecem básicas, mas que por estas versões não parecem básicas, pois elas não são executadas lá dentro e influencia todo o processo de reintegração cá fora, no mundo real, que é repleto de obstáculos e desafios.

T3:

“Então, 95% dos nossos utentes, saí sem qualquer suporte financeiro, portanto, estamos a receber uma pessoa que não tem sequer dinheiro, nem para a deslocação até a nossa casa, nem para depois se deslocar em Cascais, neste caso que não tem dinheiro para renovar o cartão de cidadão,”

“a inserção no mercado de trabalho é muito complicada, primeiro, porque muitos deles já estiveram presos muitos anos e depois tens ali um espaço de tempo em que eles não têm nada para pôr”

“as questões da saúde, é muito grave a questão da saúde mental e nós depois não temos acesso aos relatórios de psiquiatria porque não nos são cedidos e não temos acesso aos relatórios por parte do estabelecimento prisional e às vezes, a percebermos que há utentes que saem com o relatório médico que aparentemente não há nenhum problema a nível psiquiátrico e depois percebemos que não é bem assim”

“há muitos fatores de risco que são potenciais de caminhos para a reincidência, é muito fácil eles reincidirem se não tiverem apoio, porque saem sem dinheiro e muitos deles saem com muitas dívidas”



“Eles deviam realmente estar ali a adquirir hábitos de trabalho, de estudo e saem sem nada disso. Muitas vezes até aceitam trabalhar para poderem ter, para beneficiar, por exemplo, de das saídas precárias, mas depois o próprio trabalho em se adequou à realidade cá fora, são trabalhos que no fundo que depois nada tem a ver com o que o que podem vir a desempenhar cá fora.”

Em seguida, conseguimos classificar uma categoria bastante importante as **Atitudes**, onde surgiu desta, várias subcategorias que se relacionam todas entre si. Deste modo, primeiramente, quando falamos sobre a relação das prisões e a comunidade obtivemos respostas bastante interessantes, no sentido de perceber o olhar que a comunidade e a sociedade tem sobre esta realidade, pois parecem dois mundos paralelos que não se cruzam, mas que apenas se separam por um muro. Primeiramente, as conclusões que podemos retirar é sobre a forma como se continua a pensar Prisões, ou seja, continua-se a tentar tirar as prisões das dinâmicas sociais, onde não existe uma ligação entre a sociedade e esta comunidade que vive naquela instituição. Assim, como não há um conhecimento de como funcionam as prisões, o que acontece para lá daqueles muros, as pessoas passam ao lado, sem terem interesse de saber o que para lá acontece, apenas etiquetando aquelas pessoas de reclusos ou ex-reclusos. Os participantes referem isso mesmo, como podemos ver pelas citações em seguida:

T1:

“em cima de um problema de uma opressão de um crime (...) o que a prisão faz é cometer mais crimes, gerar mais opressões”

“nós passamos ao pé das prisões e atrás daqueles muros, parece-nos que é um mundo completamente distinto de seres humanos e de pessoas”

“prisionais violam se direitos a todo, a todo dia, a toda a hora a que as pessoas que ali trabalham também num contexto para a sua própria saúde mental, a enfim, as destrói de alguma forma, em algumas circunstâncias.”

T2: na Comunidade tinha que haver uma data de conhecimentos, tinha que haver muito mais intervenção, por exemplo, a comunicação social

“Comunidade tinha que perceber como é que é a realidade deles, porque eu acho que eles trazem um rótulo quando chegam cá fora e arranjar trabalho, arranjar casa não é tipo se alguém sabe que o vizinho é ex-recluso, não é muito bem visto.”



Como crítica a estes resultados que estão a desencadear da forma como as prisões estão a funcionar atualmente, autores, como Hulsman apontam para o abolicionismo penal, pois segundo ele *“Fala-se que os castigos corporais foram abolidos, mas não é verdade: existe a prisão, que degrada os corpos”* (citado por Arrades,2013, p. 39) e que dentro das prisões:

“o clima de opressão onipresente desvaloriza a autoestima, faz desaprender a comunicação autêntica com o outro, impede a construção de atitudes e comportamentos socialmente aceitáveis para quando chegar o dia da libertação. Na prisão, os homens são despersonalizados e dessocializados.” (citado por Arrades,2013, p. 39)

Assim, em seguida surge a subcategoria que está bastante relacionada com a anterior, que é intitulado como “Desejo Punitivo” e esta dimensão é bastante interessante e leva-nos a pensar na função das prisões na sua prática. Já como tínhamos estudado anteriormente, Foucault já tinha feito uma crítica às prisões, pois ele alegava que estas se converteram num grande fracasso da justiça penal, visto que não cumpriram com o suposto, a redução das taxas de criminalidade, daí surgir este conceito do “desejo Punitivo”, pois segundo Foucault, as prisões apenas conseguiram aumentar a reincidência criminal, pois potencia a rotulagem, aumentando o estigma e diminuindo as oportunidades de se reintegrarem novamente (Foucault, 2001).

Esta informação foi possível captar pelas vozes dos nossos entrevistados, pois era comum entre todos a falta de investimentos das prisões, o desejo de continuar a punir (T3: *“em termos de aplicação prática honestamente e pelo feedback, quase todos os nossos utentes ela não existe, continua a ser um sistema extremamente punitivo a que dedica pouquíssimo investimento á questão da reinserção*) e o desinteresse já institucionalizado, pois segundo o entrevistado T3, como existem poucos técnicos para apoiar tantos reclusos, acabam por aplicar sempre os mesmos métodos, como diz o próprio *“(…) a determinada altura, com esta carga trabalho também já não conseguem olhar para um recluso como uma pessoa única individual e começam a aplicar tudo chapa cinco e eles não olham para nós, ele não vem”*, ou seja, começam a perder o interesse de trabalhar a individualidade de cada um, acabando por não conseguindo obter os resultados desejados,



os reclusos também começam a perder a vontade de ser ajudado e torna-se quase como um ciclo vicioso.

Seguidamente, vamos abordar uma categoria, que faz imenso sentido quando pensamos em trabalhar com esta população bastante vulnerável, que é a **Infância e Juventude**, pois existe um passado para trás que às vezes é esquecido durante a intervenção social, pois queremos muito trabalhar o que vem dali para a frente e esquecemos o que está para trás, que acaba por ser bastante importante de forma a perceber como podemos atuar no futuro. Assim, partindo deste ponto foi surgindo a subcategoria, as Histórias de Vida, que é essencial para percebermos o que aconteceu, o que falhou para a pessoa ter ido parar aquele sítio, que supostamente é a última opção. Assim, segundo as experiências dos técnicos entrevistados podemos perceber que existe um histórico de vida mais complexo e desafiante que potenciou provavelmente a comportamentos mais negativos que levaram a essa situação, ou existiu durante todo o crescimento daquele indivíduo falhas constantes no seu desenvolvimento, como diz o T1, em que muitos destas pessoas passam a vida em mecanismos de proteção que podem fracassar em alguns aspetos que influenciam nas escolhas de vida, por exemplo.

T1: em algum momento da sua vida, (...) muitas daquelas pessoas e das pessoas que também estão presas e outras que já saíram eventualmente e acabaram por ter passados e histórias de vida também muito associadas a circunstâncias de vítima, são, ou seja, crianças abusadas, vitimadas, negligenciadas, jovens também maltratados.”

“muitas destas pessoas passaram por muitos destes mecanismos de proteção social e isso também nos deve, eu diria, que isso também há aqui uma dimensão profunda do resultado da prisão pela falência também do papel do Estado social.”

T2: “viveu em acolhimento a vida toda, ou seja, ele realmente, quando recebia alguém, ele era avisado que ia receber, não batiam à porta para ele, ou seja, tu tens que contornar, porque tu há coisas que não mudas porque já não consegues, não? É, mas tu tens que contornar formas de ver e formas de estar e de aceitar o outro.”

Segundo autores, como Rui Gonçalves (2015), percebemos que o mencionado pelos técnicos faz sentido, pois estudos apontam para que a criminalidade tem na sua causalidade fatores endógenos internos e exógenos externos, que conseqüentemente vão



influenciar o seu processo de socialização, principalmente os fatores sociais exógenos portanto, os fatores sociofamiliares que dizem respeito à desestruturação familiar, à criminalidade na família, a uma baixa supervisão familiar ou a existência de maus tratos (Gonçalves, 2014, p.54),

Assim, conseqüentemente a isso, surge a Prevenção, um aspeto bastante importante quando falamos de intervenção. A prevenção é a chave para a resolução de vários problemas da sociedade, segundo a nossa perspetiva, pois trabalha estas questões a montante poderá ter outro impacto no futuro (T1: *“O trabalho a montante e na lógica preventiva, exatamente para mim, é absolutamente essencial e é acho eu muito, muito descuidado em termos da nossa circunstância (...) não nos deve fazer esquecer no fundo o que está a montante e que falhou consecutivamente para que aquela pessoa chegasse àquele ponto”*). Nesse sentido, vem também o testemunho do T3, que afirma que: *“Eu acho que o acolhimento falha (...) A parte da prevenção, tu tens que fazer prevenção em sítios que já tem se muitas falhas que são bairros sociais, famílias, carência das famílias já disfuncionais, que são completamente descrentes porque a sociedade as desacreditou”*.

A certa altura da entrevista, começamos a questionar sobre as suas perceções sobre a **Comunidade**, nesse sentido atribuímos como subcategoria as Portas Fechadas quando identificamos nas entrevistas as referências de que as prisões se encerram em si mesmo e que para comunidade é importante perceber isso, como diz o T1: *“o problema da prisão é esse isolamento a que a prisão gere e que a política penitenciária e também em Portugal e isso é muito evidente em Portugal, até mais do que noutros países.”*, o T2 também apresenta uma opinião semelhante : *“então aquela realidade, tu não conheces, logo, não conheces, não pensas nela, a não ser que sejas uma pessoa que te obriga a pensar naquilo que acontece à tua volta, porque senão não te obrigares. Não pensas nela. Por isso, eu acho que as pessoas nem têm noção, ou seja, existe prisões, as prisões são para meter lá dentro quem cometer um crime. E depois quando pensas, é sempre pela castração que (é como é? *Que eles têm televisão na cela, como é que eles têm a PlayStation na cela? Como é que eles têm direito a ter não sei o quê e não sei que mais nós andamos aqui a trabalhar e andamos aqui a pagar os impostos para eles.*”* Pois como as prisões vivem no seu próprio mundo, não passando grande informação para o exterior, as pessoas acabam também por não se identificarem ou pela falta de informação acabam por ignorar aquela



situação, que mais tarde, por essa mesma falta de informação, vai levar ao preconceito e estigma, fazendo com que muitas oportunidades não existam ou sejam muito poucas para estas pessoas.

Há alguns entrevistados que também nos falam sobre uma justiça mais transformativa e que as medidas ditas alternativas, são apenas mais métodos de vigiar e controlar as pessoas, como diz T1: *“as alternativas ao invés de contrariarem a prisão efetiva no fundo que acabaram por criar um manancial ainda maior de pessoas sobre o controlo penal e, portanto, isto também é com todos os impactos que têm”*, dando como mote para a mudança deste paradigma da justiça e do crime, com o exemplo da revolução que houve sobre os toxicod dependentes, que começou não ser considerado crime, ou seja, os consumidores de droga não são presos por consumir, mas sim torna-se um problema de saúde pública. Isto é possível através da Justiça Restaurativa, pois olhando para o sistema tradicional, observamos apenas o foco principal na punição do criminoso. (Pinheiro & Chaves, 2013, p.123). No entanto, como vimos na análise anterior sobre a JR, *“as violações necessitam ser sanadas por meio de soluções que promovam reparação, reconciliação e segurança e devem envolver todos os que sofreram o impacto ou têm algum interesse na situação”* (citado por Achutti & Leal, 2017, p.87)

O mesmo acontecer com as prisões, ou seja, optarem por uma justiça mais transformativa, em que se olhasse novamente para o que é o crime hoje, isto segundo o T1, em que afirma:

de uma forma a onde possamos ir à raiz do problema e intervir de uma forma séria e não enfim entre aspas empurrar o problema com a barriga ou disfarçar que o problema está resolvido e não”

“temos de perspetivar também o alargamento fora da dimensão penal e jurídica da intervenção com as pessoas e da sua prevenção também de uma forma mais estruturada, evidentemente.”

“mas há algumas questões foram consideradas crimes ou que hoje mesmo são consideradas crimes em determinado contexto e noutros não são a essa dimensão histórica também do que é o crime hoje e que amanhã pode não ser o que ontem não foi?”

Quando a questão é formulada no sentido de perceber como pode a Regulação emocional influenciar e apoiar a reintegração dos reclusos na comunidade, os entrevistados mencionam que é um dos aspetos fundamentais quando se trabalha com o



recluso, como propõe o T3: *“O desenvolvimento de competências emocionais é fundamental porque é mesmo uma lacuna enorme e lá está para começar lá dentro e que tenham continuidade depois cá fora, mas para começar lá dentro, acho que é importante. Porque eles próprios reconhecem, nós estamos nas reuniões e a certa altura eu digo “pessoal, vamos parar 1 segundo qual de vocês acha que consegue comunicar?”*, para além disso, esta técnica menciona ainda as dificuldades que sente quando recebe os ex-reclusos, que se refere a isto mesmo, à falta de competências emocionais, tal como diz:

“tem um deficit gigante a nível de competências socioemocionais. Quase nenhum sabe comunicar, e quando eu digo, isto é também, termos 6 pessoas a falar sobre esta caneta, esta caneta gera uma discussão brutal em 2 segundos e nenhum deles consegue deixar-te acabar de falar a deixar-me a mim acabar”

“há dificuldades de interpretação, de respeito, de dialogar, muitos deles criaram, como forma de proteção esta questão, não olhar nos olhos enquanto tiveram a cumprir pena e têm uma dificuldade enorme em olhar nos olhos”.

O T2, vai no mesmo sentido, afirmando que: *“competências sociais, competências emocionais, porque na casa, não é, muitos deles, dependendo do tempo que tiveram, foram privados, muito deste trabalho, não fazem a mínima ideia de como é se relacionar com o outro de uma forma saudável, não é? (...) então andas aqui um bocadinho a modelar comportamentos”* e *“há muita falta de empatia pelo outro, há muita falta de respeito pelo espaço do outro, há muita falta de a partilha, não existe.”*

Ou seja, estas partilhas de vivências, demonstram ainda mais aquilo que fomos mencionando ao longo do trabalho sobre a importância das emoções na reintegração destas pessoas. Visto que autores indicavam que havia um défice a nível emocional, ou seja, na empatia, perceção emocional, gestão emocional e funcionamento interpessoal (Puglia, Stough, Carter & Joseph, citado por Lopes, 2014, p.25), afirmando os níveis de inteligência emocional têm se mostrado baixos entre a população criminosa, apontando para altos níveis de comportamentos psicopáticos e deficiências emocionais na população que se encontra em reclusão (Lamas, 2021, p.33).

Além disso, neste mesmo ponto, surgiu a subcategoria Projetos soltos que se refere a esta descontinuidade de projetos que também falamos na análise das entrevistas



dos ex-reclusos, ou seja, pela prática destes técnicos, é notória a falta de continuidade que existe nos projetos dentro dos estabelecimentos, que influencia obviamente o impacto e os resultados vão ter, porque para além disso ainda acarreta o descompromisso dos participantes, porque como acaba por não haver continuidade, acaba também por não haver motivação de participar (T2: *“também ficam cansados de ser um bocadinho ratos de laboratório, porque as coisas não têm continuidade, eles não vêm mudança e muitos deles procuram também coisas que lhes tragam benefícios.”*).

Por última análise, e referente ao bloco da justiça restaurativa, intitulamos como categoria a **Mudança de Paradigma**, onde se chegou à conclusão que os três entrevistados apresentam a mesma opinião sobre este assunto, ou seja, que é algo que se deveria apostar e desenvolver mais em Portugal, no entanto esse trabalho é quase inexistente, pois como menciona o T3: *“Em Portugal é basicamente inexistente, eu acredito que que é extremamente importante começar a explorar cada vez mais a justiça Restaurativa... São coisas que eles não têm consciência, portanto, depois há aqui toda uma parte de responsabilização das função da culpa, que é importante e num dos círculos restaurativos acabou com agressor (indireto) e com uma vítima abraçados a chorar compulsivamente, por exemplo”*, no entanto, também menciona que: *“acho bastante importante e acho que resulta bem, agora ainda estamos a anos luz de conseguirem implantar isso como em outros países”*.

Assim, tendo presentes todos estes dados e a respetiva análise, seguindo a metodologia proposta avançamos na próxima etapa, com uma proposta de intervenção baseada na Inteligência Emocional, que pretende dar resposta a estas inquietações e desafios mencionados pelos entrevistados

5.7 Levantamento das necessidades

Após concluída toda a análise dos dados recolhidos é possível realizar um levantamento das necessidades sobre esta realidade para começarmos a idealizar o nosso projeto de intervenção. Neste sentido, realizamos o diagnóstico, a parte antecedente à conceção do problema, que implica a análise, o mais completa possível, da situação que vai ser objeto de estudo. Assim, o diagnóstico permite identificar as principais necessidades, bem como as suas causas, oferecendo possíveis formas para a sua resolução de uma forma gradual (Serrano,2008, p.29).



Segundo Espinoza, “o diagnóstico prévio à formulação de um projeto é o reconhecimento que se realiza, no próprio terreno em que se proteja a execução de uma ação determinada, dos sintomas ou signos reais e concretos de uma situação problemática” (citado por Serrano, 2008, p.29). Nesse sentido, quanto mais específico e intrínseco for o conhecimento acerca da realidade, antes da execução, mais perceptível se torna para perceber o impacto e os possíveis efeitos que a nossa intervenção pode causar. Deste modo, o diagnóstico deve contemplar como partes fundamentais as necessidades detetadas, estabelecer a necessidades prioritizadas, identificar quais as causas possíveis para a origem do problema, descrever a situação social e o meio onde esta ocorre, fazer uma contextualização teórica sobre o problema, ou seja, verificar o que a bibliografia enuncia sobre o problema, prognosticar recursos e, por fim, localizar o projeto (Serrano, 2008, p.30).

Neste trabalho de investigação o diagnóstico surgiu do levantamento que fizemos das necessidades, que nasceu de um primeiro olhar sobre a realidade em questão, que diante de todos os desafios, conseguimos analisar vários paradigmas de autores, assim como ter um contacto mais próximo com a realidade e poder ouvir e dar voz às suas histórias. Nesse sentido, depois de analisar teoricamente surgiu a necessidade de aprofundar mais o conceito da inteligência emocional e tudo que ela engloba, de forma a perceber como isso poderia ser algo vantajoso para a intervenção com este público.

Assim sendo, após termos feito esta análise detalhada das entrevistas começamos a perceber uma sucessão de falhas na intervenção social nos estabelecimentos prisionais, emergindo, assim, destas entrevistas, preocupações sentidas tantas pelos técnicos, como pelos ex-reclusos, no que diz respeito às:

- Condições básicas de saúde, pois a imagem que foi passada é que muitos chegam cá fora e não tiveram qualquer tipo de acompanhamento, sobretudo a nível psicológico, ou mesmo sem acesso a um relatório médico;

- Não existe preparação para a saída: falta de um apoio contínuo desde a entrada no estabelecimento até à saída, existe muito pouco contacto com as técnicas, muito também por falta de recursos humanos, ou seja, muitos utentes para poucos profissionais. Nesse sentido, muitos sem com os documentos pessoais caducados, sem um fundo



financeiro que os ajude nos primeiros instantes no exterior, dificultando cada vez mais a sua reintegração;

- Poucos programas ou atividades de interesse, apenas a escola e o trabalho, que pouco se enquadram nas oportunidades do mercado de trabalho, lavando assim a uma desmotivação de participação dos reclusos;

- Formação humanitária dos guardas prisionais, pois demonstram insensibilidade perante quem se encontram em reclusão, não sabendo escutar, nem agir de forma civilizada;

- Grande lacuna no trabalho das competências emocionais, tanto os técnicos como os reclusos mencionam que não existe esse trabalho dentro dos estabelecimentos, eles chegam cá fora com várias frustrações, sem empatia, sem conseguirem expressar o que sentem, muito pelas dinâmicas dentro das prisões e pela falta desse trabalho;

- Histórias de Vida, não se trabalha dentro dos estabelecimentos prisionais as dimensões da infância e juventude, sendo assim uma forma interessante de se começar a intervenção, ou seja, tentar aprofundar e estudar um pouco do passado daquela pessoa, de forma a detetar lacunas que possam ser trabalhadas.

- Falta de interesse e conhecimento da comunidade, ou seja, um estigma e preconceito ainda presente, algum por falta de conhecimento sobre esta realidade, levando a um fechamento de oportunidades.

- Descontinuidade dos projetos: tanto os técnicos como os ex-reclusos mencionaram a questão de os projetos não terem uma longa duração, não conseguindo perceber se esses projetos realmente tiveram um impacto positivo ou não.

- Mudança para um sistema restaurativo e transformativo: técnicos apontam para a inexistências de alternativas ao sistema punitivo, falta de investimentos em melhorar a reintegração dos reclusos.

No entanto, após depararmo-nos com este conjunto de lacunas e necessidades surgiu o interesse em criar um projeto que conseguisse trabalhar várias competências essenciais para a vida em comunidade. Assim, surgiu a junção do desenvolvimento das competências emocionais através de uma justiça restaurativa para ajudar na reintegração



do ex-recluso na comunidade, ou seja, a reintegração do indivíduo passa por uma formação emocional no âmbito da justiça restaurativa.

Visto que, quando pensamos em intervenção comunitária, pensamos em participação que procure a resolução dos conflitos. No entanto, quando olhamos para o que analisamos deparamo-nos com a falta de envolvimento dos reclusos na sua reintegração, ou seja, não existe uma consciencialização dos problemas a serem trabalhados para a sua participação ativa na resolução. Nesse sentido, este projeto tem como diferente o facto de ao mesmo tempo que usa as competências emocionais para a aquisição de conhecimentos, técnicas, estratégias e capacidades de tornar o indivíduo um melhor agente social, capaz de enfrentar as adversidades sem perder o seu controlo, levamos ele a participar na sua restauração através da justiça restaurativa, pois aqui há um trabalho de Autoconsciencialização e autorresponsabilização na gestão e solução do conflito.

Deste modo, em seguida, apresentamos este projeto de forma mais detalhadas, onde iremos mencionar todas as etapas necessárias para haver uma reintegração positiva e participativa do ex-recluso.



6. Proposta de Intervenção Comunitária

Introdução

Este trabalho de investigação, tem como objetivo final a construção de um projeto de Intervenção Comunitária, partindo de uma reflexão crítica, com um olhar transformador. Como fomos desenvolvendo na parte metodológica, a nossa pesquisa foi direcionada da investigação para a ação, ou seja, implicou aqui um estudo teórico e prático sobre esta problemática, de forma a conseguir chegar a uma proposta que possa vir a melhorar a reintegração desta população. Deste modo, houve uma investigação que foi orientada para uma solução, determinada para a identificação de problemas, a recolha e dados, a sua análise e reflexão e redefinição do problema.

Assim sendo, avançamos com uma proposta de intervenção, que pretende seguir com as etapas de construção de um trabalho de projeto, que segundo Perez Serrano, engloba a realização de um diagnóstico, a sua planificação (objetivos, metodologias, calendarização e recursos), a execução e a avaliação (Serrano, 2008, p.27). No entanto, dadas as limitações de tempo, a aplicação e avaliação do projeto serão realizadas num futuro próximo.

6.1 Projeto de Intervenção: Planificação, Execução e Avaliação

Para Ander-Egg (2005), o termo “planificação consiste em introduzir organização e racionalidade na ação”, como significado a utilização para a realização de algo, ou seja, implica uma organização de atividades e recursos que se realizam para concretizar bens ou serviços capazes de satisfazer as necessidades sentidas pelos clientes e assim resolver problemas (citado por Serrano, 2008, p.37). Reforçando com a ideia de Marchioni, “A planificação é ao mesmo tempo uma finalidade da Ação Social, uma necessidade implícita nela própria, um método e um instrumento de trabalho” (citado por Serrano, 2008, p.30).

Este projeto pretende ser um projeto educativo e, simultaneamente, um projeto comunitário, onde a centralidade não é só nos recluso, mas também na vítima e na comunidade, ou seja, dotar o recluso de saberes e estratégias importantes para que tanto institucionalmente, como futuramente, quando sair em liberdade, possa ser uma pessoa que saiba ser, fazer, pensar e agir, ou seja, como fomos dizendo anteriormente ter a capacidade de controlar as suas próprias emoções, para que a sua integração seja feita da



melhor forma. No entanto, também pretende trabalhar com a vítima em simultâneo utilizando os princípios da justiça restaurativa, permitindo alargar o olhar sobre a forma de abordar a justiça penal, que aqui tem como foco principal na reparação dos danos causados às pessoas e relacionamentos, ao invés de só punir os agressores. Assim sendo, a justiça restaurativa pretende explicar e comprovar que a forma de punição não tem em consideração os fatores emocionais e sociais, que é essencial, para ambas as pessoas, as vítimas, como o agente principal do crime.

Em seguida, vamos passar à explicitação do projeto, que trata-se de um projeto piloto que na prática poderá sofrer algumas alterações, consoante as características do público.

Objetivos do Projeto:

Assim, para a conceção deste projeto é essencial que este tenha objetivos gerais e específicos, pois estes vão ser os principais pilares no projeto. Nesse sentido, apresentamos como Objetivos Gerais do projeto:

- Promover uma aquisição de competências emocionais, para uma melhor autonomia e reintegração na comunidade.
- Promover a prática da justiça restaurativa como forma de intervenção nas competências emocionais e na comunidade.

Assim, como Objetivos Específicos apresentamos:

- Desenvolver estratégias e mecanismos que melhorem a gestão emocional;
- Proporcionar um desenvolvimento e conhecimento sobre as suas emoções;
- Promover encontros com vítimas e familiares indiretos do crime, de forma a potenciar a empatia pelo outro e originar um auto e hétero conhecimento emocional.
- Desenvolver condições que fomentem a reintegração social.

Esta intervenção tem como principal foco incidir nas competências da Inteligência emocional, nomeadamente nas que possam ser essenciais para ajudar durante o processo de reintegração social, tendo como objetivo também focar em alguns princípios da Justiça Restaurativa, de maneira a trabalhar também as questões emocionais, mas também a forma de “olhar” o crime, potenciando a valorização da reparação dos danos causados.



Assim, nesta perspetiva, este pretende ser um projeto contínuo que está dividido em três etapas, a primeira é referente ao Treino de Competências Emocionais, após esta fase estar concluída o recluso pode passar para a etapa seguinte: um novo olhar sobre o crime, onde se inicia um trabalho sobre a justiça restaurativa de forma a estudarem este fenómeno do crime. Após essas duas etapas concluídas, passam à última etapa, a Reconstrução de Laços: novos olhares e atitudes, onde ocorre os ciclos restaurativos com vítimas e elementos da comunidade.

Grupo de destinatários da intervenção:

Este trabalho de projeto pode ser realizado em qualquer estabelecimento prisional de Portugal, onde os reclusos apresentem uma baixa capacidade na expressão e controlo das suas emoções, demonstrando assim uma lacuna nas competências emocionais. No entanto, este projeto também pode ser realizado com ex-reclusos ou com adolescentes de modo a atuar de forma preventiva para a resolução de conflitos. Pretende ser um projeto que atua com vítimas indiretas de crimes, os reclusos que cometeram esse tipo de delito e elementos voluntários da comunidade onde ocorreram os mesmos tipos crimes.

Para além disso, é importante mencionar que este projeto deve ter um número limitado de participantes, de modo a conseguirmos trabalhar com todos eles de forma mais presente e contínua.

1º Etapa: “Treino de Competências”

Esta etapa vai decorrer ao longo de várias sessões, de forma a preparar os participantes para a etapa seguinte, deste modo eles têm que se sentirem capazes para avançar, caso não o sintam podem continuar a permanecer nesta etapa até se sentirem preparados, caso seja essa a vontade deles. Esta etapa prevê a duração de três semanas, onde se realiza duas sessões em cada semana, que serão realizadas numa sala disponibilizada pelo estabelecimento prisional. As sessões nesta etapa pretendem ter a duração de duas horas, de forma a não serem cansativas para os participantes.

1º sessão:

- Apresentação do projeto e dos objetivos do projeto;
- Motivar a participação e desenvolvimento do projeto;



Iremos começar com a apresentação de um documentário de um ex-recluso, João Semedo, o fundador da Academia Johnson, que conta com um percurso de vida muito duro e adverso, com alguns comportamentos desviantes que o levaram inclusivamente a ficar recluso em vários estabelecimentos prisionais, no entanto, conseguiu mudar a sua vida e focou-se em aplicar a sua experiência pessoal de forma a prevenir situações de risco para outros jovens em situações precárias (Academia do Johnson, 2020). Este documentário surge como forma de captar a atenção dos indivíduos não só para o projeto, mas também para uma possibilidade de mudança e assim, em simultâneo já estaremos a trabalhar uma das competências emocionais, a motivação.

2º sessão: “Teia”

A sessão de criação de relação e laços entre todos os participantes: criação de um momento de integração de todos os intervenientes, intitulado por “Teia”.

Esse jogo tem como objetivo conhecermo-nos um pouco melhor e criar logo ligações sociais, nesse sentido iria ser necessário um novelo de lã em que cada pessoa terá de dizer uma característica de si e atirar o novelo para outra pessoa, terá de passar em todos os participantes, formando assim uma teia. Nesse sentido, iríamos pedir aos participantes para olharem para a teia formada e que observassem as conexões geradas. Finalizada esta parte, seria feito o inverso, ou seja, a última pessoa teria que passar o seu fio de novelo de lá à pessoa anterior, ao fazer isso ela deverá repetir o nome da pessoa e o que foi apresentado sobre a vida dela. Assim, a “Teia” tem aqui o significado de não só apresentar as pessoas umas para as outras, mas também promover a interação entre os participantes e melhorar a comunicação interna, de modo a gerar uma melhor relação entre todos e futuramente, trazer resultados ainda melhores para a intervenção.

3º sessão: “Termómetro das Emoções”

Na terceira sessão, intitulada de “Termómetro das Emoções” é “uma ferramenta utilizada para trabalhar com as crianças a identificação, expressão e regulação emocional (A mente é maravilhosa, 2021), no entanto, achamos bastante interessante a forma como podemos utilizar esta mesma ferramenta com o objetivo de identificar o estado emocional do recluso e perceber qual é o significado da emoção para o mesmo, dessa forma, o recluso também estará a fazer um autoconhecimento do seu estado emocional. Assim, ter a perceção das suas próprias emoções e a dos outros é fundamental para a vida destas



peçoas, pois favorece e estimula as suas capacidades de orientar o seu pensamento e ação.

Sendo assim, iria ser colocado uma imagem de um termómetro com a representação das várias emoções e cada participante terá que se dirigir ao termómetro e com um cartão com o seu nome colocar nas emoções que o identifica naquele momento, em seguida, explica para o grupo o que aquela emoção significa para ele, e assim seguidamente.

Após esta sessão, os participantes iram preencher um questionário ⁵sobre o seu estado emocional, com algumas questões, de forma haver um meio de comparação relativamente ao início e ao fim do projeto, de forma a detetar as mudanças e melhorias.

4º sessão: “O que isto de Empatia?”

Na quarta sessão, iremos abordar a “Empatia”, para tal, iríamos iniciar a sessão com a visualização de um pequeno vídeo que representa a empatia pelo outro e, após a sua visualização, em conjunto iríamos responder a algumas questões e debatê-las.

Tais como:

1. O que interpretaram do vídeo?
2. Identificam-se com o que a personagem principal faz no vídeo? Se seriam capazes de fazer o mesmo?
3. Como se sentiriam no lugar da outra pessoa?
4. Qual o principal objetivo desta curta-metragem?

Assim, iríamos estar a trabalhar a questão da empatia fundamentalmente, mas também outras competências emocionais, como a autoconsciência e a gestão emocional, mas também capacidades como a escuta do outro e o espírito de equipa, pois o intuito é que fosse uma partilha de ideias e sugestões. Para além disso também estaríamos a identificar várias formas de interpretação e técnicas de autocontrolo que eles usariam nas várias situações representadas.

Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=OQq-H6EfJHo>

5º Sessão: “Momento da Representação”

⁵ Ver em anexo



Na quinta sessão, seria criado o “Momento da Representação”, onde em conjunto, os participantes iriam ler uma notícia da atualidade, e teriam consoante as personagens existentes na notícia, voluntariamente, tentar recriá-la, enquanto os restantes ficariam a observar e a refletir sobre o que estaria a acontecer. Após esse momento, os participantes teriam que identificar as emoções que estavam presentes nessa notícia e também as emoções que sentiram ao assistir à representação da mesma.

Para finalizar a sessão, iram ser feitas algumas perguntas, tais como:

1. Quais os efeitos que essas emoções podem ter no nosso comportamento?
2. Quais são os resultados prováveis para esses comportamentos? O que pode resultar dos nossos comportamentos?
3. Como é que podemos aprender a identificar e gerir essas emoções, de forma a tomar uma melhor atitude?

Assim, iríamos em conjunto refletir sobre as mesmas questões, partilhar ideias e estratégias, focar no autocontrolo e autoconhecimento de cada um.

6º sessão: “A minha história de Vida”

Nesta última sessão, da Etapa 1, tínhamos como objetivo os entrevistados olharem um pouco para o seu passado e refletirem sobre algum acontecimento marcante nas suas vidas. Após isso, iria ser pedido para narrarem essa experiência com os outros participantes, demonstrando e refletirem sobre:

1. Que tipo de emoções surgiram perante aquela situação?
2. Como geriram essas emoções que estavam a vivenciar?
3. Qual ação tiveram após orientar o seu pensamento?

Após isso, seria pedido, para com as aprendizagens que tinham retirado das sessões anteriores que mudanças fariam na forma de gerir e que comportamento adotavam hoje.

Deste modo, esta atividade possibilita uma preparação para a etapa seguinte, pois vai possibilitar que o entrevistado se começa a sentir mais há vontade para falar do seu passado e sobre coisas que lhe podem magoar e que não estão trabalhadas. Também irá ser um momento de compilar um conjunto de estratégias que os reclusos possam utilizar em situações de stress, tanto a nível positivo, como negativo e que tipos de comportamentos podem surgir perante a forma que escolhemos gerir as nossas emoções.



2º Etapa: “Um novo olhar sobre o Crime”

Nesta segunda etapa de projeto, pretendemos inserir um pouco dos valores e princípios da Justiça Restaurativa, abrindo assim portas para um novo olhar sobre esta forma de ver a justiça, proporcionando mudanças futuras. Assim, possibilitar a mudança nos indivíduos, para que se tornem pessoas autónomas e capazes de assumir a responsabilidade dos seus atos, mas de uma forma que permita haver uma reparação de danos. Para além disso, também vamos estar a trabalhar as competências emocionais, pois esta forma de abordar o crime permite que se trabalhe a autoconsciência, a gestão das emoções, a motivação e a empatia. Esta etapa tem como tempo estipulado a duração de dois meses, visto que é um processo que precisa de mais cuidado e atenção. Não havendo uma duração estipulado para a segunda e terceira sessão.

1º sessão: “O que é a Justiça Restaurativa?”

Nesta sessão vamos abordar questões sobre a justiça Restaurativa, nesse sentido, antes de começarmos a falar sobre o que realmente se trata, optamos por iniciar com um curto vídeo que demonstra uma situação de uma histórica verídica de um crime onde houve uma reparação de danos. Com isso, queremos perceber as opiniões que os participantes têm sobre o vídeo. Assim, esta sessão pretende ter a duração de 1h30min, podendo se estender um pouco mais.

1º Vídeo: <https://www.justice.gc.ca/eng/news-nouv/photo/video10.html>

Após a visualização do vídeo seria questionado aos entrevistados:

- Se fossem vocês os donos do café, como teriam reagido após o assalto?
- Gostariam que a outra pessoa, que invadiu o vosso espaço, vos pedisse desculpa ou desse uma justificação pelo ato cometido?
- Qual é a vossa opinião sobre esta forma de olhar o crime?

2º sessão: “Gerir um conflito”

Nesta sessão, vamos trabalhar um conflito que exista naquele grupo, algo que aconteceu e incomodou alguém daquele círculo de pessoas. Nesse sentido vamos criar um espaço onde todos os participantes têm o direito de falar e de escutar ativamente o outro, é um diálogo, característico dos círculos restaurativo. Nele, todas as pessoas são



protagonistas e têm oportunidades iguais de participar e contribuir para a compreensão e transformação do conflito. Assim, esta atividade vai servir de preparação para as seguintes sessões, pois vão trabalhar esta prática escutando as várias perceções da história e as necessidades envolvidas, deste modo os indivíduos conseguem perceber onde estão, para onde pretendem ir, o que sentem e desejam e, assim, planear e pensar as suas ações futuras.

Além disso, enquanto técnicos temos o papel de facilitar ou mediar esta conversa formulando questões para os participantes, para que compreendam melhor a situação, seu significado, a consequência nas suas vidas e o que podem fazer para melhorar a relação no presente e no futuro.

3º Sessão: “Pré-círculo Restaurativo”

Através de uma avaliação que se vai fazer no final a 1º Etapa, três participantes, voluntariamente, vão concorrer a prosseguirem para a etapa seguinte. Não poderão participar todos devido à sensibilidade deste processo e o facto de requer um trabalho a longo prazo e um apoio contínuo entre todos. Esta sessão prevê ser a preparação para a etapa final, que será um círculo restaurativo entre vítima, comunidade e o agressor, assim, neste sentido, antes de haver o encontro final, que será presencial, há que existir um trabalho prévio.

Como já tínhamos visto anteriormente, este é um modelo que é dividido por fases, assim temos a fase de:

- “Entrevista ou candidatura”, inicialmente deve haver a fase em que o recluso concorre para participar neste processo, onde se faz a preparação para mais tarde, poder realizar o “Círculo de Sentença” (Braithwaite, citado por Gomes, 2021, p. 27).

- “Círculo de Reparação”, onde ocorre a preparação para o “Círculo da Sentença”, onde se reconhece as pessoas envolvidas na participação deste e ocorre também o desenvolvimento de uma rede de suporte à vítima e ao ofensor.

Nesta fase, estes círculos de reparação têm como objetivos, primeiramente, a partilha da dor da vítima, o que ajuda a vítima a fazer uma preparação antes de estar em contacto com o ofensor, depois, em seguida, apresenta como objetivo o ofensor conseguir interpretar e compreender os conflitos, de forma a prepará-lo também, para o encontro



com a vítima e prepará-lo para o “Círculo da Sentença” (Van Ness e Strong, citado por Gomes, 2021, p. 28).

Assim, nesta sessão vamos realizar encontros individuais entre nós, facilitadores com cada um dos participantes (o ofensor, a vítima, familiares e comunidade). Nesse sentido, todos têm que comparecer a, pelo menos, um pré-círculo individual e, se necessário, é possível realizar mais de uma sessão individual com cada um. Neste pré-círculo vão ser identificados os danos, as necessidades e os sentimentos/emoções. Assim, é necessário que os envolvidos compreendam melhor como se sentem, o que precisam e como podem agir para melhorar a situação.

Deste modo, cada participante tem um espaço seguro para falar individualmente sobre:

- a sua compreensão dos acontecimentos;
- como se sentiu durante os acontecimentos;
- como lhe afetaram esses acontecimentos.

A oportunidade de falar e de escutar ativamente é uma ferramenta bastante importante neste projeto, pois ajuda a identificar as várias dimensões e repercussões do conflito na vida de cada um dos envolvidos. Assim, esta forma diferente de compreender o acontecimento, estimula a empatia pela situação dos outros participantes, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos e do sentimento de pertença.

Conhecer as várias perceções do problema e as questões importantes para os outros torna possível a construção de compreensões e de relações confiáveis. Além disso, ajuda aos participantes a enxergarem outras formas de trabalhar a responsabilização de cada um, com propostas criativas para o plano de ação.

3.1 ° Sessão: “O outro Eu”

Esta sessão pretende ser uma segunda fase da sessão anterior, pois pretende ser uma troca de cartas entre os principais participantes, a vítima e o agressor, onde cada um escreve a sua história de vida, isto faz com que cada lado perceba e conheça melhor o outro, conheça o seu passado, as suas motivações para cometer o crime, bem como perceber o dano que foi causado, as expectativas e perceções que cada lado possui.



Nesse sentido, a troca de cartas pretende ser o início da criação de uma relação entre ambos, onde se vai começar a traçar um caminho e a romper com algumas ideias estereotipadas. Assim, pretende que seja a resposta a várias perguntas, tocando nos assuntos seguintes:

- que sentimentos estão envolvidos;
- que necessidades foram atingidas;
- a sua perceção sobre o acontecimento;
- o que é necessário para reparar o dano e melhorar a sua realidade;
- o que queria de pedir ou perguntar aos outros participantes;
- que alternativas existem para melhorar a situação;
- o que fazer para que o ato criminoso não se repita.

3ª Etapa: “Reconstrução de Laços: novos olhares e atitudes”

Círculo Restaurativo:

Esta é a última grande etapa deste projeto e só ocorre se ambas as partes estiverem preparadas para tal, pertencendo à fase do “Círculo da Sentença”. Nesse sentido, são sessões coletivas que acontecem depois dos pré-círculos, onde é o momento de ouvirem as versões de cada um, de colocar as questões que ainda não tiveram oportunidade de colocar e principalmente de reparar o dano causado.

Para além disso, é importante termos elementos voluntários da comunidade que se disponibilizem para participar neste círculo restaurativo, de forma a poderem partilhar que tipo de consequências aquele tipo de crime influenciou a comunidade onde vivem, para que também exista a participação da comunidade na resolução destes conflitos e na ajuda no encontro das soluções para a sua reparação.

Assim é essencial que seja um encontro em que os valores de ambas as partes estejam em concordância, onde podem expressar as expectativas que tenham naquele processo, onde possam partilhar ainda mais as suas histórias, colocar questões para as quais ainda não obtiveram resposta, de modo a conseguirem, em conjunto, encontrar o que precisam para melhorar a situação e como cada um pode contribuir para isso, delineando em conjunto, um plano que ajude todos os envolvidos para que o conflito se torne uma oportunidade de transformação.



Pós-círculo restaurativo:

É a sessão posterior ao círculo restaurativo, com a finalidade de identificar se o procedimento restaurativo foi eficaz para trabalhar as necessidades e sentimentos dos participantes e de suas inter-relações. Este é o momento de analisar se os objetivos estipulados foram concretizados.

Esta etapa, não apresenta uma duração concreta, no entanto, o círculo restaurativo não deverá ultrapassar as duas horas de conversa, no entanto é relativo, consoante a dinâmica do grupo.

Recursos necessários:

Recursos Materiais:

- Computador;
- Projetor;
- Linhas;
- Canetas,
- Folhas de papel.

Recursos Humanos:

- Guardas prisionais;
- Equipa Multidisciplinar (Técnicas de reeducação, Psicólogos);
- Mediadores de conflito;
- Reclusos.

Avaliação do Projeto:

Na sequência da realização das sessões realizadas durante o projeto, vai ser necessário realizar um questionário inicial de modo a perceber como os participantes se encontram antes do projeto começar, e no final irão responder ao mesmo questionário de forma a ser possível fazer uma comparação relativamente à sua evolução.



Considerações Finais

Este presente trabalho de projeto foi resultado de várias etapas que se complementaram entre si, de modo a que fosse possível chegar ao resultado inicialmente esperado, que era trabalhar as competências emocionais através de uma Justiça Restaurativa. Assim, ao longo deste trabalho foi necessário realizar uma investigação mais aprofundada sobre vários temas relacionados com a reclusão de forma a conseguirmos ter um espectro maior para realizar a nossa proposta de intervenção. Estas temáticas estudadas ao longo do trabalho constituíram uma base essencial no enquadramento teórico e procuraram estabelecer conceitualmente as questões relacionadas com a Inteligência Emocional em contexto prisional e simultaneamente, a justiça restaurativa trouxe outro modo de ver a intervenção comunitária e assim, fundamentar o projeto e as sessões delineadas.

Após ser realizado uma investigação em mais profundidade sobre as temáticas, fomos para o terreno onde, com a ajuda da Associação Confiar, conseguimos entrevistar os ex-reclusos na casa de transição, que se demonstraram totalmente disponíveis para participar nesta investigação, bem como os técnicos que nela trabalham que nos disponibilizaram toda a informação necessária para a nossa investigação e reflexão. Após esse momento, começamos logo a perceber que esta não era a realidade que tínhamos estudado anteriormente, pois no que analisamos existia um trabalho contínuo dentro dos estabelecimentos prisionais com cada recluso, onde se trabalhava a reintegração dos mesmo na comunidade, através de uma preparação para a saída.

No entanto, após as entrevistas esta realidade demonstrou-nos que existia vários problemas, não eram apenas as competências emocionais pouco trabalhadas, mas sim a falta de condições básicas de saúde, a falta de um apoio contínuo desde a entrada no estabelecimento até à saída, pouco contacto com os/as técnicos, acabando por saírem da prisão com documentos caducados, que influenciava diretamente a sua reintegração. Para além disso, detetamos uma falta de intervenção adequada e atualizada, ou seja, os poucos programas e trabalhos que existem encontravam-se desatualizados relativamente ao que são as oportunidades do mercado de trabalho no exterior, também, pelas vozes dos ex-reclusos existe, uma falta de sensibilidade dos guardas prisionais perante quem se encontra em reclusão, não sabendo escutar, nem agir de forma civilizada e, por último, detetamos uma falta de interesse em trabalhar as dimensões da infância e juventude dos



reclusos, não prestando atenção em conhecer e analisar as histórias de vida de cada um, de forma a delinear um plano personalizado e adequado às necessidades individuais.

Assim, estas foram algumas das necessidades que conseguimos retirar deste estudo que esperamos que possa ser um incentivo para criação de novos estudos, novas formas de pensar prisões e novos projetos, pois não foi possível desenvolver um projeto que abrangesse todas estas áreas, bastante importantes de serem trabalhadas.

Ao longo desta investigação foram surgindo alguns contratemplos, pois inicialmente este trabalho tinha como alvo pessoas que estavam em reclusão, no entanto foi muito difícil entrar em contacto com os estabelecimentos prisionais para poder realizar a nossa investigação no seu interior. Nesse sentido, tivemos que optar por realizar com ex-reclusos e foi quando surgiu a Confiar, no entanto esta falta de abertura e as condicionantes colocadas inicialmente também nos levou a refletir sobre este fechamento que as prisões têm sobre elas mesmas que faz com que a comunidade não consiga ter acesso a esta realidade e não consiga conhecer o que ocorre para lá daqueles muros. No entanto, foi bastante gratificante quando expusemos as nossa ideias de projeto, de modo a perceber se para os ex-reclusos, bem como para os técnicos fazia sentido em serem aplicadas e as respostas foram bastante positivas, mencionado que era essencial e uma mais valia a ser realizado com as pessoas que estão em reclusão.

Assim, pudemos concluir que a educação emocional é fundamental para todos as pessoas, revestindo-se de particular importância na população reclusa, visto que permite a reaquisição de novas formas de pensar, de agir, de conviver entre todos os cidadãos, além de permitir que o recluso, quando saia em liberdade seja habilitado em saber gerir as suas emoções e a lidar com as emoções dos outros, a ser uma pessoa empática, a autocontrolar-se, a aprender a refletir sobre os seus próprios erros, bem como a auto motivar-se. Para além disso, trabalhar isto juntamente com a justiça restaurativa, vai permitir ao indivíduo ter uma maior consciência dos seus atos e das consequências que eles trazem para o outro, podendo assim trabalhar a sua autorresponsabilização de uma forma mais próxima com o que aconteceu, permitindo haver uma reparação de danos, que de forma penal não tem sido possível.

Desta forma, a intervenção comunitária é essencial para esta população, uma vez que parte da participação deles mesmos na perceção e resolução dos seus próprios



conflitos, de forma a haver um desenvolvimento pessoal e individual que conduz ao desenvolvimento coletivo e comunitário, dado que a comunidade adquire conhecimentos, capacidades e recursos para uma decisão consciente e uma participação ativa no processo de mudança.

É neste sentido que a justiça restaurativa é bastante importante para que a comunidade possa participar na restauração do dano, visto que essa transformação do conflito permitida pelas práticas restaurativas com a participação da comunidade ainda é mais evidente se “considerar a responsabilidade da comunidade na ocorrência do episódio, reativar o senso comunitário, despertar a solidariedade e transformar também a realidade e o contexto social daquelas partes” (Jaqueline & Santana, 2019, p.235). Assim, a comunidade ao participar nestas práticas restaurativas, poderá levar a uma mudança mais profunda da sociedade, proporcionando uma redução da violência.

Deste modo, deve haver uma mudança nos sistemas prisionais, visto que uma das maiores dificuldades apontadas para a aproximação da comunidade com as prisões provém do isolamento destas face à comunidade onde estão inseridas, pois segundo Woolf (citado por Santos, 2003, p.109) “esse isolamento ocorre pela distância a que os reclusos são colocados da sua comunidade de origem”.

Além disso, o tempo disponível que os reclusos têm, em privação de liberdade, deve ser ocupado da melhor forma, ou seja, não deve ter apenas uma perspectiva de combater o ócio e evitar os conflitos no interior da prisão. O tempo de reclusão deverá ser usado para que os reclusos possam refletir sobre as suas atitudes e comportamentos incorretos, de forma a transformá-los. Assim, ao nosso ver é através da participação em programas educativos que os reclusos podem melhorar as suas habilidades, de forma a valorizarem a sua autoimagem, aumentando conseqüentemente a sua autoestima, recuperando as relações com os outros e favorecendo a aprendizagem para desempenhar atividades profissionais.

Deste modo, também retiramos deste estudo a importância da orientação da justiça penal para a identificação das capacidades e para a orientação necessária dos reclusos, ou seja, organizar estratégias de estimulação para um recomeço, adquirindo condições essenciais para o exercício de vida em sociedade, onde seja possível falar numa prisão



mais humanizada, até restaurativa, pois esta forma de olhar o crime e a justiça proporciona o trabalho e o desenvolvimento de bases indispensáveis para a restauração do indivíduo.

Por fim, algo que gostaríamos de referir como conclusão deste trabalho era a importância de trabalhar a inteligência emocional nas escolas, desde os primeiros anos de ensino e a justiça restaurativa estar também presente nas escolas como forma de ajudar na resolução de conflitos. Esta forma de atuar poderia ser uma forma de prevenção para este problema social, visto que poderiam se tornar adultos com mais capacidades emocionais e de resolução de conflitos, que ajudaria nas suas tomadas de decisões mais conscientes e em ações mais ponderadas.



Referências Bibliográficas

Academia do Johnson- associação (2020). *História*. Consultado em 16/06/2023, disponível em <https://www.academiadojohnson.com/academia-1>

Achutti, D. & Leal, M. A. S. (2017). Justiça restaurativa no centro judiciário de solução de conflitos e cidadania: da teoria à prática. *Revista de Criminologias e Políticas Criminais*, 3(2), 84-100. Consultado em 30/05/2023, disponível em https://www.researchgate.net/publication/324021917_justica_restaurativa_no_centro_judiciario_de_solucao_de_conflitos_e_cidadania_da_teor_a_pratica

Alves, D. R. (2006). *Educação Emocional e o Social na Idade Escolar. Uma abordagem dos Preditores da Aceitação pelos Pares*. ((Dissertação de Mestrado). Universidade do Porto Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação: U.PORTO.

Amado, J. (2014). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (2nd ed.). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Antunes, M, C., P. & Mendes, D., S., (2022). (Re) construindo vidas: intervenção comunitária e desenvolvimento humano: Espacios en Blanco. *Revista de Educación*. 2, (32), pp. 57-69. Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires

Arrades, V., V., L., C. (2013). *Abolicionismo Penal: das manifestações hodiernas às dificuldades fático-jurídicas e um ensaio de tentativas à superação* (Dissertação em Mestrado). Faculdade de Direito, Coimbra.

Arriaga, P. & Almeida, G. (2010). Fábrica de emoções: A eficácia da exposição a excertos de filmes na indução de emoções. *Laboratório de Psicologia*, 8 (1), 63-80

Arruda, M., J., F., C. (2014). *O ABC DAS EMOÇÕES BÁSICAS Implementação e avaliação de duas sessões de um programa para a promoção de competências emocionais. Um enfoque comunitário*. (Dissertação de Mestrado). Universidade dos Açores. Ponta Delgada

Associação de Reinserção Social [Confiar]. (2023). *Quem somos*. Consultada em 15/03/2023, disponível em <https://confiarportugal.pt/pt/quem-somos/>

A mente é maravilhosa. (2021). *Termómetro das emoções*. Consultado em 22/10/2023, disponível em <https://amenteemaravilhosa.com.br/termometro-das-emocoas/>

Benelli, SJ. A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014, 252 p. Disponível em <https://static.scielo.org/scielobooks/74z7q/pdf/benelli-9788568334447.pdf>



Campos, S., M., C., S. (2015). *Sistemas prisionais europeus*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Direito, Lisboa

Carvalhosa, S. F., Domingos, A. & Serqueira, C. (2019). Modelo lógico de um programa de intervenção comunitária – *Gerações*. *Análise Psicológica*, vol. 3 (XXVIII), pp. 479-490, disponível em https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/6152/1/2010_28%283%29_479.pdf

Céspedes, A. (2014). *Educar as emoções*. Lisboa: Editorial Presença.

Christie, N. (1989). Las imagenes del hombre en el derecho penal moderno. In: *Abolicionismo Penal*. Ediar: Buenos Aires.

Constituição da República Portuguesa: VII revisão constitucional (2005), Consultado em 9/02/2023, disponível em <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>

Damáσιο, A. (2000). *O Mistério da Consciência- do corpo e das emoções ao conhecimento de si*. Brasil- São Paulo: Schwarcz LTDA.

Damáσιο, A. (2001). *O Sentimento de Si: O Corpo, a Emoção e a Neurobiologia da Consciência*. Publicações Europa-América.

Decreto-Lei n.º 265/79 de 1 de agosto. Diário da República n.º 69/1980, Série I, Lisboa: Ministério da Justiça

Dias, R. (2008). *Sociologia das Organizações*. Consultado em 11/07/2022, disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4517324/mod_resource/content/1/T13b_2008_Dias.pdf

Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais [DGRSP]. (2023). Visão, missão e valores. Consultado em 14/07/2023, disponível em <https://dgrsp.justica.gov.pt/Sobre-a-DGRSP/Vis%C3%A3o-miss%C3%A3o-e-valores>

Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais [DGRSP]. (2023). *Programas específicos de reabilitação*. Consultado em 14/07/2023, disponível em <https://dgrsp.justica.gov.pt/Justi%C3%A7a-de-adultos/Penas-e-medidas-privativas-de-liberdade/Programas-e-projetos/Programas-espec%C3%ADficos-de-reabilita%C3%A7%C3%A3o>

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar, [DILP], (2020), *Reinserção Social de Reclusos e Ex-Reclusos: Enquadramento nacional e internacional*. Consultado em 9/02/2023, disponível em <https://ficheiros.parlamento.pt/DILP/Publicacoes/Sinteses/42.ReinsercaoSocialReclusos/42.pdf>



- Dores, A., P. (2003). *Prisões na Europa/ European Prisons*. Celta Editora
- Ekman, P. (2011). *A linguagem das emoções* (C. Szlak, Trad.). São Paulo: Lua de Papel. (Obra original publicada 2003).
- Ender-Egg, E., & Aguilar, M. J. (2005). *Cómo Elaborar Un Proyecto: Guía para diseñar Proyectos Sociales y Culturales*. pp. 1-127. Lumen/Hvmanitas: República Argentina
- Foucault, M. (1975). *Vigiar e punir - Nascimento da prisão*. São Paulo: Editora Vozes
- Foucault, M. (2001). *Vigiar e punir: História da violência nas prisões* (24 ed.). Petrópolis: Vozes.
- Garapon, Antoine (2001). *A justiça reconstitutiva. In: Punir em Democracia: e a justiça será*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Goffman, E. (1987). *Manicômios, prisões e conventos*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva.
- Goleman, D. (1995). *Inteligência Emocional: A Teoria Revolucionária que Redefine o que é Ser Inteligente*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.
- Goleman, D., Boyatzis, R., E., & McKee, A. (2002). *O poder da inteligência emocional*. Rio de Janeiro: Editora Agir.
- Goleman, D. (1996). Emotional Intelligence. Why It Can Matter More than IQ. *Learning*, 24, 49-50.
- Goleman, D. (2012). *Trabalhar com Inteligência Emocional*. Temas e debates.
- Gomes, J., R., S., B. (2021). *A JUSTIÇA RESTAURATIVA: O potencial contributo para as finalidades das penas*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.
- Gonçalves, R. (2002). *Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão*. Coimbra: Quarteto Editora
- Gonçalves, S. M. (2014). *Ressocialização no Meio Prisional: A Divergência entre o Discurso Político e a Prática Institucional*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Direito Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Hulsman, L.(1997). *Penas perdidas. O sistema penal em questão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Luam.



Iribarrem, A., S., O. (2019). *Justiça Restaurativa e prisões: uma perspetiva de combate e prevenção à violência institucional*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Jaqueline, M. & Santana, O. (2019). *O Papel da Comunidade na Justiça Restaurativa*. Aracaju: EDISE

Johnstone G. (2014). *Restorative justice in prisons: methods, approaches and effectiveness*. *European Committee on Crime Problems*. Consultado em 9/02/2023, disponível em <https://rm.coe.int/16806f9905>

Julião, F., J., & Onofre, E., M., C., (2013). Educação em Prisões. *Educação & Realidade*, 38, (1), 11-14. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/i/2013.v38n1/>

Junior, E., B., L., Oliveira, G., S., Santos, A., C., O., & Schnekenberg, G., F. (2021). Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da Fucamp*. 20, (44), 36-51, disponível em <https://revistas.fucamp.edu.br/>

Kothari, C. R. (2004). *Research Methodology: methods and techniques*. *New Dheli: New Age International Publishers*. ISBN (13): 978-81-224-2488-1

Lamas, S., M., F. (2021). *Desenvolvimento de Competências Emocionais em Meio Prisional* (Dissertação de Mestrado). Instituto Politécnico de Bragança, Bragança

Lauro, R. (2023). *Foucault- Sociedade Disciplinas*. Consultado em 15/04/2023, disponível em <https://razaoinadequada.com/2017/05/24/foucault-sociedade-disciplinar/>

Lei 115/2009 de 12 de outubro, Código da Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade – CEP

Lopes, R. F. (2014). *O Funcionamento Familiar, a Inteligência Emocional e o Autocontrolo nos Crimes de Abuso Sexual, Violência Doméstica e Homicídio*. Instituto Universitário - ISPA.

Magalhães, C. J. C., & Malta, L., D., T. (2015). Adolescentes em Cena: Psicodrama e Justiça Restaurativa por trás dos Muros!. *Revista Brasileira de Psicodrama*. 23, (2), 82-88. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicodrama/v23n2/v23n2a10.pdf>

Manso, A. V. F. T., & Sousa, R. P. D. (2022). *A percepção de professores diante da importância da educação emocional e seus benefícios para o processo ensino/aprendizagem*. Consultado em 13/10/2023, disponível em <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/>



Marshal, C.; Boyack, J.; Bowen, Helen. Como a justiça restaurativa assegura a boa prática? Uma abordagem baseada em valores. In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R. C.; PINTO, R S. G. (Org.). *Justiça Restaurativa. Brasília: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD*. 2005. p. 269 -279.

Mateus, M. d. (2011). Metodologia de trabalho de projeto: Nova relação entre os saberes escolares e os saberes sociais. *Eduser-revista de educação*, vol3 (2), 5-7

Mendes, R., M., & Miskulin, R., G., S. (2017). A análise de conteúdo como uma metodologia. *Cadernos de Pesquisa*. 74, (165), 1044-1066, disponível em <https://www.scielo.br/j/cp/a/ttbmyGkhjNF3Rn8XNQ5X3mC>

Moreira, H., D. (2019). *Da prática à teoria: Os Sentidos das Emoções!* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Porto

Morris, A. (2005). Criticando os críticos. Uma breve resposta aos críticos da Justiça Restaurativa. *Justiça restaurativa*. 439-472. Consultado em 21/05/2023, disponível em <https://www.mpmg.mp.br/data/files/12/27/F3/44/65A9C71030F448C7860849A8/Criticando%20os%20criticos.pdf>

Nisa, A., Castro, D., Passos, T., & Carvalho, H., M. (2018). A educação de pares em contexto prisional: representações de reclusos acerca do seu potencial de capacitação e empoderamento. *Justiça, Instituições, Interlocações*, 21, 10-27. Disponível em: <file:///C:/Users/franc/Downloads/configuracoes-5028.pdf>

Pallamolla, R., P. (2009). *Justiça Restaurativa: da teoria à prática*. Brasil: IBCCRIM

Paulo, A., R., & Silva, V., C. (2021). A implementação dos postulados da justiça restaurativa no âmbito criminal brasileiro. *Sequencia*. 42, (89), 1-23, disponível em <https://www.scielo.br/j/seq/a/c4qtbZTPd8qFcQySZhT9m7D/?format=pdf&lang=pt>

Pavão, M. V. A. (2017). *As percepções dos indivíduos reclusos aquando restituição à liberdade: o papel da Rede de Suporte Sociocultural à Mobilidade Humana* (Dissertação de mestrado). Universidade Fernando Pessoa, Porto

Pereira, C, A, S. (2016). *Educar para reparar: Programa de Justiça Restaurativa no Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira: uma visão dos reclusos e dos profissionais envolvidos*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, Porto.

Pinheiro, K., B. & Chaves, R.,R. (2013). Justiça Restaurativa: uma análise sociológica dos fins que os meios punitivos não alcançam. *Revista de Filosofia do Direito*, do Estado e da



Sociedade, 4, (1), 117-128, disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4731776>

Pontes, A., C., M., (2017). *A Mediação Penal no crime de Violência Doméstica - Problemas e Prospetivas*. (Dissertação de mestrado). Escola de Direito, Minho.

Prudente, N., M., & Sabadell, A., L. (2008). Mudança de paradigma: justiça restaurativa. *Revista Jurídica Cesumar*, 8, (1), 49-62. Disponível em <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/719>

Quaresma, J.M.L. (2014). Que (restrição aos) direitos humanos em ambiente prisional? Consultado em 23/06/2022, disponível em <http://julgar.pt/wp-content/uploads/2014/01/04-Jos%C3%A9-Quaresma.pdf>

Ramos, A. (2005). *Crianças, tecnologias e aprendizagem: contributo para uma teoria substantiva* (Dissertação de Doutoramento). Universidade do Minho, Minho

Redondo, S. & Andrés Pueyo, A. (2007). *Psicología de la delincuencia. Papeles del Psicólogo*, 28 (3), 7 – 20.

Relatório da Comissão para a Reforma do Sistema de Execução de Penas e Medidas [CRSEPF]. (1997). Relatório “*A execução das Medidas Privativas da Liberdade*”. Consultado em 25/2/2023

Rolim, M., F. (2022). Justiça restaurativa em prisões. *Pensar: Revista de Ciências Jurídicas*, 27, (4), pp.1-13, disponível em <https://rolim.com.br/wp-content/uploads/2023/02/12191-Texto-do-Artigo-56442-56326-10-20221014.pdf>

Rosenblatt, F., F. (2014). Um olhar crítico sobre o papel da comunidade nos processos restaurativos. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito: sistema penas e violência*, 6, (1), pp. 43-61, disponível em [\(PDF\) Um olhar crítico sobre o papel da comunidade nos processos restaurativos \(researchgate.net\)](#)

Sampaio, L., M., C., C. (2011). *O Sentido das prisões: funções e impactos da reclusão* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciências Sociais, Minho

Santos, B., S. (2003). *A Reinserção Social dos Reclusos: um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional*. Consultado em 25/03/2023, disponível em <https://opj.ces.uc.pt/wp-content/uploads/pdf/14.pdf>

Santos, C., S., L. (2013). *Envelhecimento Em Contexto Prisional*. (Dissertação de Mestrado). Instituto superior de Serviço Social. Porto



Santos, M. d. (2014). *Inteligência emocional e criatividade: um estudo empírico*. Coimbra: Universidade de Coimbra

Santos, S., M., R. (2022). *A Escola como Comunidade e na Comunidade: Perceções de alunos do ensino secundário* (Dissertação de mestrado). Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, Porto.

Secretária-geral do Ministério da Justiça [SGMJ]. (2022). Visão, missão e valores. Consultado em 13/07/2022, disponível em <https://sgmj.justica.gov.pt/Sobre-a-SGMJ/Missao-visao-e-valores>

Serrado, R. (2020) - Emoção, sentimento e razão: diálogos entre Júlio de Matos e António Damásio. História. *Revista da FLUP*. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 198-217. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a10

Serrano, G. P. (2008). *Elaboração de Projetos Sociais: Casos Práticos*. Porto: Porto Editora

Silva, C. (2011). *Estudo de competências emocionais e sua correlação com o auto-conceito*. Dissertação de mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Porto

Sistema de Segurança Interna. (2022). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Consultado em 24/5/2023. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNDazMAQAhxRa3gUAAAA%3D>

Social Exclusion Unit [SEU]. 2002. *Reducing re-offending by ex-prisoners*. Consultado em 15/08/2023, disponível em <https://www.bristol.ac.uk/poverty/downloads/keyofficialdocuments/Reducing%20Reoffending.pdf>

Sousa, M. R. (2013). *Estudo diferencial da competência emocional de formadores*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

TEDxMileHigh. (2019). *What is Restorative Justice?* Consultado em 10/09/2023, disponível em <https://www.tedxmilehigh.com/what-restorative-justice/>

Teixeira, F., M., A (2016). *Impacto do Programa GPS no desenvolvimento de competências Socio-emocionais nos Indivíduos em Situação de Reclusão: O caso do Estabelecimento Prisional do Funchal*. (Dissertação de Mestrado). Universidade da Madeira, Madeira



Tomás, C. (2007). *Participação não tem Idade*. Contexto & Educação nº78. Unijuí

United Nations Office on drugs and crime (2006). *Handbook on Restorative Justice Programmes*. United Nation Publication:New York

Universidade Nova [NOVAFCSH]. (2023). *Tempos de doença: Pestes*. Consultado em 23/03/2023, disponível em <https://www.fcsH.unl.pt/faculdade/bibliotecas/tempos-de-doenca-tempos-de-cura/tempos-de-doenca/pestes/>

Van N, Daniel, W. (2015). “*Restoring Justice: An Introduction to Restorative Justice*”, 5.ª edição, Elsevier Inc.

Winters, J., Clift, R., & Dutton, D. (2004). An Exploratory Study of Emotional Intelligence and Domestic Abuse. *Journal of Family Violence*, 19 (5), 255-267.

World Prison Brief [WPB]. (2023). *Dados do Resumo Mundial da Prisão: Portugal*. Consultado em 11/10/2023, disponível em <https://www.prisonstudies.org/country/portugal>

Zehr, H. (2008). “*Trocando as Lentes-Um Novo Foco sobre o Crime e a Justiça*”. São Paulo: Palas Athenas



Anexos:

Guião da Entrevista aos Ex-reclusos da casa de transição da Associação Confiar:

As questões que se encontram em seguida enquadram-se no trabalho de investigação que ocorre no âmbito do Mestrado em Intervenção Comunitária. Estas perguntas têm como objetivos conhecermos um pouco das diversas fases do indivíduo, tentando revisitar períodos marcantes, com o foco na reclusão e reintegração.

A) Legitimação e motivação para a entrevista

Objetivos da Entrevistas:

- Conhecer um pouco da personalidade do indivíduo;
- Compreender as perceções associadas à reclusão e à prisão;
- Entender a sua opinião relativamente ao modo como o processo de orientação para a saída funciona;
- Identificar, se existiu na intervenção com os reclusos, alguma componente que tenha como objetivo trabalhar as competências emocionais;
- Perceber qual a importância e que benefícios poderia trazer para os reclusos, se as competências emocionais e restaurativas fossem priorizadas na intervenção.

B) Caracterização do entrevistado

1. Como o posso tratar? (nome, apelido)

(Informação Ocultada)

2. Há quanto tempo saiu em liberdade?
3. Está na Confiar há quanto tempo?
4. E como é que descobriu a confiar?
5. Quanto tempo esteve preso?
6. Enquanto estava lá dentro, o que fazia? Como ocupava o seu tempo?

C) Perceção da Reclusão:

1. Que recordações tem da sua infância e adolescência? Como era a sua relação com os amigos, familiares, irmãos?
2. Relativamente à sua infância ou adolescência, existem episódios que tenham marcado o seu crescimento (seja a nível familiar, amigos, escola, trabalho), que podem ter contribuído para a sua personalidade?



3. Sente que pode ter havido acontecimentos ou mudanças marcantes, que condicionaram ou interferiram de algum modo com a sua vida?
4. Como se caracteriza, a nível da personalidade?
5. Descreva-nos como sentiu quando foi preso e como lidou com a situação de ser preso (teve algum tipo de apoio).
6. Em relação à sua adaptação ao meio prisional, como o descreve (o que sentiu mais falta, o que lhe incomodava...)
7. Com a experiência de ter estado dentro da prisão, quais para si são os aspetos positivos e negativos das prisões?
8. Que aprendizagens conseguiu retirar do tempo em que esteve em reclusão?
9. Que tipo de apoios que foram fornecidos na prisão que o auxiliaram na reintegração?

D) O processo de reintegração e a comunidade.

10. Dentro da prisão, como descreve o seu processo de preparação para a saída? (tinha conhecimento dos objetivos, preparava esse processo com a ajuda dos técnicos)
11. Na prisão, encontrava-se envolvido em algum programa ou atividade que contribuía para a sua reintegração? Quais?
12. Sentia-se motivado a participar nos programas e atividades disponibilizados pela prisão?
13. Dentro da prisão, teve algum tipo de ajuda a nível emocional, ou seja, sobre o que estava a sentir e como poderia gerir e agir nessa situação? (Se sim, exemplos)
14. Conheceu ou participou em algum programa ou atividade que o ajudasse a trabalhar o seu emocional, como a identificação do que está a sentir, como lidar com isso, como trabalhar o autocontrolo, os impulsos?
15. Com a sua experiência, acha que as competências emocionais podem contribuir de forma positiva para o seu processo de reintegração? (autoconsciência, gestão emocional, motivação, relacionamentos, empatia: emoções do outro)
16. Relativamente à saída, sentia-se preparado para enfrentar esse momento? (Já sabia todos os passos que tinha que dar, sentia-se bem preparado dentro da prisão)
17. Quais foram as dificuldades que sentiu cá fora?
18. Em relação à comunidade, sente/sentiu algum tipo de discriminação? (o que sentiu, o que lhe incomodou, o que fez para enfrentar essa situação)

E) Perceção sobre a justiça restaurativa



19. Alguma vez sentiu a necessidade de estar frente a frente com a vítima do crime que cometeu? (Dar algum tipo de explicação, fazer um pedido de desculpas)
20. Ter a consciência do que a outra parte sentiu, poderia ter algum impacto na sua reintegração?
21. Se agora voltássemos ao momento em que aconteceu o crime, o seu comportamento seria diferente? Como acha que iria reagir?

F) Mudanças e perspectivas de Futuro:

22. O que acha que deveria ser melhorado nas prisões, para ajudar os reclusos na reintegração (tanto a nível de oportunidades de trabalho, da educação, sessões com as técnicas)
23. No seu ponto de vista, o que acha que leva as pessoas a reincidir novamente no crime?
24. Agora, se pudesse fazer algo, o que seria? (o que é fundamental trabalhar lá dentro com os reclusos para os ajudar na saída)
25. Como era a sua vida fora do estabelecimento prisional, como é agora, quais são os seus objetivos futuros?
26. Em relação ao que me disse anteriormente, sobre as suas relações, acha que vai continuar a ter as mesmas relações que tinha? Acha que se encaixa no mesmo grupo de amigos que tinha? Acha que os outros o vão receber como antes?
27. Existe algo que gostaria de acrescentar?

Guião da Entrevista aos Técnicos da Associação Confiar:

Objetivos da Entrevistas:

- Perceber quais os objetivos que são priorizados na intervenção junto dos ex-reclusos;
- Compreender o papel da comunidade na reintegração;
- Identificar, se existe na intervenção com os reclusos, alguma componente que tenha como objetivo trabalhar as competências emocionais;
- Perceber de que modo a justiça restaurativa está ou não presente nas intervenções.
- Perceber qual a importância e que benefícios poderia trazer para os reclusos, se as competências emocionais fossem priorizadas na intervenção;
- Identificar que tipo de papel a comunidade tem em relação à (re)integração do recluso/ ex-reclusos na comunidade

Legitimação e motivação para a entrevista



1. Em relação ao seu início de carreira, como o descreveria?
2. O que desencadeou a sua vontade em estudar e trabalhar nesta área, nomeadamente com este público?
3. Como descreveria as suas funções enquanto (função) na Confiar?

A) Compreensão da intervenção:

4. Como funciona quando um ex-recluso chega à casa de transição? Quais são as principais etapas a se fazer?
5. Quais são as maiores dificuldades que sente tanto quando chegam, como durante o processo de reintegração?
6. Quando intervém junto dos ex-reclusos, quais são objetivos que pretende alcançar? Quais os pontos chave que priorizam na intervenção?
7. Que tipo de atividades são realizadas com os reclusos, em que consistem? São atividades em que a comunidade pode participar ou que tem algum tipo de papel?
8. O que sentem que falha enquanto o recluso estava na prisão?

B) Perceções sobre o papel da Comunidade:

9. Quais as intervenções que conhece importante desenvolver na comunidade para ajudar na (re)integração dos reclusos?
10. Que papel desempenham, para si, os estabelecimentos prisionais na comunidade?
11. O que considera essencial trabalhar com as comunidades para diminuir a população prisional? Com a sua experiência, de que forma a comunidade poderia participar na reintegração destas pessoas?

C) Relação entre justiça restaurativa e reintegração

12. Qual a sua opinião sobre a justiça restaurativa? Acha que poderia ser uma forma positiva para trabalhar a reinserção dos reclusos e, conseqüentemente minimizar a reincidência?
13. Como se pode fazer a mudança deste paradigma do sistema prisional punitivo, para um sistema mais restaurativo?
14. Já conheceu ou esteve integrado em algum programa que tivesse esta abordagem como base?

D) Visão sobre as Competências Emocionais:



15. Com a sua experiência, que opinião tem sobre as competências emocionais como forma de intervenção? Acha que são valorizadas ou trabalhadas com os reclusos?
16. Acha que se trabalharmos o autocontrole, a motivação e a empatia pode ajudar os reclusos no processo de reintegração na comunidade?
17. Conhece algum tipo de projeto ou programa que tenha tido como principal objetivo trabalhar a inteligência ou a regulação emocional? Acha necessário? Que tipo de efeito poderia ter, positivo como negativo?

Acha que alguns dos comportamentos que os reclusos têm pode estar associado a alguma lacuna na gestão das suas emoções e, conseqüentemente, nos seus comportamentos (acha que pode estar relacionado com a falta de autocontrolo e regulação emocional)?

Transcrição das entrevistas aos técnicos

1. Entrevista ao Sociólogo e investigador do observatório europeu das prisões:

Pessoal:

1. Em relação ao seu início de carreira, como o descreveria? Há quantos anos trabalha nesta área?

Sou Licenciado em Sociologia, pelo ISCT em Lisboa, e já na altura, enfim, para conseguir aqui fazer uma ponte com a questão das prisões. Eu cresci num bairro antigo de Lisboa, que é Alfama, um bairro “típico”, mas que também era um bairro, que na minha infância, anos 90, 80 e tal 90, enfim, era um dos vários em Lisboa que a questão do consumo de drogas também era comum, visível e portanto, e fez um bocadinho parte do meu crescimento, porque andei ali na escola e tinha muita família ali na alfama, ainda hoje tenho. Sempre tive muito ligado à Alfama, é um bairro muito bonito, mas historicamente, tem esta questão, nomeadamente o consumo de drogas e, portanto, também sabíamos a questão de tráfico, enfim, não era o Casal Ventoso, na altura em Lisboa, que seria o maior mercado de consumo de droga na Europa, o que se dizia. Mas era um contexto, onde se conhecia consumidores, é comum perceber-se o pessoal que consumia, que roubavam para consumir.

Isto acho que marca um bocadinho a minha infância e a minha relação com as prisões, porque era relativamente comum saber pessoal que ate eu conhecia, maior



parte homens até e que, tinham tido algum problema com a justiça, pessoas que iam presas e depois até voltavam. Lembro-me de situações que faleceram por consumo de drogas e, portanto, esta questão do crime, muito ligada ao consumo de drogas e á pequena criminalidade, como o roubo de carros, coisas desse género. Então, esta questão da prisão desde pequeno que me foi chegando, frequentava a escola primária ali, e mesmo depois, sempre foi um contexto próximo, onde a minha avó paterna residiu até a vida toda, sempre frequentei, fui conhecendo histórias, pessoas que tinham estado presas, que saem. Então, num bairro pequeno, onde toda a gente se conhece, sabe o que acontece. Tem coisas boas e coisas más, o controlo social é muito maior, a proteção também é muito maior, enfim, eu caía na rua toda gente sabia que eu tinha caído na rua, em 2 segundos, tinha uma tia minha ou alguém à minha procura. Enfim, para as coisas menos boas toda a gente sabia. Então essa é a minha, se calhar das primeiras experiências em termos de resultado das questões das prisões mais próxima, também decorre desse contexto.

Depois, acabei por ir estudar Sociologia no ISCT, a questão das prisões já era algo que eu ia procurando saber, com maior atenção, estava mais ao menos envolvido em algumas questões que me preocupavam, depois no ISCT, em Sociologia acabei por conhecer um professor, que é o António Pedro Dores, que é uma das pessoas de referência em Portugal sobre a discussões das prisões e direitos humanos em questões prisionais

7. O que desencadeou a sua vontade em estudar e trabalhar nesta área, nomeadamente com este público?

Depois, acabei por ir estudar Sociologia no ISCT, a questão das prisões já era algo que eu ia procurando saber, com maior atenção, estava mais ao menos envolvido em algumas questões que me preocupavam, depois no ISCT, em Sociologia acabei por conhecer um professor, que é o António Pedro Dores, que é uma das pessoas de referência em Portugal sobre a discussões das prisões e direitos humanos em questões prisionais. Foi meu professor, e como eu tinha aquela experiência na infância, depois na minha adolescência também cresci na Margem sul do Tejo, em outro contexto, mais de questões urbanas e conflitualidade entre jovens, de contextos urbanos diferentes. Enfim, a questão da prisão sempre foi algo que estava muito presente e quando



comecei a estudar sociologia, também comecei a estudar muito as questões prisionais e a linha da criminologia e direitos penais, são as minhas áreas privilegiadas.

O António Pedro Dores estava ligado a uma associação, que era Contra a Exclusão para o Desenvolvimento e, eu acabei por me relacionar de uma forma muito ativa com essa associação. Percebi, depois, que havia pessoas que eu conhecia da Alfama, particularmente, dois homens, mais velhos, que me conheciam desde pequenino que tinham estado ligados a essa associação enquanto estiveram presos. Era uma associação muito ligada a pessoas presas na altura. Acabei por ser voluntário dessa associação durante muito tempo, estar ligado, organizar conferências, debates.

Depois, estive no SOS Prisões, de denúncias e de queixas, durante algum tempo era eu que recebia essas chamadas e depois o que nos fazíamos era criar um processo e encaminhar para as autoridades competentes, para investigarem. E depois, fui uma das pessoas que durante muito tempo estive com essa linha, e, partir daí, depois do SOS prisões, em 2008, acabei por criar uma outra associação no âmbito do Protocolo Adicional da Convecção contra a tortura da ONU, que previa e prevê que são os mecanismos nacionais de prevenção, que no fim são organizações que possam inspecionar as prisões de alguma forma, isto está institucionalizado em Portugal e está copulado na Perfeitura de Justiça. Eu na altura criei essa associação, com o apoio de outros colegas, porque no fundo o Protocolo não estava retificado em Portugal, para fazer algum trabalho nesse sentido. Essa associação, depois na verdade não teve grande atividade, eu mantive sempre ligado à Sede, à questão das denúncias, das queixas, falar com famílias, organizar, receber queixas também de alguns profissionais, confesso que na maioria eram pessoas pesas e suas famílias, mas também tivemos situações de profissionais, nomeadamente de guarda prisionais, a pedirem-me anonimato, mas a denunciar algumas situações.

A partir daí, como sempre estive ligado à Sociologia, acabei também por integrar o observatório Europeu das Prisões, como investigador do centro de investigação e estudos de sociologia do ISCT. O observatório depois gera uma dimensão mais de investigação e junto do conselho da europa sobre questões penitenciárias, também foi um processo de aprendizagem brutal e também consegui estudar com maior detalhe as questões prisionais. Mantenho essa relação com o



observatório, embora agora não há nenhum projeto a decorrer de forma estruturada e, assim, resumidamente, acho que é a minha relação com as prisões.

8. Como descreveria as suas funções enquanto investigador no Observatório Europeu das Prisões?

O Observatório funciona sobretudo quanto temos projetos financiados, temos tido pelo Programa Justiça Criminal do conselho da Europa, portanto temos financiamento, temos dinheiro, para fazer atividade no âmbito desta Rede. O observatório Europeu das Prisões, é uma Rede de académicos e de pessoas ligadas também a associações, muitos também tem ligações com associações que trabalham a questão dos direitos humanos nas prisões. Neste momento não temos financiamento de projeto, portanto o contacto mantém-se de uma forma muito mais soft e muito mais leve, mas quando há financiamento no fundo temos maior trabalho, maior intervenção, maior capacidade de atuação. O observatório foi algo que o António Pedro Dores concebeu já não sei bem quando e ele só se veio a concretizar efetivamente 10 anos depois de ele ter pensado nesta ideia. Também a questão do financiamento acaba por vulnerabilizar este trabalho.

Enquadramento:

9. Com a sua experiência, como considera a situação das prisões em Portugal? E comparativamente com a Europa?

Então, historicamente, as prisões em Portugal têm situações de alguma forma crítica, nomeadamente, quando olhamos com o resto da Europa. Enfim, a determinada altura há uma grande reforma do sistema prisional. Isso é parte importante em termos de legislação, o que é reconhecido, e eu partilho também é que, do ponto de vista da legislação do que está previsto, enfim, Portugal tem um bom trabalho aprofundado a este a este nível mesmo, enfim, mesmo no que refere ao nível dos direitos humanos, das pessoas privadas, da Liberdade. O problema que se coloca é quando nós vamos aferir a prática ela é um bocadinho dispare, não é um bocadinho, em algumas circunstâncias é muito díspares do que está previsto e isso, evidentemente, é problemático para qualquer Estado que esteja nessas circunstâncias. É claro que Portugal não é o único Estado a incumprir como está previsto legalmente, mas incumprindo, na verdade, é o Estado que está a incumprir com a com a legislação, com a lei, com os direitos, até em última análise.



Olhando em termos de comparação, ao nível Europeu AA. Enfim, nomeadamente trabalho do Observatório Europeu das prisões, nós a determinada altura por um dos projetos, o que fizemos foi estudar as condições de detenção na Europa e, resumidamente, enfim, em termos de grande objetivo, o que nos foi possível concluir era que Portugal também era um dos países que não, que não cumpriria o que são as regras penitenciárias europeias. As regras penitenciárias europeias no fundo são um manual do Conselho da Europa em termos do funcionamento das prisões e enfim, nós estudamos cada uma daquelas dimensões, sob dimensões que constam no nas regras de notícias europeias e concluímos genericamente que Portugal, enfim, não cumpre o que são essas as regras. Outros países também, também não, não cumpriam, em todo o caso, não deixa de ser particularmente crítico, nomeadamente quando olhamos para as estatísticas do Conselho da Europa, as estatísticas penais anuais que há pouco referia e quando olhamos para esses dados, vemos situações particularmente críticas que nos devem também preocupar um bocadinho em termos eu não diria um bocadinho, diria bastante. Na verdade, em termos do que é o papel de Portugal em termos europeus ao nível da dos direitos humanos e das prisões. Por isso, enfim, tenho insistido, procuro e sempre que há espaço e discussão sobre isto partilhar no fundo o que são estes dados em termos europeus. E só para que se tenha se tenha noção, relativamente aos últimos dados disponíveis que são, no fundo, o que é feito em termos europeus é um cálculo de um valor médio em termos dos 47 Estados Membros da Europa e estamos a falar não só da União Europeia, estamos a falar de toda a Europa e, portanto, olhando para estes dados a nível europeu, o que é possível classificar em uma escala de entre muito alto, alto, baixo ou muito baixo, por comparação com este valor, com este valor médio. Assim, por comparação com este valor médio, quando olhamos para, por exemplo, para a população prisional em Portugal o indicador é alto, ou seja, quer dizer que ele está acima do valor médio europeu no nível alto, isto varia entre 5 a 25% ou muito alto, seria mais de. 25%. Mulheres nas prisões, Portugal tem um indicador muito alto, ou seja, a feminização da população prisional e Portugal tem prendido muitas Mulheres ao longo dos anos, a taxa cresceu muito quando olhamos para os indicadores, Portugal está 25% acima do valor Europeu. Ao nível dos preços estrangeiros, esses últimos dados no fundo estão a aproximar em termos de valores médios europeu.

Temos uma situação muito crítica que se mantém há algum tempo, que tem a ver com as pessoas mais idosas nas prisões. Portugal tem uma taxa muito alta, ocupava em



2021 o quarto lugar dos 47 Estados Membros, ou seja, era o quarto país com a população mais envelhecida. E isso acho que evidentemente merece uma discussão séria sobre esta questão.

Outro indicador muito, muito crítico quando se diz que em Portugal não surpreende e as penas são pouco duras, etc. na verdade, é o contrário, nós somos dos países com penas mais duras ao nível Europeu estamos a falar dos 47 Estados Membros em 2021, a duração média de prisão em Portugal era muito alta, falsa esse valor médio e éramos o segundo país com o tempo médio de prisões efetiva a mais longo a nível europeu.

Portanto, Portugal na questão da punição e do desejo punitivo em Portugal é absolutamente brutal. Mal isto, às vezes, passa um bocadinho despercebido do senso comum e das conversas um bocadinho mais banais e fáceis, conversas de café. Depois outro indicador muito, muito crítico, suicídios muito altos, ou seja, 25% acima do valor europeu, a mortalidade, homicídios, suicídios e outras circunstâncias pode ser o envelhecimento e a pessoa que pode morrer por causas naturais. Mas ainda assim estamos no valor também muito alto, e isto quer dizer que nós somos o sexto país em 2021, com maior taxa de mortalidade nas prisões e isto implica, nós termos o dobro da taxa média Europeia de mortes nas prisões, ISTO é algo que nós também deveríamos devidamente também de estudar com detalhe. Ou seja, enfim, estes são alguns indicadores, mas que não nos demonstra uma imagem bonita do que é do que são as prisões em Portugal, a par disto, enfim, se olharmos para relatórios do Conselho da Europa, a do Comité de Prevenção da Tortura, enfim, o que ao longo do período vão fazendo também relatórios sobre as situações em Portugal, as situações. Enfim, há diversas situações críticas, as questões da sobrelotação, falta de condições, enfim, a proteção dos direitos das pessoas, etc. Portanto, a fotografia das prisões portuguesas, nomeadamente em perspetiva relativamente ao panorama europeu, não é, não é simpática. Eu na verdade, acho que nos deveria, enfim, envergonhar do ponto de vista de enfim, do momento histórico em que estamos em contexto Europeu, e de nos mobilizar também para que os direitos humanos possam, enfim, ser devidamente respeitados, independentemente das pessoas onde estão, quem são cor de pele, orientação sexual, aquelas dimensões todas.

10. Que aspetos mais relevantes conseguiu retirar ao longo das suas investigações sobre as prisões?



(Respondido na pergunta anterior)

11. Portugal apresenta uma taxa elevada de sobrelotação dos EP, qual poderá ser a principal causa, para estes números elevados reclusos?

Eu acho que não há só uma questão, não há uma causa, acho que há aqui uma dimensão estrutural das prisões que tem a ver também com a dimensão do que é a ideia da justiça e, portanto, não consigo associar, não consigo perspetivar, mas acho que pode ser limitador perspetivar as prisões quase como um organismo independente da relação com a Comunidade e com todos com todas as outras áreas.

Acho que muitas vezes olham para as prisões e tentamos quase que retirá-las das dinâmicas sociais da sociedade e olhar e, portanto, analisar. Acho que isso não nos dá uma leitura completa do que são do que são as Prisões e, portanto, é inevitável fazer uma relação da questão da ideia da justiça, com a questão das prisões. A esse nível, sobre as questões mais jurídicas, mais do papel da justiça e da relação com a prisão é, efetivamente, parece-me, enfim. Particularmente evidente, nomeadamente com olhando também para o para este indicador, duração média de prisão em Portugal 2021 ocupa o segundo lugar com maior tempo de prisão efetiva, esta ideia de justiça tradicional e que Portugal está muito alimentado também desse dessa perspetiva. Esta ideia de justiça tradicional assenta muito no modelo, que não sou só enfim denominam as outras pessoas. E aliás, uma juíza tem um tem um artigo muito um artigo e tem muito trabalho sobre esta questão conceptual, que é o desejo punitivo a Maria Lúcia caramba. E esta ideia do desejo punitivo, ela está absolutamente, assume uma dimensão central no papel da justiça tradicional e na lógica da justiça que nós conhecemos. Hoje em dia e, portanto, a dinâmica, o Judicial a estrutura jurídica, judicial, judiciário, enfim. Alimenta-se acima de tudo, do exercício da punição dos outros e, portanto, a aplicação da pena. Teoricamente afastada da ideia clássica da pena como castigo, mas a verdade é que, em termos práticos, é para isso que ela está a servir e nesses modos que ela está a servir. Ou seja, enfim, 200 anos de prisão, a justiça tem se alimentado da prisão, como se a prisão fosse resolver os problemas que levam as pessoas à prisão, isso não é efetivamente verdade, porque se a prisão resolvesse os problemas, estavam as pessoas à prisão, então, por exemplo, em termos de violência doméstica que é, também a área onde eu também trabalho com particular dedicação, então bastaria prender os agressores hoje em dia e o problema da violência



doméstica estaria resolvido. Isso não é verdade, porque evidentemente o problema da violência doméstica é muito mais profundo do que a questão de das pessoas que hoje agredem, porque na verdade, amanhã, à mais agressores, hoje na escola estão novos potenciais agressores e estarão a nascer potenciais agressores de violência doméstica. E, portanto, a coisa é muito mais profunda. Agora a dimensão penal clássica, no fundo, procura resolver os procura, dar a ideia que resolve os problemas atribuindo anos de pena de prisão às pessoas, a verdade é que os problemas não são resolvidos de forma alguma. Não é? Não é por essa via está mais visto que, enfim, são 200 anos a testar prisão e são 200 anos de falência de resultados do papel da prisão em termos até do retorno para a sociedade como um todo e acho que isso os deve também alertar para procurar outros mecanismos de intervenção como Comunidade e perceber que há questões que, evidentemente nós não concordamos e discordamos e, portanto, juridicamente, enfim, não são legais o que seja. Agora temos que procurar soluções que nos tragam um retorno efetivamente de maior bem-estar para todos e para todas, coisa que as prisões não fazem, na verdade, em cima de um problema de uma opressão de um crime como o quisermos chamar o que a prisão faz é cometer mais crimes, gerar mais opressões e, portanto, isso é relativamente comum e quem trabalha em prisões percebe porque as dinâmicas prisionais violam se direitos a todo, a todo dia, a toda a hora a que as pessoas que ali trabalham também num contexto para a sua própria saúde mental, a enfim, as destrói de alguma forma, em algumas circunstâncias, isso não é, não é de menos a par das pessoas que lá estão privadas de liberdade, a par das famílias e , nas famílias, também estamos a falar de milhões de crianças na Europa, com pais e mães em contexto prisional, que portanto quando começamos a perspetivar o povo da prisão, a prisão tem um impacto brutalíssimo em termos também de gerar mais violências e que se estende a dimensões que nós também não sabemos muito bem, até que nível é que vão. E, portanto, não há como dissociar o problema das prisões da dimensão, do desejo punitivo que está institucionalizado a na punição associado ao exercício da pena. E embora isso, e como eu há pouco já referi, a resulta numa falência e é mais que evidente essa falência e nós não estamos a querer discutir porque também nos alimenta também aqui alguma moral social coletiva, nos dá a sensação que as coisas está tudo bem, está tudo. Enfim, nós passamos ao pé das prisões e atrás daqueles muros, parece-nos que é um mundo completamente distinto de seres humanos e de pessoas. As pessoas que estão ali à



porta das prisões também nos parecem muito fora. Mas a verdade é que são pessoas comuns, não é? E, portanto. Essa é uma dimensão, a questão da justiça.

Acho que há aqui outro problema. Que nós nunca conseguimos estudar devidamente, mas que nos enfim, acho que acho que não é de menos que é. Quando começamos a olhar para as histórias de vida das pessoas presas, enfim, muitas delas nós conseguimos identificar que aqueles homens, a maior parte de homens, estamos a falar na grande maioria homens, na verdade, mas não só, mas as Mulheres também começamos a identificar aqueles homens e aquelas Mulheres. Em algum momento da sua vida, estamos a falar essencialmente de infância da Juventude e muitas daquelas pessoas e das pessoas que também estão as presas e outras que já saíram eventualmente e acabaram por ter passados e histórias de vida também muito associadas a circunstâncias de vítima, são, ou seja, crianças abusadas, vitimadas, negligenciadas, jovens também maltratados, etc. E isso não é de menos para se perceber até que ponto é que vai à reprodução da prisão. para além da questão da pobreza e da miséria? Evidentemente isso conseguimos identificar pessoas em circunstâncias muito vulneráveis, mas diria que que eventualmente pode haver aqui uma dimensão mais profunda que isso. Isso é algo que eu também, enfim, continuar tudo que pretendo objetivamente estudar. É, mas parece-nos que há aqui algo mais profundo que esta questão da pobreza, evidentemente, mas que tem, tem acima de tudo a ver também com a dimensão da infância e da Juventude e com as violências associadas à infância e Juventude. E, portanto, e há muitos, enfim, identifica se começa a identificar muitas circunstâncias de pessoas adultas e quando começamos a ver as histórias de vidas percebemos que este tipo foi violentado quando era criança, depois até foi protegido, foi para um para um lar de Infância e Juventude, depois fez mais uns disparates, foi para um centro educativo depois do centro educativo, fez outros disparates e vai para a prisão. Ou seja, esta este quase que crescimento, E, paralelamente a uma falência também do Estado social, porque o Estado social, nomeadamente quando intervém, estamos a falar de projetos comunitários de determinação com crianças e jovens, acolhimento de centros educativos e nós olhamos para as histórias de vida de muitas pessoas presas e percebemos que muitas destas pessoas passaram por muitos destes mecanismos de proteção social e isso também nos deve, eu diria, que isso também há aqui uma dimensão profunda do resultado da prisão pela falência também do papel do Estado social, ou seja. Não,



enfim, acho que por isso é que digo, ou a prisão no fundo é o último reduto que depois tem que lidar com os com a falência de todos os mecanismos de proteção e evidentemente que ter um num espaço físico, um conjunto de pessoas em que houve uma série de mecanismos de proteção que ao longo das suas vidas falharam, evidentemente que não me parece a melhor forma de gerir o caos e, por isso a possibilidade de perspetivar outras formas de intervenção parece muito mais ajustada, enfim.

Comunidade:

12. Quais as intervenções que conhece importante desenvolver na comunidade para ajudar na (re)integração dos reclusos?

Esse acho que é o problema da prisão é esse isolamento a que a prisão gere e que a política penitenciária e também em Portugal e isso é muito evidente em Portugal, até mais do que noutros países.

No âmbito do Observatório às tantas, no enfim, ao longo dos anos dos trabalhos, muitas vezes os colegas noa foram perguntando, e o “que é que resulta tanto a dificuldade de Portugal podermos entrar nas prisões de uma forma mais aberta, mais transparente e mais tranquila” E isso, isso caracteriza muito as prisões em Portugal, não só em Portugal, mas caracteriza muitas em Portugal. Eu, eu enfim. Isto para mim tem sido muito evidente, cada vez mais evidente e agora, no âmbito de um projeto que eu estou a terminar enquanto responsável da área social, é um projeto com uma produtora de cinema financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, que é o Partis, que é um programa de intervenção social e arte, onde vai passar um documentário na RTP 2. Mesmo no âmbito de um protocolo com a Direção-Geral, com reuniões com a Fundação Calouste Gulbenkian a financiar com tudo alinhado, trabalhado. A verdade é que há uma arbitrariedade depois de cada uma das prisões e do próprio sistema prisional em bloquear o acesso de coisas até que protocoladas que estão devidamente previstas com financiamento de uma fundação altamente reconhecida, e o bloqueio é absolutamente absurdo e os locais são absolutamente absurdos.

Este é um exemplo, há muitos desses exemplos e, portanto, há uma falta de transparência muito grande a questão disto, acho eu, afasta, evidentemente, uma maior relação das comunidades com as prisões. Se é uma instituição que à partida também



afasta a Comunidade, a sociedade civil, enfim, é essa lógica mais organizada de se aproximar das prisões. Isso, evidentemente que é um problema em que as prisões se encerram em si mesmas e bloqueiam também essas questões. Por outro lado, eu sou muito crítico sobre o facto que, de repente, quando as pessoas são presas, parece que estamos todos interessados sobre as questões das prisões e muitas das vezes, olhando para a vida daquelas pessoas, daquelas pessoas em muitas circunstâncias, não tiveram, não tiveram oportunidades, algumas ou ninguém se preocupou com elas numa fase anterior à prisão e estamos a falar de crianças e jovens, como há pouco referia. Portanto, acho que há aqui alguma dimensão exótica que eu acho que até é discriminatória na minha perspetiva de que, de repente, quando uma pessoa é presa, parece que se torna tudo muito mais interessante e mais giro, e em termos de aproximação às prisões para resolver os problemas e há muitos projetos à volta destas desta nesta enfim que surgem. Que não deixam de ser a sua importância. Ou seja, Eu Não obstante a crítica que faço, reconheço a importância também de poder haver espaço de intervenção em contexto prisional, porque aquelas pessoas estão ali hoje e estão ali esta hora e amanhã vão continuar também por lá e, portanto, haver atividade, haver proximidade de projetos das comunidades de visitantes, religiosos, enfim diversas algumas religiões. Enfim, projetos artísticos a escola, a formação profissional. Enfim, há diversos projetos e eu acho que até nos últimos anos têm surgido muitos projetos e organizações muito dedicadas a esta perspetiva das prisões.

Não deixo é de olhar com uma perspetiva crítica do ponto de vista que esse trabalho é importante, porque as pessoas estão ali, precisam, enfim, estar com outras pessoas a ter outras oportunidades, aprender outras competências, etc. É, mas não deve, não deve minimizar uma crítica profunda em termos do que é toda a política, a social e estrutural, enfim, económica, cultural ou que seja social, ao nível do que é o momento antes da entrada da prisão daquelas pessoas, ou seja, quem é que são estas pessoas, onde é que estiveram, que oportunidades é que lhes foram dadas, etc.

Portanto o trabalho a montante e na lógica preventiva, exatamente para mim, é absolutamente essencial e é acho eu muito, muito descurado em termos da nossa circunstância e, portanto.

Não desvaloriza o trabalho dentro as prisões, estou a dizer que este trabalho que tivemos agora com este projeto lado P. Enfim, teve trabalho entre as prisões desde 2018,



com atividades culturais, um curso de formação profissional com World Academy sobre meios audiovisuais, captar som, filmar tudo isso, acho que é absolutamente essencial. Mas a minha leitura é que tudo isso é essencial e devemos estar o mais próximo que conseguimos das pessoas presas, porque são elas e as suas famílias em particular estão em circunstâncias mais vulneráveis a, mas isso não deve, não nos deve fazer esquecer no fundo o que está a montante e que falhou consecutivamente para que aquela pessoa chegasse àquele ponto e a minha perspetiva é muito a par da crítica do papel da prisão. E aqui, para mim, a minha perspetiva é muito crítica também do ponto de vista estrutural, da dinâmica social sobre a prisão, e isso. Também não há. Não acho que há uma minoria que tem um bocadinho esta dimensão crítica, que é complexa e que também não está, enfim, não está disseminada por todo lado, mas, eu diria que até cada vez mais há uma crítica muito grande este neste nível.

13. Que papel desempenham, para si, os estabelecimentos prisionais na comunidade?

É uma instituição que à partida também afasta a Comunidade, a sociedade civil, enfim, é essa lógica mais organizada de se aproximar das prisões. Isso, evidentemente que é um problema em que as prisões se encerram em si mesmas e bloqueiam também essas questões

14. O que considera essencial trabalhar com as comunidades para diminuir a população prisional? Com a sua experiência, de que forma a comunidade poderia participar na reintegração destas pessoas?

As organizações ou as pessoas que estudam prisões ou à volta das prisões, não há ou não havia uma relação muito próxima entre estas pessoas, quase cada um trabalhava um bocadinho para o seu lado, sobre o seu, o seu domínio e a rede integrados. É algo que eu que eu já também já vinha pensando há muito tempo e o António também e o Nuno pontes, que é outro companheiro. Também, enfim, que domina questões prisionais num de uma forma muito profunda, e acabamos por nos aproximar de outros companheiros de outras organizações. Com lógicas muito diferentes, confesso, mas a nossa preocupação era para além das nossas abordagens e perspetivas. Onde é que há um ponto comum que NOS devemos relacionar? E o ponto comum é foi na altura, a enfim, visibilizar os problemas das prisões e na altura fazíamos todos os meses um debate online com convidados e as pessoas entravam online e comentavam no Facebook. E no Fundo



para que a Comunidade e a Comunidade também mais organizada, menos organizada, pessoas individuais ou não. Pudessem discutir, conhecer outras pessoas, criar, mas eu diria que este processo de aprendizagem também permitiu que as pessoas se conhecessem de uma forma um bocadinho diferente. Eu falo por mim porque havia pessoas que eu sabia quem eram, mas não conhecia ou nunca tinha, nunca tinha falado ou às vezes até tinha algumas perceções sobre o tipo de trabalho ou pensamento sobre as prisões a rede integrados, criou ali um espaço a de partilha, que que partilha e trabalho conjunto, porque tínhamos que trabalhar para preparar as coisas e que acho que foi útil também em termos de aproximação e na altura tínhamos 200 e poucas entre pessoas e organizações ligadas às questões prisionais que que aderiram e que tinham ali alguma participação. Enfim, para a dinâmica portuguesa, em que o movimento associativo, de forma de forma geral, enfim tem atividade que tem, mas na questão das prisões não há muito trabalho associativo historicamente. E embora, hoje em dia, acho que há mais, há mais mobilização, mas essa aproximação de diversos interlocutores ao nível comunitário. Acho que acho que é importante. Acho que foi importante e acho que é importante, absolutamente.

JR:

15. Como se pode fazer a mudança deste paradigma do sistema prisional punitivo, para um sistema mais restaurativo?

Para além da justiça Restaurativa, há uma outra coisa que é a justiça transformativa. Que me parece mais interessante a eventualmente até mais interessante. E do que do que? Sei, enfim, não é uma área que tenha muito aprofundada a questão da justiça transformativa a esse nível e implica uma mudança, muito mais na raiz dos problemas do que eventualmente a justiça Restaurativa.

Embora eu diria que a justiça Restaurativa, também em circunstâncias muito imediatas e práticas, também me parece interessante, portanto, não, não me oponho a uma e a outra com necessidades, evidentemente, e confesso de a estudar em situações muito mais como era com outra profundidade.

Nós, no âmbito do Observatório, uma das coisas que que estudamos e que também acabamos por concluir no âmbito de um outro projeto que tinha a ver com as medidas alternativas à prisão e, resumidamente, o que nós concluímos era que as medidas



alternativas não contrariam a prisão efetiva, OK? Portanto, pulseiras eletrónicas, trabalhos comunitários, enfim, todo este manancial de penas alternativas à prisão e, portanto, foi possível concluir em termos europeus e que elas não invertem a prisão efetiva, em regimes fechados, por exemplo, das penas de prisão. E, portanto, um bocadinho a pensar nessa perspetiva, que as alternativas ao invés de contrariarem a prisão efetiva no fundo que acabaram por criar um manancial ainda maior de pessoas sobre o controlo penal e, portanto, isto também é com todos os impactos que têm, quer em termos financeiros, quer em termos de recursos humanos e gestão deste manancial, portanto, na verdade, acaba por ir, enfim, estar controlar outras pessoas que não, que não, que não irei, não vão à prisão e, portanto, estão ali sobre o controlo. Ao mesmo tempo continua a aprender no mesmo ritmo que que já aprendi antes das penas alternativas à prisão.

As penas alternativas à prisão, elas como existem? Enfim, não são efetivas, não são efetivamente alternativas, são, na verdade, outro tipo de penas é essa. Eu acho que é essa leitura que devemos também fazer quando olhamos para este facto é. E, portanto, nós, no âmbito desse projeto também o que acabamos por na altura perspetivar foi também um manifesto para uma nova cultura penal, ou seja, este manifesto para nova Cultura penal está disponível online e, no fundo, baseou-se numa inspiração de uma política pública portuguesa e que é reconhecida internacionalmente, que foi a política de descriminalização do consumo de drogas em Portugal. Como é sabido, enfim, NOS anos 80/90, as prisões em Portugal estavam cheias de pessoas consumidoras, de drogas, acima de tudo e por tanto usuários de droga e a prisão era a solução que o Tribunal estava a dar a estas pessoas, que o sistema social estava a dar a essas pessoas. Há uma transição em termos desta perspetiva, na medida em que passou, se a integrar os consumidores de droga e os pequenos crimes associados ao consumo de droga, tendo por base também o problema de saúde pública, que é o consumo de droga, e isso foi uma mudança de paradigma brutal face ao que hoje em dia temos criado, nomeadamente, com o atual Sicad e com toda a sua capacidade depois atuação por via de outros serviços, como as comissões de dissuasão e comissões, pessoal e tratamento a ajuda e casos que são outro tipo de serviços também das autoridades regionais de saúde. Esta mudança de paradigma, que é uma mudança de paradigma na raiz, e que é uma política pública brutalíssima que é reconhecida internacionalmente. Eu acho que até nós, em Portugal, nem temos bem noção do quão sucesso esta abordagem e esta mudança teve e eu, felizmente, tenho conhecido algumas pessoas que tiveram na conceção desta. Esta mudança de paradigma na nossa



perspetiva e depois conseguimos que nos foi possível aprofundar, deve inspirar a intervenção sobre outras lógicas, outros problemas, outros crimes, como quisemos chamar de uma forma a onde possamos ir à raiz do problema e intervir de uma forma séria e não enfim entre aspas empurrar o problema com a barriga ou disfarçar que o problema está resolvido e não. E não está, e isto é uma dimensão muito mais transformativa em termos de pensar o que é a lógica da justiça e da alteração sobre as questões são compensar as prisões acima de tudo e, portanto, este é inspirado neste modelo português. Por coincidência, felizmente, e na altura acabamos por discutir muito isso também com os outros colegas dos outros países. Alguns já conheciam, outros ficaram com interesses e necessidade de conhecer melhor também como é que resultou a concessão também desta política pública ao nível das drogas, da discriminação do consumo de droga, que implicou que menos pessoas consumidoras de drogas fossem para as prisões e fossem intervencionadas do ponto de vista da sua saúde e isso é absolutamente central, porque realmente é um problema de saúde, não é um problema de prisões.

Portanto, nós devemos perspetivar este modelo e tentar perceber se é como, como adaptá-lo, reajustá-lo reconstruído a outras lógicas e isso parece-me absolutamente essencial. Eu arrisco dizer, embora sei que é muito, muito crítica do ponto de vista de algumas correntes feministas, mas da minha corrente feminista, não punitiva, eu diria que é absolutamente essencial e interessante, nós podemos perspetivar este tipo de abordagem, nomeadamente para as situações do crime de violência doméstica, nomeadamente no que estamos a falar com a intervenção de pessoas agressoras que é feita em contexto prisional em Portugal. É, mas temos de perspetivar também o alargamento fora da dimensão penal e jurídica da intervenção com as pessoas e da sua prevenção também de uma forma mais estruturada, evidentemente.

16. Já conheceu ou esteve integrado em algum programa que tivesse esta abordagem como base?
17. Qual a sua opinião sobre a justiça restaurativa? Acha que poderia ser uma forma positiva para trabalhar a reinserção dos reclusos e, conseqüentemente minimizar a reincidência?

Eu sou a favor de perspetivarmos outras lógicas onde se inclui a justiça Restaurativa, a justiça transformativa, modelos alternativos de repensar a intervenção com os problemas que levam as pessoas às prisões. Há uma coisa que, enfim, que ao



longo dos tempos fui aprendendo e não ser bloqueador de outras perspetivas. Se são perspetivas de libertação das pessoas de contra a discriminação que promovam a não pressão daquelas pessoas e que tenham um retorno para todos e todas nós de uma forma mais saudável e positiva, então eu estou muito aberto a perceber melhor e a conhecer melhor. O falar se pouco, por exemplo, sobre as questões da justiça transformativa, acho que tem muito a ver, evidentemente, com o que é perspetiva clássica do direito que assenta do ponto de vista da dimensão Jurídica, como há pouco referi assim nesta lógica do desejo da punição e a centralidade da pena muito baseada nesta lógica do punir. Embora, teoricamente, ela não esteja prevista exatamente nestes moldes a verdade, em termos práticos, o Estado e a prisão, isto é por demais evidente e, portanto, continuamos a não querer lidar com este problema de forma séria e lidar com este problema de forma séria, é perceber que a dimensão penal tem levado à prisão ao longo destes 200 anos de prisão efetiva da criação da prisão e, portanto, conseguimos resultar em falência desse do papel da prisão no na resolução dos problemas que ali levaram as pessoas.

A parte que acho que há aqui outra dimensão que também. não nos devemos esquecer é que, claro que aqui com contrapeso e medida, mas há algumas questões foram consideradas crimes ou que hoje mesmo são consideradas crimes em determinado contexto e noutros não são a essa dimensão histórica também do que é o crime hoje e que amanhã pode não ser o que ontem não foi? Também nos deve fazer pensar sobre o papel da punição, e isso é um exemplo muito crítico sobre esta questão tem a ver com a interrupção voluntária da gravidez por parte das Mulheres em que era considerado um crime e que, evidentemente, é uma questão de direitos humanos. Ou seja, acho que devemos também ser muito críticos e críticas sobre o que é esta dimensão, a justiça clássica, que está instalada de uma forma transversal e bloqueia, evidentemente, o aparecimento de outras lógicas de exercício da justiça, a que possam até ter um retorno mais interessante para todos e todas nós.

Competências Emocionais:

- 18.** Com a sua experiência, que opinião tem sobre as competências emocionais como forma de intervenção? Acha que são valorizadas ou trabalhadas com os reclusos?

Vale pena refletir sobre as duas perspetivas porque nós muitas vezes, quando vamos trabalhar nas prisões é um bocadinho é quase parece que levamos uma encomenda



para resolver ali com aquelas pessoas. E por vezes, esquecemos também de pensar em nós, como pessoas, como profissionais, que somos, para entrar nas prisões e começando por aí ao nível, enfim, de quem está fora e querem intervir ou estar prisões ou desenvolver projeto em prisões, há muitos, continua a haver muito preconceito sobre as questões de das pessoas, presas das suas famílias e até dos profissionais que ali estão, mas diria mais essencialmente mais sobre as pessoas presas sobre as famílias e isso assenta muito na ideia do estigma social do que é do que a prisão e é mais uma das formas de violência que a prisão acaba por resultar e este Estigma é uma forma de violência e é uma violência simbólica, mas não só. Evidentemente ela resulta em situações práticas. Muito negativas para aquelas pessoas que lá estão e para as suas famílias. Portanto, enfim, para quem vai intervir em prisões, primeiro deve, deve estudar prisões, deve ouvir coisas sobre prisões. Isso para mim seria preferencial, deve desconstruir preconceitos, estigmas e ideias estereotipadas que possa ter sobre a as pessoas presas e, portanto, em termos de competências, aqui é, enfim, antes dessa relação com a prisão ou desse interesse da relação com a prisão, deve procurar investigar, trabalhar, estudar, conhecer pessoas, de conversar e aqui estamos a falar essencialmente também do ponto de vista dos mais do que as competências. Enfim, eu vou, vou fazer uma oficina, um curso de teatro na prisão, enfim, mais do que as competências técnicas e isso evidentemente eu deveria que ter as minhas competências sociais e emocionais e intelectuais sobre prisão devem ser devidamente trabalhadas a montantes. Porque, se eu for um profissional que vai para dentro da prisão e que carrega todos os estigmas, todos os estereótipos e pré-conceitos sobre aquelas pessoas, então isso vai impactar negativamente, de certeza no trabalho que eu e vou desenvolver e, portanto, isso para mim é absolutamente essencial. Por isso é que eu dizia aquela dimensão exótica das prisões, às vezes acabam muitas vezes por ficarem sujeitas à vontade do A ou do B que está do lado de fora e quer fazer alguma coisa ali e da forma como essa pessoa também se dirige para aquele contexto, para aquelas pessoas que estão ali, privadas de liberdade e, portanto, para profissionais, acho que essencialmente é.

Enfim, acho que é uma reflexão sobre autocrítica sobre as nossas perceções do que é o crime, a justiça, a prisão do que são estas famílias, do que são estas pessoas, e isso é feito com trabalho e com abertura também do ponto de vista emocional individual a esta dimensão e, acima de tudo, com escuta a ativa de quem são aquelas pessoas que ali estão naquele momento, outras que já saíram daquelas famílias e, portanto, ouvir estas



peessoas em primeiro discurso, com relativa facilidade nos faz repensar a nós mesmos e a nossa leitura sobre as questões das prisões e isso em termos de profissionais é essencial. Para o contexto, para trabalhar com as pessoas que ali estão dentro das prisões, embora as pessoas que ali estão também são muito distintas entre si e a verdade é que, enfim, claro que em termos genéricos, em termos estatísticos, podemos ver população mais nova, com baixos índices de escolaridade, isso é relativamente fácil identificar muita gente também vem de contextos desfavorecidos em termos dos territórios de onde residem ou residiam. E o que é que me parece? Não, não, enfim, não podemos levar uma receita, acho que não há uma receita para intervir esse nível. O que é que me parece absolutamente essencial conhecer as pessoas, perceber qual é que é a nossa possibilidade, qual é a nossa proposta, o que é que vamos ali fazer, é um projeto, é um workshop é uma oficina de um dia é uma coisa prolongada. Portanto, diria que sempre possível conhecer o grupo com detalhe e para além e ouvi-los, evidentemente, é falar, é conhecermos, mas é também ter instrumentos de diagnóstico, necessidades, conhecer as pessoas de caracterização mais específica sobre grupos que possamos vir a intervir, porque evidentemente não se vai para uma prisão intervir com todas as pessoas, quer dizer, enfim, intervém se com o máximo que se consegue e pode, evidentemente, mediante o tipo de ação que se está a desenvolver. Agora há circunstâncias que acabam por ser mais ou menos transversais num contexto ao nível das competências pessoais emocionais a interpretativas, das muitas das pessoas que estão presas, liberdade não querendo generalizar, evidentemente, mas. Enfim olhando um bocadinho um para parte da população prisional, que representa uma parte com bastante expressão. Há aqui dimensões absolutamente essenciais que é preciso trabalhar, estamos a falar de coisas como resistência à frustração, o autocontrolo, comunicação, assertiva, saudável, positiva e estamos como há pouco a pouco, dia muitas, muitos, em particular homens que estão presos, mas as Mulheres também, encontramos gente que o cuidado e aí as dimensões como o amor por parte, por exemplo, dos seus pais, das suas mães, do que seja a ou das dinâmicas onde estiveram, não foi o mais simpático e, portanto a abertura do Estado de espírito para quando se vai intervir com estas pessoas e a ideia de dar e receber, não diria ensinar, mas nós vamos partilhar e eles também vão partilhar conosco, porque, enfim, não há ali, não vejo muito uma perspetiva de eu vou ensinar aqui qualquer coisa. Posso ensinar, claro, mas é certo que também vamos aprender qualquer coisa sempre que entramos. Estas missões, são fundamentais.



Agora, enfim, questões como autocontrolo, questões como a comunicação e a questão da comunicação, estamos a falar de homens, portanto, a questão da masculinidade e a masculinidade quando nos relacionamos enquanto homens é uma dimensão que deve ser também pensada, depois estamos a falar de pessoas que acabaram por experiência contextos com muita tensão, com muita violência. E, portanto, enfim, isso não é possível desconstruir em 2 ou 3 meses ou um ano ou 2 anos, mas um trabalho continuado. Eventualmente eu diria que é o ideal para poder ter mais estrutura, mais substrato com estas pessoas. Isso nem sempre é muito compatível com a dinâmica prisional e com a forma como os serviços prisionais também estão disponíveis a esse trabalho. É, mas enfim, eu diria que em termos das competências sociais, pessoais e emocionais, há uma dimensão de brutalidade, de espaço para intervir. Claro que isso deve ser sempre o mais ajustado possível a cada um dos grupos que vamos encontrar naquele momento. A mim destaca, enfim, da minha experiência destacam-se questões como esta questão da comunicação, Como Eu comunico com os outros e comunicar com os outros? É. Com a minha família que está cá fora com o companheiro da cela, com o guarda, com o técnico, com a pessoa que vai fazer a oficina. Enfim, estratégias de comunicação mais positivas, menos tensas com outras energias, a questão da gestão da frustração, da gestão, da resistência à frustração também é brutal porque, enfim, muitas enfim, lembro-me diversas circunstâncias de reações muito, muito imediatas. Evidentemente que isto não se faz de um dia para o outro, não é, enfim.

Nós somos adultos, resultado de uma lógica socialização em contextos diferentes, portanto, isto esse tipo de treino destas competências para quem na sua infância e na sua Juventude, foi vítima, agredido ou que seja, não teve estas oportunidades a meter estes contextos saudáveis, é evidente que é uma pessoa adulta que, eventualmente, podemos não nos identificar com algumas abordagens que poderão ter, algumas reações, mas a parte de competências que possam ser preciso trabalhar, a verdade é que, olhando também de outra perspetiva, nós conseguimos, muita rapidamente, identificar muitas outras competências positivas.

Enfim, em olhando para as pessoas do ponto de vista individual a competências de trabalho artísticas que, enfim, de escrita, de leitura, coisas que s vezes também estão tão e visibilizadas e que o sistema prisional também não, não dá espaço para que sejam potenciadas e muitas vezes quem vai de fora, às vezes consegue de alguma forma, criar



algum espaço para que essas dimensões possam surgir. E isso é absolutamente bonito em termos do que também pode acontecer, evidentemente e depois é preciso que da minha experiência de criar um espaço de libertação dentro da prisão. Neste caso era um espaço de liberdade dentro da prisão, acho que criar este espaço de liberdade entre a prisão, percebendo todas as limitações que ali estão é propício para que se possa passar para um outro nível de relação, a relação de trabalho com aquelas pessoas do qual beneficiam eles e elas que lá estão privados de liberdade. Mas nós, que lá vamos, em determinado momento por algum motivo, como estou a falar aqui nessa circunstância como profissionais ou como voluntários, também beneficiamos muito e também nos fazem repensar o trabalho futuro. Portanto, essa é outra lógica, é, enfim, eu até posso pensar num projeto, discutir com ele, com o grupo, como possa vir a intervir o tempo diz-me á se eu vou precisar de reajustar a repensar, reavaliar se o caminho estou a levar é exatamente aquele, portanto, até porque nem sempre é possível fazer desenhar, por exemplo, uma ação, um projeto com o maior domínio possível sobre o grupo que ali vai estar ou sobre as pessoas que vão, que nele vão participar. Isso seria o ideal, seria ter muito tempo e capacidade de fazer isso de uma forma estruturada, e nem sempre é.

19. Acha que se trabalharmos o autocontrole, a motivação e a empatia pode ajudar os reclusos no processo de reintegração na comunidade?
20. Conhece algum tipo de projeto ou programa que tenha tido como principal objetivo trabalhar a inteligência ou a regulação emocional? Acha necessário? Que tipo de efeito poderia ter, positivo como negativo?

Conheço alguns, especialmente agora, estes do projeto do financiadas pela Gulbenkian no âmbito deste projeto “o lado P” este no qual eu colaborei objetivamente. O lado P é um projeto que também, enfim, trabalhava as dimensões artísticas e competências sociais, emocionais e interpretativas, linguísticas, enfim, todo um manancial, muito holístico em termos da intervenção.

Agora também assim, de repente, lembro-me de outro da companhia Olga Roriz, baseado em fim, nomeadamente com a Catarina Câmara, que é uma bailarina e também relativamente reconhecido a nível nacional do que sei e conheço e, entretanto, também a rede integrados, por exemplo, e o projeto Partis, por exemplo, foi uma das colegas com quem fui estabelecendo, mais relação. Isso também foi interessante ao nível da rede integrados e, portanto, sei que também tem uma linha, tem uma linha em termos das



competências sociais emocionais, brutal também com a questão da dança, que também traz uma dimensão física do corpo e essa dimensão física do corpo também é muito, muito interessante pensar dentro das prisões, porque, enfim, nós somos socializados a comportar-nos sempre determinada maneira, determinada, lógica. Os homens, também com base na estereotipia de ser homens, mulheres também com base no estereótipo de ser mulher, depois, a prisão também condiciona a todo um comportamento físico muito associado às lógicas de extensão de violência, do exercício, enfim, da manifestação dessa tensão para outros, isso caracteriza muito a dinâmica da prisão e, portanto, utilizando aqui uma palavra que é “desmecanizar” toda esta construção física é uma dimensão para a competência também humana, absolutamente central, porque o corpo no fundo, se calhar, enfim, é o que mais biológico que nós temos em termos da humanidade, não é, portanto, a par das competências emocionais, físicas do que pensamos, sentimos e achamos a nossa dimensão física, a construção do nosso corpo e da nossa fisionomia também está muito sujeita ao nosso crescimento, se estamos mais sujeitos a situações de tensão a situações de violência de Pobreza com mais ou menos privilégios e, portanto, os nossos corpos também se moldam mediante as circunstâncias e a nossa dimensão física. Também interessante. Enfim, lembro-me destes, mas há mais eu posso estar a ser injusto aqui com outros projetos é assim que me lembro assim, de repente é.

21. Acha que alguns dos comportamentos que os reclusos têm pode estar associado a alguma lacuna na gestão das suas emoções e, conseqüentemente, nos seus comportamentos (acha que pode estar relacionado com a falta de autocontrolo e regulação emocional)?

Por isso é que eu falo na falência da prisão. Quando nós falamos na questão da reinserção social nas prisões, não discordante e reforço, não discordando da intervenção nas prisões e de que isso pode contribuir no momento da saída daquelas pessoas de uma forma positiva, embora isso também não está devidamente avaliado. Nós não avaliamos bem se o que fazemos ali resulta depois se transfere cá fora na vida das pessoas, sim ou não, nós não sabemos. Esse trabalho não está feito, não sabemos se contraria a reincidência, é trabalho que nós não temos grande prática em Portugal. Agora, efetivamente a prisão não é um contexto que favoreça estas lógicas, estas dinâmicas e a verdade é que muitas, muitas destas pessoas são crianças e jovens com muito talento e muitas e muitas áreas e enfim artísticas, engenharia de ciências de línguas, enfim. Mas a



verdade é que o muitas das condições de vida delas também não lhes permitiram a experimentar exponencial competências que ali possam, enfim, que cada uma, cada um de nós e cada uma de nós tem, evidentemente é quando nós crescemos num contexto privilégio e se eventualmente eu tiver competências artísticas na área da música e, de repente eu tiver acesso a um reservatório, a música, etc., evidentemente que eu vou, o meu privilégio vai reforçar a minha aptidão, que pode ser mais ou menos trabalhada.

Agora, quando eu sou um miúdo que tem uma determinada competência há, mas estou preocupado se tenho, se vou comer, senão vou comer, se os meus pais vão estar em casa, porque a minha mãe tem que ter dois trabalhos e, portanto, eu passo quase mais parte de o tempo sozinho ir à escola e a ver se se, como umas coisas e evidentemente e por isso que eu falava há pouco do Estado social. E, portanto, é evidentemente que isso resulta de que o Estado social está a falhar, a montante, na resolução dos problemas, é evidentemente que nestas circunstâncias, mediante as circunstâncias da vida e as dinâmicas, claro que isto não é matemático, mas as condições da desigualdade também geram essa desigualdade do ponto de vista da potenciação das suas competências, e de capacidades que acabam algumas ficaram visibilizadas, outras não. E também é possível identificar em, enfim, em algumas situações, algumas pessoas presas pelo tipo de crimes que cometem e que revelam também competências brutais a níveis, por exemplo, de gestão, de relação de comunicação porque utilizam essas suas competências para as suas práticas, neste caso práticas criminais e, portanto, isso encontra-se a visão. Claro que aquilo foi canalizado para um de uma forma negativa, mas pensa se achas bem este tipo, se calhar se tivesse tido a possibilidade de ter estudado, de estar numa empresa de se calhar até ser um CEO de uma grande empresa, se calhar, não é muito diferente em termos das competências que ele possui e da aptidão que possui do que a um CEO ou uma CEO ou de uma grande empresa em termos de gestão de informação, de gestão de Pessoas de comunicação de por um negócio a funcionar, sendo que, enfim, aqui um negócio. O negócio aqui, não é? Enfim, é algo ilegal, algumas das circunstâncias, mas há muita gente dentro das prisões que também tem muitas competências e muitas vezes, quando certas questões, enfim, das suas histórias de vida, dos seus processos. Os contextos realmente, muitas vezes são desiguais também e, portanto, é a manutenção também dessa desigualdade.



Eu acho que a leitura das prisões deve ser ampla e holística da realidade, às vezes tendemos a olhar para as prisões às vezes embrulhamos um bocadinho para o problema da coisinha pronto percebes, da relação com o guarda, que a direção. A direção e o Senhor e a família, não sei pronto. Há problemas, mas também como há coisas muito, muito boas e a relações muito boas e porque também há aqui uma diversidade grande de relações, portanto, também não há como generalizar tudo a mas, pensar prisões acima de tudo, também para mim é pensar sociedade. E pensar sociedade aqui implica olhar para uma perspetiva ampla para todos os setores e para todas as áreas, quando e da relação destas com, com as prisões e com as questões judicial penal, não há como dissociar me afastar uma coisa do outro, evidentemente.

1.2 Entrevista à Educadora Social da Associação Confiar

1. Em relação ao seu início de carreira, como o descreveria?

Sim pronto. Olha eu aqui na Confiar estou só desde outubro. Eu tirei o meu curso em Ciências da Educação na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação em Coimbra, depois foi o mestrado, na altura, como ainda não era bem como é agora, não dava para tirar especialização em uma área, porque eu fui o primeiro ano de mestrado, já o Bolonha. Pronto, então eu tirei especialização em educação social e educação especial, mas enverguei pela parte educação social, fui parar a uma casa de acolhimento, acolhimento temporária. Fiz lá meu o meu estágio curricular, fiz estágio profissional e tive lá 12 anos. Então pronto só, estou aqui desde Outubro quis mudar de área.

Pronto eu tinha, apesar de educadoras sociais, numa casa de acolhimento, fazerem muito mais parte da equipa educativa, onde eu trabalhava também tinha muito trabalho técnico, ou seja, também a Tribunal também defendia projetos de vida, também acompanhava visitas, não era só de estar na casa. A casa onde eu trabalhei, eu fazia, digamos que a duas coisas, vá e pronto ou seja em termos de trabalho, não tenho muito, muitos anos. Vá pouquinho, alguns, mas não é muita coisa. Gostava muito daquela área, mas estava na altura de mudar. Pronto é muito por aí.

2. O que desencadeou a sua vontade em estudar e trabalhar nesta área, nomeadamente com este público?

(Foi isso que desencadeou a curiosidade por esta nova área)



Sim, ou seja, eu andava à procura. Não há assim tantas opções de trabalho na nossa área, não é educação social e mais a mais eu não tinha assim muita experiência, ou nenhuma noutra área não é pronto, fiz muito tempo a mesma coisa. Na parte do acolhimento não me apetecia voltar porque já sabia. Já conhecia muito bem, já não sentia que já, ou seja, tens sempre coisas a aprender, mas às vezes precisas. o acolhimento muda muito de casa para casa, os procedimentos mudam muito e depois também tem a ver com a parte pessoal, ou seja, porque o acolhimento requer muito do teu tempo pessoal, mas eu não trabalhava nem a noite, nem aos fins de semanas e, enquanto educadora social na maioria dos sítios, tu fazes turnos pronto e com um bebé não era uma coisa que me apetecesse, não é? E então pronto, comecei à procura e encontrei quando vim, não fazia ideia de nada. Zero de conhecimento desta área porque não há quase nada e vim muito a descoberta e pronto e acabei por enquanto, ainda é muito recente, é muita novidade, mas por enquanto estou a gostar muito. Acho que é uma área muito interessante.

3. Como descreveria as suas funções enquanto Educadora Social na Confiar?

Pronto, olha é assim, aqui eu sou educador social um bocadinho muito, porque é o que procuram quando fazem as entrevistas e pelas equipas técnicas. Que tens que. Eu sou aqui, eu sou mais técnica de reinserção social. Sendo que pela minha experiência também de coordenação, sou coordenadora da área da ação social aqui, pronto as minhas, ou seja, fazes um bocadinho do trabalho técnico, do acompanhamento dos utentes nos processos, é a questão de resolução destas coisas práticas, desde um cartão de cidadão, desde uma segurança social pronto e depois acompanhas o utente, se ele precisar de acompanhamento. Em alguns serviços.

Por exemplo, porque, ou seja, muda muito aqui, porque aqui são adultos eles. Só vais com eles se eles quiserem, claro, não é. Enquanto numa criança tu acompanhas aqui, eles têm que querer, por exemplo, no outro dia acompanhei um utente a uma consulta de Psiquiatria porque ele pediu, podia não ter ido. Não é pronto, ou seja, passam muito pelo acompanhamento, por fazer a comunicação, neste caso, com as técnicas do EP, fazer articulação com elas dos processos da troca de informação, da saída, da preparação da saída deles do EP pronto passa assim, muito por essas questões.

Intervenção



4. Como funciona quando um ex-recluso chega à casa de transição? Quais são as principais etapas a se fazer?

Olha, os primeiros passos acabam por ser muito pela questão processual, não é? Ou seja, primeiro organiza a vida dele toda em questões legais. O cartão de cidadão a morada e depois a partir daí nós fazemos um PARS que é o Plano de Apoio à Reinserção Social, ou seja, estabelece as metas de tempo para cada item tens que fazer, ou seja a questão do Cartão de cidadão, a questão dos cabazes de alimentação, a procura de trabalho, a procura de casa, depois, não fazes para 3 meses fazes para nove, depende do utente e das características deles e depois vais acompanhando tudo isto, não é? E vais acompanhando o processo dele e depois trabalhas, mas também competências sociais, competências emocionais, porque na casa, não é, muitos deles, dependendo do tempo que tiveram, foram privados, muito deste trabalho, não fazem a mínima ideia de como é se relacionar com o outro de uma forma saudável, não é? A questão, eles resolvem, não resolvem a pancada, mas resolvem a ameaça de pancada, se não fazes “levas Chapada, não sei quê”, pronto, então andas aqui um bocadinho a modelar comportamentos. Apesar de serem adultos, andas aqui a ver o que que podes sanar daquilo que está lá atrás e não foi trabalhado, nem questionado, nem resolvido, pronto. É muito por aí.

5. Quais são as maiores dificuldades que sente tanto quando chegam, como durante o processo de reintegração?

Olha há muita falta de empatia pelo outro, há muita falta de respeito pelo espaço do outro, há muita falta de a partilha, não existe porque, independentemente, de eles terem estado 10 anos ou 2, eles estão num contexto, não é, que eles têm que estar sempre em vigia, eles estão muito preocupados com o umbigo. Digamos assim as minhas coisas, o meu espaço, mas depois ao mesmo tempo, não conseguem perceber que, da mesma maneira que há um espaço deles ao espaço do outro, não se interfere ou que se pode interferir, mas com respeito, não é? De eu posso usar uma coisa desde que eu peça não é porque nós vivemos na mesma Casa. Olha, vou-te dar um exemplo que aconteceu ontem, temos o. Utente que mandou vir uma encomenda lá para casa e estavam 2 pessoas em casa e não abriram a porta, porque não era para mim percebes não é, ou seja, tens que trabalhar muito isto, o respeito pelo outro.



Depois são pessoas que, por exemplo um utente, viveu em acolhimento a vida toda, ou seja, ele realmente, quando recebia alguém, ele era avisado que ia receber, não batiam à porta para ele, ou seja, tu tens que contornar, porque tu há coisas que não mudas porque já não consegues, não? É, mas tu tens que contornar formas de ver e formas de estar e de aceitar o outro. É perceber, eu estou numa casa, pode não ser para mim, mas se tocam a minha campainha, eu abro depois logo vejo o que que é.

6. Quando intervém junto dos ex-reclusos, quais são objetivos que pretende alcançar? Quais os pontos chave que priorizam na intervenção?

(já mencionada anteriormente)

7. Que tipo de atividades são realizadas com os reclusos, em que consistem? São atividades em que a comunidade pode participar ou que tem algum tipo de papel?

É assim há, mas estas atividades são muitas, depois, muitas vezes no bairro, não é? Por exemplo, temos a questão de termos o Polo da Associação de moradores do bairro de Alcoitão, que têm Muay Thai por exemplo, e a questão de o desporto trabalhar até a regulação de não é autorregulação através do desporto e descarregar as energias num saco de boxe, não é? Por exemplo, temos essa possibilidade que lhes é dada, eles aceitam ou não? Muita falta de comprometimento, não é eles? Até dizem que. Querem, mas têm que estar lá na terça-feira, às “6h é pá às 6 eu tenho que fazer não sei o que”. Por exemplo, não há estas regras básicas também de cumprir horários também são difíceis, exceto para o trabalho, porque é uma coisa que tem que ser, não é, tanto nós quando temos um trabalho pressupomos que se eu entrar às 9h tenho que estar às 9h, então isso pressupõe se tudo o que seja antever outras coisas, não conseguem.

1. O que sentem que falha enquanto o recluso estava na prisão?

Olha a preparação para a saída não existe, o que existe é a procura de um sítio para ficar se a pessoa for sem abrigo, se tiver família, então é um problema resolvido. Os técnicos acabam por ter uma maior preocupação quando não há sítio para onde ir, porque também muitos deles, ainda por cima, estando em liberdade condicional, não podem ser sem abrigo, não é? Pronto, então agora, se houver família, não há preparação nenhuma, não tipo, no máximo, uma conversa do “*Vejam lá se não vai fazer outra vez, não volta para aqui*” pronto, porque o acompanhamento para a saída não é numa semana que eles saem ou um mês ou 2 meses o acompanhamento para a saída tem que ser no dia que eles entram,



claro, porque independentemente dos anos que eles lá vão estar porque tem que se pensar, que não é por uma pessoa que está há 14 anos ela quando sair não vai está preparada para nada, pois em 10 anos, 14 anos, a vida muda toda cá fora. Ele foi privado de tudo pronto, e então é isto que tem que ser pensado, tem que ser, por que se isso falha tudo falha. Por exemplo, eles vêm para nós, nós não temos informação nenhuma deles.

Por exemplo, ou seja. Vou até dar um exemplo de um utente que nos está sinalizado para ir para a nossa casa, ele é romeno, ele não, ele está sem documentação e ninguém encontra. Ou seja, ele tem um número, sendo que este utente é analfabeto, mas quando eu digo analfabeto, ele não sabe escrever o nome dele, ele só escreve o nome dele a copiar por outro sítio onde está o nome dele escrito, ele não sabe sequer como se escreve o nome dele, tem que ser a copiar a item. Há um número, que alguém, a técnica dele diz que é do cartão de cidadão dele romeno, depois, outros diz que é da autorização de residência e ele está há 4 anos no EP sem nada, sendo que ele está entregue ao nosso Estado.

Queres procurar trabalho para ele, não pode? Ele queria fazer o curso lá dentro do EP, queria aprender a ler e escrever, ou seja, ele queria porque ele é muito novo, ele tem 20 e poucos anos, ele queria aprender a ler e escrever e não pode frequentar a escola porque não tem documentos. E sobrevive ali à meia dúzia de antes. Como é que um cidadão português que está entregue ao Estado, independentemente por um crime, mas está entregue ao estabelecimento do Estado, tem um cartão de cidadão caducado, sai já em incumprimento, porque nós podemos pagar uma multa por termos um cartão de cidadão que tocar, não é? É uma coisa básica, por exemplo.

Comunidade:

2. Quais as intervenções que conhece importante desenvolver na comunidade para ajudar na (re)integração dos reclusos?

Olha, eu acho que a nós, isto é uma realidade que existe e todos nós sabemos que existe esta questão de a pessoa ir presa, mas nós não sabemos muito bem como é até lidar com ela? Nós não fazemos ideia. Óbvio que se uma pessoa comete um crime tem que ser preso pronto, não é? Não vamos estar aqui, mas a pessoa pode realmente mudar, pode querer mudar e nós não estamos preparados. Ou seja, na Comunidade tinha que haver uma data de conhecimentos, tinha que haver muito mais intervenção, por exemplo, a comunicação social. Nós, quando ouvimos falar das prisões, geralmente foi um preso que



matou outro foi um preso que revoltou com um guarda, nós nunca ouvimos falar daquilo que acontece ou não acontece lá dentro, porque os direitos deles? Lá dentro estão, muitas vezes não são salvaguardados, o direito à educação, o direito à saúde, coisas tão básicas. Não é? Que toda a gente anda aí a estiar bandeiras e eles estão privados disso. Por isso, eu acho que a Comunidade tinha que perceber como é que é a realidade deles, porque eu acho que eles trazem um rótulo quando chegam cá fora e arranjar trabalho, arranjar casa não é tipo se alguém sabe que o vizinho é ex-recluso, não é muito bem visto.

3. Que papel desempenham, para si, os estabelecimentos prisionais na comunidade?

Para já eu acho que é uma população muito envelhecida em termos de trabalho. São pessoas que são já com alguma idade. Isso não é um trabalho fácil, porque em 10 eles têm um que se calha quer mudar é muito frustrante e eu entendo isso, elas são pouco. Mas isto não pode ser justificação para tudo, não é? E depois elas já fazem o mínimo dos mínimos dos mínimos, também não sei as condições de trabalho que elas têm, os ordenados que elas ganham, não sei nada disso, só que assim trabalhar na área social, nós não vamos ficar ricas ponto. Por isso, se elas foram com essas expectativas estão todas no sitio errado. Agora, acho que é uma população que está altamente envelhecida em termos de trabalho e que está pouco disponível, então já de facto passa pelo mínimo e às vezes a visão que elas têm deles até para nós é muito útil, porque elas têm uma visão diferente e se calhar, há coisas que elas NOS disserem sobre eles, como *“Olhe, não podes fazer isto. Ele, ele tem que ser trabalhado assim ele tem que ser gerido assim cá fora”*. Se calhar, nós às vezes queremos também ser tão acolhedoras que erramos, claro que tu não podes acolher da mesma maneira e aceitar tudo aquilo que eles fazem, pronto e eu acho que isso também condiciona muito trabalho depois que é feito, porque não passa informação, elas passam nos muito pouca informação. E eu acho que até para nós que trabalhamos chega pouca informação, para a Comunidade chega zero.

E depois tu não percebes se elas não querem, se elas não podem ficar sempre ficadas muito na dúvida, não? Porque há uma data de regras e consigo entender, não é? Mas calma tipo, porque há este secretismo todo? Porque realmente quando eles nos chegam cá fora e nos contam coisas, tu não queres acreditar, mas quando tens um que te diz, outro que te diz, não se conhecem de nenhum EP, pois tu vês que aquilo é uma coisa transversal, pá, se calhar, há muita coisa que está mal, não é?



4. O que considera essencial trabalhar com as comunidades para diminuir a população prisional? Com a sua experiência, de que forma a comunidade poderia participar na reintegração destas pessoas?

Olha, eu acho que as pessoas nem pensam nisso. Acho que imagina se tu pensares nas pessoas que lidamos que não têm contato desta realidade, as pessoas nem pensam nisso porque à partida nós lidamos com a nossa família ou com os nossos amigos que têm um percurso normativo. Não é, então aquela realidade, tu não conheces, logo, não conheces, não pensas nela, a não ser que sejas uma pessoa que te obriga a pensar naquilo que acontece à tua volta, porque senão não te obrigares. Não pensas nela. Por isso, eu acho que as pessoas nem têm noção, ou seja, existe prisões, as prisões são para meter lá dentro quem cometer um crime. E depois quando pensas, é sempre pela castração que “*é como é? Que eles têm televisão na cela, como é que eles têm a PlayStation na cela? Como é que eles têm direito a ter não sei o quê e não sei que mais nós andamos aqui a trabalhar e andamos aqui a pagar os impostos para eles*”. Porque as pessoas não fazem ideia do que poderá ser viver num sítio daqueles, independentemente do crime, não estamos a falar disso porque senão seria outra conversa, não é? Mas as pessoas não fazem ideia e não fazem ideia de outra coisa que é, se nós formos pensar na vida, que 90% deles lá teve, tinham tudo para ir para lá dentro e se nós tivéssemos a mesma vida que aquelas pessoas, provavelmente teríamos acontecido o mesmo a nós.

JR:

5. Qual a sua opinião sobre a justiça restaurativa? Acha que poderia ser uma forma positiva para trabalhar a reinserção dos reclusos e, conseqüentemente minimizar a reincidência?

Olha, eu sei que confiar já teve e apresenta aquele objetivo que é de voltar a ter círculos restaurativos. Eu ainda não tenho muita opinião sobre isso para já, porque há pouca informação sobre o assunto pronto e eu e quando eu estava, ou seja, desde que eu estou, ainda não se fez nenhum. Nós tivemos cá uma diretora que era especialista nisso, inclusive que dá aulas sobre o assunto, não é? Desde que eu cá estou ainda não houve logo eu não tenho ainda grande opinião, eu acho que é assim, tudo é interessante, é que possa ter frutos, porque não é só feita cá em Portugal e que dá e tem resultados positivos por isso me parece me que aquilo tem tudo para correr bem e para ser uma coisa que pode



ter influência e impacto. Agora acho que eles têm que ter também uma capacidade emocional e de empatia pelo outro, um bocadinho diferenciada que a maioria deles, não tem. Claro que não é uma coisa que podes agradar a todos.

(Claro, e quem teve vontade para tal? E era isso um bocadinho, ou seja, acha que achas que aqui as competências emocionais seria uma forma positiva de serem trabalhadas)

Sem dúvida, sem dúvida. Acho que com consegues ir buscar o melhor deles lá ao fundo, nem eles sabem muitas vezes que têm competências para ver o outro de outra forma, não é? E para o impacto daquilo que eles fizeram, o impacto possa ter no outro. Agora acho é que muitos deles não estão... até lá chegarem, demora um bocadinho, não é? Quem faz, também tem que saber fazer, porque tu tens que gerir aquilo e mediar aquilo de uma forma muito bem feita, não é? Eu Não sou eu agora que chego aqui até pode ter alguma competência e de repente vou fazer um círculo restaurativo e vou estar a mudar aquilo. Temos que perceber as capacidades que nós, técnicos também temos para fazer as coisas, não é? Mas acho que tem potencial para ser uma boa coisa e um bom projeto e tem potencial para ser um bom funcionamento de gerir coisas.

Competências Emocionais:

6. Com a sua experiência, que opinião tem sobre as competências emocionais como forma de intervenção? Acha que são valorizadas ou trabalhadas com os reclusos?

(Mas acho que tem potencial para ser uma boa coisa e um bom projeto e tem potencial para ser um bom funcionamento de gerir coisas)

7. Acha que se trabalharmos o autocontrole, a motivação e a empatia pode ajudar os reclusos no processo de reintegração na comunidade?

(Já respondido)

8. Conhece algum tipo de projeto ou programa que tenha tido como principal objetivo trabalhar a inteligência ou a regulação emocional? Acha necessário? Que tipo de efeito poderia ter, positivo como negativo?

Eu acho que não. Eu acho que não tenho conhecimento e depois o que acontece muito lá dentro, que nesta área, parece-me que eu vou vendo é que são muitos projetos



pontuais, ou seja, tu ganhas um projeto durante um ano, aplicas ao fim do ano, tu até podes deixar frutos do projeto, mas há pouca vontade de aplicar e as coisas acabam. Não há continuidade, eu acho que esse é o grande erro de tudo aquilo, imagina tu podes ter um projeto que não tem nada a ver com círculos restaurativo, podes deixar ali alguma coisa, não é que tenha a ver com competências emocionais e tu até podes chegar aos círculos restaurativos, só que já deixaste, mas tinha que ser uma coisa de continuidade. É o que eu sinto é que nos EP's, imagina, eles trabalham imenso a dança e essas coisas todas só que é um ano é dois e acabou-se.

Ou seja, eles acabam por ter uma duração limitada não se dá continuidade e depois, eles começam do zero. Depois é assim, é que isto abrange muitas vezes pessoas que já lá estão há muito tempo, não é, nem sempre abrange aqueles que estão há um ou 2 anos e eles ficam cansados, que é sempre a mesma coisa. Por exemplo, nós vemos na casa quando nós dizemos é uma entrevista, *“mais uma para que? não vai mudar nada”* ou seja eles também ficam cansados de ser um bocadinho ratos de laboratório, porque as coisas não têm continuidade, eles não vêm mudança e muitos deles procuram também coisas que lhes tragam benefícios. Porque também há esse lado? Ou seja, estas coisas não lhes dão notícias, por isso eles acabam por não ter motivação de participar.

9. Acha que alguns dos comportamentos que os reclusos têm pode estar associado a alguma lacuna na gestão das suas emoções e, conseqüentemente, nos seus comportamentos (acha que pode estar relacionado com a falta de autocontrolo e regulação emocional)?

Sim, porque se este trabalho não é feito, ou seja, eles, quando cometem crimes, quando eles roubam, assaltam, agredem alguma coisa ali falha, não é? Na parte da regulação emocional, porque tu quando vives, não sei quanto tempo a fazer mal aos outros, seja de que forma for, alguma coisa, tu tens ali, ou não tens ou não aprendeste, não é?

Não é só porque tinhas aqui alguma perturbação, algum, algo que tenha a ver com alguma questão psiquiátrica, ou seja, se não tiverem contigo na infância, porque é que tu vais ter com os outros. Se eu aprendi que gostavam de mim, os meus pais me batiam se essa era uma forma de amor que eu conhecia, porque que eu vou ser diferente, ou seja, são coisas muitas vezes que são lacunas lá de trás. Por isso, isto é só palha lá atrás, chegam



lá dentro, são atirados aos cães, não é porque, ou seja, a primeira coisa que muitas vezes que eles recebem é uma grande tarefa dos guardas, a maior parte deles quando eles entram no EPL, a primeira coisa, o bilhete de boas-vindas deles é uma tarefa.

Trabalha-se o que? Perpetuasse comportamentos, isso gera revolta, gera desânimo, gera Raiva, gera zanga, gera tristeza gera não, tudo menos bom. A base que tu tens para trabalhar já é tão frágil e lá dentro, pronto, é isto.

Como trabalhaste muito na parte do acolhimento de jovens, achas que pode falhar alguma coisa?)

Eu acho que o acolhimento falha, mesmo que seja uma casa com muito amor. Quando são acolhidas já são algumas em idade mais crescidas, essa já as lacunas do maltrato já são gigantes. E o acolhimento também não resolve por isso. Óbvio que falha. A parte da prevenção, tu tens que fazer prevenção em sítios que já tem se muitas falhas que são bairros sociais, famílias, carência das famílias já disfuncionais, que são completamente descrentes porque a sociedade as desacreditou. As pessoas desacreditaram, tu tens miúdos no bairro que não acreditam que possam ser diferentes do pai, do tio do primo, porque aquilo que elas conhecem, ir para a prisão não é assim tão mau, porque eu tenho lá o amigo, porque eu tenho lá o meu pai, porque eu tenho lá o meu tio, estou protegido. Não estamos a falar de pessoas como nós, acontece claro, mas se calhar eu pensando... se eu fizer, faço uma transferência, eu pensando numa prisão, meu Deus, eu acho que preferia, se calhar cortar os pulsos. Eu não sei se aguenta, porque as minhas vivências são muito diferentes, ou seja, é. tudo falha em volta destas pessoas e já falhamos há muito tempo.

1.3 Entrevista à Presidente da Associação Confiar

A) **Legitimação e motivação para a entrevista**

1. Em relação ao seu início de carreira, como o descreveria?

O meu percurso é muito confuso. Olha, eu licenciiei-me em direito, depois fui fazer um mestrado em direito judiciário ainda na perspectiva de trabalhar em direito, estive num escritório de advogados algum tempo a trabalhar na área de direito da família. E depois percebi que não era nada daquilo que eu queria, fui tirar mediação familiar, fui tirar algumas pós-graduações na área, nas áreas de proteção de menores, de reinserção social, de Justiça Restaurativa, pronto, comecei a encaminhar mais o meu interesse para área da revolução social, dos serviços profissionais e fui tirar um mestrado em criminologia.



Pronto, entretanto, trabalhei quase sempre em projetos na área social. Antes de vir para a Confiar, estava a trabalhar num projeto com a Comunidade, com a comunidade cigana. Depois, quando estava a tirar o mestrado em criminologia, a fiz a minha dissertação de mestrado na área da parentalidade em contexto prisional.

E pronto começou-me a interessar bastante esta área que é um bocadinho o parente pobre da ação social, é aquela que ninguém acha, não é? Não é assim um tema estritamente sexy. É muito mais apelativo a ajudar crianças, velhinhos, cãesinhos e pronto as pessoas têm um bocado aquela ideia que “o recluso está preso porque fez alguma coisa, merece, precisamos nós agora não está, está tudo bem assim”, e as pessoas não percebem sequer a importância questão da reinserção social.

Conheci a Confiar e comecei a colaborar com a Confiar é numa primeira fase só em apoio a candidatura do projeto...há cerca de 3 anos, penso eu. Então e depois assumia a coordenação executiva e este ano aceitei o desafio de assumir também a Presidência, embora o que eu gosto verdadeiramente é do trabalho terreno.

2. O que desencadeou a sua vontade em estudar e trabalhar nesta área, nomeadamente com este público?

(respondido anteriormente)

3. Como descreveria as suas funções enquanto (função) na Confiar?

Enquanto Presidente da Associação é sempre um cargo mais institucional, não é? Obriga tarefas mais institucionais, a representação da associação em determinados contextos, algumas burocracias relacionadas com essa parte da gestão da direção no fundo de uma associação. Enquanto coordenador executiva, um bocadinho de tudo, é gerir a equipa gerir cada resposta social que depois nós temos, nós temos várias respostas sociais, portanto desde do gabinete de apoio à família, à casa da transição, coordeno os projetos que estamos a desenvolver. Mas é isso, quer dizer tanto estou na reunião com a avaliadora da ação social como estou na casa de transição a ensiná-los a cozinhar, faço depois também um bocadinho, às vezes de técnica, outras vezes de psicóloga e passo quase 3 horas ao telefone com um utente tendo que está com problema qualquer ou só precisa de falar. Portanto é um bocadinho de tudo.



Compreensão da intervenção:

4. Como funciona quando um ex-recluso chega à casa de transição? Quais são as principais etapas a se fazer?

Acho que nós tentamos sempre começar esta acompanhamento quando eles ainda estão a cumprir pena no EP, pelo menos no mínimo dos mínimos 3 meses. Mas o ideal para nós é começar esta acompanhamento a 6 meses, um ano de saírem, porque aqui é importante. Primeiro, conhecê-los bem, é importante começar a traçar com ele, levantar as necessidades de que eles têm, ver os fatores de risco, os fatores de proteção a perceber um bocadinho o percurso de vida deles e começar ali a traçar este plano de apoio à reinserção social para quando eles saem, não ser tudo uma surpresa, não estarmos a fazer tudo do zero. Também para percebermos se eles têm perfil ou não para integrar a casa, porque para todos os efeitos é um t3 onde vais meter 5 pessoas que vão ter que conviver ali durante muitas horas e que têm algumas regras e pronto, e precisamos mesmo garantir. Claro que há sempre surpresa e não podemos nunca garantir a 100% que vai correr sempre tudo super bem e nós passamos diariamente várias horas com elas, todos a mediar conflitos, desde limpezas a um bife de frango que desapareceu ou uma pessoa que diz uma coisa mais alta, mas pronto fazemos esse acompanhamento, tentamos que seja assim uma transição.

Depois eles vão para a casa, nós habitualmente vamos buscá-los ao EP, a maior parte dos nossos utentes não têm suporte familiar, portanto, não tem ninguém que que os vai buscar. A primeira coisa que fazemos com eles habitualmente é ir comer a coisa que eles têm mais saudades e vamos dependendo da hora que eles saem vamos tomar o pequeno almoço, almoçar, lanchar com eles, depois levamos eles ao gabinete de apoiar a família para ajudar a conhecer o rolamento interno, para eles assinarem a declaração contratual que também tem a parte do tempo de permanência na casa. Depois vamos com eles até a casa a que pronto já está sempre preparada para os receber nós, com os outros residentes, preparamos e tentamos envolvê-los neste processo preparar o quarto, às vezes, fazer um bolinho, preparar um kit de receção com coisas, porque eles vêm sem nada, produtos de higiene e pronto damos eles a conhecer a casa e os outros residentes, tentamos pronto quebrar ali aquele aquele gelo inicial e é basicamente assim.



(É, como é que ocorre essa sinalização da é? O estabelecimento prisional entra em contato com vocês?)

Depende é assim, podem ser as técnicas de reeducação que entram em contato conosco quando elas vêm que eles estão há 6 meses de sair, que cumprem os requisitos de admissão da nossa casa, pode ser um familiar que ouviu falar de nós e pode ser o próprio utente, pois no estabelecimento prisional também há esta passa palavra e eles vão sabendo e pedem a técnica para nos contactar. Mas a mais habitualmente são as técnicas de reeducação que nos contactam.

5. Quais são as maiores dificuldades que sente tanto quando chegam, como durante o processo de reintegração?

Então, 95% dos nossos utentes, saí sem qualquer suporte financeiro, portanto, estamos a receber uma pessoa que não tem sequer dinheiro, nem para a deslocação até a nossa casa, nem para depois se deslocar em Cascais, neste caso que não tem dinheiro para renovar o cartão de cidadão, isto é outro problema, eles virem muitas vezes com documentação desatualizada e, portanto, não tem dinheiro também para a questão da alimentação, as necessidades básicas, muitos saem, não têm sapatilhas, não têm coisas básicas que precisam para o dia a dia.

A questão da inserção no mercado de trabalho é muito complicada, primeiro, porque muitos deles já estiveram presos muitos anos e depois tens ali... Nós fazemos os currículos com eles, mas na verdade há ali um espaço de tempo em que eles não têm nada para pôr e por mais que a entidade não peça o registo criminal, vai perguntar: “Desculpe, mas 2011 até 2023 onde é que trabalhou? Não trabalhou?”. Portanto, é um bocado complicado arranjar trabalho, nós, neste momento, temos só um utente que não está trabalhando, mas também entrou a menos no mês, mas já está com perspectivas de trabalhar. Nós pedimos o rendimento social da instrução, é para o tempo em que eles não conseguem arranjar trabalho, só que o rendimento social também demora 2 meses a chegar, portanto há ali 2 meses, um mês e meio, 2 meses em que realmente eles estão perdidos.

Depois há outras questões, as questões da saúde, é muito grave a questão da saúde mental e nós depois não temos acesso aos relatórios de psiquiatria porque não nos são cedidos e não temos acesso aos relatórios por parte do estabelecimento prisional e às



vezes, a percebermos que há utentes que saem com o relatório médico que aparentemente não há nenhum problema a nível psiquiátrico e depois percebemos que não é bem assim. Depois eles precisam de fazer uma consulta, precisam de ter uma consulta de psiquiatria, uma consulta de reavaliação e estas consultas demoram às vezes 4 meses. É muito complicada, e mesmo a nível de outras questões de saúde para arranjar, eles não ter médico de família, não tem um centro de saúde, tem as Batas Brancas no, no caso de Cascais, mas mais uma vez as consultas demoram meses. Portanto, esta questão da saúde é complicada.

Depois são as questões normais de comunicação, à utentes que estiveram presos muitos, muitos anos e tem mesmo dificuldade em voltar a fazer aquelas coisas que para nós são muito básicas, como irem sozinhos a serviços, eles até podem saber onde os serviços, mas eles são pessoas extremamente inseguras que não conseguem fazer isso sozinho, a maior parte dos nossos utentes, nós vamos com eles, nós acompanhamos pelo menos as 3 primeiras vezes a vamos com eles, querem serviços de saúde, quer segurança social, equipas penais, tudo eles precisam mesmo deste acompanhamento, portanto, este acompanhamento psicossocial e mesmo depois este trabalho de desenvolvimento socio emocional é muito importante com eles. Nós temos um psicólogo que também lhes dá acompanhamento a esse nível, portanto, quase todos têm no mínimo uma sessão uma vez por semana com o psicólogo, mas pronto são desafios, são pessoas que no fundo englobam todos ...trabalha-se a saúde mental, trabalha-se a questão do emprego, eles reúnem aqui há muitos fatores de risco que são potenciais de caminhos para a reincidência, é muito fácil eles reincidirem se não tiverem apoio, porque saem sem dinheiro e muitos deles saem com muitas dívidas. Também a resposta habitacional, porque estamos a falar da casa da transição, mas nós temos vaga para 5 pessoas, o problema são os outros todos e já era complicado, neste momento esta cada vez mais complicado, é uma questão dramática, não há respostas habitacional.

6. Quando intervém junto dos ex-reclusos, quais são objetivos que pretende alcançar? Quais os pontos chave que priorizam na intervenção?
7. Que tipo de atividades são realizadas com os reclusos, em que consistem? São atividades em que a comunidade pode participar ou que tem algum tipo de papel?

É assim, não temos neste momento. Não há propriamente muita abertura, alias eles têm muita resistência a dizer mesmo nos sítios onde trabalham que já



tiveram presos, porque eles sentem muito esse estigma. Por exemplo, nós falamos sobre isso na altura e eles nunca querem, tem muita resistência em dar entrevistas, por exemplo, porque tem muito medo de serem reconhecidos e a maior parte deles diz: *“Porque eu até pensei que tinha acabado de fazer um amigo, mas mal ele soube que eu estava preso nunca mais falou comigo e nunca mais me respondeu”*.

Não há assim e não temos nenhum, tirando no bairro. No bairro nós vamos fazendo projetos e mais até na área da prevenção, na intervenção concreta, com os reclusos, não há propriamente esta esta ligação com a Comunidade, tenta-se é fazer um trabalho de sensibilização da Comunidade para este público e para esta problemática, mas não há nenhum, neste momento, nenhuma articulação direta com os ex-reclusos com quem trabalhamos e com a Comunidade em geral.

8. O que sentem que falha enquanto o recluso estava na prisão?

(respondido anteriormente)

Perceções sobre o papel da Comunidade:

9. Quais as intervenções que conhece importante desenvolver na comunidade para ajudar na (re)integração dos reclusos?

10. Que papel desempenham, para si, os estabelecimentos prisionais na comunidade?

É assim, supostamente deveríamos ter neste momento, nós uma legislação ótima, muito bem feito a esse nível, mas em termos de aplicação prática honestamente e pelo feedback, quase todos os nossos utentes ela não existe, continua a ser um sistema extremamente punitivo a que dedica pouquíssimo investimento á questão da reinserção. E tu vês, por exemplo, tu tens um técnico de reinserção, às vezes para 200 reclusos, eles não conseguem, eles não têm como, os nossos utentes dizem: “Bem, eu estive lá 6 anos, eu vi a minha técnica 3 vezes”, isto é impossível, mas a culpa também não dos técnicos, é impossível de tu fazer um bom trabalho e eu vejo, que é um público muito complicado e tu tens de andar ali quase com eles ao colo , porque se eu disser agora a um utente meu, “agora tens uma consulta de adição” ele diz-me “está bem” ele não vai lá, se eu não for a primeira, segunda, terceira vez com ele, ele não vai lá.



Há pouquíssimo investimento da parte dos estabelecimentos prisionais. Vê-se uma dificuldade enorme em implementar projetos de inserção nos estabelecimentos prisionais, porque há sempre aqui um... ou são as burocracias todas, porque depois não há guardas suficientes para fazer determinado acompanhamento, porque depois disso é uma telaria, porque eles têm de fazer não sei o quê. Em termos de trabalho e formação, tirando um ou outro estabelecimento prisional que até funciona bem a esse nível, a maior parte deles não funciona de todo, porque depois imagina, temos uma turma aberta, mas para isso não dá porque esta já sai daqui a um mês. E aí também não dá porque acabou de entrar e a turma já começou. O outro não dá porque é só a partir do sexto ano e ele só tinha quinto... não dá e eles saem muito frustrados, quer dizer, eles deviam estar ali. Primeiro para a ocupação do tempo, é superimportante. Eles deviam realmente estar ali a adquirir hábitos de trabalho, de estudo e saem sem nada disso. Muitas vezes até aceitam trabalhar para poderem ter, para beneficiar, por exemplo, de das saídas precárias, mas depois o próprio trabalho em se adequou à realidade cá fora, são trabalhos que no fundo que depois nada tem a ver com o que o que podem vir a desempenhar cá fora. Eles também sentem isso, portanto, acaba muito por ser trabalhos de faxina, de lavadeira, dar apoio na cozinha. E depois eles recebem muito, muito pouco para o trabalho, o que também lhes deixa extremamente frustrados e que também não devia ser assim, porque lá está, se eles saíssem de lá com algum dinheiro já não chegavam nunca fora neste desespero, nem o cartão de cidadão poder renovar.

Claro que eu também sei que a outra parte, eu sei que há muitos reclusos que não colaboram nos processos e isso também é uma realidade, eu falo com as técnicas e também percebo isso e nós também temos isso com os nossos, com alguns dos nossos utentes, mas lá está quando sentes que há um que não colabora tanto tu sabes que vais ter um trabalho, vais desenvolver um trabalho completamente diferente com ele, mas elas não têm tempo de fazer isso porque realmente são demasiados.

A nossa legislação e está ótima, ótima, está tudo, está tudo lá, está tudo perfeito. Quem for ler os nossos códigos, está tudo, está tudo absolutamente e está tudo previsto, mas depois na prática não acontece.



11. O que considera essencial trabalhar com as comunidades para diminuir a população prisional? Com a sua experiência, de que forma a comunidade poderia participar na reintegração destas pessoas?

Relação entre justiça restaurativa e reintegração

12. Qual a sua opinião sobre a justiça restaurativa? Acha que poderia ser uma forma positiva para trabalhar a reinserção dos reclusos e, conseqüentemente minimizar a reincidência?

Em Portugal é basicamente inexistente. Nós confiar tivemos, antiga coordenadora, é mesmo tem formação na área da justiça Restaurativa, dá aula aulas sobre a Justiça Restaurativa, implementou um projeto de justiça Restaurativa, chegou a ir ao estabelecimento prisional do Linhó fazer círculos restaurativos com os reclusos. Eu acho que as bases e os fundamentos da justiça Restaurativa são, são extremamente importantes. Acho que que pode funcionar muito bem com vítimas indiretas, porque nós aqui nunca, nós nunca trabalhamos com vítimas diretas, portanto é um agressor da mesma tipologia de crime, mas nunca é o agressor direito daquela vítima e há crimes em que, obviamente, é impensável fazer, mas eu acredito que que é extremamente importante começar a explorar cada vez mais a justiça Restaurativa. Posso dizer nos círculos que fizemos, primeiro quer a vítima quer o agressor tiveram a oportunidade de falar do que sentiam e depois é uma forma de os responsabilizar, porque tu tens crimes, por exemplo, vamos imaginar um crime.

Crime de furto: eu assaltei a casa de um casal que tem imenso dinheiro e o casal nem se apercebeu que eu entrei, eu entrei, roubei lhes imensa coisa e qual é o problema? Quer dizer, eles têm tanta coisa, eu não tenho nada. Qual é o problema de eu ter entrado ali e ter roubado aquilo?

E para eles não há, e depois não percebem tudo o resto, incluindo a parte do trauma daquele casal que nunca mais conseguiu dormir de noite, além das coisas que perderam, o trauma de alguém lhes terem entrado em casa. Estou a dar um exemplo simples que até foi de uma das sessões. São coisas que eles não têm consciência, portanto, depois há aqui toda uma parte de responsabilização da função da culpa, que é importante e um dos círculos restaurativos acabou com



agressor indireto e com uma vítima abraçados a chorar compulsivamente, por exemplo. Eu acho que pode ser muito importante e nós tentamos fazer também uma maneira, um bocadinho mais informal, fazemos isto na casa de saída, fazemos uma espécie de círculos restaurativos, mas estamos só nós e estão os utentes, mas para eles é muito importante e uns no início têm dificuldade, depois vão ouvindo os outros e começam a falar, *mas para eles é muito importante falar do que aconteceu*. Porque às vezes não falam de todo e ficam ali com aquela nuvem, há sempre uma nuvem que eles têm e começando a falar, não é para normalizar o que aconteceu, quer dizer o que aconteceu foi grave e eles têm que ter noção disso, mas para tirar um bocadinho isso daquele armário em que eles deixam estar, mas que no fundo os atormenta também sempre um bocadinho.

Fazemos isso também no bairro, no bairro de Alcoitão, com os com os moradores, por exemplo, com os moradores e com uma entidade da Câmara, os moradores queixam-se todos muito de uma coisa qualquer e temos os moradores queixarem-se e temos um representante no departamento da Câmara responsável por aqueles e eles depois acabam por perceber que não pode ser resolvido na altura por um motivo qualquer e há aqui uma conversa, há uma pessoa que está a mediar essa conversa, mas vai dar uma oportunidade para cada um falar. Eu acho bastante importante e acho que resulta bem, agora ainda estamos a anos luz de conseguirem implantar isso como em outros países, principalmente nos estabelecimentos prisionais, por causa desta dificuldade em entrar em se fazer alguma coisa que não seja uma atendimento e ponto final.

13. Como se pode fazer a mudança deste paradigma do sistema prisional punitivo, para um sistema mais restaurativo?

É muito complicado. Eu acho que tem que se começar primeiro pelas pessoas que trabalham diretamente com os reclusos, por exemplo, com os guardas prisionais, e tu já tens guardas que tem uma mentalidade bastante diferente, mas depois tens outros, nós conhecemo-nos, sabemos de histórias e de coisas que acontecem. Nós sabemos histórias de guardas que não agem da melhor forma com os reclusos.

Ainda há muito essa mentalidade lá está, ele está aqui porque a merece, ele está aqui, não pode ter benefícios nenhuns. Olha essa agora de virem aqui desenvolverem



uma atividade, ele está aqui e ainda vai ter direito a estar aí a jogar futebol a ver uma sessão de cinema. Depois, eu também percebo que não é fácil gerir um grupo de pessoas com características, às vezes muito complicadas, mas depois há um uso desproporcional da força. Há agressões verbais completamente desnecessárias. E o que acontece é eles saem de lá muito mais revoltados do que entraram, portanto, acho que é muito importante fazer essa sensibilização junto dos guardas prisionais, das pessoas que estão acima dos guardas, é essencial apostar em técnicos de reinserção e também sensibilizar os técnicos, porque o que eu sinto e os utentes também sentem é que nós somos todos, como é obvio e nem se pode generalizar, mas há muitos que a determinada altura ela com esta carga trabalho também já não conseguem olhar para um recluso como uma pessoa única individual e começam a aplicar tudo chapa cinco e eles “ não olham para nós, ele não vem. Eles nem sequer sabem ninguém sabe a minha história, não sabem nada”. Há, portanto, também aqui um trabalho a fazer, junto dos técnicos eu quero os técnicos de reeducação no interior do EP quer os técnicos depois que os continuam a acompanhar com a fora, nas equipas penais.

Lá dentro nós não acompanhamos o trabalho dos técnicos, o feedback que eu tenho é só dos utentes, mas cá fora nós vamos muitas vezes com os utentes, às equipas penais e estamos muitas vezes presentes nos atendimentos. E é verdade, os técnicos não conhecem... eu no lugar técnico podia ter muitos utentes, mas okay vem agora o João, então eu vou ler tudo sobre o João para que o João ao chegar eu olhar para ele como se estivesse a olhar pela primeira vez, quando na verdade já ouvi 10 vezes. E fazer perguntas porque eles sentem muito isto e depois saem e dizem: “Mas você está vendo que? O que ele me perguntou”. Quer dizer, depois não há este acompanhamento de proximidade e adequado àquela pessoa, então não resulta e mesmo os técnicos das equipas penais passam muito esta pasta e no fundo, eles vão lá estão há 5 minutos pronto a correr e não é este apoio, não há e havendo uma confiar é passar a pasta pronto.

14. Já conheceu ou esteve integrado em algum programa que tivesse esta abordagem como base?

(Respondido anteriormente)

Visão sobre as Competências Emocionais:



15. Com a sua experiência, que opinião tem sobre as competências emocionais como forma de intervenção? Acha que são valorizadas ou trabalhadas com os reclusos?

É assim, isso depende sempre muito do percurso de vida de cada um e do tempo em que estiveram em reclusão e de terem suporte familiar ou não. A maior parte estivemos a falar concretamente da casa de transição, a maior parte deles não têm suporte familiar, tiveram quase todos em casas de acolhimento e tem um deficit gigante a nível de competências socioemocionais. Quase nenhum sabe comunicar, e quando eu digo, isto é também, termos 6 pessoas a falar sobre esta caneta, esta caneta gera uma discussão brutal em 2 segundos e nenhum deles consegue deixar-te acabar de falar a deixar-me a mim acabar ... se eu digo, mas olha, mas repara que esta caneta tem uma tampa, “então está-me a dizer que as canetas têm três tampas” ... não tem uma, não, não tem isso, tem 3 e depois pronto”. Eu sei que há dificuldades de interpretação, de respeito, de dialogar, muitos deles criaram, como forma de proteção esta questão, não olhar nos olhos enquanto estiveram a cumprir pena e têm uma dificuldade enorme em olhar nos olhos. É uma coisa super simples, mas que tu reparas logo e têm muitas lacunas que eles assumem, que lhes dificultam muito a relação com os outros e depois mesmo no trabalho. Depois têm ali um grau de paciência abaixo e estão quase todos assim, com o copo cheio em que qualquer coisa faz transbordar pronto e nós vamos trabalhando isso e vamos esvaziando aquele copo para aquilo, mas eles chegam quase todos com muita dificuldade e muita desconfiança.

Mas isso é transversal a quase todos, todos muito manipuladores, porque no fundo acabou por ser dentro do estabelecimento prisional uma forma de sobrevivência e antes do estabelecimento prisional, quase um modo de viver e pronto era a maneira que eles tinham de ir conseguindo as suas coisas prontas e chegam cá fora e nós vamos tentando desconstruir, isto tudo. E esta questão da confiança na outra pessoa é essencial mesmo, por exemplo, para nós conseguimos fazer o nosso, confiarem em nós, perceberem que nós não queremos nada, nós estamos aqui para ajudar, mas essa parte é trabalhada zero no interior dos estabelecimentos prisionais.

16. Acha que se trabalharmos o autocontrole, a motivação e a empatia pode ajudar os reclusos no processo de reintegração na comunidade?



17. Conhece algum tipo de projeto ou programa que tenha tido como principal objetivo trabalhar a inteligência ou a regulação emocional? Acha necessário? Que tipo de efeito poderia ter, positivo como negativo?

Outro problema é que se não há. E por mais que tu queiras depois desenvolver programas lá, o Estado não faz e tu queres fazer, mas tu para conseguir implementar um projeto estás quase 6 meses a pedir autorização, aí este e a ver uma data e essa data não dá para as pessoas e é muito complicado.

E depois tens outro problema, a menos que estejas num estabelecimento prisional, tipo Carregueira ou a menos que eles tenham penas muito longas e estás a trabalhar com um grupo em que tu sabes que têm penas muito longas. Tens essa questão de a duração das penas estarem sempre a entrar e a sair e entrar a ser, portanto, é muito difícil tu teres o mesmo grupo durante um ano. Portanto, começaste a trabalhar estas competências com este grupo de 10, mas entretanto 5 ficaram a meio porque já saíram. Entretanto, entraram 2, mas já isto já vai a meio, portanto, já não apanharam os primeiros módulos, é complicado.

18. Acha que alguns dos comportamentos que os reclusos têm pode estar associado a alguma lacuna na gestão das suas emoções e, conseqüentemente, nos seus comportamentos (acha que pode estar relacionado com a falta de autocontrolo e regulação emocional)?

O desenvolvimento de competências emocionais é fundamental porque é mesmo uma lacuna enorme e lá está para começar lá dentro e que tenham continuidade depois cá fora, mas para começar lá dentro, acho que é importante. Porque eles próprios reconhecem, nós estamos nas reuniões e a certa altura eu digo “pessoal, vamos parar 1 segundo qual de vocês acha que consegue comunicar? Quem é que precisava de deste? E depois começam todos..., eles precisam mesmo, precisam disto e precisam muito também de analisar a ouvir os percursos de vida deles e perceber, OK, tiveram aquele percurso e muitos deles foi péssimo e foi, mas tem de perceber que há todo um futuro.

2. Entrevista aos ex-reclusos da Casa de Transição da Associação Confiar

2.1. Entrevistado A

Características Pessoais:

1. Como o posso tratar? (nome, apelido)



(Informação Ocultada)

2. Há quanto tempo saiu em liberdade?

Saí dia 27 de janeiro. Já há 3 meses e 2 semanas.

3. Está na Confiar há quanto tempo? Como veio para aqui?

Estou na Confiar há 2 meses.

4. E como é que descobriu a confiar?

A mim foi da reintegração social que eu quando fui a Tribunal, era para ir a tribunal por causa do cúmulo jurídico, acho eu, e eles disseram para mim, “onde é que eu ia quando saísse?” E eu disse, olha, “não tem sítio para onde ir, mas eu vou me desenrascar que eu conheço aí alguns sítios”. E ela virou-se para e disse que conhecia uma boa associação que é aqui em Cascais, que elas não queriam que eu fosse para Lisboa.

Também já tive consumo de drogas e andava. Pronto, eles vêm lá os processos, não é? E ela disse, a gente preferia que tu ficasses mais longe de Lisboa para não te meteres em problemas e foi assim.

5. Quanto tempo esteve preso?

Dois anos e meio,

6. Enquanto estava lá dentro, o que fazia? Como ocupava o seu tempo?

Eu tive na EPL 2 meses, não é logo em 2020, dia 8 de setembro a 1 de novembro tive na EPL, depois em novembro fui logo para o EP de Sintra. Esses 2 meses, primeiro estive um mês sempre fechado por causada quarentena, depois o outro mês foi tipo, não fazia nada pronto, estava dentro da ala, abriam a gente às 8 da manhã, fechavam a gente às 19h, não fazia nada.

Depois dia um fui para Sintra, estive de um de setembro até..., depois tive 2021 todo naquela aula, até 2022. Estive um ano certinho naquela Ala, depois foi um ano, de 1 de setembro a 1 de setembro de 2022 estive sempre o mesmo regime que éramos abertos às 8 da manhã, fechados a às 11h7 11:30h. Depois na outra semana mudava, a gente aberta à tarde, que era das 14h da tarde, fechados às 16h e depois fui tirar o curso de jardinagem, passado um ano. Depois em novembro fui para aula B, estava na A, fui para B, já é regime



aberto, estamos abertos às 8 da manhã, e somos fechados às 19 da tarde. Pronto aí já dava para, mas pronto fui, fui para o Porto, estava ocupado. Aos fins de semana jogávamos à bola, nada de especial. Na cadeira não se faz nada.

Reclusão:

2. Que recordações tem da sua infância e adolescência? Como era a sua relação com os amigos, familiares, irmãos?

Jogava à bola, só. Eu lembro-me que brincava com carrinhos tipo na areia ou eu ia à praia, fazia tipo castelos.

3. Relativamente à sua infância ou adolescência, existem episódios que tenham marcado o seu crescimento (seja a nível familiar, amigos, escola, trabalho), que podem ter contribuído para a sua personalidade?

Não me lembro assim nenhum. Lembro de ter salvado um amigo meu para não cair num poço. Lembro-me, por exemplo, ter visto uma rapariga nua quando era pequenino na casa de banho e empurraram me lá para dentro uma cena assim.

Lembro-me, por exemplo, quando a gente estava na creche, dormíamos à tarde, eu dormia dentro de uma tenda.

(Essas memórias boas- Entrevistador)

4. Sente que pode ter havido acontecimentos ou mudanças marcantes, que condicionaram ou interferiram de algum modo com a sua vida?

Uma Memória que marcou raparigas, por exemplo. Coisas fiz com elas ou assim, não tenho assim grandes memórias, pronto.

5. Descreva-nos como sentiu quando foi preso e como lidou com a situação de ser preso (teve algum tipo de apoio).

Olha, eu sou sincero quando entrei, não pensei em nada.

(Nada nem sentiu nada, ficou um vazio nessa altura?)

Nada, nem vazio nada. Fui preso pronto...

6. Em relação à sua adaptação ao meio prisional, como o descreve (o que sentiu mais falta, o que lhe incomodava...)



Quando entrei, já estive presos 3 vezes.

Mas falando desta maior, já estava habituado, já sabia o que é que se ia passar. Eu não senti nada também porque sabia que era só 2 meses e meio, a segunda estava tranquilo, vai passar, não tem problema nenhum, Carlos, isto é só para cumprir os 2 meses e meio. Está tranquilo. Não pensava, vou sair e pronto.

Sei que dia 31 de setembro a outubro faço anos, lá está, outubro, novembro, saí em setembro, se deve sair dia 31 de setembro. É pá, isto não tem problema nenhum, até vou passar na minha primeira casa, na minha segunda casa, estive 6 meses. Termina, pensei em nada para a estação 6 meses. Vou lá boca estava.

A segunda já para um bocadinho mais pesada, mas eu também pensei assim. Eu, como estava a consumir-me a cocaína, pensei assim para mim, isto agora vai ser a minha cura, eu nas 2 prisões que tive, as 2 vezes que entrei sempre consumi, sempre saí e era igual. Parece que nem tinha ficado preso aqueles 6 meses e 2 meses, passou assim. Saí, continuei a minha vida, estava tudo igual.

(Teve alguma ajuda com os consumos?)

Lá dentro não, não substituíram por nada.

Se falei com a psicóloga? Falei nada, a psicóloga tem 30 ou 40 para atender, fico 15 minutos e vou embora. Nem tinha muita vontade de falar com ela.

7. Com a experiência de ter estado dentro da prisão, quais para si são os aspetos positivos e negativos das prisões?

Eu acho que deviam ajudar quem não tem, por exemplo, além das cadeias, há muitos têm, por exemplo ajuda de família. Eu por exemplo, passei por isso, eu não tinha ninguém que me pusesse dinheiro no cartão, por exemplo, devia-se dar prioridade a essas pessoas, dar trabalho a esses todos, para terem dinheiro no cartão, para poderem comprar as coisas. Porque quem não tem é obrigado a fazer certas coisas, a fazer tipo favores as outras, a esconder droga, a vender droga.

Por exemplo, eu estava no curso, estava a receber e também tive sorte, também colegas meus de cela que tinham dinheiro e davam-me tudo. Não fazia nada, nem faço coisas dessas.



Por exemplo, eles também contam isso para mais para o juiz também. Mas o juiz também se souber quem tem familiares e pode ter ajuda e sabe que não está a trabalhar e por essas pessoas que não têm e acho que aí vai ser um bom relatório.

Há pessoas que saem, por exemplo, quem vai para o RAVI, e já recebe, claro, mas, por exemplo, quem não tem ajuda já é muito difícil ir para o RAVI. Eu meti 6 ou 7 precárias e não fui e se eu tivesse alguém podia ter ido.

8. Que tipo de apoios que foram fornecidos na prisão que o auxiliaram na reintegração?

Foi só na Confiar, os documentos eu já tinha feito em 2020, a Santa Casa tinha estado a fazer.

Reintegração:

9. Dentro da prisão, como descreve o seu processo de preparação para a saída? (tinha conhecimento dos objetivos, preparava esse processo com a ajuda dos técnicos)

Foi só na Confiar, os documentos eu já tinha feito em 2020, a Santa Casa tinha estado a fazer.

10. Na prisão, encontrava-se envolvido em algum programa ou atividade que contribuía para a sua reintegração? Quais?

Só na Jardinagem.

11. Conheceu ou participou em algum programa ou atividade que o ajudasse a trabalhar o seu emocional, como a identificação do que está a sentir, como lidar com isso, como trabalhar o autocontrolo, os impulsos?

Não fazem nada disso.

12. Ter a consciência do que a outra parte sentiu, poderia ter algum impacto na sua reintegração?

Dá para mentalizar o ladrão para não o fazer. E a pessoa, por exemplo, pode ter ficado a perder muito, por exemplo, aí a contar a vida dela. Eu trabalhei muito, contar a vida dela ou dele. Eu trabalhei muito para aquilo e tu fizeste, fizeste isso?



13. Se agora voltássemos ao momento em que aconteceu o crime, o seu comportamento seria diferente? Como acha que iria reagir?

Fazia, não tocava na droga, o meu problema foi só esse.

14. No seu ponto de vista, o que acha que leva as pessoas a reincidir novamente no crime?

A falta de apoios, muitos estão lá dentro que então alguns, por exemplo, o rapaz estava preso comigo lá na mesma cela que eu estive preso já 5 ou 6 vezes, estive sempre agarrado à droga, nunca saiu daquilo. Normalmente, quem volta é mais droga e é os traficantes, continuam a vender, a vender. Por exemplo, roubar já pode acontecer uma pessoa sair até para roubar a gente para ser apanhados, não precisa de ser uma pessoa que precisa de dinheiro às vezes, a gente vê coisas e na rua que são boas e ninguém está a ver, vamos roubar e somos apanhados e não tem nenhum motivo para o fazer, têm sabe que aquilo é valioso e é apanhado e vai preso. Também, mas aí já depende de cada situação.

15. Agora, se pudesse fazer algo, o que seria? (o que é fundamental trabalhar lá dentro com os reclusos para os ajudar na saída)

Era só isso que eu disse, acho que vou mudar o horário, mas o horário também vem de cada prisão também.

Era sobretudo o apoio a pessoas que não têm família, a darem prioridade a essas pessoas, havia muita coisa para mudar, por exemplo, os cartões que carregam. Podia ser por semana, por exemplo. Mudarem a comida para ser melhor. A educadoras, não ser uma educadora para 100 reclusos.

Perspetivas de Futuro:

16. Como era a sua vida fora do estabelecimento prisional, como é agora, quais são os seus objetivos futuros?

Estou à espera agora, eu tenho aí um problema das dívidas, tenho já fiz a cena pá pronto eu estava preso, tive o meu problema é que tive muito processo que fui condenado à revalia, não é? Não fui chamado para tribunal, alguns era e outros não e depois deu problema por causa dos pagamentos, estavam a dizer que isso se paga preso, aquilo não se paga preso, aquilo vai para as penhoras, o que se paga preso é uma multa penal. É uma multa penal, eu vou ao Tribunal, pouco me deram dos 300



EUR de multa penal, dá sempre prisão, ou seja, não pago. Eu já tive muitas e ponha agora lá dentro e essas multas são diferentes. Isso até não é multa, é um pagamento, porque o que eu estou a pagar e custas de tribunal estou a pagar custas dos processos é diferente de multa penal para penal a chegar ou dar-me 6 meses de prisão, dá-me 1000 euros para pagar e se não, não pago 1000 eur muda para a prisão subsidiária o juiz depois decide e fica para 5, 6 eur 7 eur 10 eur por dia.

Já mandei as cartas, mas eu fui à segurança social, está a demorar muito tempo, mas essas coisas deviam ter dito lá dentro, claro. Ou recebido umas cartas ou ...nunca imaginei que ia sair e ficar a dever quase 10000 euros.

O que é que eu vou fazer a minha vida agora que eu trabalhar começa a tirar então aí vou estar a trabalhar para pagar uma coisa e vou ficar sem dinheiro. Essas coisas dão para resolver e é assim eu não estar a trabalhar.

Porque para pagar essas coisas das custas do Tribunal, Se Eu estou a trabalhar, porque é que eles vão fazer, não tirar tudo, mas a tiram me tiram 1/3, por exemplo, 1/3 ainda é aquela, imagine se me tiram tudo e eu já não vou trabalhar mais, vou estar a trabalhar assim e por isso temos de trabalhar e tento arranjar um trabalho que não seja a contrato para resolver esse problema. Quando está tudo pago resolvido que aquilo dá para pagar com os até a segurança social, dá para pagar agora, se calhar já não vai pagar tudo, trabalhar.

Vou ficar aqui 20 anos a pagar aquilo? E uma coisa que estive preso, estive preso ainda, paguei lá dentro e vou ter que estar a trabalhar a minha vida inteira para pagar aquilo? O problema isso é, é do Estado, esse problema e acho que isso o Estado sempre que via que as pessoas estão presas. Eu acho que quem está preso, ninguém devia pagar essas coisas para os seus. Só por cima está preso.

Aquilo é vitalício, alternativa, não, mas isso há subsídio para isso. Eles com social e que não sabia, então podia ter feito. Hoje é o prazo constitucional, perguntei lá se passar perguntar quanto é que estava a demorar os apoios das custas de tribunal e disse, estava a demorar 4 a 5 meses.

Não da gosto nenhum estar a trabalhar e ficar meses e meses a fio sem ordenado, ia viver o do que.



17. Existe algo que gostaria de acrescentar?

Não, está tudo, obrigada

2.2. Entrevistado B

Características Pessoais:

1. Como o posso tratar? (nome, apelido)

(Informação Ocultada)

2. Há quanto tempo saiu em liberdade?

Um ano e dois meses.

3. Está na Confiar há quanto tempo? Como veio para aqui?

7 meses, mais ao menos, foi através da Técnica de IRS

4. Quanto tempo esteve preso?

5. Enquanto estava lá dentro, o que fazia? Como ocupava o seu tempo?

Estudei e Trabalhei

Reclusão:

6. Que recordações tem da sua infância e adolescência? Como era a sua relação com os amigos, familiares, irmãos?

O melhor da minha infância foi ir à Disney.

7. Relativamente à sua infância ou adolescência, existem episódios que tenham marcado o seu crescimento (seja a nível familiar, amigos, escola, trabalho), que podem ter contribuído para a sua personalidade?

Não, acho que não.

8. Como se caracteriza, a nível da personalidade?

Até conhecer as pessoas, não sou muito extrovertido.

9. Descreva-nos como sentiu quando foi preso e como lidou com a situação de ser preso (teve algum tipo de apoio).

Senti-me mal, como é óbvio.



10. Em relação à sua adaptação ao meio prisional, como o descreve (o que sentiu mais falta, o que lhe incomodava...)

Apoio? você é mandado para dentro, então chega dentro, mando-lhe escolher uma cela. Não há mais nada. Passado um mês é que a educadora vai falar contigo, vão fazer a tua ficha, passado um mês. Ou não te chama, se não for preciso, não te chama. Só se quiseres pedir para te chamar e demora 2 a 3 meses para te chamar.

Eu tive 9 anos e todos os anos ir ao júízo 9 anos. Só me chamava uma vez por ano para fazer um relatório para uma pena para o juiz e o relatório, tenho ali as cópias, são 9 relatórios iguais, só muda a data.

Pá isso, eu fazia pedidos para falar de visitas a isso. Isso, ela tinha que me chamar. Se não me chamasse estava sempre a fazer pedidos até me chamar.

11. Com a experiência de ter estado dentro da prisão, quais para si são os aspetos positivos e negativos das prisões?

Questão de saúde, vou já adiantar também, não valem nada. Bem, bem, pode fazer pedidos para o seu médico. Aquela única coisa, o psicólogo e o psiquiatra chama-te uma vez passa a medicação, se não gostares da medicação, vais trocar a dose. Não há enfermeiros à noite, se acontecer alguma coisa, morre ali dentro, que é mesmo assim mesmo. Bem pode bater na porta de ninguém lá vai. guardas. Os guardas só vão de manhã demais para abrir a porta. Aconteceu alguma coisa? Não, ninguém vai ver, bem podem bater nas portas.

Também não é tudo negativo, tirei dois cursos lá dentro, que não é mau. Tirei serralharia e pastelaria, que faltam dois módulos ainda da escola.

12. Que aprendizagens conseguiu retirar do tempo em que esteve em reclusão?

13. Que tipo de apoios que foram fornecidos na prisão que o auxiliaram na reintegração?

Nenhum e a escola só fui para não estar fechado lá dentro, se não também não ia. De resto não há atividade lá dentro, não há nada.

(não há projetos?)



Há no linho, porque é a única cadeia que tem projetos, pois é a cadeia piloto. Porque o resto não. As outras cadeias não têm projetos. Tem um projeto por ano.

Reintegração:

14. Dentro da prisão, como descreve o seu processo de preparação para a saída? (tinha conhecimento dos objetivos, preparava esse processo com a ajuda dos técnicos)

Lá dentro também, não, nunca me chamaram perguntar nada. Só me chamaram para perguntar se aceitava a liberdade condicional, aceito, pode ir embora.

15. Na prisão, encontrava-se envolvido em algum programa ou atividade que contribuía para a sua reintegração? Quais?

Aquilo é assim, quem não está ocupado fica 20 horas fechado. Quem está ocupado fica aberto, fica lá dentro, mas ainda está na escola, também está na escola, está a trabalhar, de resto, se não estava também fechado.

16. Sentia-se motivado a participar nos programas e atividades disponibilizados pela prisão?

Estar ocupado para não estar fechado.

17. Dentro da prisão, teve algum tipo de ajuda a nível emocional, ou seja, sobre o que estava a sentir e como poderia gerir e agir nessa situação? (Se sim, exemplos)

Não há nada, não há psicólogos, não há psiquiatras. Eu só ia à psicóloga quando eu fazia pedido

18. Conheceu ou participou em algum programa ou atividade que o ajudasse a trabalhar o seu emocional, como a identificação do que está a sentir, como lidar com isso, como trabalhar o autocontrolo, os impulsos?

Na perspetiva de ver as coisas havia de haver mais empresas a trabalhar lá dentro, têm armazéns fechados, tem aquilo tudo fechado. Devia haver mais cursos e isso, do centro de emprego, devia de haver cursos de informática, estão um bocadinho desatualizados com o mercado de trabalho. Tipo Cozinha e isso, devia de haver, mas não há, só serralharia, carpintaria essas coisas básicas.



19. Relativamente à saída, sentia-se preparado para enfrentar esse momento? (Já sabia todos os passos que tinha que dar, sentia-se bem preparado dentro da prisão)

Eu já sabia desde o primeiro dia, mas acho que preparado ninguém está para sair depois, mas eu nunca precisei de ajuda.

20. Quais foram as dificuldades que sentiu cá fora?

Sai da cadeia, não tem passe, não tem BI. Não tem documento nenhum. Como é que vai para fazer para tratar de algum documento? Como é? Como é que faz? Não consegue se não tem bi?

Só fiz o BI passado um mês e tal, um mês e meio. Depois é a questão da morada, a gente nem devia de sair do lá sem uma morada. Depois, os documentos não têm para onde enviar.

21. Em relação à comunidade, sente/sentiu algum tipo de discriminação? (o que sentiu, o que lhe incomodou, o que fez para enfrentar essa situação)

A minha, não. Até pensava que ia custar mais, mas a mim não me custou.

22. Alguma vez sentiu a necessidade de estar frente a frente com a vítima do crime que cometeu? (Dar algum tipo de explicação, fazer um pedido de desculpas)

Eu participar não participo

23. Ter a consciência do que a outra parte sentiu, poderia ter algum impacto na sua reintegração?

Não, eu vou dizer a verdade, eu neste momento, não estou preparado para isso ainda, no momento não estou, não faço.

24. Se agora voltássemos ao momento em que aconteceu o crime, o seu comportamento seria diferente? Como acha que iria reagir?

Não tinha feito o mesmo. Claro, claro, não fazia o mesmo. Mas faria diferente

25. O que acha que deveria ser melhorado nas prisões, para ajudar os reclusos na reintegração (tanto a nível de oportunidades de trabalho, da educação, sessões com as técnicas)

Visitas, educação, a comida e era a saúde



(fala sobre as visitas, o que acha que devia mudar)

1 h à quarta-feira e 1 hora ao fim ao sábado ao domingo, as pessoas não têm que ter só disponibilidade à quarta-feira, as pessoas trabalham.

Se eles quisessem dar duas vezes durante a semana, duas vezes durante a semana toda, se à guardas para a semana toda menos ao fim de semana, porque que eles metem as visitas só ao fim de semana devia ser durante a semana qualquer pessoa, só podia ter 2 horas. Escolhe os dias.

A saúde, haver mais desporto lá dentro, que também não há, quando eu fui para lá, havia uma professora de educação física, mas depois foi-se embora, não há.

Acabaram com tudo, inter cadeias, não há

26. No seu ponto de vista, o que acha que leva as pessoas a reincidir novamente no crime?

Ou gostaram daquilo ou são burros. Quem quiser trabalhar trabalha, nem que seja na obra. Eu se quisesse ter dinheiro, sabia onde ter dinheiro, podia estar cheio de dinheiro agora, não estou, não quero ir preso.

Perspetivas de Futuro:

27. Como era a sua vida fora do estabelecimento prisional, como é agora, quais são os seus objetivos futuros?

Casa, carro, depois logo se vê, não posso pedir muito.

28. Em relação ao que me disse anteriormente, sobre as suas relações, acha que vai continuar a ter as mesmas relações que tinha? Acha que se encaixa no mesmo grupo de amigos que tinha? Acha que os outros o vão receber como antes?

Não

29. Existe algo que gostaria de acrescentar?

Eu posso dizer, podem fazer os estudos se quiserem. Não vale a pena. Já a mim já me fizeram isso uma data de vezes. Essas perguntas já foram feitas numa data de vez em 15 anos e até hoje não mudou nada, está tudo igual, ainda pior.

Eu entrei em 2006. Em 2006 havia mais coisas do que agora. Cada vez há menos.



Se um diretor de guardas de uma cadeia, manda mais que um diretor. Está tudo explicado, não é preciso explicar muita coisa. Um diretor, queria fazer atividades de desporto o chefe de cadeia disse, não tenho homens para por aí que seja segurança. Não, não há nada para ninguém. Para atividades tipo aulas de Yoga Jiu Jitsu também disse que não tinha guardas também. Acabou com isso tudo... “Estão bem fechados”

(Sente que há pouca vontade?)

Eles dizem que têm falta de guardas. Então, não sei se as guardas gente dá em cada ala seis, seis. Depois estão seis encostados a um muro lá fora. Como é que eles dizem que têm guardas, só quando à confusão, e a sirene toca é que vão lá dentro e mesmo assim só vão uns 10. O sistema está montado já para aquilo, não conseguem mudar. Bem, podem tentar o que quiser, não conseguir mudar aquilo. Bem podem entrar diretor novo de direção geral, bem, podem entrar. Sim, vem, pode entrar outro novo vem podem entrar. Não vale a pena.

Eu vou dizer agora aqui. Eu pedi um comprimido, porque eu tive há 15 anos, a partir dos 13 anos, eu acordava mesmo turno da noite. Eu pedi uma coisa para sono, foram me dar um comprimido, que eu não sabia que estava a tomar aquilo, foi um cumprimento da esquizofrenia. Para quê? Eu não sou esquizofrênico. Eu fui ao psicólogo, disse que não podia passar essa medicação, mas vou ao psiquiatra do psiquiatra ele e disse “não quer nada mais forte?”, que é para te deixar de lado para não arranjares problemas para eles. Mais de 80% da população tomou medicação.

2.3 Entrevistado C

Características Pessoais:

1. Como o posso tratar? (nome, apelido)

(Informação Ocultada)

2. Há quanto tempo saiu em liberdade?
3 meses, por aí.
3. Está na Confiar há quanto tempo? Como veio para aqui?

Não, conheci na cadeia, com a ajuda das técnicas.

4. Quanto tempo esteve preso?



4 anos e seis meses. Estive no Linhó, estive em Sintra e estive em Caxias. Quando entrei estive em Caxias, depois fui para Sintra, depois andei à porrada com o Guarda, fui transferir para o Linhó.

5. Enquanto estava lá dentro, o que fazia? Como ocupava o seu tempo?

Estive a trabalhar na cozinha e num pátio. Foi só em Sintra que estive a trabalhar, no Linhó tive 5 meses só.

Reclusão:

6. Que recordações tem da sua infância e adolescência? Como era a sua relação com os amigos, familiares, irmãos?

Não, não quero.

7. Como se caracteriza, a nível da personalidade?

(Como é que se? Define extrovertido, introvertido se tivesse. Que escolher um. Diria que é mais falador ou menos falador.)

- Depende da pessoa com quem estiver a falar. Sou um gajo tranquilo. Não sou muito falador, nem sou pouco falador, fala do que tiver que falar?

8. Descreva-nos como sentiu quando foi preso e como lidou com a situação de ser preso (teve algum tipo de apoio).

Tem que ser tem que ser, não é? Já que fiz porcaria, agora tenho que pagar, já que fiz já cometi os meus, tenho que pagar por eles. Foi isso que eu pensei.

9. Em relação à sua adaptação ao meio prisional, como o descreve (o que sentiu mais falta, o que lhe incomodava...)

10. Com a experiência de ter estado dentro da prisão, quais para si são os aspetos positivos e negativos das prisões?

Por mim, mudavam tudo. Serviços clínicos, os próprios guardas, comida, a higiene, essas coisas todas.

(a saúde é uma coisa que temos falado muito)

Pá sim, porque você imagina é fechada às 5:30 da tarde. Imagine que lhe dá qualquer coisa na cela, eles só lhe vão abrir a porta às 7 da manhã. Nesse tempo que passou



você já morreu ou já está pior. E nem só tipo, essa pessoa que não bate bem da cabeça. Enforcam-se e não está ninguém para impedir essas situações, percebe. Porque os guardas tipo fecham, “Agora mata-te para aí, amanhã às 7 da manhã, se tiveres morto, é só mais um que morreu”.

11. Que aprendizagens conseguiu retirar do tempo em que esteve em reclusão?
12. Que tipo de apoios que foram fornecidos na prisão que o auxiliaram na reintegração?

Não tive, aquilo foi tipo do género. “Olha, agora estás preso, desenrasca te” foi mais ou menos isso que me disseram. Olha em Sintra vi, em 3 anos, que estive lá, vi minha educadora umas 2 vezes. E quando fazia pedidos para ela, ela estava sempre muito ocupada.

E aí, houve uma altura também que ela me chamava já nem preciso de si. Para quê? Agora que você se lembrou de uma coisa que eu pedi há 4 meses atrás, minha Senhora, com licença, não preciso de si. Para mais nada. Foi isso que? Eu, disse ela e disse mesmo, não precisa me chamar mais. Por que falar consigo ou não falar, para isso falo com a Parede. Basicamente, é isso. Agora no Linhó tipo ela era atenta e tranquilo, mas eu não gostava dela porque era snob e eu não curto esse tipo de gente. Por isso também, caguei um bocado nela. Pucó preocupada com a gente, estava mais preocupada em fazer o trabalho dela e o trabalho dela ficar bem.

Eu acho que toda a gente não estão preocupados, eu acho que eles só estão para garantir o ordenado ao final do mês.

Reintegração:

13. Dentro da prisão, como descreve o seu processo de preparação para a saída? (tinha conhecimento dos objetivos, preparava esse processo com a ajuda dos técnicos)

Não ajudaram na preparação da saída, nem a mim nem a ninguém. Eu sabia quando é que era o meu dia da saída, no dia que eu ia sair arrumei as minhas coisas e caso não me tirassem, eu ia fazer escândalo. Mas pronto está tudo bem? Fui avisado sim, eu quando recebi tipo, a minha sentença dizia lá que no dia 28 de dezembro ia sair, era o final da minha pena. Por isso eu pensei pronto, se não sair antes nesse dia, vou ter que sair de certeza.



(houve algum trabalho com as técnicas?)

- Que técnicas só se for as de confiar, porque na cana não há nada. Não, você quer fazer o BI? Está bem. Então a gente vai fazer o BI. Mas é quando você sair em liberdade, é que fazem BI.

Eu também desisti de ir à psicóloga, porque eu em 2 anos que estive lá, apanhei umas 6 psicóloga, gente, eu vou estar a partilhar a minha vida com 6 pessoas diferentes. Não, obrigado, a psiquiatra é que era sempre a mesma. Mas a psiquiatra encheu-me de compridos basicamente. Ela perguntou-me e eu disse, eu sou uma pessoa um bocado agressiva, não tolero certas coisas e faltas de respeito, humilhações e isso eu não tolero. E pronto e não gosto de ver injustiças, essas coisas são coisas que mexem comigo, que ela disse a então, tens que tomar qualquer coisa para te acalmares e espetou me com Iaspans, uma injeção de Largatill. E eu nem sabia o que estava a tomar, só sei que fiquei tipo Zombie.

E agora, como eu tenho a ajuda do meu pai, nós vamos falar com o meu pai para ele me pagar, tipo, mesmo uma ida ao psiquiatra como deve ser. Porque há mesmo certas cenas em mim que eu não percebo porquê que às vezes tenho essas reações e quero melhorar, não é? Quero melhorar, porque qualquer dia mato alguém.

14. Com a sua experiência, acha que as competências emocionais podem contribuir de forma positiva para o seu processo de reintegração? (autoconsciência, gestão emocional, motivação, relacionamentos, empatia: emoções do outro)

Às vezes esse pessoal está só frustrado, precisa de alguém para desabafar, percebe. Porque quanto mais tempo você canaliza e acumula, se a má energia. Quando você chegar cá fora, vai querer descarregar na primeira pessoa que aparecer é a Raiva do guarda que disse, ISTO é Raiva da doutora que não deixou fazer aquilo, é a Raiva da médica que existe e o outro não aconteceu. Percebem? Você vai acumulando isso? Você chega cá fora. Imagino que o médico Diz Que Não lhe vai dar essa receita? Porquê? Mas é em cana diziam que não, e aqui vão me dizer que não, você já... percebe

Até lhe vou dizer uma coisa, eu acho que tipo as psicólogas e os psiquiatras na cadeia não estão a fazer nada. Absolutamente nada. Estão a ser tipo a cana dizer que tem apoio clínico. Porque, sinceramente, não estão a fazer nada. Não, você imagina, você vai ao psicólogo? Você esta semana fala “aí, não sei quê da minha filha, do meu



filho, um bocado nervoso, não? Sei quê?”. Na semana a seguir, ela já não já nem sequer se lembra qual é o seu nome. Não dá vontade de voltar a falar. Nem, então eu houve uma vez que qual é que é o seu nome? E eu deixe estar a gente fala para a semana, foi isso que eu disse? Exato deixei de ir tipo completamente para que? não vai acrescentar em nada. Às vezes mais vale estar na cela calada desabafar para mim aquilo que estou a sentir-me mal do que está a falar, sinto-me bem melhor.

Tudo o que você conta na psicóloga, a psicóloga vai se você contar que porque eu agora ando um bocado alarmado, porque deixe-me dar um exemplo, a estou a dizer uma bolota aquele a psicóloga vai já dizer ao Comissário. Muitas rugas que haviam, não era chiba de ninguém, era chiba dela, da psicóloga ou da médica ou da enfermeira.

15. Relativamente à saída, sentia-se preparado para enfrentar esse momento? (Já sabia todos os passos que tinha que dar, sentia-se bem preparado dentro da prisão)

16. Quais foram as dificuldades que sentiu cá fora? Em relação à comunidade, sente/sentiu algum tipo de discriminação? (o que sentiu, o que lhe incomodou, o que fez para enfrentar essa situação)

Hoje sinto que é tipo os olhares das pessoas. Às vezes eu no autocarro, tipo, está alguém olhar tipo, pode não ser para mim, mas tipo na minha direção, eu já começo a tremer de nervoso. Tenho aquela, eu sei que não é, mas na minha cabeça é. E desde que saí de cana já me controlei tanto, mas tanto, tanto que acredite que se não me tivesse controlado ao fim de 1 mês sem sair da prisão, já estava preso outra vez?

17. Ter a consciência do que a outra parte sentiu, poderia ter algum impacto na sua reintegração?

Eu não sei se isso ajuda, porque isso vai muito, depende da mentalidade da pessoa que foi roubada. Da pessoa que roubou. Tanto uma como outra podem não estar disponíveis para se encarar um outro tipo. Meu ver, eu acho que isso funcionava isso, se calhar em alguns casos, depende do caso. Depende do caso, se você foi tipo assaltar ela porque a sua filha está a morrer com cancro. Pá e tipo, tudo bem por mim, está tudo bem, está a cuidar da vida da tua filha. Agora, se fosse roubar ela para ir dar na droga eh? Pá, só tens mais que ir para a cana.

18. No seu ponto de vista, o que acha que leva as pessoas a reincidir novamente no crime?



Não saberem controlar, sim. É assim o meu autocontrolo, eu adquiri com os pensamentos positivos e isso? “Cagar” completamente, no que as pessoas estão a dizer nesse momento. Imagine você está me ofender, nesse momento, eu nem sequer estou a ver o que é que você está a dizer, estou a pensar na minha avó uma coisa assim. E assim que eu faço, tipo, os meus truques são esses. É canalizar a sua má energia em boa energia

19. Agora, se pudesse fazer algo, o que seria? (o que é fundamental trabalhar lá dentro com os reclusos para os ajudar na saída)

A questão da saúde, da comida, das instalações, mais técnicos e mais tipo, interação com a família, se calhar também arranjar um espaço onde as visitas se sintam acolhidas, não é aquela sala exato, não é aquela sala fria. Um sítio onde as visitas, o estás na cadeia, mas ao menos a gente vende visitar e é bem recebidos e acolhedor está a ver. No Brasil, eles vão à cela. Não digo para fazer igual, mas vão à cela vão, pode estar ali, pode estar em vez de estar ali a falar com a sua família e com 50000 pessoas a ouvirem, está a falar com a sua família, sabe que ao lado está aquela família, mas sabe que ali à privacidade.

(as investigações e os estudos mostram NOS que é uma coisa muito importante para quem está preso são as visitas e o facto de poder estar com a sua família, faz a diferença)

Então a minha namorada, a primeira vez que me fui visitar aqui isse-me se esta sala de visitas é assim, imagina onde tu estás a dormir?

Perspetivas de Futuro:

20. Como era a sua vida fora do estabelecimento prisional, como é agora, quais são os seus objetivos futuros?

O meu futuro, eu, trabalho, família e mais que isso não, não quero? Não quero ser milionário. Não, obrigado.

21. Em relação ao que me disse anteriormente, sobre as suas relações, acha que vai continuar a ter as mesmas relações que tinha? Acha que se encaixa no mesmo grupo de amigos que tinha? Acha que os outros o vão receber como antes?

22. Existe algo que gostaria de acrescentar?



Pá se calhar meterem guardas, se calhar com um bocadinho de humanidade. Nem digo Coração que saibam distinguir o que é. Que está mal, e o que é que está bem?

Exato como interagir com o prisioneiro? Com o recluso. Porque é assim? Eu por acaso nunca me meti em confusões, mas vi várias a comerem NOS cornos à frente dos guardas e os guardas. Mas estarem a bater ali à frente dele e o guarda vira costas e estou-me a cagar para ti, para o que está a acontecer.

Não digo tipo, eles devem receber a tens que defender assim tens que falar assado, mas também tipo, tem que saber como falar. Em que não está a acontecer nada? De mal percebo. Que eles não sabem falar? Eles falam consigo como se você fizesse porcaria a toda a hora, percebe? Chega uma altura que foi o que aconteceu comigo, pira de cabeça e vira uma guarda que já andava a comer aquilo há vários dias a vários meses.

2.4. Entrevistado D

Características Pessoais:

1. Como o posso tratar? (nome, apelido)

(Informação Ocultada)

2. Há quanto tempo saiu em liberdade?

Saí a 5 de Dezembro do ano passado.

3. Está na Confiar há quanto tempo? Como veio para aqui?

Foi a minha irmã que encontrou isto. Eu não sabia, eu ao bocado estava ali a dizer dentro, eu nem sequer sabia qual era o dia que eu ia sair da prisão.

(Não lhe tinham dito?)

Não, não. Eu no dia a seguir ia ter a minha sentença. Já tinha sido adiada, eu naquele dia, acho que foi o fim da prisão preventiva e a juíza não renovou, não renovou e eu... e eram prai cinco e tal da tarde, eu até estava na bicha, na fila do bar que ia comprar... era segunda-feira, eu lembro-me, tipo ia fazer as minhas compras e chegou tipo os guardas, tipo o chefe de ala chamou-me, e eu até achei estranho, achei estranho ter me chamado, só que diziam sempre que chamavam... quando eu estava na fila do bar, e eu ainda bem que eles me chamaram:

O quê que foi? O quê que se passa?

E ele: Arruma as tuas coisas porque vais embora.



E eu: Embora? Para onde? Para outro lado?

Não, não, vais embora, vais para casa.

E eu o quê? Não me acredito. Como assim? Assim? Abrem-me a porta e eu vou embora?!?

Eu estava em choque. Foi mesmo, estava em choque.

(Pois, não houve uma preparação?)

Não, ninguém me disse nada. E foi isso que eu estava a dizer. Isto aqui também... Eu ainda estive em casa da minha irmã e a minha irmã depois é que encontrou...

(a Confiar para você vir para cá?)

Sim! Teve a noite toda à procura e depois alguém lhe disse e falou sobre disto. E ela ok. Tive a sorte. Eu ainda tive esses dias, tipo até vir cá à Confiar e isso acho ainda que durou prai três dias mas esses três dias andamos três dias à procura de algum quarto lá na minha zona, porque eu sou de Bem Martins e eu andei esses três dias a ver tudo e mais alguma coisa. Então tem quartos a 400 euros, 300 e tal euros... E isso assim não dá! Na altura Não estava a trabalhar, aí foi mesmo ... não tive mesmo, tipo... agora está me a escapar a palavra ...

(Opção?)

Isso mesmo! Não tinha outra opção, senão vir para aqui.

4. Quanto tempo esteve preso?

Um ano e seis meses, acho que foi isso. Um ano e seis meses.

5. Enquanto estava lá dentro, o que fazia? Como ocupava o seu tempo?

É assim, inscrevi-me para trabalhar e aquilo estava cheio e depois estava sempre a par, tinha que estar sempre em cima deles. Eu no início estava... tipo ainda andava lá a perguntar, mas depois ... Não dizem nada, também não vou estar sempre ali feito cãozinho, deixei estar. Fui para a escola, inscrevi-me na escola, não me chamaram para a escola, só me chamaram tipo ... não sei, acho que era muita gente inscrita, só me chamaram prai dois meses antes de eu ir para julgamento. E eu disse, oh fogo, aquilo era três meses, ou lá o quê que é, depois às vezes tem sempre aquelas interrupções, claro, eles param muitas das vezes, os professores não aparecem, demora sempre muito mais do que os três meses, e eu pensei vou começar isto para quê... porque eu sabia, mesmo no meu caso lá, estava com aquele feeling, que mais um tempo eu vou embora. Nem foi preciso,



eu vou me embora. Toda a gente me dizia, achas, tu vais ainda ficar aqui. E eu não vou nada, vais ver. Eu no dia em que saí, eles estavam a olhar para mim, e todos disseram o mesmo, tu bem disseste que te ias embora e que não ias ficar cá muito tempo. Eu disse, fica com a tua fé também, pode ser que ajude, é verdade!

Reclusão:

6. Que recordações tem da sua infância e adolescência? Como era a sua relação com os amigos, familiares, irmãos?

Tantas.

(“Assim as mais positivas? Que marcaram mais?”)

Então foram muitas também, eu era uma criança que andava sempre do lado para o outro, andava sempre na rua. Então são muitas coisas também. Sei lá.

Olha, estar com os meus amigos na rua.

(A brincar)

Sim, é isso mesmo, agora estão todos agarrados ao telemóvel, mas parece que também têm medo que os miúdos saíam de casa. Eu gostava era de andar de bicicleta e dar aqueles saltos, chegar a casa e estava sempre todo esfolado, às vezes ainda quase levava por isso. Aquilo era outra infância. Hoje parece que os miúdos só vêm uma coisa. O quê que gostas de fazer... é jogar ou jogar no telemóvel. Eu também gosto de jogar PlayStation mas só que a minha infância como foi... tipo, tinha que fazer tanta coisa às vezes para me divertir... porque hoje em dia, as PlayStation e isso e computadores só apareceram mais tarde, então no início era tudo isso, andar na rua, a brincar aos cowboys e aos índios. Uma coisa que ainda hoje me lembrei, chegar aos santos populares e juntarmo-nos todos na rua, ir buscar lenha e fazer as fogueiras. Hoje em dia, fala-se disso aos miúdos e eles nem sequer sabem o quê que é fazer as fogueiras. A gente era juntávamo-nos todos e até estávamos ali a fazer a churrascada, saltar à fogueira.

(No Santo Antônio também se saltava à fogueira?)

Tudo! Não! É tudo, a gente fazia nos três Santos. E hoje em dia já não se vê nada disso! Parece que são mais mimados.

7. Descreva-nos como sentiu quando foi preso e como lidou com a situação de ser preso (teve algum tipo de apoio).

(E nesse momento, quando entrou no estabelecimento prisional, sentiu no início algum tipo de apoio pelos técnicos que trabalhavam lá dentro?)



Eu tive um mês, um mês de quarentena... não, foram 34 dias de quarentena no IPL, sozinho, sempre sozinho na sala, não podia ter nada.

(“E ninguém falou consigo?”)

Falei com a educadora no início e depois nunca mais. Nunca mais! Enquanto tive no IPL falei uma vez com a educadora, não me deixaram telefonar. Eu tive uma semana e meia sem falar, uma semana e meia, quase duas semanas sem falar com a minha mãe, eu a querer telefonar, não tinha dinheiro no telefone e estava a dizer a eles que desde que aqui cheguei ainda não consegui telefonar. Eu quando cheguei, telefonei e não atenderam, então se não atenderam não tive o telefonema. E eu disse ainda preciso de telefonar e eles tens que esperar.

A única maneira de eu conseguir falar... e depois a única coisa que eles fizeram mesmo foi meteram os números que eu precisava para telefonar no telefone lá da prisão, isso foi a única coisa que eles fizeram, de resto eu a mandar papéis para falar com o educador, que era para conseguir... para conseguir qualquer coisa, para conseguir falar com a minha mãe ou conseguir meter o número da minha advogada, que eu queria pelo menos contactar a minha advogada, e eles nada. Tive ali um mês de quarentena. Eu só consegui falar depois com a minha mãe porque um amigo meu meteu dinheiro no telefone para eu poder telefonar. Porque de resto não conseguia e ficava lá ... e depois, eu também fui preso e não disseram nada à minha mãe, não procuraram contacto, nem perguntaram tem algum contacto que possa coisa, ou tira aí do telemóvel uma pessoa que a gente possa contactar... nada, nada, nada!

Quem avisou foi um amigo meu porque sabia do que se passou, e depois é que telefonou à minha irmã, telefonou à minha mãe e depois é que telefonou à minha irmã a dizer.

Foi um choque, foi um ano parado e foi que estava a remoer-me mais foi estar a pensar assim, “estou aqui parado”, era a pior altura da minha vida para isso acontecer. Ali, naquela altura, estava mesmo já a conseguir trabalhos e ia começar a endireitar ali tipo para conseguir sair do sítio onde estava, estava por acaso na casa de um amigo meu. E aconteceu isto e agora era esperar, foi o que eu fiz!

8. Em relação à sua adaptação ao meio prisional, como o descreve (o que sentiu mais falta, o que lhe incomodava...)

Quando foi preso:



No início estava revoltado, é normal. Estava acontecer aquilo, o que é normal. Depois epá houve ali uma fase que foi quando fui transferido, fui para Caxias, e nesse processo aí epá foi um bocado mau porque não dizem nada se vais ser transferido, se não, o porquê e metem num sítio e eu cheguei a Caxias estava sozinho, estava mesmo sozinho, não contava e ainda estava com saudades de algumas pessoas que conhecia. Agora quando cheguei a Caxias estava mesmo sozinho e isso aí é um pouco também difícil.

(“Ninguém lhe explicou? Ninguém lhe disse nada?”)

Nada! Vai, Safa-te aí mesmo... Eu por acaso ainda tenho essa facilidade em falar com as pessoas também e tive sorte. Depois também não dava confiança a todos, que ali também é uma coisa que tipo no início pode parecer muito boa pessoa mas depois quando a gente se apercebe não era tão boa quanto parecia. Temos é saber filtrar logo isso no início e eu por acaso tive essa sorte, ..., já pro fim, já conhecia mais, porque aquilo tipo em Caxias é diferente, aquilo é um corredor, metade da largura desta cozinha, com uma data de portas, são prai umas cinquenta celas ali e tipo quando se vai para o pátio, quem quiser ficar cela fica fechado na cela e depois quando o pessoal vem do pátio é que abrem as celas todas. Enquanto não há pátio, está o piso está sempre aberto, então é um corredor, só, aquilo... uma pessoa quando chega um ponto de estar ali tanto tempo, os que já lá estão há mais tempo toda a gente se conhece, então chega a um ponto que é aquilo... já saía, já estava tipo, já estava mais familiarizado com aquilo.

(A adaptação foi um bocadinho mais difícil pelo facto de ter sido transferido?).

Não. Depende também da. Sim, ter sido transferido porque eu na altura quando eu estava no IPL, na altura quando já estava a conhecer mais pessoas no sítio onde eu estava, fui transferido. E aí é diferente, quando estava no IPL, quando se chega lá, é diferente, tipo aquilo é mais aberto, depois fui também para um sítio que eram mais descontraídos, e ali em Caxias é diferente, aquilo é muito mais pesado, Caxias é uma prisão muito pesada, porque é assim tipo, mesmo sendo fechada e ali mesmo compacta, acontece tudo ali dentro. É mesmo assim, muitas das vezes mesmo que uma pessoa não queira ver aquilo, é impossível não ver, porque passasse mesmo à nossa frente, quase que não dá para fugir, o que é mau.

Reintegração:

9. Dentro da prisão, como descreve o seu processo de preparação para a saída? (tinha conhecimento dos objetivos, preparava esse processo com a ajuda dos técnicos)



(E ninguém, como já tinha dito, ninguém o ajudou na preparação para a saída. A saída foi super aleatória, avisaram no próprio dia)

Na hora foi na hora. Pronto nem disseram assim “olha hoje às tantas horas vais sair”. Não, nem isso.

10. Na prisão, encontrava-se envolvido em algum programa ou atividade que contribuía para a sua reintegração? Quais?

(Não teve nenhum programa nem atividade, porque inscreveu-se, demorou tempo. Também não teve tempo suficiente para se integrar)

Pois, o tempo também foi curto, ainda bem, pelo menos. Até eu acho que a psicóloga gostava de falar comigo também, tipo, porque para falar com a psicóloga é ela que tem que se marcar, ela marcava as consultas. Tipo, amanhã vais ter psicóloga. E tipo também aproveito também não gostava muito, saía daquele corredor, qualquer coisa para fazer, às vezes chegava lá enfermeira para fazer o teste do HIV, e eu “Eu vou na boa”, para sair dali meu. Até chegava lá as enfermeiras até se metiam que a gente tipo, então eu estava a fazer e o que é que eu estava a fazer? Olha, estava a ver televisão, que é que estava a viver na televisão, “ agora não me lembro”.

11. Com a sua experiência, acha que as competências emocionais podem contribuir de forma positiva para o seu processo de reintegração? (autoconsciência, gestão emocional, motivação, relacionamentos, empatia: emoções do outro)

Ora isso, isso era bem jogado lá, tipo. Que se calhar havia muita gente entrar nesses programas, porque lá a falta de autocontrolo gera muitos problemas. Por acaso ali o pessoal até andava era mais calmo, porque também sabiam que era fechado, não vai haver confusão, porque se houver confusão vai ser tudo fechado. Se tivessem problemas, diziam para dentro de uma cela e resolviam aquilo que tinham de resolver, mas muitas das vezes tipo, mas às vezes passavam se da cabeça. Que é o autocontrolo, tive lá umas quantas situações. Logo de manhã. Portanto, ele começava e por acaso tive a sorte de saber depois. Eu ouvia, deixa acontecer, vou ficar aqui no meu canto.



12. Se agora voltássemos ao momento em que aconteceu o crime, o seu comportamento seria diferente? Como acha que iria reagir?

Não me metia naquilo que me meti, tinha escondido a coisa noutra lugar. Eu daquela altura eu também já, tipo eu fui preso por tráfico de droga, mas eu só estava a guardar em casa, pediu para guardar esse e eu guardava. Mas as últimas vezes eram que quantidade exorbitante. Eu pensei mesmo isto vai chegar na metade, eu vou lhe dizer, não quero isso aqui em casa, vou começar a trabalhar, o dono da casa viu isso, disse que não ter isso em casa, eh pá, Eu Não quero problema. Eu ia mesmo dizer, era a última vez que eu ia ter isso em casa. Na semana que ia ter tudo, fiquei sem nada.

Eu vou lhe dizer se calhar fazia as coisas diferente, já fazia tipo aí, claro, comecei a pensar, tipo muitos pontos que podia dizer que ter dito assim, tipo, na altura podia ter ficado quieto... podia ter ficado quieto o não ser preso.

13. O que acha que deveria ser melhorado nas prisões, para ajudar os reclusos na reintegração (tanto a nível de oportunidades de trabalho, da educação, sessões com as técnicas)

Tipo, não sei que algumas coisas agora já estão a mudar, tipo o telefone na cela, a terem outros métodos para o cartão do bar. Porque aquilo é arcaico e aquilo é mesmo arcaico. Depositas o dinheiro num sítio e depois tem que se mandar um comprovativo a dizer que é para aquela pessoa, mas só que aquele dinheiro vai para um sítio e depois essa pessoa é que tem que distribuir pelos preços, todos, pelos cartõezinhos. Aquilo devia haver um sistema logo tipo informático. Eles chegam lá e diziam assim, tipo, tens este código que este é o Código do telefone. Eu dava esse código à minha mãe, ela carregava e passado 20 ou 30 minutos tinha o meu dinheiro no telefone. E depois há uma coisa que aconteceu no IPL e tanto em Caxias que é, se aquilo passar de um tempo, é assim tem as transferências até sexta-feira, à meia-noite, passa da sexta-feira, já fui. Na segunda-feira, a pessoa vai ficar à espera do dinheiro caía no cartão chega lá, não cai, só cai para a semana a seguir. Fica a semana toda sem nada, nada. E depois leva a pedir dinheiro a outros e depois tem que pagar mesmo se não ...



14. No seu ponto de vista, o que acha que leva as pessoas a reincidir novamente no crime?

Os toxicod dependentes, sabes porque é por causa da doença. Mas muitos deles é por necessidade, porque precisam e conheci muitas pessoas que tinham o seu trabalho e mesmo assim continuavam nessa vida, A vida já era difícil, agora muito mais e quem sabe se mexer nesses meios é obvio que se vai mexer e vai ganhar mais algum.

Perspetivas de Futuro:

15. Como era a sua vida fora do estabelecimento prisional, como é agora, quais são os seus objetivos futuros?

Agora tipo, é manter agora o trabalho durante este contrato que assinei já. Pá juntar algum dinheiro também quer para ter um sítio para mim e para a minha mãe, que a minha mãe agora está aí, está na casa do irmão dela, mas ela quer sair de lá, porque essa era que era mesmo a minha ideia. Também já é mais velhota para 70 e tal anos já aqui, aos 80. Pá também já me ajuda muito, tenho que ser eu a ajudá-la agora.

16. Em relação ao que me disse anteriormente, sobre as suas relações, acha que vai continuar a ter as mesmas relações que tinha? Acha que se encaixa no mesmo grupo de amigos que tinha? Acha que os outros o vão receber como antes?

Sim, porque os meus amigos não têm nada a ver com isto que se passou, são os meus amigos. Desses meus amigos Martins, eu vim para aqui, eu estou longe de Meio Martins, mas ainda não tive com eles, só estive com alguns tipos, só tive com alguns, fui jantar fora isso também aí, claro que estou com eles e não sinto diferença nenhuma, até sinto-me é bem. Sim. Tinha saudades, tenho aqui porque uma pessoa quando vai nunca ser ele mesmo, até pode haver lá certas alturas em que uma pessoa consegue ser mesmo eu tipo, ser mesmo eu, mas não me vou abrir muitos que as vezes olha.

3. Tabela de análise das entrevistas aos ex-reclusos:

Categoria		Subcategoria	Unidade de Registo
Reclusão		Ocupação de tempo	“Na cadeira não se faz nada.” “depois fui tirar o curso de jardinagem, passado um ano”



			<p>“Estudei e Trabalhei”</p> <p>“Estive a trabalhar na cozinha e num pátio”</p> <p>“É assim, inscrevi-me para trabalhar e aquilo estava cheio..., inscrevi-me na escola, não me chamaram para a escola,”</p>
		Sensação após a reclusão	<p>“Olha, eu sou sincero quando entrei, não pensei em nada.”</p> <p>“Senti-me mal, como é obvio.”</p> <p>“Tem que ser tem que ser, não é? Já que fiz porcarias, agora tenho que pagar, Já que fiz já cometi os meus, tenho que pagar por eles. Foi isso que eu pensei.”</p> <p>“Foi um choque, foi um ano parado”</p>
		Integração	<p>“Apoio? você é mandado para dentro, então chega dentro, mando-lhe escolher uma cela. Não há mais nada. Passado um mês é que a educadora vai falar contigo, vão fazer a tua ficha, passado um mês. Ou não te chama, se não for preciso, não te chama. Só se quiseres pedir para te chamar e demora 2 a 3 meses para te chamar.”</p> <p>“Não tive, aquilo foi tipo do género. “Olha, agora estás preso, desenrasca te” foi mais ou menos isso que me disseram. Olha em Sintra vi, em 3 anos, que estive lá, vi minha educadora umas 2 vezes”</p> <p>“Falei com a educadora no início e depois nunca mais. Nunca mais!</p> <p>Enquanto tive no IPL falei uma vez com a educadora, não me deixaram telefonar”</p>
Reintegração		saída	<p>“Saí, continuei a minha vida, estava tudo igual”</p> <p>“Foi só na Confiar, os documentos eu já tinha feito em 2020, a Santa Casa tinha estado a fazer”</p> <p>“nunca me chamaram perguntar nada. Só me chamaram para perguntar se aceitava a liberdade condicional, aceito, pode ir embora.”</p> <p>“Não ajudaram na preparação da saída, nem a mim nem a ninguém”</p> <p>“você quer fazer o BI? Está bem. Então a gente vai fazer o BI. Mas é quando você sair em liberdade, é que fazem BI”</p> <p>“E eu o quê? Não me acredito. Como assim? Assim? Abrem-me a porta e eu vou embora?!?”</p>



			<p>“Sai da cadeia, não tem passe, não tem BI. Não tem documento nenhum. Como é que vai para fazer para tratar de algum documento? Como é? Como é que faz? Não consegue se não tem bi”</p> <p>“Depois é a questão da morada, a gente nem devia de sair do lá sem uma morada. Depois, os documentos não têm para onde enviar. “</p>
		Programas	<p>“Só na Jardinagem.”</p> <p>“Tirei dois cursos lá dentro, que não é mau”</p> <p>“Nenhum e a escola só fui para não estar fechado lá dentro, se não também não ia. De resto não há atividade la dentro, não há nada”</p>
		Reincidência	<p>“A falta de apoios”</p> <p>“Não saberem controlar, sim. É assim o meu autocontrolo, eu adquiri com os pensamentos positivos e isso? “Cagar” completamente, no que as pessoas estão a dizer nesse momento.”</p>
Mudança		Prisão	<p>“devia-se dar prioridade a essas pessoas, dar trabalho a esses todos, para terem dinheiro no cartão, para poderem comprara as coisas”</p> <p>“Era sobretudo o apoio a pessoas que não têm família”</p> <p>“A educadoras, não ser uma educadora para 100 reclusos.”</p> <p>“Questão de saúde, vou já adiantar também, não valem nada”</p> <p>“Não há enfermeiros à noite, se acontecer alguma coisa, morre ali dentro, que é mesmo assim mesmo”</p> <p>“Devia haver mais cursos e isso, do centro de emprego, devia de haver cursos de informática, estão um bocadinho desatualizados com o mercado de trabalho”</p> <p>“Por mim, mudavam tudo. Serviços clínicos, os próprios guardas, comida, a higiene”</p> <p>“Pá se calhar meterem guardas, se calhar com um bocadinho de humanidade. Nem digo Coração que saibam distinguir o que é. Que está mal, e o que é que está bem?”</p>



Competências Emocionais		<p>Apoios</p> <p>Gestão emocional</p>	<p>“Não fazem nada disso.”</p> <p>“Não há nada, não há psicólogos, não há psiquiatras. Eu só ia à psicóloga quando eu fazia pedido”</p> <p>“Mais de 80% da população tomou medicação.”</p> <p>“eu também desisti de ir à psicóloga, porque eu em 2 anos que estive lá, apanhei umas 6 psicóloga, gente, eu vou estar a partilhar a minha vida com 6 pessoas diferentes. Não, obrigado”</p> <p>“Na semana a seguir, ela já não já nem sequer se lembra qual é o seu nome.”</p> <p>“Às vezes esse pessoal está só frustrado, precisa de alguém para desabafar, percebe”</p> <p>“Quando você chegar cá fora, vai querer descarregar na primeira pessoa que aparecer é a Raiva”</p> <p>“Que se calhar havia muita gente entrar nesses programas, porque lá a falta de autocontrolo gera muitos problemas”</p>
Justiça Restaurativa			<p>“Dá para mentalizar o ladrão para não o fazer. E a pessoa, por exemplo, pode ter ficado a perder muito, por exemplo, aí a contar a vida dela”</p>
Futuro		<p>Normalidade</p> <p>Não liberdade</p>	<p>“Agora tipo, é manter agora o trabalho durante este contrato que assinei já. Pá juntar algum dinheiro também quer para ter um sítio para mim e para a minha mãe”</p> <p>“O que é que eu vou fazer a minha vida agora que eu trabalhar começa a tirar então aí vou estar a trabalhar para pagar uma coisa e vou ficar sem dinheiro. Essas coisas dão para resolver e é assim eu não estar a trabalhar”</p> <p>“Vou ficar aqui 20 anos a pagar aquilo? E uma coisa que estive preso, estive preso ainda, paguei lá dentro e vou ter que estar a trabalhar a minha vida inteira para pagar aquilo?”</p>

4. Tabela de análise das entrevistas aos técnicos:

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo
Realidade	Prática	<p>“as prisões em Portugal têm situações de alguma forma crítica”</p> <p>“o problema que se coloca é quando nós vamos aferir a prática ela é um bocadinho dispare, não é um bocadinho, em algumas circunstâncias é muito díspares do que está previsto e isso, evidentemente, é problemático para qualquer Estado que esteja nessas circunstâncias.”</p> <p>“Portugal também era um dos países que não, que não cumpriria o que são as regras penitenciárias europeias”</p> <p>“Olha a preparação para a saída não existe, o que existe é a procura de um sítio para ficar se a pessoa for sem abrigo, se tiver família, então é um problema resolvido”</p> <p>“tem um cartão de cidadão caducado, sai já em incumprimento, porque nós podemos pagar uma multa por termos um cartão de cidadão que tocar, não é? É uma coisa básica, por exemplo.”</p> <p>“continuamos a não querer lidar com este problema de forma séria e lidar com este problema de forma séria, é perceber que a dimensão penal tem levado à prisão ao longo destes 200 anos de prisão efetiva da criação da prisão e, portanto, conseguimos resultar em falência desse do papel da prisão no na resolução dos problemas que ali levaram as pessoas.”</p> <p>“Temos uma situação muito crítica que se mantém há algum tempo, que tem a ver com as pessoas mais idosas nas prisões.”</p>
	Reforma do Sistema	<p>“em Portugal não surpreende e as penas são pouco duras, etc. na verdade, é o contrário, nós somos dos países com penas mais duras ao nível Europeu”</p> <p>“Portugal na questão da punição e do <u>desejo punitivo em Portugal</u> é absolutamente brutal”</p> <p>“Há diversas situações críticas, as questões da sobrelotação, falta de condições, enfim, a proteção dos direitos das pessoas”</p> <p>C: “A nossa legislação e está ótima, ótima, está tudo, está tudo lá, está tudo perfeito. Quem for ler os nossos códigos, está tudo, está tudo absolutamente e está tudo previsto, mas depois na prática não acontece.”</p>



	No mundo real	<p>C: “Então, 95% dos nossos utentes, saí sem qualquer suporte financeiro, portanto, estamos a receber uma pessoa que não tem sequer dinheiro, nem para a deslocação até a nossa casa, nem para depois se deslocar em Cascais, neste caso que não tem dinheiro para renovar o cartão de cidadão,”</p> <p>“a inserção no mercado de trabalho é muito complicada, primeiro, porque muitos deles já estiveram presos muitos anos e depois tens ali ali um espaço de tempo em que eles não têm nada para pôr”</p> <p>“as questões da saúde, é muito grave a questão da saúde mental e nós depois não temos acesso aos relatórios de psiquiatria porque não nos são cedidos e não temos acesso aos relatórios por parte do estabelecimento prisional e às vezes, a percebermos que há utentes que saem com o relatório médico que aparentemente não há nenhum problema a nível psiquiátrico e depois percebemos que não é bem assim”</p> <p>“há muitos <u>fatores de risco que são potenciais de caminhos para a reincidência</u>, é muito fácil eles reincidirem se não tiverem apoio, porque saem sem dinheiro e muitos deles saem com muitas dívidas”</p> <p>C: “Eles deviam realmente estar ali a adquirir hábitos de trabalho, de estudo e saem sem nada disso. Muitas vezes até aceitam trabalhar para poderem ter, para beneficiar, por exemplo, de das saídas precárias, mas depois o próprio trabalho em se adequou à realidade cá fora, são trabalhos que no fundo que depois nada tem a ver com o que o que podem vir a desempenhar cá fora.”</p>
Atitudes	Mundo Paralelo	<p>“muitas vezes olham para as prisões e tentamos quase que retirá-las das dinâmicas sociais da sociedade”</p> <p>“200 anos de prisão, a justiça tem se alimentado da prisão, como se a prisão fosse resolver os problemas que levam as pessoas à prisão, isso não é efetivamente verdade, porque se a prisão resolvesse os problemas, estavam as pessoas à prisão”</p> <p>B: “na Comunidade tinha que haver uma data de conhecimentos, tinha que haver muito mais intervenção, por exemplo, a comunicação social”</p> <p>“Comunidade tinha que perceber como é que é a realidade deles, porque eu acho que eles trazem um rótulo quando chegam cá fora e arranjar trabalho, arranjar casa não é tipo se alguém sabe que o vizinho é ex-recluso, não é muito bem visto.”</p> <p>“em cima de um problema de uma opressão de um crime (...) o que a prisão faz é cometer mais crimes, gerar mais opressões”</p>



		<p>“O trabalho a montante e na lógica preventiva, exatamente para mim, é absolutamente essencial e é acho eu muito, muito descuidado em termos da nossa circunstância.”</p> <p>“não nos deve fazer esquecer no fundo o que está a montante e que <u>falhou consecutivamente para que aquela pessoa chegasse àquele ponto</u>”</p> <p>B: “Eu acho que o acolhimento falha (...) A parte da prevenção, tu tens que fazer prevenção em sítios que já tem se muitas falhas que são bairros sociais, famílias, carência das famílias já disfuncionais, que são completamente descrentes porque <u>a sociedade as desacreditou</u>”</p> <p>C: “bairro nós vamos fazendo projetos e mais até na área da prevenção, na <u>intervenção concreta, com os reclusos, não há propriamente esta esta ligação com a Comunidade</u>, tenta-se é fazer um trabalho de sensibilização da Comunidade para este público e para esta problemática”</p>
Comunidade	Portas fechadas	<p>“há uma falta de transparência muito grande a questão disto, acho eu, afasta, evidentemente, uma maior relação das comunidades com as prisões”</p> <p>“O problema em que as prisões se encerram em si mesmas e bloqueiam também essas questões”</p> <p>“o problema da prisão é esse isolamento a que a prisão gere e que a política penitenciária e também em Portugal e isso é muito evidente em Portugal, até mais do que noutros países.”</p> <p>B: “então aquela realidade, tu não conheces, logo, não conheces, não pensas nela, a não ser que sejas uma pessoa que te obriga a pensar naquilo que acontece à tua volta, porque senão não te obrigares. Não pensas nela. Por isso, eu acho que as pessoas nem têm noção, ou seja, existe prisões, as prisões são para meter lá dentro quem cometer um crime. E depois quando pensas, <u>é sempre pela castração</u> que “é como é? <i>Que eles têm televisão na cela, como é que eles têm a PlayStation na cela? Como é que eles têm direito a ter não sei o quê e não sei que mais nós andamos aqui a trabalhar e andamos aqui a pagar os impostos para eles</i>”.</p> <p>C: “tem muito medo de serem reconhecidos e a maior parte deles diz: <i>“Porque eu até pensei que tinha acabado de fazer um amigo, mas mal ele soube que eu estava preso nunca mais falou comigo e nunca mais me respondeu”</i>”</p>



		<p>C: “Vê se uma dificuldade enorme em implementar projetos de inserção nos estabelecimentos prisionais, porque há sempre aqui um...”</p> <p>“ mais que tu queiras depois desenvolver programas lá, o Estado não faz e tu queres fazer, mas tu para conseguir implementar um projeto estás quase 6 meses a pedir autorização, aí este e a ver uma data e essa data não dá para as pessoas e é muito complicado.”</p>
Justiça Transformativa	Medidas alternativas Antes vs. Agora	<p>“as alternativas ao invés de contrariarem a prisão efetiva no fundo que acabaram por criar um manancial ainda maior de pessoas sobre o controlo penal e, portanto, isto também é com todos os impactos que têm”</p> <p>“Há uma transição em termos desta perspetiva, na medida em que passou, se a integrar os consumidores de droga e os pequenos crimes associados ao consumo de droga, tendo por base também o problema de saúde pública, que é o consumo de droga, e isso foi uma mudança de paradigma brutal face ao que hoje em dia temos criado, nomeadamente, com o atual Sicad e com toda a sua capacidade depois atuação por via de outros serviços”</p> <p>“de uma forma a onde possamos ir à raiz do problema e intervir de uma forma séria e não enfim entre aspas empurrar o problema com a barriga ou disfarçar que o problema está resolvido e não”</p> <p>“temos de perspetivar também o alargamento fora da dimensão penal e jurídica da intervenção com as pessoas e da sua prevenção também de uma forma mais estruturada, evidentemente.”</p> <p>“mas há algumas questões foram consideradas crimes ou que hoje mesmo são consideradas crimes em determinado contexto e noutros não são a essa <u>dimensão histórica também do que é o crime hoje e que amanhã pode não ser o que ontem não foi?</u>”</p>
Lacunas	Regulação emocional	<p>“dimensões absolutamente essenciais que é preciso trabalhar, estamos a falar de coisas como <u>resistência à frustração, o autocontrolo, comunicação, assertiva, saudável, positiva</u>”</p> <p>“a questão da comunicação, estamos a falar de homens, portanto, a questão da masculinidade e a masculinidade quando nos relacionamos enquanto homens é uma dimensão que deve ser também pensada, depois estamos a falar de pessoas que acabaram por experiencia contextos com muita tensão, com muita violência.”</p> <p>“criar este espaço de liberdade entre a prisão, percebendo todas as limitações que ali estão é propício para que se possa passar para um outro nível de relação, a relação de trabalho com aquelas pessoas do qual beneficiam eles e elas que lá estão privados de liberdade.”</p>



	Projetos Soltos	<p>B: “quando eles roubam, assaltam, agredem alguma coisa ali falha, não é? Na parte da regulação emocional, porque tu quando vives, não sei quanto tempo a fazer mal aos outros, seja de que forma for, alguma coisa, tu tens ali, ou não tens ou não aprendeste, não é?”</p> <p>B: “também competências sociais, competências emocionais, porque na casa, não é, muitos deles, dependendo do tempo que tiveram, foram privados, muito deste trabalho, não fazem a mínima ideia de como é se relacionar com o outro de uma forma saudável, não é? (...) então andas aqui um bocadinho a modelar comportamentos”</p> <p>“Olha há muita falta de empatia pelo outro, há muita falta de respeito pelo espaço do outro, há muita falta de a partilha, não existe.”</p> <p>C: “tem um deficit gigante a nível de competências socioemocionais. Quase nenhum sabe comunicar, e quando eu digo, isto é também, termos 6 pessoas a falar sobre esta caneta, esta caneta gera uma discussão brutal em 2 segundos e nenhum deles consegue deixar-te acabar de falar a deixar-me a mim acabar”</p> <p>“há dificuldades de interpretação, de respeito, de dialogar, muitos deles criaram, como forma de proteção esta questão, não olhar nos olhos enquanto estiveram a cumprir pena e têm uma dificuldade enorme em olhar nos olhos”</p> <p>“O desenvolvimento de competências emocionais é fundamental porque é mesmo uma lacuna enorme e lá está para começar lá dentro e que tenham continuidade depois cá fora, mas para começar lá dentro, acho que é importante. Porque eles próprios reconhecem, nós estamos nas reuniões e a certa altura eu digo “pessoal, vamos parar 1 segundo qual de vocês acha que consegue comunicar?”</p> <p>B: “Não há continuidade, eu acho que esse é o grande erro de tudo aquilo, imagina tu podes ter um projeto que não tem nada a ver com círculos restaurativo, podes deixar ali alguma coisa, não é que tenha a ver com competências emocionais e tu até podes chegar aos círculos restaurativos, só que já deixaste, mas tinha que ser uma coisa de continuidade. É o que eu sinto é que nos EP’s, imagina, eles trabalham imenso a dança e essas coisas todas só que é um ano é dois e acabou-se.”</p> <p>“também ficam cansados de ser um bocadinho ratos de laboratório, porque as coisas não têm continuidade, eles não vêm mudança e muitos deles procuram também coisas que lhes tragam benefícios.”</p>
Mudança de Paradigma		C: Em Portugal é basicamente inexistente, eu acredito que que é extremamente importante começar a explorar cada vez mais a justiça Restaurativa... São coisas que eles não têm consciência, portanto,



		<p>depois há aqui toda uma parte de responsabilização da função da culpa, que é importante e um dos círculos restaurativos acabou com agressor indireto e com uma vítima abraçados a chorar compulsivamente, por exemplo</p> <p><i>“mas para eles é muito importante falar do que aconteceu.”</i></p> <p>“acho bastante importante e acho que resulta bem, agora ainda estamos a anos luz de conseguirem implantar isso como em outros países, principalmente nos estabelecimentos prisionais, por causa desta dificuldade em entrar em se fazer alguma coisa que não seja uma atendimento e ponto final.”</p>
--	--	--

5. Questionário de Avaliação

Questionário de avaliação

Assinale com uma X a resposta que mais se identifica.

(coloque 0 (nunca); 1 (raramente); 2 (às vezes); 3 (frequentemente); 4 (sempre), nas seguintes frases)

I. Níveis de inteligência emocional

Considero-me uma pessoa com muita paciência	
Os meus sentimentos são claros	
O meu estado emocional não afeta as pessoas do meu grupo	
Consigo facilmente detetar o que estou a sentir	
O meu humor é afetado facilmente com situações externas	
As emoções não têm importância no meu dia-a-dia	
Consigo expressar facilmente os meus sentimentos	
Sou uma pessoa muito contente	

II. Gestão emocional

Consigo lidar com comentários sobre mim, sem ficar ansioso	
Controlo bem os meus impulsos	
Pratico desportos ou hobbies de forma a controlar os meus sentimentos	
Consigo manter a calma em situações de stresse	



Consigo verbalizar o que estou a sentir em diferentes situações	
Sei estabelecer metas e cumpri-las	
Tenho consciência das minhas atitudes e responsabilizo-me	
Sinto que sou uma pessoa equilibrada a nível emocional	

III. Empatia

Sou uma pessoa que demonstra afeto	
Consigo perceber quando uma pessoa não está bem	
Consigo me colocar no lugar do outro	
Percebo o meu lugar e quando devo falar ou não	
Sei aceitar a crítica, sem ficar nervoso ou chateado	
Sinto-me afetado pelo que acontece aos outros	
Consigo perceber os sentimentos dos outros	

IV. Relacionamentos

Gosto de ajudar os outros	
Dizem que sou engraçado e confiável	
Os meus relacionamentos são saudáveis	
Consigo partilhar facilmente o que sinto com outras pessoas	
As minhas decisões criam impacto negativo no outro	
Sei lidar com a frustração ou a raiva dos que estão ao meu redor	
Consigo manter a calma numa discussão	
Sinto-me uma pessoa sociável, com facilidade em fazer amizades	



6. Pedido de autorização da Confiar



Consentimento Informado

Eu, [REDACTED], Presidente da Direção e Diretora Executiva da Associação Confiar, Associação de Reinserção Social, venho por este meio autorizar a aluna Francisca Alexandra Pinto Castro a utilizar a informação disponibilizada tanto nas entrevistas como nos documentos disponibilizados para a sua investigação, no âmbito do Mestrado em Intervenção Comunitária.

Porto, 10/10/2023

[REDACTED]



7. Pedido de autorização dos Entrevistados


Pedido de Autorização

Compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da participação na investigação que se tenciona realizar, no âmbito do mestrado de Intervenção Comunitária, bem como do estudo em que serei incluído. Além disso, foi-me ainda assegurado que os registos em suporte papel e/ou digital (sonoro) serão anónimos e confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

Por isso, consinto em participar no estudo em causa.

Data: 16 / abril / 2023

Assinatura do participante no projeto:



O Investigador responsável:

Pedido de Autorização

Compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da participação na investigação que se tenciona realizar, no âmbito do mestrado de Intervenção Comunitária, bem como do estudo em que serei incluído. Além disso, foi-me ainda assegurado que os registos em suporte papel e/ou digital (sonoro) serão anónimos e confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

Por isso, consinto em participar no estudo em causa.

Data: 16 / abril / 2023

Assinatura do participante no projeto:





Pedido de Autorização

Compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da participação na investigação que se tenciona realizar, no âmbito do mestrado de Intervenção Comunitária, bem como do estudo em que serei incluído. Além disso, foi-me ainda assegurado que os registos em suporte papel e/ou digital (sonoro) serão anónimos e confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

Por isso, consinto em participar no estudo em causa.

Data: 16 / abril / 2023

Assinatura do participante no projeto:

[Redacted signature]



Pedido de Autorização

Compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da participação na investigação que se tenciona realizar, no âmbito do mestrado de Intervenção Comunitária, bem como do estudo em que serei incluído. Além disso, foi-me ainda assegurado que os registos em suporte papel e/ou digital (sonoro) serão anónimos e confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

Por isso, consinto em participar no estudo em causa.

Data: 16 / abril / 2023

Assinatura do participante no [Redacted signature]